

# REVISTA MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO

Uma publicação da Unitrabalho • janeiro a junho de 2017 • v2. n1.

## ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS



### MINISTÉRIO DO TRABALHO

A Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES - foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Em consonância com a missão do Ministério do Trabalho, tem o objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.

### MINISTRO DO TRABALHO

**Ronaldo Nogueira de Oliveira**

### CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO

**Ricardo Costa Gonçalves**

### SECRETÁRIO-EXECUTIVO

**Antônio Correia de Almeida**

### SUBSECRETÁRIO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

**Natalino Oldakoski**

### FUNDAÇÃO UNITRABALHO

**Sônia Marise Salles Carvalho** (Diretora Executiva)

**Pedro Henrique Isaac Silva** (Diretor Administrativo  
Financeiro)

**Laudemir Luiz Zart** (Diretor de Educação e Trabalho)

**Valéria Blumer** (Coordenadora Técnica de Projeto)

### COORDENAÇÃO NACIONAL DA REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

**Milton de Almeida Barbosa Filho** (Secretaria Executiva  
Nacional)

**André Ferreira** (Coordenação Nordeste)

**Luciano Siqueira Mina** (Coordenação Sudeste)

**Maria da Penha Lage Camargo** (Coordenação Sul)

**Márcia Bianchi Costa de França** (Coordenação Sul)

**Robson Grizilli** (Coordenação Sudeste)

**Sandra Inês Faé** (Coordenação Sudeste)

**Tatiana Araújo Reis** (Coordenação Nordeste)

**Reynaldo Sorbille** (Coordenação Sudeste)

**Sandy Fontoura** (Coordenação Centro-Oeste)

**Kamila Lima** (Coordenação Centro-Oeste)

**Silvia Monteiro e Silva** (Coordenação Norte)

### COMITÊ EDITORIAL

**Pedro Henrique Isaac Silva** (IFB)

**Sônia Marise Salles Carvalho** (UnB)

**Laudemir Luiz Zart** (UNEMAT)

**Francisco José Carvalho Mazzeu** (UNESP)

### CONSELHO EDITORIAL

**Carlos Roberto Horta** (UFMG)

**Cezar Candeias** (UFAL)

**Christiane Girard Ferreira Nunes** (UnB)

**Francisc Hernandez** (Universidad de Valencia)

**Gustavo Abílio Arnt** (IFB)

**Juliano Luis Borges** (IFMT)

**Maria Nezilda Culti** (UEM)

**Nilson Rodrigues Barreiros** (UFAM)

**Paulo Gabriel Soledad Nacif** (UFRB)

**Raimundo Bonfim** (UESC)

**Roberto Marinho Alves da Silva** (UFRN)

**Ronalda Barreto** (UNEB)

**Sandra Schiavi** (UEM)

**Sandro Bebedito Sguarezi** (UNEMAT)

**Sérgio Barroca** (UFG)

**Valmor Schiochet** (FURB)

Copyright 2017 by Fundação Unitrabalho.

É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte.

### MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO

Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o  
Trabalho – Unitrabalho

Rua Chuí 74, Paraíso – São Paulo – SP – Cep: 04104-050

### EDITOR RESPONSÁVEL

**Pedro Henrique Isaac Silva** (IFB – Instituto Federal de  
Brasília)

### COLABORADORES DESTES NÚMERO

**Maria da Penha Lage Camargo** (Prefeitura de Joinville)

**Patrícia Guarany Cunha Santos** (Fundação UNITRABALHO)

**Pedro Henrique Isaac Silva** (Instituto Federal de Brasília /  
Fundação Unitrabalho)

**Reynaldo Norton Sorbille** (Prefeitura de Araraquara)

**Sandra Inês Faé** (Rede de Gestores)

**Tatiana Araújo Reis** (Instituto Federal Baiano – Campus  
Uruçuca)

**Valéria Blumer** (Fundação UNITRABALHO)

**Raquel Sobral** (Rede de Gestores)

### PARECERISTAS

**Flávia Assis Alves**

**Graciela Regines de Paula N. Santos**

**Lara Matos**

**Ludmila Meira**

**Maria Nezilda Culti**

**Max Rickili**

**Pedro Henrique Isaac Silva**

**Sandro Benedito Sguarezi**

**Roberto Marinho Alves da Silva**

### PRODUÇÃO GRÁFICA EDITORIAL

Diagrama Editorial

# Sumário

<b>Editorial</b>	<b>1</b>
<b>As dificuldades de comercialização da economia solidária</b> Uma análise a partir do mapeamento nacional da economia solidária de 2012 <i>Diogo Ferreira de Almeida Rêgo</i>	<b>4</b>
<b>Educação e autogestão</b> Desafios e possibilidades no processo de formação de sujeitos coletivos da Economia Solidária <i>Sandro Benedito Sguarezi, Juliano Luis Borges, Raimundo Nonato Cunha de França, Romyr Conde Garcia</i>	<b>29</b>
<b>Economia Solidária e proteção social na contemporaneidade</b> <i>Líria Maria Bettiol Lanza, Luis Alberto Maccagnan, Marcílio Ronaldo Garcia</i>	<b>50</b>
<b>Ressignificação do trabalho na Saúde Mental</b> Interações e diálogos com a Economia Solidária <i>Rita de Cássia Andrade Martins</i>	<b>76</b>
<b>Economia Solidária</b> Perspectivas no resgate dos vínculos sociais <i>Gisele Hidalgo</i>	<b>96</b>
<b>De rede à política pública</b> Ações reticulares no processo sociopolítico de regulação da economia solidária no Brasil <i>Joannes Paulus Silva Forte</i>	<b>112</b>
<b>A experiência da Cooperativa de Trabalhadores Cegos (COOPERTRAC)</b> Pessoas com deficiência visual no Estado da Bahia organizam-se para gerar trabalho e renda <i>Robenilson Nascimento dos Santos</i>	<b>143</b>

## **Incubadoras tecnossociais de empreendimentos de economia solidária**

Apontamentos sobre a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão universitária

*Mariângela Brum Frota, Gilson Braz do Amaral, Enise Barth-Teixeira, Louise de Lira Roedel Botelho, Carla Inês Dillenburg, Jorge Adalberto Schommer*

**156**

## **O Cenário da Reabilitação Psicossocial**

Gestão, articulação, e a construção da Política de Saúde Mental e Economia Solidária no Brasil e em Alagoas

*Claudete do Amaral Lins*

**172**

## **“Ações integradas de economia solidária no município de Itajaí/SC”**

Relato de experiência

*Fabiana da Silva Oliani, Leila Andrésia Severo Martins, Luiz Filipe Goldfeder Reinecke, Cristiane Maria Riffel*

**189**

## Editorial

Eis o segundo número da Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo. A Unitrabalho e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária consolidam sua parceria na construção de mais uma edição dessa revista, trazendo um tema que nos é tão caro, especialmente nesse momento de incertezas: as Políticas Públicas de Economia Solidária

De 2003 a 2016, várias políticas públicas foram desenvolvidas no campo da Economia Solidária, tanto em âmbito federal, quanto nos níveis estaduais e municipais. O Governo Federal assumiu o protagonismo dessas políticas, impulsionadas pela criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), contando com maior capacidade de investimento da União e tendo como subsídio os debates e diretrizes apontadas pelas Conferências Nacionais de Economia Solidária. É importante frisar o papel que as três Conferências tiveram ao longo desses treze anos, embasando e direcionando as políticas públicas de economia solidária em âmbito federal, estadual e municipal, a partir da discussão e da articulação de diversos atores: empreendimentos econômicos solidários, entidades de assessoria e apoio, movimentos sociais, universidades, gestores públicos. Um dos resultados desses espaços de debate e construção é que as políticas públicas implantadas ao longo desses anos representaram, mesmo que imperfeitamente, a diversidade de atores e de experiências do campo da economia solidária. Outro resultado é a constante reflexão e inúmeros debates realizados ao longo dessa última década e meia sobre os potenciais, os princípios, as práticas e o lugar da economia solidária tanto na esfera do Estado quanto no âmbito do setor produtivo. A Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo busca trazer justamente uma amostra dessas reflexões realizadas em todo o território nacional ao longo dos últimos anos, sejam elas realizadas no espaço da Academia ou fora dela.

Continuando os debates e reflexões do número anterior, poderemos verificar nesse volume uma significativa diversidade de pesquisas sobre a implementação de políticas de economia solidária no Brasil e em outros países, desde reflexões teóricas até pesquisas empíricas, passando pela apresentação de experiências relatadas por membros de empreendimentos e gestores públicos diretamente envolvidos com as políticas públicas de economia solidária. Tais relatos constituem não apenas uma impor-

tante fonte de informação como também trazem a riqueza das reflexões dos sujeitos que constroem as políticas públicas sobre suas próprias práticas e sobre os sentidos da economia solidária de maneira geral.

O artigo “As dificuldades de comercialização da economia solidária: uma análise a partir do mapeamento nacional da economia solidária de 2012” apresenta uma importante análise sobre o problema da comercialização dos empreendimentos econômicos solidários a partir dos dados do Mapeamento Nacional da Economia Solidária. Partindo do perfil dos empreendimentos, Diogo Ferreira de Almeida Rêgo aponta que a dificuldade de comercialização também envolve a dificuldade de acesso a crédito, pouco apoio formativo, dificuldade com a logística e a não organização em rede.

Em “Educação e autogestão: desafios e possibilidades no processo de formação de sujeitos da economia solidária”, Sandro Benedito Sguarezi e outros buscam fazer o importante diálogo entre autogestão e educação para a formação dos sujeitos nos empreendimentos econômicos solidários. Essa relação, antes de ser um dado, mostra como a construção da autogestão é complexa, cheia de idas e vindas, contradições e de difícil implementação.

No trabalho “Economia solidária e proteção social na contemporaneidade” Líria Maria Bettioli Lanza e outros autores fazem uma reflexão tão necessária quanto negligenciada nos espaços de discussão da economia solidária: até que ponto as iniciativas de economia solidária apoiadas pelo Estado constituem um processo de precarização do trabalho. A conclusão mostra-se tão importante quanto a problematização: cabe ao Estado garantir não apenas o direito ao trabalho associado, mas construir políticas de proteção aos trabalhadores que optarem por esse tipo de relação de trabalho.

Rita de Cássia Andrade Martins nos apresenta o artigo “Ressignificação do trabalho na Saúde Mental: interações e diálogos com a Economia Solidária”, no qual analisa as contribuições do cooperativismo social e da economia solidária no processo de resignificação do trabalho de pessoas com transtornos mentais, resgatando aspectos históricos e políticos da luta antimanicomial e de sua interface com a economia solidária.

Com o artigo “Economia Solidária: perspectivas no resgate dos vínculos sociais”, Gisele Hidalgo se propõe a realizar um debate teórico a respeito do papel da economia solidária no resgate da dimensão propriamente social das relações econômicas. Trazendo à tona as reflexões de Mauss e Polanyi, a autora percebe na economia solidária uma prática em que o vínculo social é resgatado como princípio e as trocas passam a ser permeadas por valores não econômicos, gerando confiança e cooperação.

No artigo “De rede à política pública: ações reticulares no processo sociopolítico de regulação da economia solidária no Brasil”, Joannes Paulus Silva Forte analisa a institucionalização da economia solidária no Brasil do ponto de vista jurídico e do ponto de vista social. Nesse sentido, busca compreender de que maneira a economia solidária se encontra institucionalizada na esfera do Estado e sob quais aspectos essa institucionalização se torna tangível na esfera da sociedade civil, por meio da existência das redes, fóruns, movimentos sociais, universidades etc..

Em “Incubadoras tecnossociais de empreendimentos de economia solidária: apontamentos sobre a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão universitária” Mariângela Brum Frota e outros trazem uma reflexão sobre tais práticas a partir da experiência da Incubadora Tecnossocial de Empreendimentos de Economia Solidária – ITCEES da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo.

Em relação à participação do mundo não acadêmico na Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo, encontramos nesse número quatro relatos de experiência bastante interessantes. Um deles, escrito por Robenilson Nascimento dos Santos, é “A experiência da cooperativa de trabalhadores cegos (COOPERTRAC) no estado da Bahia”. Outro relato interessante é “A construção da política de saúde mental e economia solidária em Alagoas”, de Claudete do Amaral Lins, que descreve não apenas o cenário da reabilitação psicossocial no estado nordestino, mas no Brasil como um todo. Por fim, Fabiana da Silva Oliani e outros nos mostram, no relato de experiência do projeto *Ações Integradas de economia solidária no município de Itajaí*, como essa política implementada pela SENAES com foco na descentralização e integração das políticas de economia solidária é desenvolvida no âmbito municipal.

Seguindo o espírito do primeiro número, o conjunto de artigos e relatos de experiência aqui reunidos visa abrir o debate acadêmico e construir um rico diálogo entre áreas do conhecimento que se propõem a refletir acerca da economia solidária, suas práticas, limites e possibilidades. Esperamos que isso se reflita em uma revista científica que, sem abrir mão do rigor científico que nos é bastante caro, não apenas fale aos pares, mas se constitua como um espaço de trocas dialógicas entre diversos atores e autores que buscam um espaço de construção do conhecimento plural e aberto e que enseje reflexões críticas sobre o mundo do trabalho e a economia solidária.

Boa leitura.

Comitê Editorial

Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária

# As dificuldades de comercialização da economia solidária

Uma análise a partir do mapeamento nacional da economia solidária de 2012

*Diogo Ferreira de Almeida Rêgo<sup>1</sup>*

**Resumo** Parte-se do pressuposto de que a comercialização é uma das principais dificuldades dos empreendimentos econômicos solidários; portanto, o texto aborda o perfil geral desses empreendimentos e quais suas dificuldades nesse campo, com base nos dados do mapeamento nacional da economia solidária (2012). As dificuldades de comercialização estão agrupadas em: acesso a crédito, apoio formativo, logística e articulação em rede.

**Palavras-chave** Economia solidária; Comércio justo e solidário; Comercialização solidária; Empreendimentos econômicos solidários; Mapeamento nacional da economia solidária.

**Abstract** This is on the presumption that the marketing is one of the main difficulties of solidary economic enterprises, therefore, the text deals with the general profile of these enterprises and which their difficulties in this field, based on national data mapping of solidarity economy (2012). The marketing difficulties are grouped into: access to credit, training support, logistics and network articulation.

**Keywords** Solidarity economy; Fair and solidarity trade; Solidarity marketing; Solidary economic enterprises; National mapping of the solidarity economy.

**Resumén** Se parte del supuesto de que la comercialización es una de las principales dificultades de los emprendimientos económicos solidarios; Por lo tanto, el texto aborda el perfil general de esos emprendimientos y cuáles sus dificultades en ese campo, con base en los datos del mapeo nacional de la economía solidaria (2012). Las dificultades de comercialización están agrupadas en: acceso a crédito, apoyo formativo, logística y articulación en red.

**Palabras claves** Economía solidaria; Comercio justo y solidario; Comercialización solidaria; Empreendimientos económicos solidarios; Mapeo nacional de la economía solidaria.

---

1 Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Norte em Macau/RN. Email: [diogo.rego@ifrn.edu.br](mailto:diogo.rego@ifrn.edu.br)



## Introdução

Por volta de 61% dos empreendimentos<sup>2</sup> afirmaram ter dificuldades na comercialização. Em virtude disso, a comercialização figura como tema de Conferências Temáticas na Conferência Nacional da Economia Solidária, bem como em eixos temáticos tanto das Plenárias Nacionais de Economia Solidária como de Grupos de Trabalho do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Uma das conquistas relativas à questão é o ato que decreta o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário, que se encontra em fase final de regulamentação.

Apesar da referida atenção dada à comercialização, e constatando-se sua relação direta com a remuneração dos trabalhadores da economia solidária, este ainda é um tema pouco explorado. Embora haja alguns estudos, pouco se sabe sobre o perfil da comercialização na economia solidária e sobre quais os impactos na vida dos seus trabalhadores.

No Brasil, há diversas iniciativas voltadas para a comercialização na economia solidária, as quais vêm ganhando destaque nos últimos anos, destacando-se as feiras de economia solidária que ocorrem em diversas localidades com distintas abrangências. Existem, ainda, as centrais ou redes de comercialização que são a articulação de um conjunto de pessoas ou grupos com intuito de romper barreiras geográficas, comercializando ou mesmo adquirindo vantagens para a compra de insumos e para a venda em conjunto de produtos. Dentre as características comuns a essas redes ou centrais, enfatizamos a constituição de lojas ou espaços fixos de comercialização, a criação de materiais de comunicação em comum, o compartilhamento logístico, a comercialização em maior quantidade para o atacado, etc. A comercialização pode acontecer, ainda, na própria sede do empreendimento. Por fim, pode-se destacar também a possibilidade do comércio virtual, que permite ao empreendimento a superação de barreiras geográficas, alcançando um maior número de pessoas.

Qualquer que seja a forma de comercialização adotada, seu sucesso depende bastante do contexto no qual o empreendimento está inserido e da capacidade de atender ao público de cada um desses canais de venda.

---

2 Somente os segmentos de “produção e comercialização”, “prestação de serviços” e “comercialização e organização da comercialização” tiveram em seus questionários perguntas sobre o enfrentamento de dificuldades na venda de seus produtos e/ou serviços ou na comercialização.

Em seguida, serão aprofundadas as questões relativas às dificuldades de comercialização.

## 1. Conhecendo o perfil da comercialização na economia solidária

Para melhor compreender a situação econômica relacionada à comercialização na economia solidária, insta analisar qual o perfil dos EES no que tange à produção e ao consumo. A definição desse perfil depende da avaliação da abrangência da comercialização, dos destinatários dos produtos dos EES, bem como de onde vêm os insumos para a produção ou prestação de serviço.

Com relação à abrangência da comercialização<sup>3</sup>, verifica-se que a maioria dos empreendimentos comercializa no mercado local ou comunitário (66,72%) e no municipal (64,69%). A maior parte dos EES não consegue ou não quer sair do seu município, e a ação territorial (24,56%) e estadual (18,91%) ainda é tímida; a comercialização a nível nacional (7,23%) e internacional (2,63%) é realizada por uma parcela ainda menor de empreendimentos. Quanto maior a abrangência do empreendimento, mais opções ele tem de comercialização, ou seja, o EES que exporta também pode comercializar na sua comunidade, o que não acontece com o empreendimento que não consegue sair do seu município.

Já com relação a para quem o empreendimento comercializa<sup>4</sup>, nota-se que a maior parte das vendas dá-se através de uma relação direta com o consumidor (80,46%). Infelizmente, a comercialização (venda ou troca) entre EES ainda é pequena (12,27%), e seu percentual se assemelha ao da venda para as empresas (12,84%). Os órgãos públicos também possuem peso pequeno na aquisição dos produtos das EES (15,32%), sobretudo levando em conta o seu potencial de compra. Por outro lado, o uso de revendedores ou a venda para o “mercado atacadista” revelam-se bem importantes para os empreendimentos (34,21%)<sup>5</sup>.

---

3 Essa pergunta foi feita a apenas dois dos cinco segmentos, quais sejam, os de “produção e comercialização” e “comercialização e organização da comercialização”, segmentos que envolviam 13709 empreendimentos; a resposta poderia ser de múltipla escolha.

4 Essa pergunta é de múltipla escolha, para analisar para quem é feita a comercialização nos segmentos de “prestação de serviço”, “produção e comercialização” e “comercialização e organização da comercialização”. No segmento de prestação de serviço, não havia a possibilidade de comercialização para revendedores.

5 Outras formas de comercialização chegaram a 5,48%.

Quando se cruza a informação relativa à abrangência de comercialização com a referente ao público que adquire os produtos, fica claro que a maior parte dos EES vende, principalmente, direto ao consumidor final nos mercados comunitário e municipal, nessa ordem. A relação direta com o consumidor é ainda constante em todos os âmbitos de venda, estando à frente da maior parte das vendas, do comunitário ao internacional. A venda e troca com outros EES, embora pequenas, também são maiores em nível comunitário do que nos demais níveis, inclusive no municipal. Isso aponta para a importância das relações de proximidade quando se trata de venda e troca com outros EES. Já a venda para outros segmentos, como as empresas, órgãos governamentais, dentre outros, dá-se com maior destaque no âmbito municipal.

Deve-se ressaltar que foi realizada uma pergunta acerca dos espaços de comercialização utilizados pelos empreendimentos que produzem algum bem e o comercializam<sup>6</sup>. Fazendo o cruzamento desse resultado com os dados do público para o qual os EES vendem seus produtos, tem-se que a comercialização com o consumidor final, com empresas privadas, revendedores ou atacadistas e com o governo acontece, sobretudo, nas feiras livres e por meio de entrega direta. No que concerne à troca ou venda para outros empreendimentos, há um equilíbrio maior entre as feiras livres, feiras e exposições eventuais, feira de economia solidária e agroecologia e a entrega direta.

Na análise sobre a origem dos insumos e materiais para o funcionamento e produção do empreendimento<sup>7</sup>, nota-se que a relação entre EES é bastante tímida e, nesse ponto, percebe-se um dos contrassensos e fragilidades da economia solidária. Se, por um lado, ao analisar para quem os empreendimentos vendem, há pouca participação das empresas, não é isso o que acontece na análise dos insumos e materiais, em que as empresas são as principais fornecedoras da economia solidária, junto com os associados dos empreendimentos (ambos com cerca de 50%), enquanto a compra de bens, insumos, produtos e serviços de outros EES representam apenas 8,18% de toda a compra realizada.

---

6 Esse segmento consiste no chamado segmento de produção ou de produção e comercialização, que corresponde a 11081 empreendimentos mapeados. A pergunta feita foi “Quais os principais espaços de comercialização?”.

7 Cada segmento tinha uma pergunta específica que levava a essa resposta. No segmento de finanças solidárias, por exemplo, a pergunta foi “Qual a origem dos recursos operados pelo empreendimento?”. Mas todos remetiam a essa resposta.

O mais grave, portanto, não seria a porcentagem de empreendimentos que compõem de empresas (principalmente por esse formato jurídico ser o mais comum e representar boa parte da cadeia produtiva de diversos produtos), mas sim o baixo número de empreendimentos que comercializam com outros empreendimentos. É importante para o fortalecimento dos princípios do comércio justo e solidário e para o crescimento do conjunto de empreendimentos que haja uma intercooperação contínua, de modo que os EES criem as condições para que a compra de produtos e a contratação de serviços possam ser realizadas prioritariamente com outros empreendimentos. Dessa forma, evitar-se-ia a competição no mercado, viabilizando o crescimento da comercialização dos produtos de economia solidária (CARNIATTO, 2005).

Observa-se, também, que o segmento e a área de atuação influenciam na articulação desses EES. Os empreendimentos rurais, por exemplo, tendem a ter, como fornecedores, uma alta porcentagem de associados ou outros produtores não associados. Isso também se verifica nas entidades de finanças solidárias que podem operar crédito de bancos públicos e/ou privados. Já nos empreendimentos que trabalham com comercialização e organização da comercialização<sup>8</sup>, uma das dificuldades é manter a regularidade de fornecimento, sendo que a maioria dos seus insumos vem dos seus associados (61.87%).

## 2. Analisando as dificuldades de comercialização

Para qualificar a análise sobre a temática da comercialização para os empreendimentos, é preciso agora analisar quais as dificuldades de comercialização enfrentadas pela economia solidária, a partir do mapeamento.

---

8 Esse segmento se caracteriza por ter como atividade econômica principal “realizar a comercialização de produtos/serviços dos(as) sócios(as) ou de terceiros, no qual também se incluem grupos para a promoção de feiras” (SENAES, 2009).

**Tabela 1.** Dificuldades de comercialização dos empreendimentos de economia solidária.

Quais as principais dificuldades na comercialização dos serviços?	Quantidade	%
O empreendimento tentou, mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes	2144	23,71
Não há sócios disponíveis para cuidar da comercialização	1332	14,73
Ninguém do empreendimento sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação, etc.)	499	5,52
O empreendimento já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar	1039	11,47
Os preços praticados são inadequados	2073	22,93
Os clientes exigem um prazo para o pagamento	1573	17,40
Os compradores só compram em grande quantidade	811	8,97
Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento	2176	24,07
Falta de capital de giro	4708	52,07
Falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal, etc.)	1974	21,63
Falta de registro sanitário ou alvará	1128	12,46
A concorrência, os atravessadores, existência de monopólios	2869	31,73
Dificuldade ou custo elevado de transporte	3235	35,76
Precariedade das estradas para escoamento da produção	2239	24,65
Estrutura para comercialização (local, espaço, equipamentos, etc.) inadequada	3393	37,52
Os serviços/produtos não são conhecidos	1068	11,61
Outra dificuldade	1086	12,03

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do mapeamento de 2012.

A leitura da Tabela 1 revela que, embora as ocorrências das dificuldades concernentes à comercialização estejam bem distribuídas entre si, há alguns destaques a serem feitos. Um deles refere-se à falta de capital de giro, principal dificuldade enfrentada pelos EES, seguida da falta ou deficiência de estrutura adequada para a comercialização, da dificuldade em lidar com o alto custo do transporte e da alta concorrência de atravessadores ou existência de monopólios.

Para tornar o entendimento sobre as dificuldades apontadas mais articulado, será necessário entendê-las agrupadas em áreas. Uma primeira área englobaria as dificuldades relacionadas ao crédito, como a falta de capital de giro, a inadequada estrutura para a comercialização, a falta de

registro sanitário e alvará e a dificuldade em fornecer o prazo de pagamento exigido pelo comprador.

A falta de capital de giro encontra-se intimamente atrelada com outras duas dificuldades básicas da comercialização: a falta de condição do empreendimento em dar prazo de pagamento adequado à realidade do comprador (não conseguindo vender a prazo) e a incapacidade do grupo em gerar estoques de insumos e matéria-prima (fazendo com se pague preços mais elevados nesses produtos pela impossibilidade de comprar em grande quantidade e em período mais vantajoso). Quando um EES precisa pagar aos seus fornecedores<sup>9</sup> à vista e/ou tem que vender a prazo, ele terá, por consequência, um problema de capital de giro que põe em risco a remuneração do próprio trabalhador do empreendimento. Assim, o capital de giro está intimamente relacionado ao prazo de pagamento dos clientes, outra dificuldade enfrentada. Esses problemas podem ser resolvidos, no curto prazo, com a obtenção de empréstimo ou, no longo prazo, com o aumento paulatino nas receitas e a consequente organização de uma poupança.

Já a estrutura inadequada para a comercialização consiste em um problema de investimento que reflete na falta de equipamentos, de estrutura física e de local adequados para as aspirações do empreendimento ou para a demanda já existente. Quando isso ocorre, dificilmente o empreendimento consegue obter os alvarás de funcionamento, não conseguindo, assim, adaptar seu empreendimento às normas sanitárias vigentes – isso sem adentrar aqui na questão de adequação ou não dessas regras à realidade da economia solidária. Logo, tanto a dificuldade de estrutura para a comercialização quanto a de falta de registro sanitário ou alvará estão relacionadas à falta de acesso a crédito para investimentos. Considerando que a solicitação de crédito nos EES foi direcionada para investimento (64,80%) ou para capital de giro (35,20%), nota-se que há uma relação direta entre as dificuldades aqui agrupadas.

Já as dificuldades com o custo elevado de transporte e a precariedade das estradas estão agrupadas na área da logística. Essas dificuldades são estruturantes, ou seja, não dependem somente da simples organização ou gestão do empreendimento para que sejam superadas. Nesse caso, o foco para resolvê-las será no que o empreendimento pode fazer para, ao menos, minimizar a dificuldade a partir das condições ao seu alcance. De qualquer

---

<sup>9</sup> Alguns dos empreendimentos, especialmente os da zona rural ou do segmento de “comercialização e organização da comercialização”, têm como fornecedores de produtos seus próprios associados.

modo, os problemas relacionados à logística dificultam, sobretudo, o rompimento dos limites geográficos no escoamento dos produtos dos EES.

Há, ainda, problemas relacionados à falta de apoio formativo, tais como os preços inadequados dos produtos/serviços, os produtos não conhecidos, não haver pessoas para cuidar da comercialização e a falta de registro para a comercialização. Outras dificuldades apontadas, como não saber evitar um calote ou não saber fazer a venda, podem ser consideradas básicas ou primárias, já que um empreendimento de economia solidária, por exercer uma atividade econômica, tem a comercialização e o recebimento, troca e pagamento de contas como atividades inerentes à sua existência. Com relação a esses últimos problemas, é preciso um acompanhamento desses EES, de modo a superar dificuldades relacionadas à falta de conhecimento por parte dos trabalhadores.

A falta de pessoas para cuidar da comercialização, por sua vez, é um problema recorrente em EES a depender da forma como o grupo organiza-se internamente, cuja solução requer um maior auxílio ao empreendimento por meio de ações formativas que contribuam para a reorganização do grupo. Com relação à precificação inadequada, podem-se destacar duas hipóteses. Partindo do pressuposto de que determinado empreendimento saiba precificar o seu produto, os preços inadequados podem ser oriundos de um contexto do mercado. Para que esse ponto fique mais claro é importante um exemplo: se um empreendimento está comercializando um “produto X” em determinada localidade e, naquele local, há várias outras iniciativas que têm o mesmo produto por um preço mais baixo e qualidade equivalente, ele não poderá adotar a precificação adequada. Nesse caso, pode-se constatar que faltou ao empreendimento um planejamento inicial para conhecer o contexto antes do início da atividade, a fim de torná-la viável. Portanto, ambas as hipóteses são frutos da inexistência ou da debilidade no apoio formativo, seja por não saber ou por não conseguir precificar o produto adequadamente, devido ao ambiente no qual o empreendimento está inserido. .

Isso também pode ser afirmado sobre a dificuldade relacionada ao desconhecimento dos produtos, que pode fazer parte de uma ação militante do empreendimento na tentativa de resgatar práticas produtivas em determinada(s) localidade(s), valorizando a cultura local. Ainda assim, tal fato parece representar uma falta de planejamento, seja na análise da demanda pelo produto em um determinado contexto, seja na falta de uma ação estruturada que promova o conhecimento do produto pela população.

Já a dificuldade em conseguir o registro legal para a comercialização relaciona-se com uma questão de fundo – a legislação vigente – que não é adequada à realidade dos empreendimentos. Assim como no enfrentamento dos problemas de logística, aqui o foco deverá ser o que os empreendimentos podem fazer para superar essas dificuldades, sendo necessário mais uma vez o apoio formativo, pois somente por meio desse apoio externo será possível aos EES criarem condições para se adequarem às exigências legais.

Há também dificuldades relacionadas à necessidade de articulação em rede. As dificuldades dessa área são a insuficiente quantidade de clientes, a irregularidade no fornecimento, a dificuldade de atender pedidos em grandes quantidades, a concorrência de atravessadores e a existência de monopólios.

Com relação à quantidade insuficiente de clientes, como a maior parte dos empreendimentos comercializa diretamente para o consumidor final, pode-se constatar que essa dificuldade está relacionada à falta de demanda ou à existência de poucos clientes no território de atuação do EES. Esse contexto permanece dificultoso em virtude da grande maioria dos empreendimentos não comercializarem entre si, renegando, assim, o potencial de consumo dentro da economia solidária, bem como por causa da não exploração do potencial de organização dos consumidores, os quais procuram atuar exatamente com produtores com dificuldades em conseguir consumidores e escoar sua produção.

A dificuldade na comercialização em larga escala, por sua vez, pode estar ligada ou a um problema na organização da produção – relacionado diretamente com a dificuldade de regularidade no fornecimento –, ou mesmo a uma desarticulação entre os empreendimentos. A articulação tornaria possível a superação, a partir da soma de suas produções, tanto dessa dificuldade quanto da falta de regularidade no fornecimento. Um dado importante é que poucos empreendimentos participam de redes de produção, comercialização, consumo e crédito (apenas 17,70%) e, com isso, não conseguem fazer com que a soma de suas produções supere as dificuldades dos pedidos em grande escala e da regularidade no fornecimento.

Outra dificuldade é com relação à concorrência de atravessadores e à existência de monopólios, dificuldade que poder ser bastante minimizada quanto maior for a articulação em rede e a articulação entre produção e consumo. Um exemplo que dá respaldo a essa afirmação é o caso dos empreendimentos que produzem “alimentos prontos” (marmitas, *buffet*,



almoços diários, salgados, doces, pães). Esses EES necessitam de insumos e, muitas vezes, os EES que os fornecem somente conseguem romper a barreira do local por meio de atravessadores. A partir da organização dos empreendimentos de alimentação em rede para a compra desses insumos e matéria-prima em conjunto – como o feijão, arroz, hortaliças, frutas, dentre outros –, torna-se mais viável sua aquisição direta e em quantidades maiores, viabilizando a logística e diminuindo seu preço de aquisição. Essa mesma linha de raciocínio vale para os empreendimentos que produzem os “alimentos prontos”. Com a organização de consumidores finais ou até mesmo de outros empreendimentos, pode-se comercializar os produtos em maior quantidade e por um preço justo, conseguindo mais clientes e eliminando os atravessadores desnecessários. Nesses casos, os empreendimentos podem, ainda, estabelecer uma parceria de construção conjunta da oferta e da demanda, minimizando as dificuldades com a regularidade do fornecimento.

Portanto, a economia solidária precisa estar atenta à importância da articulação entre produção, comercialização e consumo para superar algumas das suas dificuldades e fortalecer os EES, invertendo o fluxo de valor no qual boa parte dos gastos com insumos e matéria-prima vai para as empresas, quando poderiam ir para outros EES.

## 2.1 A dificuldade do crédito para a comercialização

O crédito configura-se como um dos principais problemas para os EES e é questão importante para a superação do desafio da comercialização, conforme visto acima. Trata-se de aspecto relevante desde a criação dos empreendimentos, pois são necessários recursos para que se possa dar início às atividades. Em 72,80% dos EES mapeados, foram usados recursos dos próprios associados<sup>10</sup>. A segunda fonte de recursos são os públicos não reembolsáveis, conhecidos como recursos a “fundo perdido”, figurando em 22,62% dos EES.

A auto-organização comunitária no início da atividade econômica do EES, embora se trate de iniciativa interessante, pode ocasionar algumas dificuldades a serem enfrentadas pelo empreendimento, sobretudo quando se considera o perfil dos trabalhadores da economia solidária: em geral,

---

10 Essa pergunta foi de múltipla escolha.

peças de baixa escolaridade, que já possuem certa fragilidade econômica, não conseguindo responder devidamente à dinâmica de inovações e comercialização. O perfil das pessoas influencia tanto na criação dos EES como no desenvolvimento de suas atividades, já que, embora se iniciem com recursos próprios, provavelmente, tais EES já nascem sem capital e com uma enorme urgência em conseguir resultados da atividade econômica desempenhada (PATEO, 2012; KRAYCHETE, 2013).

Dentro desse contexto – no qual as dificuldades de comercialização desde sua criação relacionam-se com o crédito –, seria esperado que os EES em dificuldades buscassem acesso a crédito. Não é, porém, o que se vê na realidade, pois os dados revelam que, dos EES com dificuldades de comercialização, 73,82%<sup>11</sup> não buscaram o crédito. Desse total, 39,66% disseram que o grupo tem medo do endividamento e da contração de dívidas; 16,46% justificaram pelo não consenso no grupo em buscar o recurso; e 15,57% afirmaram que o empreendimento foi criado com recurso próprio exatamente para que não fosse necessária a obtenção de empréstimo. Por fim, somente 36,54% de todos os empreendimentos afirmaram que não tiveram necessidade do crédito.

A contradição maior com relação ao dado acima é que a necessidade por crédito continua latente em 75,40% dos EES em dificuldades com a comercialização, tanto nos que tomaram crédito como nos que não tomaram. Ou seja, sabe-se que o crédito é necessário, mas ele não é buscado. Dos EES que não buscaram crédito, mas têm consciência de sua necessidade, 64,43% afirmaram encontrar dificuldades para consegui-lo.

Já nos empreendimentos que solicitaram crédito (26,17%) e têm dificuldade de comercialização, 13,51% conseguiram o crédito e 12,66% não obtiveram êxito na busca. Os EES que conseguiram crédito usaram-no para investimento (64,80%) e o restante afirmou que utilizou o recurso para o capital de giro (35,2%)<sup>12</sup>. Vale ressaltar que há uma tendência nos empreendimentos, mesmo naqueles que não buscaram crédito, em direcionar o recurso para investimento<sup>13</sup>.

Com relação ao investimento realizado, somente uma pequena parte (menos de 3%) dos EES (com e sem dificuldade de comercialização) investem em pontos diretamente ligados à expansão da comercialização

---

11 Contra cerca de 80% dos EES sem dificuldades de comercialização que não buscaram crédito.

12 Essa pergunta foi de escolha única.

13 No entanto, somente 1/3 de todos os EES realizaram algum investimento nos últimos 12 meses. Naturalmente, se os EES não tomam empréstimos e contam com associados com baixa capitalização, não conseguirão fazer investimentos em sua estrutura, mesmo que haja essa necessidade.

– como a abertura de filiais ou espaços de comercialização. Grande parte do investimento vai para a melhoria na produção por meio da aquisição de novos equipamentos e estrutura (o que confirma que esse é um dos principais desafios a serem superados pelos EES), seguidos da ampliação do estoque (que tem relação direta com o capital de giro), capacitação de mão de obra e comunicação.

Vale salientar que em alguns empreendimentos, em especial aqueles da zona rural e de artesanato (que possuem uma forte base familiar em suas unidades de produção), há uma lógica distinta das empresas. Enquanto em uma empresa o investimento pauta-se pelo aumento do lucro e o retorno do investimento, nesses empreendimentos solidários citados os gastos individuais e a necessidade da família influem na escolha do investimento. Assim, investimento e consumo naturalmente se misturam, de modo que a escolha dá-se, por exemplo, entre investir na unidade ou na casa (KRAYCHETE, 2013).

Dos empreendimentos que estão buscando crédito (com e sem dificuldade de comercialização), 64,36% estão enfrentando dificuldades para conseguir-lo<sup>14</sup>. As principais barreiras são a burocracia, a falta de apoio para elaborar o projeto, seguidas de três indicadores que demonstram a falta de alinhamento dos Bancos com a realidade dos EES: as altas taxas de juros, a falta de linha de crédito adequada para acesso ao crédito e a documentação exigida. Ainda segundo o mapeamento, dos grupos que pegaram empréstimo, 56,46% foram atendidos por bancos públicos e 9,67% por bancos privados. Cooperativas de crédito aparecem somente na terceira posição (com 8,27%), enquanto que os Fundos Rotativos Solidários e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento correspondem juntos somente a 3,75% desse montante. Essas informações consolidam alguns pressupostos:

- A partir da informação sobre o uso do investimento, pode-se sugerir que muitos EES ainda necessitam de investimentos na produção para dar um salto qualitativo na comercialização;
- Se a maioria dos EES não buscou crédito nos últimos 12 meses, e a maioria afirmou que encontra dificuldades na obtenção do crédito,

---

14 Vale salientar que não foi perguntado aos EES se estavam buscando crédito, mas sim sobre quais as dificuldades dessa busca. Ou seja, o questionário partiu do pressuposto de que se há uma necessidade de crédito, há uma busca, mas vimos no dado sobre a não busca por crédito que o pressuposto de que todos os EES estariam buscando crédito não é adequado aos EES.

- pode-se supor que os EES já buscaram crédito em algum período de sua existência, mas não foi concretizado por algum motivo;
- Com base na não solicitação de crédito pelos EES, principalmente pelo receio de contrair dívidas, e na constatação de que os trabalhadores sabem da importância do crédito, pode-se entender que o empreendimento não tem clareza de sua estratégia de comercialização, de quais os cenários possíveis e de onde o empreendimento quer chegar com as ações de comercialização. Quando nenhum destes pontos está claro, é natural que os membros do EES tenham receio em solicitar um empréstimo e contrair uma dívida, pois não possuem segurança de que conseguirão pagar;
  - Há uma dificuldade por parte dos empreendimentos em criar suas próprias soluções com relação ao crédito. A maioria dos EES sequer usam as iniciativas e metodologias próprias da economia solidária, como os Fundos Rotativos Solidários e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Com base nessas análises, fica claro que o crédito é um meio para fortalecer a atividade econômica do empreendimento e a sua comercialização. Além disso, ele é transversal, pois dialoga com dificuldades relacionadas ao acompanhamento e à articulação em rede. Na articulação em rede, os EES podem criar suas próprias iniciativas de finanças solidárias para, ao menos, minimizar a dificuldade enfrentada nessa área. Ademais, o apoio para a melhoria da produção deve estar casado com a comercialização, o consumo e, por conseguinte, com outras iniciativas. Nesse contexto, o crédito é um importante impulsionador para o fortalecimento da economia solidária.

## 2.2. A logística como empecilho para o aumento da abrangência da comercialização

As dificuldades relacionadas diretamente à logística são a precariedade das estradas e o custo elevado com transporte. É importante promover a criação de suporte logístico para o escoamento da produção e para facilitar a articulação de redes de produção e consumo na economia solidária.

ria. Ao citarem tais aspectos como dificuldades, evidenciam-se a ação e vontade dos EES em ampliar seus espaços de comercialização para além de sua localidade.

A logística é tão importante para o escoamento produtivo que contribui para um maior preço nos produtos, inclusive no supermercado e em grandes empresas, já que as grandes redes gastam uma boa parte do preço do produto com distribuição (IDEC, 2010).

Os EES da zona rural têm ainda mais dificuldade, pois nem sempre as transportadoras atendem a cidades pequenas. Já os EES da zona urbana, que em muitos casos já estão localizados em grandes centros consumidores, não precisam transportar produtos por longas distâncias e possuem poucas dificuldades nessa área. Para que se tenha uma ideia, 45,92% dos empreendimentos na zona rural afirmaram ter problemas com a dificuldade ou custo elevado do transporte, enquanto apenas 23,84% dos EES urbanos reconheceram essa questão como uma dificuldade. Já com relação à precariedade das estradas, 39,94% dos empreendimentos rurais assinalaram esse aspecto como uma dificuldade, enquanto apenas 6,64% dos empreendimentos urbanos assinalaram esse item. Provavelmente, por sua maior facilidade logística, os EES da zona urbana comercializam em porcentagem acima da média para os mercados estadual, nacional e internacional, enquanto os empreendimentos da zona rural destacam-se na comercialização em abrangência territorial.

Fazendo a relação entre as dificuldades logísticas e a abrangência (do local à exportação) da comercialização, percebe-se que, quanto maior a distância de comercialização do empreendimento, maior tende a ser a dificuldade com o custo elevado do transporte. Essa tendência, porém, não se manifesta quando se trata da precariedade das estradas, o que pode ocorrer porque essa dificuldade tende a ser superada com a terceirização do serviço de entrega, principalmente para locais mais distantes. A terceirização elimina a dificuldade com as condições da estrada, mas não necessariamente reduz o impacto do “frete” no produto.

Quanto maior a abrangência da comercialização, mais o grupo demonstra maturidade, já que o mapeamento aponta haver uma tendência de diminuição das dificuldades<sup>15</sup>. Outro ponto que confirma essa tese é que quanto maior a abrangência da comercialização, maior a quantidade de EES que remuneraram seus trabalhadores. Esses EES provavelmente passa-

---

15 A exceção está no comércio nacional, que apresenta dificuldade de comercialização acima da média com relação aos demais.

ram por um processo de aprendizado, pois os que comercializam atualmente em âmbito estadual começaram em nível municipal ou comunitário, alcançando progressivamente novos territórios e aprendendo com os erros e acertos.

A logística torna-se, portanto, imprescindível e transversal para a comercialização, pois além de promover aprendizado, incentiva os grupos a agregarem valor aos seus produtos, a alcançarem mais pessoas e a serem remunerados melhor pela comercialização. A logística ainda dialoga estreitamente com outras dificuldades, como é o caso da má precificação, pois quando um EES comercializa dentro de uma abrangência próxima, muitas vezes oferta o mesmo produto de outros produtores locais, provavelmente informais. Há, desse modo, um mercado bastante concorrido que tem como consequência o nivelamento dos preços por baixo.

### 2.3 A importância da articulação em rede entre produção e consumo para fortalecer a comercialização na economia solidária

O presente tópico reúne as seguintes dificuldades: o atendimento a grandes pedidos; a regularidade do fornecimento; a dificuldade com atravessadores, concorrentes e monopólios; e a quantidade insuficiente de consumidores. Aqui se torna mais evidente a necessidade de fortalecer articulações, uma vez que se trata de para quem a economia solidária comercializa e, principalmente, de quem ela compra seus insumos e matérias-primas. No entanto, a compra e venda entre empreendimentos de economia solidária ainda é muito baixa, fato que pode ser analisado por diferentes aspectos; um deles é a baixa diversidade e valor agregado de produtos, que faz com que os empreendimentos não achem o insumo ou matéria-prima adequados para sua produção.

Na interação da economia solidária com o mercado e entre empreendimentos, percebe-se que uma das maiores dificuldades é a disponibilidade do produto para a comercialização dentro do “padrão de qualidade” exigido pelo consumidor (KRAYCHETE, 2009; MOURA E MEIRA, 2002; SINGER, 2002b; REIS, 2005). Outro ponto que dificulta a interação entre empreendimentos é sua baixa articulação em redes de produção e/ou consumo. Sabe-se que muitas das dificuldades nos empreendimentos podem ser superadas de maneira mais natural na ação em rede, porém isso é um processo contínuo, e não algo dado como pronto para simplesmente ser

posto em prática, de modo que muitos ambientes dependem que sejam construídas suas condições. Uma vez articulado, o empreendimento consegue favorecer a ação mais efetiva no escoamento da produção e maior coordenação da cadeia produtiva, favorecendo a aproximação entre produção e consumo.

A maior presença dos EES está nos movimentos sociais, populares ou sindicais, computando um total de 57,43% dos empreendimentos mapeados. A economia solidária também possui uma participação ativa em ações comunitárias, com 46,13% dos EES atuando nestes espaços. Além disso, observa-se que 39,6% dos EES participam de fóruns ou entidades de representação e articulação, sendo a maioria atuante nos fóruns de economia solidária e em espaços de construção de políticas públicas. Vale ressaltar que a maioria dos empreendimentos que participa dessas redes está com dificuldades de comercialização. Essas redes citadas até então possuem forte cunho, estão, portanto, ligadas a causas mais estruturais e favorecem a cooperação e a intercooperação entre movimentos sociais e organizações de diversas naturezas (CASTILLA CARRASCAL, 2011).

Por fim, apenas 17,7% dos EES participam de redes de comercialização, produção, consumo ou crédito. Dentre eles, a maior parte afirmou integrar redes de comercialização e produção, havendo pouca participação nas redes de consumo; tal fenômeno revela a pouca organização para consumir na economia solidária, bem como para articular Redes de Crédito e Finanças Solidárias, o que colabora para que o crédito continue sendo um desafio aos empreendimentos.

Não deixa de ser um contrassenso que apenas 13,98% dos EES com dificuldades de comercialização participem dessas redes nas quais os empreendimentos unem-se para, coletivamente, superarem barreiras de produção, comercialização, consumo ou crédito. No entanto, esse mesmo dado revela um aspecto interessante, pois nota-se que, mesmo fragilizados economicamente, os EES optam por participar espaços com cunho político, reafirmando a forte marca da economia solidária de constituir um movimento social engajado.

Aqui, cabe atentar para a importância da articulação em redes de produção, comercialização e consumo, uma vez que ela facilita a comercialização dos produtos de pequenos produtores em diversos espaços alternativos (desde feiras até grupos de consumidores organizados), por meio de diversas atividades, que incluem desde a compra direta de matérias-primas para a produção até a comercialização em conjunto. Muitas vezes,

inclusive, a atividade só se torna viável quando há a articulação em rede, motivo pelo qual deveria interessar à maioria dos EES participar desses espaços (CASTILLA CARRASCAL, 2011).

Nesse sentido, Singer (2002) argumenta que a forma mais provável de geração de uma dinâmica própria para a economia solidária é a integração dos grupos nessas redes de produção, comercialização, consumo e crédito, a fim de que se alcancem níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias. Para o autor, essa seria uma maneira viável de a economia solidária concorrer com a economia capitalista. Costa (2004), em complemento, assevera que, com relação à viabilidade de uma unidade de produção ou ao atendimento de grandes pedidos, um dos poucos caminhos que os EES possuem para desenvolver um mínimo de autonomia na comercialização seria a participação/articulação em rede.

Essa não articulação, observada entre os empreendimentos mapeados, eleva o grau de dificuldade para a organização da produção e do consumo e, conseqüentemente, para o fortalecimento mútuo dos empreendimentos. Quando os empreendimentos não se articulam para integrar sua produção, comercialização e consumo, eles se tornam mais dependes das empresas com maior poder de capital. É o que revelam os dados relativos à aquisição de insumos e matéria-prima e ao escoamento da produção, uma vez que as empresas são as maiores fornecedoras e intermediadoras na comercialização na economia solidária, enquanto a venda ou troca entre empreendimentos aparece com números modestos.

A relação entre empreendimentos, mesmo pequena, demonstra resultados interessantes: os dados revelam que a maioria dos EES que vende ou troca produtos com outros EES remunera seus trabalhadores melhor que os demais – esse resultado é comparável, proporcionalmente, à venda para as empresas. Ou seja, mesmo com as dificuldades em vender ou trocar produtos com os EES, eles costumam dar bons retornos.

Os empreendimentos com atuação nas zonas rural e urbana compram e trocam mais produtos entre EES, o que provavelmente ocorre em virtude do casamento entre necessidade e demanda e uma maior facilidade de intercâmbio e comunicação entre estas duas áreas de atuação.

A participação nas redes de produção, comercialização, consumo ou crédito, quando se fala em comercialização, propicia aos empreendimentos um impacto mais positivo do que a participação nas demais redes. Corroborando essa informação, os dados revelam que os EES participantes dessas redes têm um menor número de dificuldades do que aqueles



que não participam. Apesar disso, os resultados e a adesão dos EES são ainda tímidos, havendo pequenas variações – para baixo e para cima – nos dados, que poderiam ser diretamente afetados pela articulação em rede, como: a quantidade de clientes, a regularidade no fornecimento, a concorrência e atravessadores e a estrutura para comercialização. Com relação ao capital de giro, por exemplo, que é a principal dificuldade dos empreendimentos, não há variação de resultados entre os EES que participam e os que não participam dessas redes.

Uma interpretação mais analítica dos dados acima revela, portanto, que a mera participação em redes não garante sucesso aos empreendimentos, pois nota-se que, atualmente, elas não têm cumprido seu potencial. É preciso que haja maior apoio, maior participação e melhor orientação estratégica, bem como que os EES, além de participarem das redes, fortaleçam-nas, inclusive assumindo uma postura propositiva no sentido de construir novas relações de mercado. Não se pode negar a importância do forte engajamento político dos EES enquanto movimento social e enquanto uma proposta de desenvolvimento para o nosso país, mas a pouca participação dos EES nas articulações que lhes fortalecem economicamente aponta para a necessidade de a economia solidária tornar-se um movimento econômico.

## 2.4 A relação do apoio formativo com as dificuldades de comercialização

Aqui reunimos, com a denominação de apoio formativo, os aspectos assessoria, assistência técnica e acompanhamento. O apoio formativo aos EES em sua constituição e/ou estruturação é de fundamental importância desde o seu surgimento até o seu desenvolvimento.

De início, cabe perceber que, nessa área, os dados são mais animadores que nas demais, pois 64,49% dos EES recebem apoios formativos. Mesmo assim, esse número não é o ideal, pois 35,51% – número considerável de empreendimentos – ainda não recebem nenhum tipo de apoio formativo.

Há entidades variadas que realizam esse acompanhamento aos empreendimentos, a maior parte delas ligadas aos poderes públicos – como o “Sistema S” (22,03%), as Prefeituras (21,83%) e os Governos Estaduais (17,45%). Além dessas, encontram-se as ONGs (11,13%) e o movimento sindical (7,11%). As Universidades e o Governo Federal representam

6,86% e 6,81%, respectivamente. As cooperativas de técnicos aparecem com uma porcentagem irrisória de participação (2,56%), sendo considerados em boa parte como EES de prestação de serviços, bem como outros empreendimentos e entidades de representação (3,41%). Aqui, cabe atentar ao fato de que, também na formação, utiliza-se pouco a relação entre empreendimentos. Além dessas entidades, 14% dos empreendimentos acabam contratando ou contando com ajudas externas de trabalhadores não sócios – consultores individuais ou voluntários. Outros 41% dos EES criam seus próprios espaços formativos internos como forma de superar as dificuldades encontradas.

Com relação aos temas tratados no apoio formativo, além de, obviamente, tratarem da economia solidária (53,35% dos empreendimentos afirmaram ter esses espaços), há os temas tratados pelas entidades que prestam acompanhamento, como a formação técnica (29,25%) e a formação política (40,69%). Um dado que chama a atenção é o cuidado que os EES vêm tendo com as questões ambientais (49,44%). Outro destaque são os conteúdos que visam o aperfeiçoamento do trabalho do EES, como a própria formação técnica, gestão, contabilidade (22,10%) e a organização e segurança do trabalho (22,08%). Há, também, outros assuntos, de cunho político, como a questão de gênero (17,39%), e outras questões subjetivas (20,11%). O cuidado com a elevação de escolaridade de seus membros (14,06%) é um dado importante que diz muito sobre o perfil dos trabalhadores nos EES – muitos deles com déficit de escolaridade, sendo que a maioria não cursou o ensino superior – bem como reforça a importância do apoio formativo aos empreendimentos da economia solidária.

Dos empreendimentos que afirmaram receber apoio das entidades, a maior parte do acompanhamento é direcionada à assistência técnica ou gerencial (60,86%), ou seja, para “resolver problemas técnicos de produção, processos, tecnologia, produtos, serviços ou de gestão” (SENAES, 2012, p. 44). Essa forma de apoio relaciona-se à solução de problemas de organização interna, e responde às seguintes dificuldades de comercialização: a falta de registro para a comercialização, que tem relação com a busca pelos aspectos legais que formalizem a comercialização, possível mesmo nos empreendimentos informais; e não haver pessoas para realizar a comercialização, que é uma questão de divisão de tarefas no grupo.

Já a qualificação profissional, técnica e gerencial (57,06%), que está focada mais na capacitação dos associados para o exercício de suas funções, “refere-se especificamente à qualificação técnica, profissional. Isto é, vol-

tada para as atividades relativas às funções e cargos” (SENAES, 2012, p. 44). As dificuldades de comercialização que tratam de limitação dos associados no cumprimento de suas atividades – como a não habilidade para estar à frente da comercialização ou para evitar o calote – ficam dentro desse campo de apoio formativo.

A formação política aparece com destaque em cerca de 1/3 dos grupos mapeados. O diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica, por sua vez, que consiste na “assessoria para elaboração de diagnósticos, planos estratégicos, planos de negócios, etc” (SENAES, 2012, p. 44), possui incidência baixa, computando apenas 15,21%. Esse número assemelha-se ao da assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços (13,30%), que se refere à assessoria para facilitar a comercialização – exemplos: “elaboração de marcas, material de divulgação, campanhas publicitárias, etc.” (SENAES, 2012, p. 44). Essas últimas duas formas de apoio formativo relacionam-se diretamente com a superação de dificuldades relacionadas ao preço inadequado dos produtos e ao não conhecimento pelas pessoas dos produtos comercializados. O apoio formativo na viabilidade econômica, que pode antever dificuldades de comercialização, não assiste à maioria dos grupos; não à toa, os EES têm enormes dificuldades para exercer sua atividade, tendo por consequência uma enorme dificuldade em garantir condições materiais dignas a seus associados.

Os empreendimentos com dificuldades de comercialização recebem atenção ligeiramente maior no apoio formativo (67,91%). Já com relação aos temas dos apoios oferecidos, incluindo viabilidade econômica e marketing, há pouquíssima diferença entre os empreendimentos que têm e os que não têm dificuldades com a comercialização. A única grande disparidade é na formação sociopolítica: 38,63% dos empreendimentos com dificuldades de comercialização têm acompanhamento nesta área, contra 82% dos empreendimentos sem dificuldades de comercialização.

Ao se analisarem as dificuldades de comercialização, parece nítido que alguns conteúdos de formação, destinados a evitar ou minimizar transtornos futuros na comercialização, são bastante tímidos, como as formações de viabilidade econômica e marketing. Muitos grupos, inclusive, não realizam qualquer estudo inicial sobre a viabilidade daquele produto e/ou serviço sobre o qual vai comercializar. Esse começo mal planejado gera frustrações e problemas inesperados, transformando o investimento de tempo e de recursos pessoais e coletivos na atividade em algo arriscado (COSTA, 2004).

A viabilidade econômica e o planejamento adequado para a comercialização do produto é fundamental também para a resolução de dificuldades em outras áreas, a exemplo do crédito, uma vez que muitos EES têm receio em pegar empréstimos – seja para investimento ou para capital de giro – por não saberem quais são as condições que precisam ser satisfeitas para que o empreendimento tenha sucesso e, assim, possa honrar o compromisso assumido. A pouca articulação em redes de produção, comercialização, consumo ou crédito também é agravada com a falta de planejamento e viabilidade econômica. Poucos EES parecem ter a noção, por exemplo, de que para viabilizar sua atividade econômica é preciso, muitas vezes, beneficiar seu produto, o que significa arcar com os custos da manutenção de uma unidade de beneficiamento; além disso, o empreendimento precisa comercializar em grande quantidade e sem interrupções na produção. Também as dificuldades com logística poderiam ser minimizadas, havendo um planejamento adequado; por exemplo, a criação de um produto que se viabilize com a venda em um território menor ou que tenha características (tamanho, embalagem, formato) que facilitem essa distribuição. O plano de viabilidade é muito importante, ainda, para que o empreendimento conheça a sua própria produção. No caso da zona urbana, alguns empreendimentos não conhecem sua própria capacidade produtiva ou não sabem estabelecer um preço adequado. Nos EES rurais, também, muitos grupos não possuem o devido conhecimento a respeito da produção de seus próprios associados. O atravessador sabe mais sobre o potencial produtivo e preço do que os próprios EES (COSTA, 2004).

O plano de marketing, por sua vez, ajuda o empreendimento a aperfeiçoar o desenho das estratégias de comercialização e como ele irá dialogar com os concorrentes, auxiliando no sucesso da atividade econômica. Portanto, ambos os acompanhamentos acima analisados, permitem aos empreendimentos planejar<sup>16</sup> a sua produção e escoamento para, com isso, evitar ou minimizar diversas dificuldades.

Nem sempre é a mesma entidade que faz o plano de marketing e o plano de viabilidade econômica, fato que reforça a necessidade de o empreendimento contar com um conjunto de apoios. As entidades que realizam esses apoios integram o Sistema S, provavelmente por meio do Sebrae, porém há uma disparidade grande entre as que fazem planos de marketing (33,96%)

---

16 Vale ressaltar que o planejamento aqui não tem referência direta com o planejamento de empresas, mas é tomado como um mecanismo de melhor entendimento do contexto e análise das estratégias e ações necessárias para que o empreendimento possa interagir melhor com esse ambiente que o cerca.

e viabilidade econômica (49,32%). Logo após, figuram as prefeituras, que são responsáveis por 36,24% e 37,10% do acompanhamento no campo do marketing e viabilidade econômica, respectivamente. Também as ONGs (Organizações não Governamentais) e OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) realizam o acompanhamento nas áreas de marketing (22,42%) e viabilidade econômica (26,47%). Os Governos Estaduais aparecem somente em seguida, sem grandes variações entre as temáticas. Há de se destacar, ainda, que o movimento sindical realiza 15,70% da formação no campo do marketing e apenas 10,81% no de viabilidade econômica.

Com base na não disparidade significativa dos dados relativos ao apoio formativo entre os EES com e sem dificuldades de comercialização, pode-se afirmar que não há um tratamento diferenciado entre esses EES. Muitos apoios formativos focavam-se na qualificação técnica dos trabalhadores do EES e no aperfeiçoamento do exercício da autogestão, como se os mecanismos de autogestão e de decisões coletivas dessem conta (e não dão) da complexidade gerencial dos empreendimentos, inclusive de sua adequada comercialização. Por causa da pouca atenção dada à comercialização e ao retorno material, não se formaram quadros que pudessem atender a essa demanda, aparentemente latente. Talvez, já seja hora dos EES e EAF investirem equilibradamente não apenas em formações mais básicas – necessárias principalmente no início de um empreendimento (a exemplo da assistência gerencial e qualificação profissional) –, mas também naquelas formações voltadas a superar as dificuldades de comercialização (como as de marketing e viabilidade econômica), que são voltadas diretamente para o fortalecimento econômico do empreendimento, especialmente na sua comercialização.

Por meio da constatação de que a assistência técnica e gerencial e a qualificação profissional correspondem à maior parcela das formações ofertadas, pode-se afirmar que muitos grupos ainda estão em fase de arumação da própria gestão para qualificar o seu processo de comercialização. Há ainda dificuldades aparentemente básicas e que merecem apenas uma melhor organização do empreendimento, como saber evitar os calotes, fazer uma venda e incumbir pessoas para cuidar da comercialização.

## Considerações finais

Dentro dessa diversidade de dificuldades em comercialização, formaram-se agrupamentos que aqui se dividiram nas seguintes áreas: crédito,

formação, logística e não articulação em rede. Juntas, essas áreas resumem bem as dificuldades – das mais diferentes ordens – que interferem na ação dos EES.

Essas dificuldades de comercialização ameaçam diretamente a existência de alguns empreendimentos, os quais, muitas vezes, não conseguem enxergar as saídas viáveis (e disponíveis) para superação desse problema; há uma inércia dos EES em tratar de possíveis ações para superar a dificuldade de comercialização, como o tipo de formação recebida e realizada, a (não) busca por crédito e a não participação em redes de produção, comercialização e consumo. Aparentemente, essa não ação não resulta de uma escolha consciente, mas sim de diversos fatores já tratados, como a falta de informação e de formação, bem como os problemas estruturantes – de logística, legislação e políticas de crédito inadequadas à realidade dos empreendimentos.

Na economia solidária, é preciso trabalhar com mais estratégia e integração para superar as dificuldades. A maioria dos EES remunera mal as pessoas, provavelmente por interagir no mercado dentro do jogo construído pelas grandes empresas, no qual ele naturalmente terá desvantagens. Os empreendimentos não possuem igualdade de condições para atuar no mercado com as empresas, de modo que toda iniciativa de economia solidária envolve uma ação política das pessoas e das iniciativas no sentido do seu fortalecimento econômico e político. Por isso, é preciso que a economia solidária caminhe para a constituição de relação entre os EES.

## Referências

CARNIATTO, I. V. Comércio Justo e Consumo Consciente: possibilidade de inserção de cooperativas populares no mercado. In: BERGONSI, S. S. S.; LACERDA, G. B. de. (Orgs.). **Cooperativismo, economia solidária e inclusão social: abordagens e métodos**. Curitiba: Editora UFPR, 2007, v.1 p.197-211.

CASTILLA CARRASCAL, I. T. **A construção do mercado solidário brasileiro: contribuições das redes de economia solidária**. 2012.120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

COSTA, R. Comercialização e transformação dos produtos da agricultura familiar: alguns pontos a discutir. In: KUSTER A.; MARTÍ, J. F.; FICKERT, U. (Orgs.). **Agri-**

**cultura familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste do Brasil.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (Brasil). Documento Final da V Plenária. Brasília: FBES, 2013. 156 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC). Quer pagar quanto? Revista do Idec, São Paulo, v. 142, n. 8, p.15-20, abr. 2010. Disponível em: <[http://www.idec.org.br/uploads/revistas\\_materias/pdfs/2010-04-ed142-capaa-organicos1.pdf](http://www.idec.org.br/uploads/revistas_materias/pdfs/2010-04-ed142-capaa-organicos1.pdf)>. Acesso em: 29 jan. 2014.

KRAYCHETE, G. **O problema da sustentabilidade e a escala dos empreendimentos mercantis associativos.** 2013. Seminário Internacional Economía Popular y Solidaria “Rol de la Economía Popular y Solidaria y su aporte en el Sistema Económico Social y Solidario”, organizado por el IEPS/MIES, 24-26 de Julho de 2013, Quito- Ecuador. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/luizdenis/sustentabilidade-e-escala-nos-ees>>. Acesso em: 27 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Processo de trabalho, territórios e sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária. In: BOCAYUVA, P. C. C.; VARANDA, A. P. de M. (Orgs.). Tecnologia Social, Economia Solidária e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: Fase/federação de Órgãos Para Assitência Social e Educacional. Lastro (laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território) / Ippur (instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional) /UFRJ, 2009. p. 129-142.

MOURA, M. S.; MEIRA, L. Desafios da gestão de empreendimentos solidários. **Bahia Análises & Dados.** Salvador: SEI v.12, n.1, p.77-84, jun. 2002.

PATEO, F. V. Sentidos da economia solidária: limites e avanços dos trabalhadores sobre o controle do processo e do produto do seu trabalho. 2012. 321 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Integração da América Latina, Departamento de Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina Prolam, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

REIS, T. **A sustentabilidade de empreendimentos de economia solidária—pluridade e interconexão de dimensões.** 2005. 191f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Ministério do Trabalho e Emprego. SIES – 2009/2010: guia para preenchimento do formulário de empre-

endimentos econômicos solidários (ees). 2 ed. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2009. 61 p.

\_\_\_\_\_. Sistema nacional de informações de economia solidária – SIES – disponibiliza nova base de dados: Divulgação do dados do SIES 2013. 2013. **Boletim Senaes Acontece** - Edição Especial. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A3D183F81013D274F4D3F6E19/Acontece SENAES 2012 - n31.ed.especial.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A3D183F81013D274F4D3F6E19/Acontece%20SENAES%202012%20-%20n31.ed.especial.pdf)>. Acesso em: 27 dez. 2013.

SINGER, P. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In: SANTOS, B. (Org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002, p. 81-103.



# Educação e autogestão

## Desafios e possibilidades no processo de formação de sujeitos coletivos da Economia Solidária<sup>1</sup>

*Sandro Benedito Sguarezi<sup>2</sup>, Juliano Luis Borges<sup>3</sup>,  
Raimundo Nonato Cunha de França<sup>4</sup>, Romyr Conde Garcia<sup>5</sup>*

**Resumo** As transformações socioeconômicas das últimas décadas acarretaram graves consequências às relações de trabalho. Como resposta, trabalhadores encontraram na economia solidária um modelo alternativo de transformação social e geração de trabalho e renda. Neste contexto, este trabalho visa identificar desafios e possibilidades da relação entre autogestão e educação na formação de sujeitos nos empreendimentos econômicos solidários. A linha metodológica foi delineada pela pesquisa qualitativa, a partir de entrevistas com sujeitos envolvidos nestes processos. Os resultados demonstraram a complexidade que envolve os conceitos de autogestão e educação, e igualmente apontam limites e caminhos para a formação dos sujeitos na construção da economia solidária.

**Palavras-chave** Educação; Autogestão; Economia solidária.

**Abstract** The socioeconomic transformations in the last decades have resulted in serious consequences to employment. In response, workers found in the solidarity economy an alternative model of social transformation and generation of both employment and income. In this context, this paper aims to identify challenges and opportunities of the relationship between self-management and education in forming subjects in solidarity economic enterprises. The methodological approach was outlined by qualitative research, based

- 
- 1 Projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT) Edital. Nº 005/2008 e por meio do Termo de Cooperação MTE/SENAES/CNPq N. 017/2013/Processo/CNPq Nº.: 420503/2013-7 (Edital 089/2013).
  - 2 Universidade do Estado de Grosso (UNEMAT). Professor Adjunto vinculado ao Departamento de Administração e ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação (PPGEdu/UNEMAT), linha Educação e Diversidade, e ao Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho (NECOMT). E-mail: [sandrosguarezi@gmail.com](mailto:sandrosguarezi@gmail.com).
  - 3 Instituto Federal de Educação do Mato Grosso (IFMT), lotado no Campus de Tangará da Serra-MT na área de Sociologia e vinculado ao Núcleo de Pesquisa Extensão e Estudos da Complexidade do Mundo do Trabalho (NECOMT). E-mail: [juliano.borges@tga.ifmt.edu.br](mailto:juliano.borges@tga.ifmt.edu.br).
  - 4 Universidade do Estado de Grosso (UNEMAT). Professor Adjunto vinculado ao Departamento de Letras e ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ambiente e Sistema de Produção. Líder do Grupo de Pesquisa: Cultura, Política e Sociedade. E-mail: [raimundofranca@gmail.com](mailto:raimundofranca@gmail.com).
  - 5 Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Professor Adjunto vinculado ao Campus de Barra do Bugres-MT- Curso de Direito na área de Ciência Política e Sociologia Jurídica. Membro do Grupo de Pesquisa: Cultura, Política e Sociedade. E-mail: [romyrconde@gmail.com](mailto:romyrconde@gmail.com).

on interviews with individuals involved in these processes. The results demonstrated the complexity involved in the concepts of self-management and education, and also point out limitations and ways for forming subjects in building the solidarity economy.

**Keywords** Education; Self-management; Solidarity economy.

**Resumén** Las transformaciones socioeconómicas de las últimas décadas han ocasionado graves problemas para las relaciones de trabajo. Como respuesta, trabajadores encontraron en la economía solidaria un modelo alternativo de transformación social y generación de trabajo y renta. Así siendo, es este trabajo, se busca identificar retos y posibilidades de la relación entre autogestión y educación en la formación de sujetos en emprendimientos económicos solidarios. La línea metodológica que se siguió fue la investigación cualitativa, mediante encuestas con sujetos que participan del proceso. Los resultados apuntan la complejidad que abarca los conceptos de autogestión y educación e indican, también, límites y caminos para la formación de sujetos en la construcción de la economía solidaria.

**Palabras clave** Educación; Autogestión; Economía solidaria.

## Introdução

Com o processo de redemocratização do Brasil e o fortalecimento da sociedade civil, o cooperativismo passou a ocupar um espaço cada vez mais significativo na agenda econômica do país (GOHN, 2011). Mas, esse movimento não repercutiu no mesmo grau na agenda de pesquisas. No campo da gestão, os trabalhos de investigação são poucos e a maioria concentra seu foco na visão racional positivista de administração de empresas sem respeitar as particularidades, princípios e práticas de outras formas associativas de gestão coletiva. Estudar as particularidades e a realidade dos empreendimentos da economia solidária embasadas na autogestão, portanto, parece não só oportuno, mas necessário diante dos desafios de nosso tempo.

A organização dos trabalhadores de forma autogestionária por meio de uma nova economia (economia solidária) tem sido um dos grandes desafios para os empreendimentos. Desafio este concentrado em trazer o trabalhador para um novo olhar e um novo pensar, uma nova educação, na qual não há patrão, e sim companheiros de trabalho, em que não há salários, mas sobras<sup>6</sup>, ou seja, a educação para a autogestão.

---

6 O resultado econômico nas empresas capitalistas é definido pelo conceito contábil de lucro ou prejuízo. Nas cooperativas e nos empreendimentos econômicos solidários (EES), por sua vez, o conceito contábil é distribuição de sobras ou perdas.

Autogestão é um dos princípios básicos da Economia Solidária. É uma forma de se estabelecer relação dentro do trabalho que perpassa e adentra na forma como se conduz a própria vida em sociedade. É uma prática quase que inexistente dentro da dinâmica organizacional da nossa sociedade e por esse motivo se torna um tanto quanto complexa de ser apropriada. É um processo de aprendizagem do exercício da autonomia.

A construção de saberes por meio das experiências autogestionárias vivenciadas na economia solidária constitui eminentemente um processo educativo, pois estabelece formas de aprendizado decorrentes de relações sociais em mobilizações políticas e interações no âmbito produtivo. Esses elementos carregam em si atos pedagógicos, construídos em espaços dialógicos, que se estabelecem por meio das diferenças individuais e dos sonhos coletivos, caracterizados por demandas particularmente locais. Articulado a esses saberes, tem-se, fundamentalmente, o conhecimento gerado pelas demandas formativas, direcionado à organização econômica do empreendimento solidário.

Entender até onde é possível pensar a autogestão como um processo de construção pedagógica é um desafio. Por isso, esta pesquisa buscou identificar os limites e possibilidades da autogestão no processo de organização dos trabalhadores e seu caráter pedagógico imanente.

Procurou-se estudar a relação entre autogestão e educação, e compreender esse movimento e o seu impacto nas relações de trabalho, confrontando limites e possibilidades com base nos sujeitos que fazem a economia solidária no estado de Mato Grosso.

O critério de escolha para as entrevistas foi o reconhecimento dos sujeitos da economia solidária nos espaços de referência do movimento. Em sua maioria, representam instituições que não apenas contribuíram na organização da II Conferência Nacional de Economia Solidária (II CONAES), mas cooperaram para consolidar não só o conceito, mas práticas alternativas e contra hegemônicas. São sujeitos ligados a instituições e empreendimentos que atuam e são reconhecidos em diferentes âmbitos.

Ao todo foram realizadas 30 entrevistas durante a II CONAES, sendo selecionadas oito entrevistas relacionadas à temática da autogestão e educação. Nelas, foram contemplados três segmentos diferenciados: 1) incluiu representantes do poder público municipal, estadual e federal, gestores, administradores públicos, poder legislativo, poder judiciário; 2) refere-se a membros das organizações da sociedade civil, como entidades de fomento e apoio à economia solidária, movimentos sociais e popula-

res; 3) traz representantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários e suas organizações de representação. O quadro 1 indica a distribuição das entrevistas por segmento e instituições que representam.

**Quadro 1.** Distribuição das entrevistas por segmento e instituição<sup>7</sup>.

Entrevistado	Segmento / Instituição
SINGER	1 / SENAES
RAMOS	1 / FINEP
BASTOS	2 / SNCJS
ICAZA	2 / REDE ITCP
VAILANT	2 / UNEMAT-INCUBEES
ZART	2 / UNEMAT-UNITRABALHO
CAVALCANTI	3 / MNCR
OLIVEIRA	3 / FES-TGA

Fonte: Sguarezi, 2011.

Como a pesquisa busca mostrar a educação para a autogestão em diferentes visões – pessoas que atuam nos empreendimentos econômicos solidários, pesquisadores do assunto e pessoas ligadas ao poder público –, escolhemos a abordagem de pesquisa qualitativa. Isso porque entendemos que a realidade é construída socialmente por compreensões que orientam o modo de investigar, no qual a análise se fundamenta na percepção do sentido das produções do sujeito, entrecruzando subjetividade e objetividade. Nesse sentido,

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados mais visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível (CHIZZOTTI, 2008, p. 28).

7 SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária; FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos; SNCJS – Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário; REDE ITCP – Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; UNEMAT-INCUBEES – Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis da Universidade do Estado de Mato Grosso; INCUBEES/UNEMAT-UNITRABALHO – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho; MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; FES-TGA – Fórum Municipal de Economia Solidária de Tangará da Serra-MT.

Nesse quadro de referência, procura-se a compreensão das ações dos agentes, e essa tarefa só é possível se os sujeitos forem ouvidos com base em sua lógica. Isso permitiu perseguir a essência do fenômeno, fazendo emergir dessa busca a compreensão crítica do processo. De acordo com Raupp e Beuren (2006, p. 92):

Na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último (RAUPP; BEUREN, 2006, p. 92).

Os resultados apresentados demonstram a complexidade que envolve de forma polissêmica os conceitos de economia solidária, autogestão e educação solidária, na construção da utopia concreta e do inédito viável freiriano, sinalizando caminhos para outra economia, para o desenvolvimento local sustentável e para outro mundo possível.

## Autogestão e Economia Solidária

A autogestão tem como seus antecedentes os pioneiros do cooperativismo operário e surgiu como uma reação auto-organizada durante a Revolução Industrial no século XVIII. Entre os pioneiros, destacam-se: Robert Owen (1771-1858), Willian King (1786-1865), Charles Fourier (1772-1837), Philippe Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882). É, fundamentalmente, uma filosofia na qual o coletivo prevalece e busca-se construir outra maneira de processar a economia, tendo base no trabalho e na distribuição equitativa do excedente adquirido, e não na acumulação individual de riqueza com base na exploração do trabalho do outro.

Da experiência dos Pioneiros de Rochdale até chegar ao século XXI cresce, cada vez mais, a importância dessas práticas. O maior desafio para as organizações é conseguir a cooperação de seus quadros para alcançar um objetivo comum.

Nesse contexto, os movimentos sociais se articulam numa iniciativa de vanguarda no processo de construção de novas possibilidades em uma sociedade cada vez mais excludente. Uma sociedade autodestrutiva, viciada ao apego doentio do consumo material, que tem raízes ideológicas

profundas que ultrapassam e fragmentam o diálogo entre a economia e a política e, entre estas, a ciência. Coraggio (2010, p. 391) alerta que:

El neoliberalismo está presente, no sólo en el discurso del poder, sino también en nuestro sentido común. Representa una estructura construida y opera en base a determinadas categorías de pensamiento y de acción. Categorías que nos indican lo correcto, lo posible y lo que no es posible.

A autogestão não é a luz para todas as sombras. A autogestão não é o melhor dos mundos, mas pode fazer o mundo melhor. Estudar o fenômeno da autogestão é uma forma de compreender as diferenças significativas que incorporam a riqueza de contextos locais.

A autogestão é um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta. Esta constitui um sistema em que voluntariamente, sem perceberem remuneração e sem recorrerem a intermediários, os cidadãos debatem todas as questões importantes, em assembleias. A periodicidade dessas reuniões deve ser compatível com a disponibilidade dos agentes envolvidos (MOTHÉ, 2009, p. 26).

Os empreendimentos econômicos solidários incorporam a solidariedade como objetivo principal da elaboração das atividades econômicas e das relações de trabalho, fugindo da frivolidade, do mercantilismo e, ao mesmo tempo, valorizando o local. A autogestão acaba por ser um pilar da economia solidária, ou seja, ela é um de seus princípios.

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária (SINGER, 2002, p. 21).

Em uma proposta de radicalização da democracia, a autogestão é uma estratégia de capilarização da participação direta nos assuntos que envolvem a comunidade. É uma forma de superar as falsas promessas da democracia representativa e chamar os cidadãos a serem protagonistas e construtores de novas possibilidades econômicas e sociais. É nesse âmbito de discussão e embate político que floresce a economia solidária.

Além de ser uma manifestação política, é uma tentativa de aglutinar forças. É assim que o processo enraíza-se e encontra formas de avançar na sociedade. A economia solidária, por meio da autogestão, não só participa do diálogo, como pode ser o movimento capaz de aglutinar essas forças e potencializar essas convergências, e isso exige uma capacidade de aprendizagem por dentro do processo de luta. Nesse sentido, a autogestão apresenta infinitas possibilidades na construção de *outro mundo possível*.

Paul Singer, um dos artesãos da economia solidária no Brasil, afirma:

A ES é o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, finanças e consumo – organizadas de forma autogestionária, ou seja, no âmbito das quais não há distinção de classe: todos os que nelas atuam são seus proprietários e todos os que são proprietários nelas trabalham. A democracia na gestão dos empreendimentos (uma cabeça, um voto) é o que distingue a ES da economia capitalista (SINGER; KRUPPA, 2004, p. 92).

O Movimento de Economia Solidária surge embrionariamente dentro dos problemas gerados pela exclusão social da sociedade capitalista no período pós Revolução Industrial, dos séculos XVIII e XIX. É no conflito entre capital e trabalho, na tensão entre a economia de mercado e socialidade, que a economia solidária se apresenta como um projeto de organização dos trabalhadores.

É na diferença das relações de trabalho entre os seus sujeitos que se encontra, ao mesmo tempo, a tradição na busca do ideal do trabalho associado e a inovação da proposta, na qual o processo de formação e de educação solidária encontra possibilidades. É na forma de gestão que se define quando o empreendimento é de economia solidária, ou não.

Esse movimento casa o princípio entre a posse e o uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com princípio da socialização desses meios (do capitalismo), [...] cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou participação direta [...] ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões ou negociações entre todos; destinação do excedente anual [...] também por critérios acertados entre os cooperados (SINGER, 2003, p. 13).

Dessa forma, é pertinente afirmar que a economia solidária é uma construção e sua dinâmica se dá pelo diálogo franco e aberto, no qual seus sujeitos assumem uma postura de protagonistas do próprio destino na busca da satisfação não só dos trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários, mas da sociedade. É um espaço de construção e de troca de saberes e de conhecimento. Portanto, as iniciativas autogestionárias são práticas contra-hegemônicas e ao mesmo tempo se constituem um espaço de educação solidária.

## Educação solidária

A educação solidária é consolidada na produção coletiva dos saberes, na colaboração entre iguais para enfrentamento de problemas comuns àqueles que pertencem a determinado contexto ou, como sugere Mészáros (2005), em um processo educativo que estaria além das práticas educativas do e para o capital. A possibilidade de inventar/reinventar soluções particulares para problemas específicos caracteriza a aplicabilidade prática de potenciais inerentemente vinculados à educação em seu sentido criativo. Criação esta intrinsecamente demarcada pelos espaços de interação na tessitura dinâmica e inacabada das relações humanas.

Em nossa concepção, a educação solidária não é mera transmissora de conhecimentos indispensáveis ao trabalho criativo ou agenciadora de disposições afetivas para atividades de colaboração. A educação é aqui compreendida como uma das condições necessárias ao exercício da liberdade humana, permitindo não apenas a produção e interpretação de informações e a participação ativa em processos comunicativos, mas a própria autonomia das pessoas e das coletividades, mediadas por inúmeras relações sociais (MANCE, 2003, p. 11).

É nesse encontro que se estabelecem vínculos objetivos entre sujeitos, calçados na transgressão da realidade imediata cerceadora do desenvolvimento individual e coletivo, da autonomia e da consciência crítica. Essa ruptura exprime anseios de comunidades e organizações sociais que mediam em seu interior o desejo de mudança, ligada à satisfação material e não-material (simbólica) de existência.



Esse tipo de relações participativas *conformam*, em consequência, essa trama existencial de intensa significação e sentido para os participantes. É no e mediante o trabalho produtivo que os grupos definem a si mesmos, tanto no aspecto econômico como no educativo (GUTIÉRREZ, 2005a, p. 116, grifo do autor).

A educação solidária pressupõe a diversidade. Esta é expressa no pluralismo cultural, político e econômico, uma vez que a existência humana é múltipla e agrega diferentes relações sociais entre atores particularmente diversos.

O processo educativo que se pretende popular e solidário deve romper o paradigma pedagógico homogeneizador e incorporar novas dimensões que se articulem com o contexto histórico-cultural e a pluralidade que o compõe.

No processo de se encontrar e dar sentido, o sujeito coletivo desempenha um papel primordial. O processo chega a seu clímax quando o grupo consegue responder ao porquê e ao para quê de seu trabalho (GUTIÉRREZ, 2005a, p. 116).

O espaço dialógico da mobilização coletiva possibilita que as comunidades e grupos sociais se desenvolvam politicamente e valorizem os saberes produzidos nas interações entre agentes solidários. Os meios de construção de saberes são múltiplos e complexos, sendo, fundamentalmente, constitutivos e integradores, pois impulsionam relações sociais que criam vínculos comunitários.

Isso significa que a dimensão comunitária, que vai muito além da dimensão individual e familiar, constitui uma contribuição substantiva e nova aos processos educativos inerentes ao desenvolvimento sócio-político (GUTIÉRREZ, 2005, p. 23-24).

A educação solidária não pode ser dissociada do conhecimento cientificamente elaborado; deve interagir para a produção de concepções originais, adequadas às localidades. Essa relação, presente na escola e em outros espaços próprios, é vivenciada por metodologias adequadas, que provoquem o diálogo de conhecimento e a formação de conteúdos próprios.

Isso significa que a educação, voltada para os grupos sociais que se organizam com a finalidade de melhorar condições políticas e econômi-

cas, incorpora informações externas ao contexto particular, uma vez que o local é um fragmento do global. A educação não está à margem do desenvolvimento, pois incorpora elementos estruturalmente determinados. Diferentemente, em uma sociedade capitalista, o conhecimento é fundamentado em relações tipicamente mercadológicas, relacionadas à propriedade, ao trabalho, à economia e ao Estado.

Considerando a necessidade de formação e qualificação que demanda a sociedade atual, estes empreendimentos funcionam com déficit enorme. Porém, chama a atenção o fato de o investimento em educação não estar incorporado à dinâmica de funcionamento nem às suas prioridades. E nos referimos à formação não apenas como escolarização, mas também e fundamentalmente no sentido de gestão cooperativa e da capacitação e qualificação técnica e profissional (ICAZA, 2004, p. 48).

Quando grupos sociais se mobilizam, em virtude de um processo de exclusão produtiva e social, e decidem organizar um empreendimento econômico, suas ações estão inseridas, eminentemente, em relações de mercado. Trabalhar, produzir e vender exige conhecimento específico, mas não apenas este, visto que empreendimentos são compostos por indivíduos diversos, múltiplos, com concepções particulares sobre a realidade. Desenvolver habilidades e competências permite criar condições de viabilidade em empreendimentos coletivos.

Os sujeitos sociais, quando interagem na mobilização e ação coletiva, desenvolvem uma conscientização sobre seu contexto, que têm origem no processo educativo transformador e gerador de autonomia (FREIRE, 1997). Para o empreendimento solidário, essa característica é a base de todas as práticas, pois solidifica a autogestão, a democracia e a solidariedade entre os atores, permitindo construir novas capacidades produtivas e técnicas sem abandonar suas bases coletivas autogestionárias.

## Autogestão e educação: limites e possibilidades

Os empreendimentos autogeridos são um espaço de construção de saberes e de conhecimento no qual o trabalhador alienado se transforma em sujeito. Todos dependem dos saberes e dos conhecimentos dos outros

e juntos protagonizam a participação responsável e autogestionária ou auto-eco-organizada. É, portanto, um espaço de criação e de criatividade centrado no humano, mas que respeita o outro e a natureza. Também é um espaço de contradições, de limites e de possibilidades. Porém, a questão é complexa porque toda possibilidade comporta também limites e, igualmente, todos os limites comportam possibilidades. O principal limite identificado junto aos entrevistados é a falta de formação.

Hoje ainda, o principal limite é a falta de formação do que é realmente a economia solidária. A falta de formação para participar. Para saber o que fazer no movimento a partir da nossa realidade. Nós temos que falar mais da nossa realidade. Precisa formação para diferenciar o individual do coletivo. As pessoas depois que sabem o que é economia solidária se apaixonam porque ela transforma a vida das pessoas... Por isso eu acho o maior limite a formação. Se as pessoas tiverem formação as coisas acontecem. Não só aqui no nosso município, mas em todo o Brasil, a partir do momento que você der formação, visitar, conhecer, explicar a diferença entre você trabalhar no individual e no coletivo as pessoas começam a se apaixonar pelo movimento, se apaixonar pelo que faz, e aí começa a transformação de vida deles. Está começando a autogestão. Mas tem que ter mais formação. Tem que trabalhar mais a formação, noção dos direitos que a gente tem. Como fazer? O que é economia solidária? Tem que trabalhar a formação pra cidadania, pra dignidade das pessoas. Isso é autogestão. Isto é economia solidária. Mais informação, mais formação, mais consciência das pessoas de como fazer as coisas de como conseguir entrar nos planos dos governos nas leis (OLIVEIRA, 2010).

Percebe-se que há uma necessidade de educar para a participação, mas não para qualquer uma, e sim para a participação direta. A formação de que a depoente fala é uma formação política qualitativa para a imersão dos sujeitos na sua realidade, na compreensão de seu contexto e na transformação deste. Um contexto de exploração, um contexto de cerceamento de direitos para muitos e de privilégios para poucos. Esse contexto exige uma formação que supere o limite do individualismo, respeite os indivíduos e possibilite um agir coletivo consciente, reflexivo e propositivo capaz de promover transformações sociais a que se propõe um projeto de economia solidária, como estratégia e política de desenvolvimento.

Os principais limites para implantar a autogestão nos coletivos de catadores a meu ver, é que historicamente nós somos uma categoria de excluídos. Nesse contexto histórico de pessoas excluídas, ainda hoje, na nossa categoria é baixo o nível de escolaridade do grande número de pessoas que atuam nos empreendimentos de economia solidária. Isso é um grande limitador para o avanço dos empreendimentos de catadores no sentido da autogestão. Do ponto de vista gerencial, do ponto de vista do entendimento e da compreensão da tecnologia da gestão, esse é o principal limitador para o avanço da autogestão no processo de organização dos catadores. Outro limite é a falta da cultura do trabalho cooperativo no Brasil. As pessoas estão dentro de um empreendimento coletivo, mas ainda presas a uma possibilidade de emprego (CAVALCANTI, 2010).

Se, por um lado, o baixo nível de escolaridade formal é um limite, por outro seria a falta de “cultura” para o trabalho coletivo, a falta do espírito de cooperação que prejudica as relações interpessoais. Não é possível pensar um processo produtivo coletivo alijado de tecnologias tampouco do processo de cooperação. Mas dentro dos empreendimentos se observa nos sujeitos da economia solidária uma disposição de partilhar o que se sabe com o outro, mesmo que seja um conhecimento de maior complexidade. Desde o ensinar a manusear uma prensa de material reciclável, a uma técnica de plantio, ou mesmo a digitar em um teclado de computador, existe uma predisposição em contribuir com o aprendizado do outro. Se as novas tecnologias exigem um grau de escolaridade mais elevado, por outro lado, hoje em dia não há como abrir mão de determinadas tecnologias para que o empreendimento ganhe sustentabilidade. Daí a necessidade de ampliar democraticamente o acesso a essas técnicas.

Compreender essa lógica de organização autogestionária que os empreendimentos econômicos solidários tentam implementar exige compromisso com a cidadania e com a responsabilidade coletiva, porque ser dono de um empreendimento coletivo não pressupõe uma relação verticalizada, mas sim a compreensão de um processo de organização horizontal de relações amplamente democráticas e isso esbarra no inconsciente coletivo. É importante compreender, dentre outras coisas, que

Nós não temos a formação dessas pessoas para o trabalho associado. Está muito distante. As próprias universidades, apesar de existirem alguns tra-

balhos isolados, no conjunto a universidade está muito distante dos empreendimentos econômicos solidários. Eu tenho colocado assim: como é que vamos trabalhar coletivamente se a nossa cultura política é autoritária? Não é apenas o Estado que é autoritário. A nossa cultura é autoritária, porque nós vivemos numa cultura na qual nós não sabemos ouvir o outro. Alguém fala e todo mundo fala ao mesmo tempo. Ou enquanto um fala o outro levanta e vai embora, despreza a fala daquele outro. Ainda tem a ideia da desconfiança, aquele cara eu conheço, eu sei que ele não presta por isso já não ouço ele, já me recuso a ouvir ele (ZART, 2010).

Superar a ausência dessa transcendência em *ouvir o outro* se faz urgente. Ouvir, nesse sentido, significa superar o autoritarismo arraigado nas nossas mentes, nas nossas ações e atitudes. Para acontecer o trabalho coletivo e superar essa cultura autoritária a qual o entrevistado se refere é fundamental, mais do que desprendimento, a construção de laços de confiança coletiva que superem esses preconceitos e possibilitem a autogestão. Mas, o processo de autogestão começa com as pessoas, portanto, cada sujeito precisa se predispor a isso, a partilhar e compartilhar dessa ousadia que também passa por um compromisso pessoal.

Existe uma inter-relação desses empreendimentos com os movimentos sociais, que propicia um espaço de autonomia no qual todos são sujeitos. A diferença é que os arranjos no trabalho coletivo são inteiramente novos em relação ao trabalho subsumido ao capital. Ninguém manda em ninguém, mas todos obedecem ao que foi previamente combinado no coletivo.

Eu diria que a autogestão influi enormemente. Nós temos exemplos de empresas recuperadas em que os trabalhadores eram empregados. Alguns deles por muitos anos. Empresas antigas, empregados velhos, que inclusive ficavam com a empresa para recuperá-la porque sabiam que não teriam nenhuma possibilidade no mercado de trabalho por causa da idade... Esses trabalhadores passaram por uma mudança radical porque enquanto assalariados eles não tinham nenhuma possibilidade, mas também tinham pouquíssimas informações, era segredo da direção se as coisas não iam bem, até a empresa afundar. Agora não, agora eles têm que compartilhar todas as informações porque as decisões são coletivas. Então isso significa a meu ver um processo, eu diria,

de tornar-se adulto. O trabalhador assalariado é um sem ação. Ele não tem nenhuma responsabilidade, nenhuma informação, ele obedece a ordens. E ele é treinado e é pago para fazer justamente o que o chefe deseja dele, e ponto final, se der tudo errado a culpa é do chefe não é dele. Agora mudou, a situação dele é totalmente de adulto. Ele sabe do que vai acontecer, ele toma decisões, poder ser voto vencido, ou voto vencedor pouco importa, tem consequências. Pode dar certo, pode dar meio certo ou nada certo, então é um processo de aprendizagem coletivo (SINGER, 2010).

Nesse processo de aprendizagem todos ganham. Vencido ou vencedor pouco importa, foi ele, o trabalhador, que decidiu, e não outro que decidiu por ele. Ou seja, o trabalhador adquire o *status* de sujeito do processo. Passa a ser protagonista das relações de trabalho e do processo de decisão e, nesse sentido, é o próprio trabalhador quem pensa, quem planeja e ao mesmo tempo executa o trabalho. Esse processo de aprendizagem solidária permite ao conjunto dos trabalhadores superar a ruptura taylorista entre quem pensa e quem executa o trabalho e a autogestão supera a sujeição do trabalho ao capital e passa a ser uma alternativa concreta dos trabalhadores alcançarem a sua autonomia.

Em grego, autonomia é o fato de seguir a própria lei. A autonomia do ser vivo emerge da sua atividade de autoprodução e de auto-organização. O ser vivo, cuja auto-organização realiza um trabalho ininterrupto, deve alimentar-se de energia, matéria e informação exteriores para sempre se regenerar. A sua autonomia é, portanto, dependente; a sua auto-organização, auto-eco-organização (MORIN, 2005, p. 205).

A autogestão procura a reinvenção do humano pelo seu reencontro com o coletivo, com o outro. Assim, ela promove o reencantamento do humano. Simultaneamente, busca ressignificar o trabalho e o sentido da vida, não apenas no trabalho. Partindo do pressuposto de que “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1987, p. 29), a autogestão é uma forma de libertação. Para Ramos (2010), “Uma realização concreta da autogestão é a possibilidade, é o reencontro com o sujeito, o indivíduo passa a se ver como um sujeito e ter uma autonomia dentro do seu processo de trabalho”. E essa

autonomia emancipa e liberta. O que não quer dizer que esse reencontro fique restrito ao processo de produção.

A possibilidade primeira é das pessoas redescobrirem que o trabalho não gera só a sobrevivência. Você vende o trabalho e recebe as horas da sua vida que você vende. É você, suas horas de trabalho, e morreu o seu compromisso com o mundo do trabalho. A primeira possibilidade da economia solidária é ressignificar o trabalho. Reorientar o trabalho é recolocar o trabalho, e colocar a vida no centro. Se o trabalho não serve a vida não tem razão de existir. Quando as pessoas compreendem essa mensagem da economia solidária elas passam a perceber o trabalho de forma diferente, a pensar que é por aqui o caminho. As pessoas passam a perceber que podem ser melhores, elas passam a pensar eu posso ser mais, eu posso fazer mais. Mas ainda tem outra possibilidade. A possibilidade do prazer de ser livre, ser livre no trabalho. Quando a pessoa percebe que ele tem a liberdade do que fazer, do como fazer, de fazer ou não fazer isso, mexe com as pessoas. Então essa mensagem vai se espalhando, vai tomando conta dos projetos institucionais, das políticas públicas, das universidades. Isso vai criando possibilidades diferentes, você vai levando essa mensagem e criando outra forma de se contrapor à ideologia capitalista. Começa no centro disso surgir outras versões, surgir um movimento de resistência, um movimento de contra hegemonia (VAILANT, 2010).

Superar o paradigma da subalternidade também é um ato de aprendizagem e ousar o protagonismo de transformação social está na gênese da prática da autogestão. Para Ramos (2010), “A autogestão traz um aspecto importante que é a questão da solidariedade. Quem trabalha a autogestão tem uma visão integrada do processo de trabalho para poder realizar, executar a solidariedade”.

Essa visão integrada do processo de trabalho também se configura como uma aprendizagem, visto que os trabalhadores foram instruídos para obedecer e não para pensar o processo de produção. Porém, esse processo de aprendizagem é muito relativo, as assimetrias, os hiatos a serem superados no processo de construção de alternativas autogestionárias são enormes, até porque existe uma variedade muito grande dessas iniciativas em andamento.

Cada empreendimento comporta uma realidade distinta, vive um processo diferente, encontra-se em estágios diferentes, com concepções e

objetivos diferentes. É importante compreender isso sob pena de cometer equívocos de interpretação. Cada realidade exige uma leitura diferente, justamente porque as lógicas se apresentam diferentes, daí a importância da problematização de cada contexto, de cada universo, de cada grupo. Um grupo de mulheres vai manifestar sua lógica de solidariedade diferentemente de um grupo de catadores, que também pode ser um grupo de mulheres. Um empreendimento criado a partir de uma necessidade de sobrevivência tem lógica distinta de um empreendimento forjado na militância política, mas pode comportar também, uma necessidade de sobrevivência, por exemplo. Então, é preciso cuidado e a acuidade aguçada do observador atento e preparado para observar e perceber como a autogestão se manifesta.

Uma empresa na qual o processo foi mais politizado, um pessoal mais politizado que tinha uma proposta realmente autogestionária, apesar das contradições eles tinham isso muito claro, muito forte porque era um valor fundamental, visto que já havia um processo educativo prévio. E outra empresa que surgiu mais em função do processo de terceirização. Não é que não se avance. É porque o motivo inicial dele é outro. Eles querem trabalhar de forma coletiva, mas eles já têm incorporadas determinadas práticas que impedem isso. E vir a propor, implantar um processo de autogestão como a gente entende muitas vezes é uma violência. Porque é da minha cabeça e não a partir do que eles colocam. Há uma inadequação. Isso no mundo sindical. O mesmo ocorre no mundo popular, com as mulheres, tem uma lógica muito forte da informalidade, das relações familiares, muito vai depender dessa lógica, desse universo. Eu acredito que a universidade está muito longe desse universo. O grande problema para o nosso trabalho é esse. Nós levamos uma ideia que nós temos como boa, e que é. Mas depois, nós não sabemos trabalhar a partir da prática. É preciso encontrar mecanismos de construção a partir da realidade, não só com base em discursos de valores individualismo versus coletivo. Tem que ser através de processos que as relações vão sendo construídas e compreendidas num processo de construção de confiança. Isso é difícil porque é um processo pedagógico inserido nessa contradição. É um processo de construção de coletivos de pessoas que se conhecem, que confiam e criam esse conjunto de relações. É difícil construir espaços onde eu consigo opinar, ser ouvido. São duas coisas: uma de construir processos metodológicos que



superem essa inadequação. E outro é o processo de falta da compreensão da cultura que vem de outros universos, de outras práticas, de setores que constroem culturas como eles funcionam. Não quer dizer simplesmente que seja bom ou ruim. Mas funciona de outra maneira porque vem de outro universo, de outras práticas que muitas vezes estão pautadas por outras práticas que não as relações de solidariedade, que não as de confiança mútua. Por onde que elas passam? Nós temos que trabalhar muito a partir do grupo, não a partir da ideia ideal. Eu percebo um distanciamento da universidade que normatiza muito isso que é muito distante dos processos de construção do grupo (ICAZA, 2010).

Apesar das dificuldades, essa realidade se concretiza em todos os cantos do país. Aprender novas relações de trabalho significa assumir uma nova postura no processo de produção e na vida. As pessoas passaram a acreditar que outro mundo é possível. As pessoas passaram a acreditar que o trabalho coletivo não é só uma promessa, é uma realidade concreta que depende única e exclusivamente de cada membro do grupo. Que cada sujeito pode contribuir com o grupo e que cada grupo pode retribuir e partilhar seus saberes e conhecimentos com base na reciprocidade, na solidariedade e, assim, o conjunto de coletivos ganha cada vez mais adesão e força.

O trabalho nos grupos é coletivo. A maioria dos grupos é de pequenos grupos. Você tem um número limitado de famílias atuando, mas na economia solidária eu percebo que há uma prática da autogestão. Existe autogestão. Para os grupos isso as vezes não é muito claro ainda esse processo, mas eles exercitam a autogestão, há um diferencial desses grupos da economia solidária. Isso é perceptível quando você passa a acompanhar os grupos. Apesar de todos os desafios que tem a economia solidária e que os empreendimentos enfrentam como a falta de recursos, de assistência técnica, falta de apoio na comercialização eles enfrentam e superam os desafios de forma extraordinária, de forma coletiva. Cada vez mais os grupos estão descobrindo a importância de estar juntos. Se antes eles tinham apenas o parâmetro interno do grupo hoje eles conseguem ver e se relacionar com outros empreendimentos, já percebem a possibilidade de formar uma rede, pensar o comércio juntos. Acredito que isso em função de todo esse processo que a gente tem vivido nesses últimos

anos, o processo de formação, o processo de organização da economia solidária está contribuindo com isso (BASTOS, 2010).

Esse depoimento mostra que existe um processo de aprendizagem intrínseco às relações de trabalho. Aprender a trabalhar em grupo e em um estágio mais avançado em rede é um processo que exige novos saberes, os quais são construídos no processo coletivo. Pode-se afirmar que, por sua peculiaridade, essa é uma possibilidade da autogestão e de uma sociedade solidária.

## Considerações Finais

Nesse contexto de assimetrias, os movimentos sociais contra-hegemônicos procuram construir alternativas de ressignificação do trabalho e a economia solidária, por meio da autogestão, vem buscando dar respostas coletivas para os problemas dessa natureza. É dentro dos empreendimentos econômicos solidários, invisíveis e marginais à economia de mercado, que se realiza essa ressignificação. Não livre de contingências, experiências dessa natureza avançam no sentido de revelar novas práticas e novas relações de trabalho, apontando possibilidades e alternativas comprometidas com *outro mundo possível* e isso implica em mudar a nós mesmos, trabalhadores, o que se desdobrará sobre a sociedade.

No processo de construção de autogestão, os sujeitos da economia solidária compreendem não só as diferenças nas relações de trabalho, mas despertam para se conscientizar sobre os problemas e as contradições do sistema capitalista e da sociedade em que vivemos. Portanto, o processo de autogestão assume características pedagógicas que exigem a problematização do mundo e da realidade do empreendimento em que ele atua no contexto mundo. Essa problematização parte do concreto, da realidade do trabalhador para o seu contexto social. Esse processo de aprendizagem passa, necessariamente, pela crítica ao instituído e pela necessidade de construir alternativas de ressignificação das relações de trabalho e da própria sociedade.

As contradições paradigmáticas dos empreendimentos autogestionários na sociedade capitalista são muitas, mas começam pela necessidade de superar a cultura das relações de trabalho hierarquizadas da sociedade capitalista. É preciso um exercício do trabalhador para superar o paradig-

ma da heterogestão e isso inclui um esforço de reflexão que problematize a questão para que os trabalhadores estejam conscientes de sua opção de escolha no processo de tomada de decisão. Transcender da heterogestão para a autogestão é um desafio para os trabalhadores que, historicamente, foram submetidos a relações de trabalho subordinadas ao capital. Porém, percebe-se que, nos empreendimentos econômicos solidários, esse exercício é realizado no cotidiano, no próprio fazer da autogestão.

Apesar de a formação ser o maior limite apontado pelos entrevistados para o avanço da economia solidária, ela se apresenta como um processo de aprendizagem constante dos trabalhadores. A prática da autogestão exige essa reflexão e atitude crítica, criativa e coletiva. Exige, também, o preparo dos sujeitos da economia solidária para acessar as informações, compreendê-las, interpretá-las, visando à transformação das relações socioprodutivas em seu cotidiano.

## Referências

SILVA, A. A. Mulheres no ataque: depoimento. [9 de junho, 1996]. São Paulo: **Revista da Folha de São Paulo**. Entrevista concedida a Cristiana Couto.

BASTOS, R. Entrevista [18 jun. 2010]. **II Conferência Nacional de Economia Solidária**. Entrevista concedida a Sandro Sguarezi.

CAVALCANTI, C. A. Entrevista [17 jun. 2010]. **II Conferência Nacional de Economia Solidária**. Entrevista concedida a Sandro Sguarezi.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

CORAGGIO, J. L. A modo de conclusión: algunos criterios para pensar las diferencias entre la economía de mercado y la economía social. In: CITTADINI, R. et. al (Orgs). **Economía social y agricultura familiar: hacia la construcción de nuevos paradigmas de intervención**. Buenos Aires: INTA, 2010.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GOHN, M. da G. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

GUTIÉRREZ, F. Educação comunitária e desenvolvimento sócio-político. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). **Educação comunitária e economia solidária**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Alcances educativos do fator “C”. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). **Educação comunitária e economia solidária**. São Paulo: Editora Cortez, 2005a. (Coleção Questões da Nossa Época, Vol.25).

ICAZA, A. S. M. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. Entrevista [18 jun. 2010]. **II Conferência Nacional de Economia Solidária**. Entrevista concedida a Sandro Sguarezi.

MANCE, E. A. **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFIL, 2003.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORIN, E. **O método 6: ética**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOTHÉ, D. Autogestão. In: CATTANI, A. D.; *et al.* (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina/CES, 2009.

OLIVEIRA, D. C. Entrevista [18 jun. 2010]. **II Conferência Nacional de Economia Solidária**. Entrevista concedida a Sandro Sguarezi.

RAMOS, R. Entrevista [18 jun. 2010]. **II Conferência Nacional de Economia Solidária**. Entrevista concedida a Sandro Sguarezi.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia de pesquisa aplicável às ciências sociais. In: RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

SGUAREZI, S. B. **Autogestão e economia solidária: limites e possibilidades**. 2011. 263 p. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 2011. Disponível em: <[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?co\\_dArquivo=13798](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?co_dArquivo=13798)>. Acesso em 01 out. 2013.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_.; KRUPPA, S. M. P. Senaes e a economia solidária: Democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais. In: **Tecnologia social: Uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Entrevista [17 jun. 2010]. **II Conferência Nacional de Economia Solidária**. Entrevista concedida a Sandro Sguarezi.

VAILANT, C. Entrevista [17 jun. 2010]. **II Conferência Nacional de Economia Solidária**. Entrevista concedida a Sandro Sguarezi.

ZART, L. L. Entrevista [17 jun. 2010]. **II Conferência Nacional de Economia Solidária**. Entrevista concedida a Sandro Sguarezi.

# Economia Solidária e proteção social na contemporaneidade

*Líria Maria Bettiol Lanza<sup>1</sup>, Luis Alberto Maccagnan<sup>2</sup>,  
Marcílio Ronaldo Garcia<sup>3</sup>*

**Resumo** A Economia Solidária ganha visibilidade no cenário brasileiro na primeira década do século XXI, principalmente devido à criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Assim, o Estado no âmbito executivo, passou a assumir o desafio de implementar políticas para além dos trabalhadores assalariados, reconhecendo as demais formas de organização do mundo do trabalho. Essa incorporação realizada pelo executivo não se estendeu ao legislativo, de modo que ela tem sido utilizada como uma artimanha do capital para precarizar e flexibilizar as relações de trabalho. Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo problematizar a relação entre a precarização do trabalho e a intervenção do Estado no campo da Economia Solidária. Como metodologia realizou-se uma pesquisa bibliográfica acerca da gênese do cooperativismo, da precarização do trabalho nessas iniciativas e da crítica dos marxistas a essas organizações; posteriormente, com base no Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária, pensamos a intervenção estatal junto a essas iniciativas. Evidenciou-se a necessidade de uma política pública e social para a Economia Solidária. Parece evidente que ela é uma importante mediação social para expansão dos direitos, no caso, o direito ao trabalho associado. A constituição de uma política pública de Economia Solidária, depende de princípios, diretrizes, financiamento, organização e marco regulatório adequado pensado na diversidade de empreendimentos em direção a uma futura unidade e com controle social que estabeleçam a relação com as demais políticas (transversalidade) e assim, garantiria o direito e proteção ao trabalho associado.

**Palavras-chave** Economia solidária; Cooperativismo; Trabalho associado; Precarização; Flexibilização.

**Abstract** The Solidarity Economy gains visibility in Brazilian society in the first decade of this century, mainly due to the creation of the National Solidarity Economy Secretariat. This merger made by the executive did not extend to the legislature, so that it has been used as a ruse of capital to precarious and flexible labor relations. Therefore, this paper aims to discuss the relationship between job insecurity and state intervention in the field of Solidarity Economy. The methodology carried out a bibliographic research on the genesis of cooperativism, the precariousness of work in these initiatives and criticism of the Marxists to these organizations; subsequently, based on the National System of Solidarity Economy

- 
- 1 Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR), docente do Departamento de Serviço Social e da Pós-graduação em Serviço Social e Política Social. E-mail: liriabettiol.j@gmail.com.
  - 2 Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR), discente da Pós-graduação em Serviço Social e Política Social. E-mail: luiz.maccagnan@gmail.com.
  - 3 Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR), discente da Pós-graduação em Serviço Social e Política Social. E-mail: marcilio\_garcia@hotmail.com.

Information, we think the state intervention with these initiatives. It was evident the need for public and social policy for the Solidarity Economy.

**Keywords** Solidarity Economy; Cooperativism; Work associate; Precariousness; Easing.

**Resumén** La economía solidaria gana visibilidad en el escenario brasileño en la primera década del siglo XXI, principalmente debido a la creación de la Secretaría Nacional de Economía Solidaria. Así, el Estado en el ámbito ejecutivo, pasó a asumir el desafío de implementar políticas más allá de los trabajadores asalariados, reconociendo las demás formas de organización del mundo del trabajo. Esta incorporación realizada por el ejecutivo no se extendió al legislativo, de modo que ella ha sido utilizada como una artimaña del capital para precarizar y flexibilizar las relaciones de trabajo. Ante este, el presente trabajo tiene por objetivo problematizar la relación entre la precarización del trabajo y la intervención del Estado en el campo de la Economía Solidaria. Como metodología se realizó una investigación bibliográfica acerca de la génesis del cooperativismo, de la precarización del trabajo en esas iniciativas y de la crítica de los marxistas a esas organizaciones; Posteriormente, con base en el Sistema Nacional de Informaciones de Economía Solidaria, pensamos la intervención estatal junto a esas iniciativas. Se evidenció la necesidad de una política pública y social para la economía solidaria. Parece evidente que es una importante mediación social para la expansión de los derechos, en el caso, el derecho al trabajo asociado. La constitución de una política pública de Economía Solidaria, depende de principios, directrices, financiamiento, organización y marco regulatorio adecuado pensado en la diversidad de emprendimientos hacia una futura unidad y con control social que establezcan la relación con las demás políticas (transversalidad) y Así, garantizar el derecho y protección al trabajo asociado.

**Palabras clave** Economía solidaria; Cooperativismo; Trabajo asociado; Precarización; Flexibilización.

## Introdução

Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo federal sob a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), foi criada em 2003, no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Assim, o Estado no âmbito executivo, passou a assumir o desafio de implementar políticas para além dos trabalhadores assalariados, reconhecendo as demais formas de organização do mundo do trabalho. No mesmo período, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), expressão do movimento dessa “outra economia” que agrega entidades de apoio, assessoria e fomento, gestores públicos e trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários (EES). Diante do reconhecimento do trabalho associado perante o Estado, faz-se necessário que este assegure aos trabalhadores que aderirem a essa ini-

ciativa a proteção social e o trabalho. Nesse sentido, as políticas públicas e sociais são de suma importância na intervenção do Estado junto a essas iniciativas.

Assim, o presente artigo tem por objetivo problematizar a relação entre a precarização do trabalho e a intervenção do Estado no campo da Economia Solidária. Os procedimentos metodológicos desenvolveram-se em dois momentos, a saber: primeiro, realizou-se uma pesquisa bibliográfica acerca da gênese do cooperativismo, da precarização do trabalho nessas iniciativas e da crítica dos marxistas a essas organizações; posteriormente, com base no Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES), pensamos sobre a intervenção estatal nessas iniciativas.

## A Gênese do Cooperativismo

Segundo Singer (2002), os autores que mais contribuíram para se pensar a condição dos trabalhadores e, conseqüentemente, apresentaram formas de organização da produção que culminaram no desenvolvimento do cooperativismo, foram: Robert Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837) e Saint-Simon (1760-1825). Ambos “são tradicionalmente conhecidos na história do pensamento socialista por suas ideias acerca de uma sociedade libertária e de organização social de base comunitária.” (NEVES, 2010, p. 97).

Esses pensadores apresentavam uma preocupação com a realidade social de sua época e pensavam novas formas de estruturação para a organização do trabalho, visando uma melhora na condição de vida dos trabalhadores. No entanto, concebiam essa reestruturação no modo de produzir de forma distinta, apresentando uma característica em comum: a associação dos trabalhadores.

Diante do pensamento liberal, o socialismo utópico de Saint-Simon esboça a visão de um sistema industrial cujo objetivo seria buscar o melhor bem-estar possível às classes trabalhadoras unidas em associações de cidadãos, com a redistribuição equitativa das riquezas posta como competência do Estado. À mesma época, Fourier inventaria o *falanstério*, onde a repartição dos bens se dá segundo o trabalho entregue, o capital empregado e o talento, a partir da autogestão. Owen requisita o apoio do Estado para organizar colônias (coo-



perativas agrícolas e comunidades cooperativas urbanas), destacando a cooperação e os circuitos fechados produtivos como forma de construção social. (NEVES, 2010, p. 117).

Os socialistas utópicos podem ser entendidos como pensadores que criavam modelos ideais para a realidade que não poderiam ser implementados, pois acreditavam:

Na possibilidade de uma transformação social total, que compreendesse a eliminação do individualismo, da competição e da influência da propriedade privada, sem o reconhecimento da necessidade da luta de classes e do papel revolucionário do proletariado na realização dessa transição (BOTTOMORE, 2012, p. 502).

Esses pensadores, portanto, não tinham uma concepção materialista da história, mas foram considerados – não negamos – os primeiros a contestarem o individualismo liberal, apresentando no seu modo de pensar um novo sistema para a estruturação do trabalho como uma possível resposta aos problemas sociais que surgiram durante o processo de industrialização.

Porém, como afirma Marx e Engels (2000), os utópicos compreendem bem o antagonismo das classes, assim como a ação dos elementos destruidores na própria sociedade dominante. Todavia, não percebem no proletariado seu papel histórico e político.

Compreendemos que os socialistas utópicos desconsideraram a ação política da classe operária, pois criticavam o modo de produção capitalista e as suas consequências, mesmo não conseguindo explicá-lo. Assim, como não poderiam destruí-lo, não lhe restava nada além de repudiá-lo, apenas ideologicamente (ENGELS, 1986).

Cabe aqui ressaltar que concomitante ao pensamento dos utopistas, há uma luta dos operários europeus contra o “liberalismo do capitalismo competitivo”. Segundo Rios (1987, p. 21), “o cooperativismo europeu surge como uma reação proletária como parte de uma estratégia de sobrevivência, constituindo também um projeto político”. Logo, o papel dos trabalhadores surge como ponto fundamental para a formação do cooperativismo, entendendo que “não se pretendem superar apenas os males do capitalismo: pretende-se eliminar o próprio regime econômico que

os provoca” (RIOS, 1987, p. 21). Tal cooperativismo pode ser entendido como uma expressão do movimento operário em reação à exploração do modo de produção capitalista, ao se organizar politicamente enquanto classe trabalhadora para o enfrentamento do capital, por meio do movimento sindical. Lembramos que o direito de associação só é reconhecido na Inglaterra em 1826 e na França em 1884 (RIOS, 1987).

A partir da influência dos socialistas utópicos para a formação das cooperativas de produção e com o crescimento do movimento sindical, tornaram-se recorrentes outras formas de organizações cooperadas. Um modelo importante para a difusão dessa proposta foi a cooperativa de consumo de Rochdale. Diferentes formas de cooperativas foram surgindo e se alastrando de meados do século XIX até a contemporaneidade, mas ressaltamos que não será aqui detalhada cada experiência, temos, assim: as cooperativas de consumo, de crédito, de compras e vendas, de produção e os clubes de trocas.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a formação das cooperativas atreladas ao crescimento do movimento sindical, ocorreram inúmeras conquistas de direitos para os trabalhadores assalariados. Dentre essas conquistas, podemos citar a diminuição das horas de trabalho, o aumento real dos salários e uma seguridade social abrangente que, segundo Singer (2002), deram a muitos assalariados um padrão de vida de classe média. Nesse período, a proposta de embate ao modo de produção capitalista, por meio do trabalho cooperado, foi deixada de lado, visto que “os sindicatos tornaram-se organizações poderosas, cuja missão passou a ser a defesa dos interesses dos assalariados, dos quais o mais crucial é conservar o emprego” (SINGER, 2002, p. 109). Entretanto, com a crise em meados de 1970 e o desemprego em massa, ressurgiu a proposta do cooperativismo como resposta a essa condição.

## Reestruturação Produtiva e organização do trabalho

Nesse contexto, faz-se necessário pensar nos impactos da reestruturação produtiva junto à classe trabalhadora. Segundo Harvey (2013), em meados da década de 1970, há uma crise na acumulação do capital que acarreta profundas mudanças na organização do trabalho. De acordo com esse autor, ocorre uma quebra no “acordo” entre o capital e o trabalho, o

que significará para a classe trabalhadora um processo constante de precarização do contrato e das condições de trabalho (HARVEY, 2013).

É a partir da mundialização do capital que se desenvolve um complexo de reestruturação produtiva com impactos estruturais no mundo do trabalho. Ele surge como ofensiva do capital na produção, o que debilita a classe não apenas no aspecto objetivo com a constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho, mas principalmente no subjetivo. É por isso que, na perspectiva da constituição do ser social, o novo complexo de reestruturação produtiva não possui caráter “neutro” na perspectiva da luta de classes. Ele expressa na medida em que se desenvolvem as alterações do processo de trabalho, algo que é intrínseco à lei da acumulação capitalista: a precarização da classe dos trabalhadores assalariados, que atinge não apenas, no sentido objetivo, a sua condição de emprego e salário mas, no sentido subjetivo, a sua consciência de classe (ALVES, 2010, p. 9).

Nesse cenário, tem-se um processo de flexibilização dos contratos de trabalho que, de acordo com Lima (2002), significa temporalizá-lo em função dos interesses empresariais, determinando o tempo, reduzindo o número de horas trabalhadas, etc., além das mudanças no próprio contrato, que poderá ser de assessoria, consultoria, empresas individuais, cooperativas de trabalho, sendo essas formas de contrato um modo de descharacterizar a relação salarial.

Consequentemente, alteram-se as condições de trabalho, porque as novas formas de contrato podem significar um aumento na intensidade da utilização da força de trabalho, em que o trabalhador executa diversas tarefas (que antes eram de responsabilidade de outros trabalhadores), não há horas pré-determinadas e, por fim, ocorre uma flexibilização dos direitos trabalhistas, que afetará o descanso semanal ou anual. Há, desse modo, informalização do trabalho. Assim, o conceito de precarização segue paralelo ao de flexibilização.

De acordo com Alves (2010), a partir da década de 1990 no Brasil, o Estado passou a incorporar pautas dos problemas sociais característicos do mundo do trabalho capitalista em âmbito mundial, tais pautas são impostas pelo novo ataque do capital sobre a produção. O desemprego estrutural e a precariedade de emprego e salário apareceram como um novo estigma do mundo do trabalho, atingindo a classe operária. Atrelado a

isso, o capital se utiliza, no plano ideológico, de expressões, como autonomia e participação social, com o objetivo de ocultar suas verdadeiras características, pois incorpora esses elementos, que fazem parte do discurso operário, a uma evidente concepção burguesa. Um exemplo desse deslocamento ideológico são as cooperativas.

O capital passa a denominar como “cooperativas” verdadeiros empreendimentos patronais com o intuito de destruir os direitos sociais dos trabalhadores. Jacob Lima (2009) coloca que o cooperativismo de trabalho no Brasil dos anos 1990 não foi resultado do movimento de trabalhadores de autogestão, mas de situações pontuais de luta pela manutenção dos empregos.

O que caracteriza hoje a classe trabalhadora brasileira é o “desemprego ampliado, precarização exacerbada, rebaixamento salarial acentuado e perda crescente de direitos” (ANTUNES, 2009, p.55). O processo histórico do capitalismo mundial contribui para a precarização estrutural do trabalho e, segundo Antunes (2009), também para o desmonte da legislação social de proteção ao trabalho. Com esse processo de flexibilização da legislação trabalhista, temos o aumento dos mecanismos para a exploração do trabalho, ampliando suas formas de precarização e, conseqüentemente, de destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora.

Nesse período de perdas para a classe trabalhadora, no que concerne às relações sociais de trabalho, surge numa perspectiva “alternativa” a esse cenário adverso para a classe trabalhadora o debate sobre a Economia Solidária, no qual as cooperativas seriam apresentadas como uma possibilidade dos trabalhadores resistirem de forma autônoma à exploração do capital e ao desemprego. Mesmo que a Economia Solidária não se restrinja às cooperativas, estas teriam um papel fundamental em sua constituição.

## A Crítica Marxista ao Cooperativismo

O cooperativismo, iniciado pelos trabalhadores e destacado pelos socialistas utópicos, não passou despercebido pela tradição marxista. Karl Marx (1818-1883), Rosa Luxemburgo (1871-1919) e Vladimir Ilitch Lenin (1870-1924) nos oferecem importantes contribuições para pensarmos essa forma de organização do trabalho.

Marx coloca no *Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores* (AIT) que a conquista da lei da jornada de trabalho de dez horas pelo operariado inglês foi a primeira vez em que a economia política burguesa sucumbiu ante a economia política da classe operária. Todavia, o futuro reservava uma vitória ainda maior, com o surgimento das fábricas cooperativas<sup>4</sup> erguidas pelos esforços de ousados operários. Estes demonstraram pela ação e não por palavras que a produção pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões e que os meios de trabalho não precisam ser monopolizados por uma classe, servindo como meio de dominação e exploração (MARX, 2016a).

[...] tal como o trabalho escravo, tal como o trabalho servo, o trabalho assalariado não é senão uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer ante o trabalho associado desempenhando a sua tarefa com uma mão voluntariosa, um espírito pronto e um coração alegre. (MARX, 2016, p.6).

No entanto, a experiência do período de 1848 a 1864 mostrou que, por melhor que seja o princípio e utilidade prática do trabalho cooperativo, se ele for mantido por esforços de operários isolados, não conseguirá deter o desenvolvimento do monopólio, libertar as massas, nem ao menos aliviar o peso de suas misérias. Para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, incrementado por meios nacionais (MARX, 2016a).

Nas críticas que Marx encaminha a Lassale, em ocasião da unificação de partidos operários alemães, ele trata do tema, pois o programa<sup>5</sup> do partido que privilegiava as teses de Lassale perpassava pelas cooperativas. Lassale defendia que “O Partido Operário Alemão reclama, para preparar a via para a solução da questão social, o estabelecimento de cooperativas produtivas com ajuda do Estado, sob o controle democrático do povo trabalhador.” (LASSALE apud MARX, 2016, p.12). Além disso, colocava que essas cooperativas de produção deveriam ser criadas na indústria e na

---

4 O Socialista Utópico Robert Owen é reconhecido como um dos precursores do cooperativismo.

5 Em 1875, em virtude da unificação dos dois partidos operários alemães, que são a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, dirigida por Ferdinand Lassalle, e o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores, dirigido por Wilhelm Liebknecht, Wilhelm Bracke e August Bebel, Marx encaminhou à cidade de Gotha um conjunto de observações críticas ao programa do futuro Partido Social-Democrata da Alemanha, fruto dessa unificação.

agricultura, sendo em número suficiente para que resultasse na organização socialista de todas as atividades (LASSALE apud MARX, 2016b).

A crítica de Marx é incisiva com relação a isso:

Depois da «lei de bronze do salário» de Lassalle, o remédio santo do profeta! É «preparada a via» de uma maneira digna! Para o lugar da luta de classes existente entra a frase de escriba de jornal — «a questão social», para cuja «solução» se «prepara a via». Em vez de «surgir» do processo de transformação revolucionário da sociedade, a «organização socialista do trabalho total» [surge] da «ajuda do Estado», que o Estado dá às cooperativas produtivas, que ele, [e] não os operários, «chama à vida». Que se pode construir com apoio do Estado uma sociedade nova do mesmo modo que um caminho-de-ferro novo é [bem] digno da imaginação de Lassalle! (MARX, 2016, p.12).

Marx continua expondo que o povo trabalhador da Alemanha, em sua maioria, não é o proletariado, mas sim os camponeses. E que, pelas reivindicações realizadas, é um povo que não está no poder e não está maduro para o poder. Ainda complementa que o fato de querer instaurar as condições de produção cooperativa em toda sociedade (primeiro em escala nacional) não significa nada além de desagregar as atuais condições de produção. “[...] No que, porém, diz respeito às actuais sociedades cooperativas, elas só têm valor na medida em que são criações dos operários, independentes, nem protegidas pelos governos, nem pelo burguês.” (MARX, 2016b).

Ao tratar do crédito, Marx se refere ao sistema de ações, expondo que, embora seja a negação da antiga forma em que o meio social de produção se apresenta como propriedade individual, continua encerrada dentro do capitalismo. Portanto, ao invés de superar o caráter privado da riqueza, apenas lhe dá uma nova forma. Ao se referir às fábricas das cooperativas de trabalhadores, afirma que elas representam a primeira brecha dentro do antigo sistema, no entanto, ainda reproduzem os defeitos do sistema existente (MARX, 2008).

[...] Mas dentro delas suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação os capitalistas deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho. (MARX, 2008, p. 587).

Nesse sentido, elas ilustram, a partir de certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais de produção que lhes correspondem, como se constitui um novo modo de produção e se liberta naturalmente do anterior. Foi o sistema de fábrica do modo de produção capitalista que proporcionou o desenvolvimento da cooperativa operária e do sistema de crédito. O sistema de crédito que contribui para que as empresas capitalistas privadas se tornem progressivamente empresas capitalistas por ações é o mesmo que irá fornecer os meios para uma expansão gradual das empresas cooperativas, em escala mais ou menos nacional (MARX, 2008).

Tanto as empresas capitalistas por ações quanto as cooperativas industriais dos trabalhadores devem ser consideradas formas de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado, com a diferença que, num caso, a contradição é superada negativamente e, no outro, de maneira positiva (MARX, 2008, p. 587).

Para Marx, se a empresa cooperativa cria internamente outra sociabilidade, externamente ela reproduz as relações das empresas capitalistas. Assim, ela terá valor apenas se se expandir pela sociedade, compreendendo a luta de classes e não buscando uma pretensa paz social.

Rosa Luxemburgo coloca que as cooperativas de produção são instituições de natureza híbrida, pois constituem uma produção socializada em miniatura, mas que é acompanhada por uma troca capitalista. Entretanto, a autora enfatiza que, na economia capitalista, é a troca que domina a produção e que, em razão da concorrência necessária para a existência da empresa, ocorre uma exploração implacável da força de trabalho. Por conseguinte, são os interesses capitalistas que dominam o processo de produção. Em realidade, isso significa “praticar todos os métodos bem conhecidos que permitem a uma empresa capitalista refrear a concorrência de outras empresas.” (LUXEMBURGO, 2005, p. 81). Essa é uma situação contraditória para a cooperativa de produção, pois ao mesmo tempo em que os operários se governam, desempenham o papel dos próprios capitalistas (LUXEMBURGO, 2005).

E desta contradição morre a cooperativa de produção, quer pela volta à empresa capitalista, quer, no caso de serem mais fortes os interesses dos operá-

rios, pela dissolução. São esses fatos que o próprio Bersntein constata, mas que evidentemente não compreende quando, com a senhora Potter-Webb, vê na falta de “disciplina” a causa do fracasso das cooperativas de produção na Inglaterra. O que aqui se qualifica vulgar e superficialmente de “disciplina” outra coisa não é se não regime absoluto natural ao Capital, e que evidentemente os operários não podem empregar contra si mesmos (LUXEMBURGO, 2005, p. 81).

Portanto, a cooperativa só pode assegurar sua existência buscando suprimir essa contradição, que a coloca sob as leis da livre concorrência, mesmo que seja de modo artificial. Isso significa garantir-lhe um mercado, um círculo de consumidores, sendo esse meio oferecido pela cooperativa de consumo. Desse modo, Rosa Luxemburgo explicita que, naquele momento, a existência das cooperativas de produção estava atrelada às cooperativas de consumo, de modo que na melhor das hipóteses elas deveriam se contentar “com pequenos mercados locais e que se limitam a alguns produtos de primeira necessidade, de preferência aos produtos alimentares”. Destarte, os ramos de maior importância para a produção capitalista (indústria têxtil, mineira, metalúrgica, construção de máquinas, etc.), estão excluídos nas cooperativas de produção (LUXEMBURGO, 2005).

Eis porque, sem ter em conta o seu caráter híbrido, as cooperativas de produção não podem ser consideradas uma reforma social geral, pela simples razão de pressupor sua realização geral, antes de tudo, a supressão do mercado mundial e a dissolução da economia mundial atual em pequenos grupos locais de produção e de troca, constituindo no fundo, por conseguinte, um retrocesso da economia do grande capitalismo à economia mercantil da Idade Média. (LUXEMBURGO, 2005, p. 83).

As cooperativas de produção desempenham a função de anexos das cooperativas de consumo, e estas sim aparecem como a reforma socialista projetada. Portanto, a reforma social baseada em cooperativas deixa de lado a luta contra o capital de produção, que é o principal ponto, e se dirige a lutar contra o capital comercial, mais precisamente, contra o pequeno e médio capital comercial (LUXEMBURGO, 2005).



Entendemos que Rosa Luxemburgo aprofunda e esmiúça a crítica realizada por Marx, quanto aos limites das cooperativas, ainda que reconheça sua natureza híbrida.

Vladimir Ilitch Lenin (1870-1924), por sua vez, afirma: “Parece-me que não damos suficiente importância à cooperação.” (LENIN, 2004, p.657). Depois da revolução de Outubro<sup>6</sup> e graças à Nova Política Econômica (NEP), a cooperação adquiriu uma importância excepcional, embora os sonhos dos velhos cooperadores fossem fantasiosos<sup>7</sup>, pois não compreendiam a luta política. Com a classe operária exercendo o poder do Estado e com os meios de produção sendo do Estado, a tarefa agora era agrupar a população em cooperativas, pois, assim, o socialismo se realizaria por si próprio. O que antes era tratado com zombaria, em virtude de não se entender a necessidade da luta de classes e do poder político, agora adquire enorme importância. Pela NEP, fez-se uma concessão ao camponês encarado como comerciante, como forma de combinar o interesse privado e seu controle pelo Estado (LENIN, 2004).

[...] Uma coisa é fantasiar sobre toda espécie de associações operárias para construção do socialismo e outra é aprender na prática a construir esse socialismo, de tal modo que cada pequeno camponês possa participar nessa construção. Já alcançamos agora esse degrau. E é indubitável que, tendo-o alcançado, o aproveitamos muitíssimo pouco (LENIN, 2004, p. 658).

Lenin destaca que é necessário organizar politicamente a cooperação, garantindo-lhe certas vantagens que sejam de ordem puramente material (taxa de juro bancário, etc.) (LENIN, 2004). “[...] é necessário conceder à cooperação meios do Estado que ultrapassem, ainda que pouco, os meios concedidos às empresas privadas, mesmo até o nível dos concedidos à indústria pesada, etc.” (LENIN, 2004, p.658). Ademais, frisa que “[...] Cada regime social surge apenas com apoio financeiro de uma classe determinada.” (LENIN, 2004, p.658), argumentando o quanto teria sido gasto para o nascimento do capitalismo, e que no momento, há que se apoiar o regime cooperativo (LENIN, 2004).

---

6 Refere-se à Revolução de Outubro na Rússia, também conhecida como Revolução Bolchevique ou Revolução Vermelha.

7 Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837) e Robert Owen (1771-1858).

Segundo Lenin (2004), existia naquele momento a necessidade de fazer a população compreender as vantagens das cooperativas e que essa sabedoria era necessária para transição socialista. Mas, para isso, era preciso toda uma revolução, de toda uma época de desenvolvimento cultural das massas populares. Por isso, a regra devia ser “[...] o mínimo possível de filosofias e de artifícios.” (LENIN, 2004, p.659). Assim, a NEP já representava um progresso, pois se atingia o nível do camponês mais comum, não lhe exigindo nada superior. Lenin, de modo otimista, acreditava que poderia alcançar isso em dez ou vinte anos (LENIN, 2000).

[...] sem a alfabetização completa, sem um grau suficiente de inteligência, sem habituar suficientemente a população a utilizar os livros e sem uma base material para isso, sem certas garantias, digamos, contra as más colheitas, a fome, etc., sem isso não podemos alcançar nosso objetivo (LENIN, 2004, p.659).

O desafio seria de aliar o entusiasmo revolucionário à habilidade de um comerciante inteligente e instruído, que seria o bastante para formar um bom cooperador. Dessa forma, entende-se o comerciante como um comerciante culto (LENIN, 2004).

Ainda de acordo com Lenin, não há dúvida de que as cooperativas em um Estado Capitalista são instituições capitalistas coletivas, mas se distinguem das empresas capitalistas por serem empresas coletivas. Todavia, no Capitalismo de Estado, as cooperativas também se distinguem das empresas capitalistas de Estado, como empresas privadas, mas também coletivas. Assim, não se distinguiriam das empresas socialistas se a terra onde se localizam os meios de produção pertencesse ao Estado (classe operária). Considerando as particularidades do regime político, Lenin mais uma vez enfatiza a importância das cooperativas (LENIN, 2004).

Lenin aponta que os antigos cooperadores, como Robert Owen, sonhavam em transformar a sociedade pacificamente, sem considerar questões essenciais, como: a luta de classes; a conquista do poder político pela classe operária; a derrubada do domínio da classe dos exploradores (LENIN, 2004).

Por isso temos razão ao considerar socialismo «cooperativo» como uma pura fantasia, qualquer coisa de romântico e mesmo trivial pelos seus sonhos de que é possível transformar, pela simples cooperativização da população, os

inimigos de classe em colaboradores de classe, e a guerra de classes em paz de classes (a chamada paz civil). (LENIN, 2004, p. 661).

Mas, para Lenin, a conjuntura mudava com o poder político e os meios de produção<sup>8</sup> do Estado pertencendo à classe operária e o desenvolvimento da cooperação se identificava com o socialismo. Ele reconhece a mudança do seu ponto de vista quanto ao socialismo, pois, o que antes se centrava na luta política, na revolução, na conquista do poder, etc., deslocava-se para o “[...] trabalho pacífico de organização «cultural».” (LENIN, 2004, p.661). E, se não fosse a responsabilidade de defenderem sua posição internacional, toda responsabilidade se deslocaria para ação cultural (LENIN, 2004).

É necessário frisar que esse posicionamento de Lenin se refere a um momento específico, o chamado Capitalismo de Estado. Esse momento difere daquele vivido por Karl Marx e Rosa Luxemburgo, pois estamos nos referindo ao socialismo real. O que nos chama a atenção é o fato de buscar fazer os trabalhadores participarem da revolução, entendida como transformação social, considerando a sua dimensão cultural, sobretudo, aliando o trabalho associado à luta política.

Portanto, precisamos considerar a sociabilidade criada por essas experiências, como as relações de produção se estabelecem, bem como sua relação com o mercado, ou seja, as determinações da sociedade capitalista a que essas experiências estão sujeitas. E, junto disso, no nosso caso, também se faz necessário pensar a organização política dos trabalhadores, no que tange a articular a luta do movimento da Economia Solidária à luta do conjunto de trabalhadores.

## Economia Solidária no Brasil: uma política social?

Em terras brasileiras, o cooperativismo teve suas primeiras iniciativas com os trabalhadores imigrantes vindos da Europa no século XIX, já que começaram a organizar aqui a experiência trazida na bagagem. As primeiras legislações brasileiras que tratavam do cooperativismo surgiram na República Velha, no início do século XX. No ano de 1907, o governo federal publicou o Decreto nº 1.637, que introduziu, pela primeira vez, as

---

8 Com exceção daqueles que o Estado Operário entregou voluntariamente, temporariamente e condicionalmente em concessão para os exploradores.

cooperativas no arcabouço jurídico nacional como uma espécie de sociedade comercial. Nesse período, pelas cooperativas estarem vinculadas ao movimento operário, o presente decreto trata tanto das cooperativas como dos sindicatos profissionais. Entretanto, no decorrer do século XX o cooperativismo se transformou, tanto no Brasil como no mundo, ficando restrito a poucos setores econômicos e deixando de fazer parte da organização da classe trabalhadora. Com isso, quem assume o papel de organizador e representante único das cooperativas é a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (KRUPPA, 2012).

A partir dos anos 90, sob os efeitos da crise social do desemprego em massa e da exclusão social, ao lado do cooperativismo tradicional, surgem as cooperativas de empresas recuperadas pelos empregados, de assentamentos de reforma agrária, de humildes prestadores de serviços nas periferias das metrópoles, de catadores de material reciclável no lixo, de camponeses e artesãos empobrecidos (KRUPPA, 2012, p.17).

Esse “novo cooperativismo” foi concebido como um cooperativismo popular e não legitimado do ponto de vista jurídico, visto que a atual legislação impede a formalização de grande parte desses empreendimentos. Os empreendimentos solidários contrastam com as grandes cooperativas agropecuárias que reúnem pequenos, médios e grandes proprietários rurais e disputam os mercados com os grandes conglomerados capitalistas. Atualmente, “as cooperativas do agronegócio atuam como grandes empresas, o que explica que a OCB recentemente se tenha transformado em sindicato patronal das cooperativas” (KRUPPA, 2012).

Economia Solidária é um termo que surgiu no meio acadêmico nacional no final da década de 1990 e foi concebido como um “conjunto de iniciativas econômicas autogestionárias que visam à garantia de trabalho e renda aos seus associados.” (SINGER, 2002 apud SILVA; NAGEM, 2011, p. 08). Possui como princípios básicos: posse coletiva dos meios de produção; gestão democrática do empreendimento; e repartição da receita líquida entre os associados (SINGER, 2002 apud SILVA; NAGEM, 2011).

O movimento da Economia Solidária está organizado no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) que agrega os empreendimentos econômicos solidários (EES), entidades de apoio, assessoria e fomento (EAF) e gestores públicos (GP). Em todo o país, são mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000

empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária (CIRANDAS, 2016).

O FBES culminou do I Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre-RS no ano de 2001, no qual a oficina “Economia Popular Solidária e Autogestão” foi ofertada, originando o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT- Brasileiro). Ao final de 2002, esse grupo de trabalho elaborou uma carta que foi aprovada na I Plenária Brasileira de Economia Solidária e enviada ao Governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, em que apresentava as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicava a criação da SENAES (CIRANDAS, 2016).

Assim, a Economia Solidária ganha visibilidade com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) que a institucionalizou com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do trabalho e Emprego (MTE). Isso ocorreu no ano de 2003, sob o governo do Presidente Lula, em cumprimento de seu programa de governo, por meio da Lei nº 10.683 e do Decreto nº 4.764. De modo que o Estado passou a assumir a responsabilidade de implementar políticas para além dos trabalhadores assalariados, reconhecendo as demais formas de organização do mundo do trabalho.

Pela primeira vez no país, o governo “assumiu” outra via para o trabalho que não o assalariado. Até aquele momento, a estratégia pública formal para desocupação envolvia a promoção de emprego, a qualificação profissional e o seguro-desemprego. A geração de renda já era uma ação que buscava atingir desempregados e trabalhadores pobres das periferias das cidades e do campo, todavia, estava desarticulada, com práticas pontuais e sem perspectiva estruturante da atividade econômica. Tal ação expressa um processo de reconceituação do próprio trabalho, pois se reelabora a perspectiva de trabalho, firmando-a como possibilidade de ocupação em cooperativas e associações, não apenas em empresas ou de forma autônoma (BARBOSA, 2007).

É necessário citar que a Economia Solidária entrou na agenda política juntamente com os programas de geração de trabalho e renda, que estavam presentes nas políticas assistenciais e de desenvolvimento local. Muitos empreendimentos econômicos solidários surgiram, por exemplo, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Local e Integrado e Sustentável (Dlis) e do Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor), sempre adotando a perspectiva da empregabilidade (SHIOCHET, 2009).

Em 2011, no governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), as ações do governo federal no campo da Economia Solidária foram integradas ao Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), com a tarefa de promover a inclusão produtiva. Na área urbana, articulando ações e programas que favorecem a inserção no mundo do trabalho por meio do emprego formal, do empreendedorismo ou de empreendimentos da Economia Solidária (BRASIL, 2016a) e, na área rural, oferecendo um conjunto de políticas públicas que criem oportunidades e permitam às famílias caminharem (BRASIL, 2016b).

Desse modo, o “empreendedorismo”, associado às distintas e diversificadas formas “alternativas” de trabalho, como “empresa enxuta”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, etc., proliferaram-se e acentuaram a condição de trabalho precarizado, segundo Antunes (2009). Atrelado a isso, o capital se utiliza, no plano ideológico, de expressões do discurso operário como “autonomia” e “participação social”, procurando ocultar suas verdadeiras características que, nesse contexto, aparecem sob clara concepção burguesa, como o caso do cooperativismo e das cooperativas.

Sabemos que as cooperativas originais, criadas autonomamente pelos trabalhadores, têm um sentido coletivo, em oposição ao despotismo fabril e ao planejamento gerencial, sendo por isso um real instrumento de luta e ação contra o desemprego estrutural, consistindo também num efetivo embrião de exercício autônomo da produção coletiva dos trabalhadores (ANTUNES, 2009, p. 50).

Um elemento importante para se considerar são as cooperativas que “ressurgem” como novas formas de organização do trabalho, em prol da classe trabalhadora, pois, “em sua origem, as cooperativas eram reais instrumentos de luta e defesa dos trabalhadores contra a precarização do trabalho e o desemprego” (ANTUNES, 2009, p. 49), porém o capital mundial passa a criar falsas cooperativas, como forma de “precarizar (e destruir) ainda mais os direitos do trabalho”. Tais “cooperativas” são verdadeiros empreendimentos patronais com o intuito de destruir os direitos sociais conquistados. Temos, hoje, como elemento fundamental para o processo de ocultamento das novas modalidades de exploração do trabalho, o discurso do “empreendedorismo” que é um dos responsáveis por essa nova face do cooperativismo.

A atualidade desse “cooperativismo” e da Economia Solidária tem gerado muitas críticas em direções opostas. Uma delas é a apontada por Shiochet (2009):

[...] a ideia de tornar “legal” a política de economia solidária por si só também pode ser ingênua. Em si não é a lei (texto formal) que cria direitos e deveres. A lei somente se tornará ação viva caso a economia solidária apresente força política para exigir a permanência das iniciativas em curso. E esta força depende, por sua vez, da força ético-política originária das alianças e compromissos entre a economia solidária e demais sujeitos e lutas emancipatórias. Nesta força reside a perspectiva de que a criação de novas institucionalidades signifique a afirmação de novos valores e de novas bases para o processo de desenvolvimento (SCHIOCHET, 2009, p. 58).

Também foram criadas algumas centrais de cooperativas que buscavam fazer frente à OCB, que são: Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogeridas e Cogeridas (ANTEAG), que surgiu em 1991; a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (CONCRAB), entidade ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criada em 1992; União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL), criada em 2004; a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), criada em 2005. Nesse contexto, merece destaque a articulação entre as três últimas centrais citadas, que formaram em janeiro de 2014 a União Nacional das Cooperativas Solidárias (UNICOPAS), com o objetivo de ampliar o poder de negociação do cooperativismo solidário junto ao poder público por meio de uma pauta de demandas unificadas.

A SENAES possui um Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES) que, de acordo com o último mapeamento dos EES no Brasil, realizado de 2010 a 2012, obteve informações de 15.520 EES (71%), sendo que foram inseridos na nova base de dados com informações atualizadas 7.839 EES (36%). Ainda se verificou que 3.375 EES (15%) deixaram de existir, e que 1.925 EES (9%) passaram a assumir outras formas societárias e características organizacionais (SENAES, 2013).

Quanto à forma de organização, a maioria dos EES da base do SIES está registrada na forma de associação, agregando 60% dos EES, as cooperativas representam 8,8% dos EES, as diversas formas de sociedade mercantil somam 0,6% dos EES, e os grupos informais representam 30,5 % dos EES. Portanto, o grau de formalização dos EES é de praticamente 70% dos EES (SENAES, 2013).

Os grupos informais desenvolvem atividades econômicas, mas não possuem personalidade jurídica; as associações são regulamentadas pelo Capítulo II do Código Civil, instituído pela lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que estabelece que elas não devem ter fins econômicos; as cooperativas são sociedades de pessoas, sendo que cada sócio possui um voto e são regidas pela lei nº 5.764, de 1971 e no que ela não colidir pela lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, que trata das cooperativas de trabalho, mas que pela carga tributária se tornam um caminho difícil; e as sociedades mercantis são sociedades de capital, com número ilimitado de acionistas, sendo que cada ação representa um voto, regidas pela lei nº 6.404, de 1976 e pelo Capítulo VI do Código Civil.

[...] o modelo de sociedade salarial includente levou a uma tamanha redução do conceito de trabalho, de modo a considerar apenas as formas de trabalho seletivamente adaptadas ao mercado, que até mesmo as expressões de trabalho vizinhas ou assimiladas ao trabalho assalariado – autônomo, cooperativo, parceria, experiências empresariais autogestionárias, microempreendimentos, economia solidária, trabalho rural em regime de economia familiar, trabalho remunerado não subordinado no terceiro setor etc., e que compõem uma faixa muito substancial das pessoas que trabalham – foram excluídas da proteção jurídica inerente ao reconhecimento do trabalho como direito fundamental. Uma vez que o paradigma da proteção jurídica do trabalho é o emprego, cria-se uma forte pressão pela evasão, fraudulenta, em boa parte dos casos, desse âmbito de proteção (WANDELLI, 2012, p.333).

No que se refere à motivação de criação dos EES, tem-se que: 48,8% apontam uma fonte complementar de renda; 46,2% apontam uma alternativa ao desemprego; 43,1% a obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo; 48,83% como uma fonte complementar de renda para os (as) associados(as); 40,7% o desenvolvimento de uma atividade onde todos(as) são donos(as); 28,6% apontam o desenvolvimento comunitário; 21,2% como condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios; 19,3% a motivação social, filantrópica ou religiosa; 16,03% a alternativa organizativa e de qualificação, 15,8% o incentivo de política pública, 14,3% a possibilidade de atuação profissional em atividade específica; 9,7% o fortalecimento de grupo étnico; 8,2% a produção/ comercialização de produtos orgânicos; 7,7% a organização econômica de be-



neficiários de políticas públicas; 3,1% a recuperação de empresa privada; e 9,6% apontaram outros (SILVA; CARNEIRO, 2014).

Quanto ao faturamento mensal<sup>9</sup> dessas iniciativas, 34,1% faturam até R\$ 1.000,00, 25,6% faturam de R\$ 1.000,01 a R\$ 5.000,00, 10% faturam de R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00, 15% faturam de R\$ 10.000,01 a R\$ 50.000,00, 2,5% faturam de R\$ 50.000,01 a R\$ 100.000,00, 2,5% faturam mais de R\$ 100.000,01 e 10,3% não sabem ou não souberam opinar (SILVA; CARNEIRO, 2014).

Referindo-se à distribuição dos EES por predominância da atividade econômica<sup>10</sup> dos sócios, o quadro fica da seguinte forma: 47,7% são de agricultores familiares, 22,7% de artesãos, 7,6% são de outros trabalhadores autônomos/por conta própria, 6,6% não se aplica ou não há predominância, 4,9% assentados da reforma agrária, 4,1% de desempregados (desocupados), 3,9% de catadores de material reciclável, 1,3% de artistas, 1,1% de técnicos, profissionais de nível superior e 0,1% de garimpeiros ou mineiros (SILVA; CARNEIRO, 2014).

Os EES são relativamente recentes, já que cerca de dois terços desse total foram constituídos a partir do início da década de 2000, conforme demonstram os dados Referentes à distribuição dos EES por data de fundação: 0,6% até 1970; 0,8% na década de 1970; 5,9% na década de 1980; 27,3% na década de 1990; 65,1% de 2000 até 2013; 0,3% não souberam ou não responderam (SILVA; CARNEIRO, 2014).

Esses dados demonstram a grande quantidade de EES que surgiram a partir do ano 2000, período em que se iniciou a ação do Estado na chamada Economia Solidária, fomentando a criação de novos EES.

O Estado neoliberal passa a agir em duas frentes: “uma material, precarizando, desempregando e empobrecendo a classe trabalhadora; e ideológica, disseminando formas “alternativas” de pensamento com o intuito de induzir à apatia política dos trabalhadores, além de se auto intitular como

---

9 Os autores Silva e Carneiro (2014), que sistematizaram esses dados, advertem que é necessário ter alguns cuidados, visto que os valores informados são valores monetários correntes e, como os empreendimentos foram mapeados em períodos diferentes e relativamente longos, fica difícil fazer um deflacionamento dos valores para uma comparação mais efetiva dos valores declarados. Ademais, pelos valores serem declaratórios, isso é um problema típico de outras pesquisas que buscam auferir variáveis como faturamento ou rendimento, sem a exigência de nenhum documento ou registro para sua comprovação, o que pode incorrer em erros de declaração.

10 Para a SENAES, os EES podem realizar atividade econômica de troca, produção, comercialização, prestação de serviços, crédito ou finanças e consumo/uso coletivo. Porém, Silva e Carneiro (2014), ao sistematizarem os dados, levaram em conta apenas as atividades de produção, comercialização e prestação de serviços, por entenderem que as demais atividades não apresentam finalidade comercial e econômica propriamente dita. Com isso, de um total de 19.708 foram analisados 15.005.

única solução possível para o futuro da humanidade” (WELLEN, 2012, p. 45). Nesse contexto, há uma elevação da mistificação da economia solidária, na sua característica de cooperativas, quando passam a ser eleitas autonomamente como uma forma de resolver os problemas dos trabalhadores e, desse modo, acabam por assegurar a permanência do capitalismo ao contrário de lhe gerar abalos. Com isso, os representantes da burguesia decidiram apoiar e elogiar essas experiências. Assim, conforme nos aponta Lima (2002), na precarização do trabalho estaria a perda de direitos e uma espécie de retorno ao capitalismo original, no qual os melhores sobreviverão no mercado e o trabalhador é responsável por sua empregabilidade.

A política social define um campo de atividade e interesse que requer o “[...] conhecimento do alvo a atingir, estratégias e meios apropriados para consecução da política, organização, amparo legal e pessoal capacitado [...]” (PEREIRA, 2011, p.172). Considerando que a Economia Solidária se forjou dentro de outras políticas públicas, entendemos que nesse campo ela se configura como ação pública, por se tratar de uma intervenção, entretanto ela não atinge uma articulação entre seus objetivos, o amparo legal e a exequibilidade. Ao assumir outra via para o trabalho que não o assalariado, o Estado incorporou o trabalho associado na agenda do poder executivo. Contudo, isso ainda não o estendeu ao legislativo, seja como uma Política Nacional de Economia Solidária e/ou uma personalidade jurídica adequada a esses EES, mecanismos que garantam apoio, assessoria e fomento a esses empreendimentos, além do reconhecimento e da proteção social aos trabalhadores da Economia Solidária.

A proteção social tem suas origens com a expansão das desigualdades geradas pelo capitalismo e com a forma de controle e manutenção dos trabalhadores em seu início. No entanto, como parte de um processo histórico-social, foi ganhando espaço enquanto um direito dos trabalhadores e expressão de suas lutas. Muitos autores debateram sobre esse percurso e apontaram o momento de ameaças e desmonte que essa proteção vem sofrendo, num processo de contrarreforma (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Mas, o que parece evidente é que a proteção social é uma mediação (PEREIRA, 2011) importante que deve preservar e ter como horizonte a expansão de direitos<sup>11</sup>,

---

11 O direito é um sistema de normas coercitivas sociais que refletem as relações econômicas e sociais de uma dada sociedade e que são introduzidas e mantidas pelo poder do Estado das classes dominantes para sancionar, regular e consolidar estas relações e, conseqüentemente, para consolidar o seu domínio (PACHUKANIS, 1977, p. 51). Entretanto, mesmo que a base e o conteúdo do direito representem o interesse de classe dominante, a defesa de direitos sociais pela classe trabalhadora é fundamental, e deve ser pensada como uma tarefa estratégica para proporcionar as condições materiais para sua

visto que ocorre uma disputa na sociedade por recursos do fundo público no âmbito do orçamento estatal, pois ele deve assegurar recursos suficientes para o financiamento das políticas sociais (SALVADOR, 2011).

Tanto a política pública como a política social são políticas de ação (*policies*), mas a última é um ramo da primeira, que requer a “[...] participação ativa do Estado, sob o controle da sociedade, no planejamento e execução de procedimentos e metas voltados para satisfação de necessidades sociais.” (PEREIRA, 2011, p.173).

Assim, “[...] apesar de nem sempre a política social produzir bem-estar, este é de fato seu fim último – do contrário o termo social perderá consistência.” (PEREIRA, 2011, p.172). A política social deve, portanto, considerar a desigualdade dos cidadãos na estrutura de classes da sociedade. Por conseguinte, a concepção de política social deve também contemplar o conhecimento de como se criam as necessidades e de como estas se distribuem, com o objetivo de modificá-las (PEREIRA, 2011). Nesse sentido, pensando na Economia Solidária, ações intersetoriais e de incentivo ligadas tanto à comercialização como à produção, a exemplo das compras públicas, deveriam ser pactuadas pelos seus gestores.

Desse modo, a constituição de uma política pública de Economia Solidária dependeria de princípios, diretrizes, financiamento, organização e marco regulatório adequado, pensado na diversidade de empreendimentos em direção a uma futura unidade e com controle social que estabeleça a relação com as demais políticas (transversalidade) e, assim, garantiria o direito e proteção ao trabalho associado. Dessa forma, essa política reconheceria os EES como um direito dos trabalhadores e um dever do Estado.

## Considerações finais

Consideramos que a crise do capitalismo em meados da década 1970 foi um fator importante para o ressurgimento das cooperativas como uma proposta alternativa de organização do trabalho com o intuito de reduzir o desemprego. Nos anos 1990, no Brasil, com o crescimento do desemprego estrutural, o debate acerca das cooperativas como alternativa ao desemprego se acentuou, tendo como principais defensores as centrais

---

existência, e lutar para a manutenção de suas conquistas. Para tanto, não deve se limitar a reivindicações mínimas, mas sim avançar num “sistema de reivindicações transitórias, cujo sentido é dirigir-se, cada vez mais aberta e resolutamente, contra as próprias bases do regime burguês.” (TROTSKY, 2016).

sindicais e órgãos da sociedade civil que buscavam assessorar a transformação de fábricas falidas em cooperativas.

Com o processo de reestruturação produtiva, temos a ampliação das cooperativas de produção e das iniciativas de economia solidária. São criadas, conseqüentemente, desvantagens para os trabalhadores, com a flexibilização e desregulamentação do trabalho, visto que com a ideologia do “empreendedorismo” o trabalhador também passa a ser dono de seu empreendimento.

Em alguns casos, o trabalho organizado em cooperativas ou em EES é utilizado como artifício para descaracterizar o trabalho assalariado, retirando do trabalhador os direitos sociais mínimos presentes na relação salarial. Com isso, há o barateamento da força de trabalho, marcado pela inexistência de direitos trabalhistas, fazendo com que o capitalista tenha uma oferta de mão de obra que extrapola as vantagens da terceirização tradicional, precarizando as relações de trabalho.

Podemos identificar, assim, que as determinações do mercado capitalista procuram refuncionalizar os postulados do cooperativismo e da Economia Solidária, transformando-os. Desse modo, com a existência de uma força de trabalho legalmente isenta de direitos trabalhistas, apresenta-se uma possibilidade sedutora ao capital, pois é possível diminuir os custos sobre a produção, alcançando conseqüentemente taxas de lucro elevadas. Ampliam-se os interesses do capital em detrimento dos direitos sociais dos trabalhadores historicamente conquistados.

A crítica marxista nos mostra que precisamos considerar a sociabilidade criada por essas experiências, como as relações de produção se estabelecem, bem como sua relação com o mercado, ou seja, as determinações da sociedade capitalista a que essas experiências estão sujeitas. E junto disso, no nosso caso, também se faz necessário pensar a organização política dos trabalhadores, no que tange a articular a luta do movimento da Economia Solidária à luta do conjunto de trabalhadores. Assim, entender o direito ao trabalho associado como uma conquista dos trabalhadores, desde que não utilizado como uma artimanha do capital para precarizar e flexibilizar as relações de trabalho, isto é, os direitos dos trabalhadores.

Desse modo, pensar as ações públicas de Economia Solidária implica evidenciar como o Estado tem tratado esses trabalhadores. Mesmo o estado tendo reconhecido as iniciativas de Economia Solidária no âmbito do executivo, isso não se estendeu ao legislativo, proporcionando mecanismos inerentes a uma política pública. Enquanto política social, parece

evidente que ela é uma importante mediação social para expansão dos direitos, no caso, o direito ao trabalho associado. Vale frisar que, para atingir isso, o financiamento da política é essencial, de modo que o Estado deve assegurar recursos para garantir esse direito. Portanto, a constituição de uma política pública de Economia Solidária, depende de princípios, diretrizes, financiamento, organização e marco regulatório adequado pensando na diversidade de empreendimentos em direção a uma futura unidade e com controle social que estabeleça a relação com as demais políticas (transversalidade) e, assim, garanta o direito e proteção ao trabalho associado. De modo que a mesma reconheceria os EES como um direito dos trabalhadores e um dever do Estado.

## Referências

- ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- ANTUNES, R. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. **Revista Theomai**, n. 19, p.47-57, 2009. Disponível em: <<http://www.revista-theomai.unq.edu.ar/numero19/ArtAntunes.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.
- BARBOSA, R. N. de C. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Inclusão produtiva urbana**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/inclusao-productiva-urbana-1>>. Acesso em: 15 ago. 2016a.
- \_\_\_\_\_. **Inclusão produtiva rural**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/inclusao-productiva-urbana-1>>. Acesso em: 15 ago. 2016b.
- CIRANDAS. **Fórum brasileiro de economia solidária**. Disponível em: <<http://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-fbes>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 8 ed. São Paulo: Global, 1986.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 24 ed. São Paulo, Loyola, 2013.

KRUPPA, S. M. P.; GONÇALVES, A. F.; MACDONALD, J. B. (et alli). **Regime jurídico das cooperativas populares e empreendimentos em economia solidária**. Série Pensando o Direito, vol. 46. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

LENIN, V. I. Sobre a cooperação. In: LENIN, V. I. **Obras escolhidas**. Tomo 3. 2ª Ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2004.

LIMA, J. C. **As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção**. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

\_\_\_\_\_. Paradoxos do trabalho associado. **Tempo social**, vol.21, n.1, p.113-132, 2009.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução?** 4ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. **Glosas marginais ao programa do partido operário alemão**. Maio de 1875. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1875/gotha/gotha.htm>>. Acesso em: 05 ago. 2016b.

\_\_\_\_\_. **Mensagem inaugural da associação internacional dos trabalhadores**. Fundada em 28 de Setembro de 1864 numa reunião pública, realizada em St. Martin's Hall, Long Acre, Londres. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm>>. Acesso em: 05 ago. 2016a.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume V**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 9 ed. São Paulo: Global, 2000.

NEVES, D. **A recepção da economia solidária no serviço social**. 2010. 211 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2010.

PACHUKANIS, E. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Coimbra: Centelha, 1977.

PEREIRA, P. P. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2011.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SALVADOR, E. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHIOCHET, V. **Institucionalização das políticas públicas de economia solidária**: breve trajetória e desafios. 2009. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08\\_ECONS\\_institucionalizacao.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_ECONS_institucionalizacao.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2015.

SENAES. Acontece SENAES. **Boletim Informativo n.34**. Ano V. BASE DE DADOS SIES. SENAES, Brasília, 2013.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: apontamentos iniciais para o debate. Disponíveis em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt57\\_econ02](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt57_econ02)>. Acesso em: 07 ago. 2016.

\_\_\_\_\_.; NAGEM, F. A. **A economia solidária na agenda das políticas públicas nacionais**: uma análise do Programa Economia Solidária em desenvolvimento. 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1682.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1682.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2015.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TROTSKY, L. **Programa de transição**. 1936. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1938/programa/cap01.htm#1>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

WANDELLI, L. V. **O direito humano e fundamental ao trabalho**: fundamentação e exigibilidade. São Paulo: LTr, 2012.

WELLEN, H. **Para a crítica da economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

# Ressignificação do trabalho na Saúde Mental

## Interações e diálogos com a Economia Solidária<sup>1</sup>

*Rita de Cássia Andrade Martins<sup>2</sup>*

**Resumo** O artigo apresenta as contribuições do cooperativismo social, do cooperativismo popular e da economia solidária no processo de resignificação do trabalho das pessoas com transtornos mentais. Para tanto, são resgatados aspectos históricos e políticos deste percurso no âmbito das políticas públicas e da trajetória dos movimentos sociais de luta antimanicomial.

**Palavras-chave** Cooperativismo social; Cooperativismo popular; Economia solidária; Saúde mental; Políticas públicas.

**Abstract** The article presents the contributions of the popular and social cooperativism, and solidarity economy in the reframing process of the people with mental disorders work. Therefore, this article rescued historical and political aspects of this journey in the scope of the public policy and the path of the anti-asylum struggle social movements.

**Keywords** Social cooperativism; Popular cooperativism; Solidarity economy; Mental health; Public policy.

**Resumén** El artículo presenta las contribuciones del cooperativismo social, del cooperativismo popular y de la economía solidaria en el proceso de dar otro significado al trabajo de las personas con transtornos mentales. Por lo tanto, son rescatados los aspectos históricos y políticos en este recorrido en el ámbito de las políticas públicas y de la trayectoria de los movimientos sociales en la lucha contra los manicomios.

**Palabras clave** Cooperativismo Social; Cooperativismo popular; Economía solidaria; Salud mental; Políticas públicas.

## Apresentação

Este artigo discute o processo de resignificação do trabalho da pessoa com transtorno mental, tendo como pano de fundo a Reforma Psiquiátrica Antimanicomial. Para tanto, o texto dialoga com a experiência tries-

---

1 Este artigo atualiza parte da discussão desenvolvida em minha Tese de doutorado (MARTINS, 2014).

2 Psicóloga, Doutora em Sociologia, Professora do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí. Endereço eletrônico: rita.andrade.martins@gmail.com.



tina de cooperativismo social, iniciativas de cooperativismo popular e diferentes agentes da economia solidária, buscando aproximações e impasses na interação entre esses diferentes campos e saberes.

## Trabalho e Saúde Mental

A relação entre *trabalho* e saúde mental não está restrita ao sofrimento, nem mesmo ao prazer. Sua parcela de sofrimento é atribuída à ausência ou ao excesso de *trabalho*, a outra parcela, que se refere ao prazer, refere-se ao reconhecimento e à identidade. Os debates sobre o sentido e a centralidade do *trabalho* suscitam tensões e diferentes leituras. No que se refere à saúde mental e sua relação com trabalho, tanto a centralidade quanto o sentido ganham significado peculiar em relação à vivência da loucura.

Dentro do campo da saúde mental, delineado pelo tema da luta antimanicomial, há diferentes leituras da categoria trabalho. Essas leituras têm produzido práticas e conceitos que oferecem ferramentas para uma discussão fundamental que diz respeito ao lugar social da loucura e, conseqüentemente, do indivíduo que a vivencia.

Registros dos primeiros hospitais psiquiátricos do Brasil trazem pistas sobre como o trabalho era importante tanto para a terapêutica da loucura, quanto para a própria manutenção da lógica manicomial (MARTINS, 2009). Nas colônias agrícolas, os internos trabalhavam para sustentar o funcionamento do manicômio, com base na crença de que o trabalho afastava o ócio e permitia que a racionalidade e a normalidade fossem reasumidas.

Apesar da dimensão terapêutica atribuída ao trabalho permanecer forte no campo da saúde mental, a luta antimanicomial tem acumulado reflexões e experiências que pontuam novos olhares sobre a relação da loucura com o *trabalho*. Esse processo de ressignificação do trabalho que vem sendo tecido no campo da saúde mental é próprio à dinâmica de um campo em reinvenção, impulsionado tanto por movimentos internos, que envolvem reflexões sobre a sua própria prática e concepções; quanto externos, caracterizados, em especial, pelo diálogo/confronto com outros campos. Exemplos disso são os diálogos estabelecidos entre o campo da saúde mental e o cooperativismo social italiano, o cooperativismo popular e a economia solidária. No Brasil, esses diálogos emergiram em experiências cotidianas e ganharam fôlego e institucionalidade por meio de parcerias com o poder público.

O cooperativismo social surge como um modelo emancipatório trazido pelo intercâmbio de militantes brasileiros da reforma psiquiátrica anti-manicomial com a experiência de desinstitucionalização ocorrida na província italiana de Trieste. Nessa província, as cooperativas sociais foram determinantes para o fechamento do manicômio local e para a desconstrução da lógica manicomial que dirigia a relação com as pessoas internadas no manicômio e entre elas mesmas. Passados 40 anos da fundação da primeira cooperativa social triestina, o cenário é outro, sendo que essas cooperativas não estão mais necessariamente atreladas ao campo da saúde, interagindo com outras empresas no mercado em toda sua amplitude.

No Brasil, o cooperativismo social, como pauta da saúde mental, surge na década de 1990, no bojo dos debates sobre a lei de reforma psiquiátrica. Naquela época, havia algumas experiências em prática inspiradas naquela vivida em Trieste. Além da produção teórica sobre o modelo triestino, o cooperativismo social no Brasil contava, até recentemente, com pouquíssima produção sobre o tema, restringindo-se a relatos de experiências locais (MARTINS, 2009). A lei 9867/1999, que institui o cooperativismo social no Brasil, além de um marco jurídico, servia como marco conceitual, definindo a cooperativa social com base nas especificidades de seus trabalhadores (transtorno mental, dependência química, deficiência, egresso do sistema prisional).

O projeto original da lei 9867/1999 é uma tradução literal da lei italiana, com recorte na experiência das cooperativas de inserção laboral<sup>3</sup>. Seu texto final está distante do original, pois sofreu incontáveis vetos que o tornaram uma lei de difícil aplicação. Apesar disso, a lei de cooperativas sociais tem servido de inspiração para inúmeras iniciativas de geração de trabalho e renda na saúde mental, além de afirmar o direito ao trabalho de pessoas com transtorno mental. Muitos foram os debates em torno dessa lei, mas nenhum avanço significativo ocorreu até meados de 2004, quando esses debates se tornaram sistemáticos por causa da aproximação dos campos da saúde mental e da economia solidária na esfera federal.

Essas primeiras experiências de geração de renda da saúde mental, surgidas durante a década de 1990, estabeleceram diálogo e parcerias com iniciativas de cooperativismo popular. Entre o final dos anos 1990 e iní-

---

3 A lei italiana abrange três modalidades de cooperativas sociais, as cooperativas sociais do tipo A, que têm como característica principal promover serviços educativos e de assistência social à população em situação de desvantagem; as de tipo B, que investem na inserção laboral e na reinserção social por meio do trabalho; e as de tipo AB, que mesclam os tipos A e B, prestando assistência à comunidade e incluindo entre seus membros pessoas consideradas em desvantagem social (MARTINS, 2009:54).

cio dos anos 2000 apareceram experiências pontuais de articulação com a economia solidária. A maior parte dessas primeiras iniciativas entrou em contato com a economia solidária por meio das incubadoras de cooperativas populares ou de gestões de governos locais (incubadoras públicas, secretarias ou núcleos de economia solidária). Para citar alguns exemplos: GerAção-POA, que teve apoio da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de Porto Alegre, que na época tinha forte articulação com a economia solidária; e a TRABALHARTE, criada no ano 2000, em Juiz de Fora/MG, que buscou apoio da INTECOOP/UFJF em 1999 e passou, a partir daí, a frequentar os fóruns de economia solidária e, mais tarde, a compor o GT de Saúde Mental e Economia Solidária do governo federal (PT nº353/2005).

Em 2003, a economia solidária conquistou espaço no governo federal, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, o que impulsionou e deu visibilidade às experiências desenvolvidas pelos empreendimentos desse campo e às gestões de alguns estados e municípios. Em 2004, a saúde mental, por intermédio do Ministério da Saúde, oficializou sua parceria com a economia solidária na esfera federal.

## Cooperativismo Social

Uma forma de arranjo bastante característica da relação entre saúde mental e trabalho é a cooperativa social. Conforme já anunciado, essa forma de organização tem suas origens na experiência de reforma psiquiátrica desenvolvida na província italiana de Trieste durante a década de 1970. A história de Trieste embala e mobiliza militantes da reforma psiquiátrica antimanicomial por todo mundo, exercendo forte influência nas práticas, leis e concepção de reforma no Brasil. Esse intercâmbio entre os dois países se deu durante o processo de redemocratização, quando alguns estudantes, hoje importantes figuras da reforma brasileira, foram para Trieste entusiasmados com a revolução que acontecia, liderada por Franco Basaglia. O próprio Basaglia esteve no Brasil proferindo palestras e participando de debates que problematizavam as práticas manicomiais instituídas pela psiquiatria.

As cooperativas sociais em Trieste surgiram dentro do processo de desconstrução do Hospital Psiquiátrico San Giovanni, com forte crítica às relações de opressão por meio do trabalho estabelecidas entre os internos e

os profissionais do hospital. Basaglia chegou a Trieste em 1971, quando o hospital tinha 1.101 pessoas internadas. O San Giovanni era o local onde qualquer pessoa que fosse considerada uma ameaça à ordem era confinada e, indiscriminadamente, privada de seus direitos civis (BARROS, 1994).

Segundo Cláudia Rolando<sup>4</sup>, presidenta da Cooperativa Lavoratori Uniti Franco Basaglia, a maior preocupação de Basaglia e de sua equipe era a questão da identidade das pessoas internadas e de como reconstruir os direitos que lhes foram cerceados. O processo de reconstrução dessas identidades envolveu uma série de dimensões da vida das pessoas ali internadas, desde a busca por familiares e por histórias perdidas, até por moradia e trabalho. Para aqueles que já tinham perdido seus vínculos e não puderam retornar à convivência familiar, foram criados alguns apartamentos e, a partir disso, famílias foram se formando.

O *trabalho* também se tornou uma questão dentro do processo de desinstitucionalização dos internos do San Giovanni, onde parte dos pacientes ajudava na manutenção da instituição em troca de cigarros e regalias. O sentido terapêutico e ocupacional atribuído ao trabalho dos internos passou a ser problematizado e progressivamente substituído. A organização dos trabalhadores em cooperativas pareceu um caminho possível que reuniria a possibilidade de autonomia em relação à administração do hospital, a conquista de um novo status jurídico para a pessoa com transtorno mental que trabalha (associado), a possibilidade de contratar serviços fora do hospital e a recusa por serviços considerados insalubres (BARROS, 1994, p. 96-97).

A primeira Cooperativa Social, a Lavoratori Uniti Franco Basaglia, foi reconhecida juridicamente como cooperativa apenas dois anos depois da chegada de Basaglia à Trieste e cinco anos antes da lei de reforma psiquiátrica italiana, a chamada Lei Basaglia (Lei nº180/1978). Quase 20 anos depois do registro dessa primeira experiência, foi publicada a lei italiana de cooperativas sociais (Lei nº381/1991). O texto da lei coloca que o objetivo principal da cooperação social é atender aos interesses da comunidade, que se manifestam na prática da cooperativa social tanto nas suas ações de inserção no trabalho (cooperativas sociais do tipo B), quanto nas atividades de assistência social (cooperativas sociais do tipo A).

Em visita à Cooperativa, em abril de 2013, a CLU, como é chamada por seus trabalhadores, completava 40 anos. As ideias de Basaglia ainda sus-

---

4 Em entrevista concedida em abril de 2013.

tentam a prática da cooperativa, mas estão distantes do cenário daquela época. Muito do que chega ao Brasil da experiência triestina já deixou de ser discutido por lá. Atualmente, na Itália, há uma série de legislações, fundos e direitos específicos disponibilizados à cooperação social para que esses empreendimentos possam se manter ativos como qualquer outra empresa. Contudo, a realidade das cooperativas sociais em Trieste não pode ser igualada à cooperação social em outras regiões da Itália. Na região de Friuli-Venezia-Giulia, onde está Trieste, a cooperação social avançou em vários aspectos, sendo um deles a própria relação estabelecida com o mercado. A concepção de cooperativa social que, em Trieste, é definida como empresa social, propõe uma experiência que transcende as dimensões da psiquiatria e da assistência para ligar-se ao mundo produtivo, aos contextos cotidianos de vida (ROTELLI, LEONARDIS, MAURI, 1998, p. 58).

A União Europeia oferece incentivos à participação de cooperativas sociais em chamadas públicas, e estas, por sua vez, podem atuar em igualdade de condições com as demais empresas que disputam o mercado. Outro elemento que deve ser considerado é a crise do Estado de Bem-Estar Social, que deixou espaço para que a cooperação social se desenvolvesse a ponto de, em províncias da Itália, como Pesaro<sup>5</sup>, por exemplo, toda a assistência social estar reservada à cooperação social. Essa situação gera críticas contundentes ao olhar referenciado na experiência brasileira, que interpreta a parceria público-privada como uma prática indiscriminalizada de terceirização dos serviços públicos. Os italianos justificam a opção pela parceria com o privado social<sup>6</sup>, responsabilizando o poder público pelo enfrentamento da situação de desvantagem vivida por alguns segmentos sociais. Dessa forma, no contexto italiano, o poder público, além de oferecer condições operativas e normativas, disponibiliza apoio à auto-organização dos grupos em situação de desvantagem, por meio da parceria público-privada, permitindo que o privado se torne também espaço de cooperação e promoção de autonomia (ROTELLI apud GALLIO, 1991 apud BARROS, 1994, p. 105).

Cláudia Rolando, presidente da CLU, afirma que o papel do poder público é a chave para o acesso ao mercado, pois, ao contratar os serviços de uma cooperativa social, confere credibilidade àqueles sujeitos, convertendo recursos públicos que seriam destinados à internação em apoio

---

5 Experiência visitada em outubro de 2008.

6 Expressão utilizada por gestores italianos de políticas públicas durante visitas feitas a experiências de cooperativismo social em 2008 (Pesado, Bolonha e Trieste) e em 2013 (Bolonha e Trieste).

à concretização de projetos de vida. Dito de outra forma, o poder público oferece seu poder de contratualidade às cooperativas sociais.

À época da entrevista concedida por Rolando, em abril de 2013, a CLU contava com 240 pessoas trabalhando, sendo 50 empregados, com faturamento anual de 50 milhões de euros, envolvendo setor de limpeza, serviço às pessoas (assistência a pessoas que precisam de apoio na realização de atividades cotidianas), transporte e setor de tipografia. Na mesma época, a CLU agregava a suas atividades a gestão do Café Verdi, localizado em um teatro no centro de Trieste. Esse espaço, que serve de vitrine aos serviços oferecidos pela cooperativa, foi conquistado graças a um edital de livre concorrência lançado pela União Europeia, por meio do qual a CLU foi contemplada como melhor oferta e projeto.

Até 2003, o papel das cooperativas sociais italianas era suprir a obrigatoriedade das empresas públicas e privadas de contratar certo número de pessoas em situação de desvantagem<sup>7</sup>, respondendo à obrigatoriedade imposta pela lei daquele país (nº 68/1999) que estabelece cotas para pessoas com deficiência. A experiência do Café Verdi mostra essa reversão no lugar ocupado pelas cooperativas sociais no cenário italiano. A exemplo da CLU, as cooperativas sociais triestinas têm condições de acessar recursos disponíveis no mercado como qualquer outra empresa, preservando sua cláusula social, mantendo seu poder de acolhimento e responsabilidade sobre cada um de seus sócios.

Rolando coloca que utilizar os serviços de uma cooperativa social é uma questão de posicionamento político, já que exige consciência cidadã de quem opta por esse tipo de serviço.

Para que as atividades da cooperativa se desenvolvam, a CLU oferece apoio aos associados que precisam de suporte em suas tarefas diárias e até mesmo durante seu trabalho na cooperativa. Esse suporte não só permite a inserção da pessoa com transtorno mental na cooperativa, como também sua permanência no ambiente de trabalho. A cooperativa CLU tem um setor específico que oferece esse serviço de suporte. O que no Brasil é atribuído aos serviços de saúde mental, nas experiências de Trieste e de Bolonha é conferido a outros dispositivos na comunidade e da comunidade. No caso da CLU, além da questão da inserção laboral, os arranjos relacionados à moradia fazem parte das atividades da cooperativa por meio de parceria firmada com o Departamento de Saúde Mental da província.

---

7 Com o decreto nº 276/2003, as cooperativas sociais deixam de ser um meio de inserção para se tornarem o próprio espaço de inserimento.

No cenário brasileiro, o marco jurídico permanece nos debates públicos e nas reivindicações dos grupos de geração de renda da saúde mental como um dos impasses emblemáticos para o cooperativismo social no Brasil. Essa afirmação se sustenta em uma lei que sofreu inúmeros vetos, em um marco conceitual em processo de construção, na inconstância de ações públicas de apoio e fomento a esses empreendimentos e na ausência de uma política pública de Estado independente das mudanças sofridas a cada nova gestão governamental. Apesar disso, o número de iniciativas de geração de trabalho e renda nos moldes do cooperativismo e da economia solidária vem crescendo de forma significativa. Esse crescimento pode ser atribuído a uma série de razões, tais como: os incentivos financeiros oferecidos pelo Ministério da Saúde, as reivindicações constantes dos usuários e o câmbio progressivo das práticas de cuidado em saúde mental. Além disso, a lei 9867/1999 resiste como um importante marco para o movimento antimanicomial, por afirmar o direito ao trabalho de pessoas com transtorno mental. Todas essas questões conferem ao cooperativismo social no Brasil, ainda que inspirado no modelo italiano, características muito próprias.

O cooperativismo social aqui apresenta peculiaridades que revelam que esse tipo de organização vem traçando um percurso particular no cenário brasileiro. Uma dessas peculiaridades é o protagonismo da saúde mental no tema. Diferente da cooperação social na Itália, onde há participação efetiva de diferentes segmentos sociais considerados em situação de vulnerabilidade, no Brasil o tema ficou restrito ao campo da saúde mental<sup>8</sup>. Essa realidade tem gerado pouca ou nenhuma articulação com outros segmentos sociais nas discussões sobre políticas públicas de apoio ao cooperativismo social.

Outro elemento é o percurso de mais de 10 anos de diálogo com o cooperativismo popular travado por experiências pioneiras do campo da saúde mental, que precedeu a parceria com a economia solidária. A articulação com o cooperativismo popular, que ficou restrita a experiências pontuais, adquiriu escala quando saúde mental e economia solidária uniram esforços na esfera federal para a elaboração de ações públicas de apoio às iniciativas de inserção laboral e geração de renda dos usuários.

---

8 A lei brasileira define como segmentos em situação de desvantagem: pessoas com transtorno mental, dependentes químicos, deficientes físicos, mentais e/ou sensoriais; e pessoas em cumprimento de pena ou medida socioeducativa ou egressas dos sistemas prisional ou socioeducativo. Para análise da lei nº 9.867/1999, ver o terceiro capítulo da dissertação de mestrado de Martins (2009).

Uma das consequências disso foi a migração dos debates em torno da lei de cooperativismo social para a pauta de discussões sobre o marco jurídico e regulatório da economia solidária. Esse é um ponto importante, pois coloca o debate em torno da lei em outro plano que agrega um conjunto diferenciado de forças políticas, mas também herda adversários políticos e impasses próprios ao campo da economia solidária.

Outro elemento que deve ser considerado é a aproximação cada vez maior do cooperativismo social, que tinha, até então, permanecido restrito ao campo da saúde, de um conteúdo político crítico às práticas e concepções sobre as relações de trabalho, iniciativa que já vinha sendo desenvolvida no diálogo com o cooperativismo popular, mas que ganha amplitude e profundidade com a economia solidária. Agrega-se a esse elemento a participação crescente dos grupos de geração de renda da saúde mental, hegemonicamente ligados aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), em fóruns e debates da economia solidária. Experiências de participação em fóruns de cooperativismo popular já eram realizadas dez anos antes da parceria entre saúde mental e economia solidária no governo federal, a exemplo da Cooperativa da Praia Vermelha, do Rio de Janeiro.

Os relatórios das Conferências Nacionais de Economia Solidária e de suas plenárias nacionais também servem de registro das contribuições de pessoas que militam na luta antimanicomial, com destaque para os usuários da rede de saúde mental organizados em grupos de geração de renda articulados à economia solidária<sup>9</sup>. De outro lado, a economia solidária é pauta nos encontros nacionais das redes do Movimento Antimanicomial e de debates dentro dos serviços e tornou-se também tema de cursos voltados à formação ou à atualização em saúde mental. Todo esse movimento tem conferido ao cooperativismo social, no Brasil, novas cores, tornando-se um espaço de diálogo e prática cada vez mais permeado pela relação com a economia solidária.

## Cooperativismo Popular

Conforme apresentado, durante a década de 1990, surgem as primeiras experiências da saúde mental de inserção no trabalho nos moldes cooperativistas. Motivadas pelos relatos vindos de Trieste, essas experiências

---

<sup>9</sup> Ver documentos finais da I CONAES (BRASIL/MTE/SENAES, 2006); da II CONAES (BRASIL/MTE/SENAES, 2010) e da V Plenária Nacional de Ecosol (FBES, 2012).



buscaram cooperativas já formadas, órgãos ligados às prefeituras locais e incubadoras universitárias para apoio à organização do trabalho com base no cooperativismo. É por meio dessas parcerias que a saúde mental entra em contato com o cooperativismo popular.

Nesse mesmo período, surgem também as primeiras incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, cenário inaugurado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP/COPPE/UFRJ). A prática conjunta, a troca cotidiana com outras cooperativas e a participação em cursos oferecidos por incubadoras ou outras entidades cooperativistas ofereceram subsídios importantes à saúde mental enquanto campo. Por meio desse intercâmbio foi possível repensar o próprio conceito de Reabilitação Psicossocial, sua relação com a categoria *trabalho* e sua articulação com o processo de desinstitucionalização e construção de autonomia dos usuários dos serviços de saúde mental.

Com o cooperativismo popular a saúde mental aprimorou suas experiências coletivas de geração de renda, agregando os princípios e valores do cooperativismo ao cotidiano dos grupos. Entre esses princípios e valores destacam-se a democracia, o interesse pela comunidade, a educação, a responsabilidade individual, a responsabilidade social, a equidade, a igualdade, a ajuda mútua e a solidariedade. No cooperativismo, esses princípios e valores são aplicados na esfera econômica, o que o diferencia de outras formas associativas.

Atualmente, a lei que rege as cooperativas brasileiras data da década de 1970 e levanta uma série de críticas e debates acirrados entre as diferentes forças políticas desse campo, principalmente no que diz respeito à aplicação concreta dos princípios do cooperativismo e à legitimidade de órgãos instituídos em tempos de ditadura, que perduram como representantes oficiais das cooperativas no país. Apesar da herança europeia que relacionava o cooperativismo à luta de classes e à organização operária, durante o século XX, no Brasil, o cooperativismo acabou sendo restrito a alguns setores econômicos, distanciando-se de suas origens junto aos trabalhadores (SANCHEZ, 2012).

Com a publicação da lei 5.764/1971, lei geral do cooperativismo, o Regime Militar estabeleceu o sistema cooperativo nacional, que passou a reger o cooperativismo sob uma única batuta. Com a constituição de 1988, que garante a liberdade de organização e impede a intervenção do Estado nas cooperativas, iniciou-se uma diversificação do cooperativismo brasileiro, tornando-se opção ao desemprego e à exclusão social. Durante a década

de 1990, surgiram experiências de empresas recuperadas por antigos empregados, cooperativas de assentados da reforma agrária e cooperativas de prestadores de serviço formadas por trabalhadores oriundos das periferias de grandes cidades.

A lei Geral do Cooperativismo em vigor traz compilados os princípios estabelecidos pelos pioneiros dessa prática ainda no século XIX, reafirmados, mais recentemente, pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI). São eles: 1. *Adesão voluntária e livre à cooperativa*; 2. *Gestão democrática pelos membros*; 3. *Participação econômica dos membros*; 4. *Autonomia e independência*; 5. *Educação, formação e informação*; 6. *Intercooperação*; 7. *Interesse pela comunidade*; 8. *Neutralidade política e religiosa*. (BORGES, 2001, p. 132-133).

A título de exemplo, cabe destacar aqui três experiências pioneiras de articulação da saúde mental com o cooperativismo popular: a Cooperativa Mista Paratodos, criada em 1994, em Santos-SP; a Cooperativa da Praia Vermelha, do Rio de Janeiro-RJ, criada em 1996; e a Trabalharte, criada no ano 2000, em Juiz de Fora-MG. Em virtude de dificuldades na formalização desses empreendimentos como cooperativas sociais, nenhuma das três experiências foi registrada como tal. A Cooperativa Paratodos é uma cooperativa de trabalho, a Cooperativa da Praia Vermelha permanece sem registro e a Trabalharte, apesar de ser uma cooperativa, foi registrada como associação. Além dessas três experiências pioneiras, será apresentada também a COOPCAPS, primeiro empreendimento formado por usuários de saúde mental a ser registrado como cooperativa social no Brasil. A COOPCAPS foi criada em 2005, com apoio da Incubadora de Cooperativas Populares de Autogestão do Ceará (ITCP/UFC).

As experiências da Cooperativa da Praia Vermelha, da Trabalharte e da COOPCAPS mostram o quanto as incubadoras têm exercido um papel fundamental no processo de organização dos grupos e na ressignificação do trabalho dos usuários no campo da saúde mental. A assistência e suporte aos grupos oferecidos com base em uma perspectiva diferenciada, envolvendo profissionais de diferentes formações, têm permitido a emergência de um espaço de múltiplos olhares sobre o que antes era restrito à saúde mental.

Nessas experiências, os técnicos das incubadoras contribuem com uma série de novos conceitos e formas de compreender e organizar o trabalho, permitindo que usuários, familiares e profissionais da saúde mental reflitam coletivamente sobre suas práticas e concepções sobre a ativida-

de produtiva. Além disso, oferecem aos grupos da saúde mental conhecimentos sobre sua produção, agregando valor comercial ao que antes estava praticamente restrito à espontaneidade das oficinas realizadas dentro dos CAPS. A própria identidade de trabalhador/empreendedor contribui para a problematização do lugar dos usuários, de seus familiares e dos próprios profissionais da saúde mental no dia-a-dia dos empreendimentos (MARTINS, 2009, p. 155).

Essa troca entre os cooperados e os técnicos das incubadoras provoca reflexões sobre o próprio processo de incubagem dos empreendimentos e, de forma mais geral, sobre os próprios “pré-conceitos” a respeito da capacidade produtiva e relacional das pessoas com transtorno mental, trazendo benefícios para ambos os grupos e para a sociedade como um todo (ZAMBRONI-DE-SOUZA, 2006, p. 98). A relação estabelecida entre as incubadoras e os grupos acaba produzindo um espaço de diálogo coletivo propício à reflexão sobre o cotidiano dos serviços de saúde mental, no que diz respeito ao trabalho, que contribui de forma expressiva com o processo de reabilitação psicossocial dos usuários. Além disso, as incubadoras possibilitam aos usuários condições diferenciadas que permitem a construção de novos vínculos nas interações. Isso se dá porque a metodologia de incubação envolve o esforço cotidiano de fazer junto com os trabalhadores, evitando relações de subordinação (GIRARD, 2006, p. 283). No caso da saúde mental, essa questão é essencial na medida em que os usuários comumente atribuem um forte sentido às dimensões de integração e socialização do trabalho, possivelmente maior que a de outros trabalhadores que desfrutam de outras vias de integração social (MARTINS, 2009, p.156).

## Economia Solidária

A parceria com a economia solidária ganhou amplitude e visibilidade ao tornar-se uma política pública fomentada pelo governo federal. Contudo, experiências pontuais de articulação entre esse campo e a saúde mental já estavam em desenvolvimento desde o final da década de 1990. O relatório final da III Conferência Nacional de Saúde Mental (BRASIL/MS, 2002, p. 16) dá indicações dessa articulação, trazendo em seu texto reivindicações de apoio a grupos da saúde mental ligados à economia solidária. Ainda no ano de 2002, quando foi realizada essa conferência, não havia apoio governamental a essas iniciativas de geração de renda e nem

mesmo uma institucionalidade da política de economia solidária no governo federal, representada hoje pela SENAES.

Conforme apresentando anteriormente, experiências coletivas aos moldes cooperativistas já faziam parte do contexto das discussões e práticas sobre trabalho na saúde mental. A articulação com o cooperativismo popular e com outras experiências do que viria a ser chamado economia solidária, mesmo que pontualmente, já acontecia em redes locais de saúde mental.

Em abril de 2004, aconteceu o I Congresso Brasileiro dos Centros de Atenção Psicossocial, evento de expressão nacional, que reuniu mais de 2.000 participantes. Este congresso contou com a presença do prof. Paul Singer, como dirigente da SENAES/MTE. Nessa ocasião, Singer falou sobre a economia solidária e suas raízes e sublinhou o potencial de aproximação entre os dois campos, já que, segundo ele, a economia solidária é uma proposta construída por aqueles que, no sistema capitalista, vivem às margens, integrados ao sistema por meio da exclusão (BRASIL/MS, 2005, p. 11-12). Segundo o professor, o sistema capitalista prevê derrotados e perdedores e, por sua força ideológica, faz com que as pessoas acreditem que aqueles que foram postos nessa situação são incapazes. Para Singer, esse recorte é feito pelo mercado a partir de uma série de parâmetros, tais como: nível de escolaridade, faixa etária, estigma atribuído a um grupo por sua condição social, como ter passado pelo sistema prisional e, até mesmo, pelas condições física, mental ou psíquica de determinados grupos sociais. No final do mesmo ano, a parceria entre saúde mental e economia solidária foi selada oficialmente no governo federal durante a I Oficina Nacional de Geração de Renda e Trabalho de Usuários de Serviços de Saúde Mental.

Singer (2002, p. 10) define que a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual são os dois princípios básicos que configuram a economia solidária. A cooperação, a responsabilidade, as decisões compartilhadas, a solidariedade e a democracia também são princípios que norteiam a economia solidária. Esses princípios têm fomentado reflexões importantes dos atores da saúde mental, sejam estes usuários, seus familiares ou profissionais dos serviços, no que diz respeito ao cotidiano das experiências de geração de renda e dos serviços de saúde mental de forma mais ampla.

Esse processo de resignificação que envolveu o cooperativismo social triestino e o cooperativismo popular foi impulsionado de forma significativa pela convivência e pelas trocas com diferentes atores do campo da

economia solidária que se dão, em especial, no cotidiano dos grupos de geração de renda da saúde mental. Cabe lembrar que na economia solidária transitam atores de diferentes origens e militâncias políticas, já que é um campo que agrega movimentos sociais diversos, como os movimentos de Luta Antimanicomial.

Esse universo diversificado da economia solidária agrega exemplos como os das incubadoras universitárias, como a ITCP/UFRJ, que apoia, entre outras experiências, a Cooperativa da Praia Vermelha, o Papel Pinel, entre outros empreendimentos solidários da saúde mental. Outras incubadoras universitárias apoiam empreendimentos da saúde mental, como as Incubadoras da UFJF, com a Trabalharte; da UFCE, com a COOPCAPS; do Núcleo de Economia Alternativa da UFRGRS, com a GerAção-POA. Além da INTECOOP da Universidade Católica de Pelotas/RS, da UFAL, da UNICAMP, da ITCP/UNEB, da UnB e da UFSCar. Além das incubadoras, outras entidades oferecem apoio e fomento a empreendimentos da economia solidária, como a Cáritas, a Fundação Unitrabalho, o Instituto Marista de Solidariedade e a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT), que tem entre seus grupos empreendimentos da saúde mental.

Outra entidade do campo da economia solidária que vem apoiando técnica e politicamente os debates sobre o cooperativismo social na esfera federal e em âmbito local é a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – UNISOL/Brasil. Essa entidade conta com uma setorial específica sobre cooperativismo social e com apoio a empreendimentos solidários da saúde mental, em especial àqueles do estado de São Paulo. A Unisol oferece apoio também à organização desses empreendimentos em rede, como é o caso da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo, a qual reúne por volta de 80 empreendimentos solidários formados por usuários dos serviços de saúde mental. Além da UNISOL/Brasil, a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo tem apoio do Núcleo de Assistência Técnica de Economia Solidária, órgão criado por iniciativa da SENAES/MTE<sup>10</sup>.

Como exemplo de articulação das gestões locais de economia solidária e saúde mental, cabe citar o caso do gestor da política de economia solidária da Prefeitura de São Bernardo do Campo/SP, Nilson Tadashi, que cedeu espaço ao lado da Secretaria de Trabalho para que os usuários da saúde mental pudessem abrir a lanchonete Qdelícia.

---

10 Para informações sobre a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo, ver [www.saude-ecosol.wordpress.com](http://www.saude-ecosol.wordpress.com).

Esses exemplos mostram como a saúde mental vem se articulando à economia solidária por meio da incursão pelo campo, das trocas estabelecidas com seus atores e da sua participação direta como integrante desse campo. A ressignificação do trabalho pela saúde mental tem se dado também na própria vivência como agente desse campo, na construção de novos lugares sociais, pela possibilidade de ser reconhecido a partir de outros referenciais que não sejam aqueles restritos à saúde ou à doença, ou seja, além de usuário de serviço de saúde mental, ser um trabalhador, um militante da economia solidária. Essa possibilidade permite que atores da saúde mental que têm travado diálogo com a economia solidária tracem novos itinerários no cotidiano de suas vidas e, até mesmo, novas trajetórias políticas e concepções sobre a loucura.

Toda essa mobilização, além de contribuir para o processo de ressignificação do trabalho em saúde mental, vai tecendo aos poucos uma base social para reivindicação e discussão da pauta política sobre trabalho e inserção social e econômica de pessoas em situação de desvantagem. Exemplo concreto disso foi a Marcha dos Usuários pela Reforma Antimanicomial<sup>11</sup>, em 2009, que reuniu cerca de 2.300 pessoas, reivindicando avanços na assistência, com completa substituição dos leitos em hospitais psiquiátricos por uma rede comunitária de serviços. A Marcha afirmou a importância da intersetorialidade para uma reforma psiquiátrica antimanicomial, trazendo entre suas reivindicações pautas com diferentes ministérios, entre eles o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Representantes da Marcha foram recebidos pelo prof. Paul Singer, naquela época secretário da SENAES, sendo destacadas entre as reivindicações do grupo: o apoio à organização de feiras e atividades de capacitação, a criação de linhas de financiamento para os projetos e empreendimentos da saúde mental e o fortalecimento do cooperativismo social.

## Considerações finais

O diálogo entre as iniciativas de geração de renda dos usuários dos serviços de saúde mental e o cooperativismo popular trouxe à letra da lei

---

11 A realização da Marcha contou com apoio da RENILA e do Conselho Federal de Psicologia. Informações sobre a Marcha foram retiradas da publicação: CFP. IV CNSM-I. Por uma IV Conferência Antimanicomial: contribuições dos usuários. Brasília: CFP, 2010.

brasileira de cooperativas sociais, tradução da lei italiana, elementos da realidade local, vivida no cenário brasileiro. Nessa troca, com base no cooperativismo popular, algumas dessas iniciativas pioneiras tiveram contato com princípios do cooperativismo e com os desafios impostos por esse campo. A lei permaneceu como símbolo, mas a vivência concreta fez com que essas experiências buscassem criativamente respostas que a lei não alcançou. Foi por intermédio do cooperativismo popular que iniciativas de geração de renda da saúde mental tiveram acesso à proposta da economia solidária de forjar uma nova economia, alternativa ao capitalismo e às práticas assentadas em relações de subordinação, exploração e produção incessante de desigualdade.

O encontro com o cooperativismo popular e com a economia solidária permitiu às iniciativas de geração de renda da saúde mental acessar elementos concretos para definir e compreender a experiência que estavam colocando em curso. Apesar de o cooperativismo social triestino ter oferecido bases críticas à problematização do papel conferido ao trabalho atribuído aos usuários de saúde mental, a aplicação da lei italiana no contexto brasileiro perdeu parte significativa de sua potencialidade de ação, não só pelos vetos sofridos pelo texto da lei, mas também pelo descompasso entre a realidade vivida no cenário nacional e aquela onde foi elaborada a lei italiana.

O diálogo com o cooperativismo popular e com a economia solidária, estabelecido pelas experiências brasileiras, permitiu que a potencialidade de ação da lei e do que ela expressa da história triestina fosse resgatada por meio de uma leitura definida pelas especificidades do contexto nacional. Além disso, esse diálogo tem contribuído para que as experiências de geração de renda dos usuários de saúde mental tornem-se cada vez mais espaços importantes para mobilização dos usuários no enfrentamento a injustiças e na luta por seus direitos. Todas essas mobilizações em torno da inserção laboral de usuários de saúde mental entraram para a agenda do poder público em diálogo com a economia solidária.

O percurso apresentado constituiu bases para que nos últimos anos pudesse emergir um cooperativismo social à moda brasileira, que preservasse suas origens junto à experiência triestina, em diálogo com o cooperativismo popular, mas integrado à economia solidária e às peculiaridades do cenário nacional.

Como desdobramento da parceria entre saúde mental e economia solidária no governo federal, a partir de 2010, o cooperativismo social ad-

quiriu centralidade nos debates em torno da inserção laboral de usuários da saúde mental na articulação entre as duas políticas. Nesse período, intensificou-se também a participação de outros setores do governo federal e da sociedade civil em torno dessa agenda política.

Como resultado dessas mobilizações foi criado no final de 2013 o Programa Nacional de Apoio às Cooperativas Sociais e Associações, sob coordenação da SENAES, que propõe articular diferentes órgãos do poder executivo para o desenvolvimento dessas iniciativas. A criação do Programa instituiu um mecanismo institucional de apoio às iniciativas de geração de renda da saúde mental, resguardando o significado simbólico da lei 9867/1999 para o campo da saúde mental. Se por um lado o programa representa a promessa de driblar os impasses referentes ao marco jurídico, por outro é uma política pública referenciada numa lei com problemas estruturais e voltada para segmentos populacionais muito específicos, que demandam ações articuladas com outras políticas públicas. Apesar disso, o PRONACOOP SOCIAL reacende o debate sobre inserção laboral a partir de novos parâmetros construídos por uma base social que vem se adensando de forma significativa na última década, principalmente após o diálogo sistemático com a economia solidária. A intersectorialidade proposta pelo Programa potencializa a participação de novos agentes, o que contribui para a conjunção de diferentes segmentos sociais em situação de desvantagem sob a chancela do cooperativismo social.

O PRONACOOP SOCIAL nasce em um cenário onde a ênfase na valorização das diferenças, defendida nos primeiros anos do Partido dos Trabalhadores na presidência da república, deixou de ser prioridade ainda na gestão de Dilma Rousseff. No governo da presidenta, o lema *Brasil um país de todos* foi substituído por *País rico é país sem pobreza*, numa mudança evidente de estratégia no enfrentamento às injustiças sociais. O modelo de desenvolvimento adotado aposta na redistribuição econômica como forma de amenizar a desigualdade de classe e reduzir as contradições sociais. Cresceu o investimento público na exportação de matéria prima (petróleo, minério), no agronegócio, nas grandes obras (Belo Monte), nos grandes espetáculos (Copa e Olimpíadas), na privatização (portos, aeroportos, ferrovias, estradas) e em grandes programas de habitação e de transferência de renda.

Por outro lado, perderam espaço as questões ligadas à identidade e ao reconhecimento, que demandam políticas específicas e tomam a diversidade como irredutível na democracia contemporânea. Esse impacto foi sentido



nas políticas indígenas, de combate ao racismo, de álcool e outras drogas, de combate à homofobia, de enfrentamento da AIDS, de combate à intolerância religiosa, de diversidade cultural, de Direitos Humanos, entre outras. Situação que vem se agravando com a posse do presidente Michel Temer.

Ainda na gestão Dilma Rousseff, tanto a PNSMAD/MS quanto a SENAES passaram por readequações. A questão do crack serve de exemplo, quando por influência direta da presidenta, a política de saúde mental teve de incluir as comunidades terapêuticas como parte da rede SUS para atender a demanda imposta pela mídia de internação dos usuários dessa substância. Já para a SENAES, foi proposta a transferência do Ministério do Trabalho e Emprego a uma nova secretaria voltada a micro e pequenas empresas (PL 865/2011), numa mesma tentativa da presidenta de evitar possíveis perdas na base política do governo. Situações como essas indicavam já no governo Rousseff a necessidade de enfrentar o crescente risco de desvirtuamento das políticas de saúde mental e economia solidária e, conseqüentemente, do PRONACOOP SOCIAL. Com o golpe que beneficiou o vice-presidente Michel Temer, o cenário passou de desfavorável a insustentável. Com o lema “Ordem e Progresso”, a SENAES está nas mãos de um gestor que pouco ou nada conhece sobre a pasta, a Política Nacional de Saúde Mental foi entregue a um ex-dono de hospital psiquiátrico, destituído pelo movimento antimanicomial poucos dias após sua posse. Após meses sem condução definida, assume um gestor que dirige a Política na contramão da reforma psiquiátrica antimanicomial.

Se, no âmbito da gestão, ambas as políticas encontram-se em situação de desmonte, no cotidiano dos empreendimentos a articulação entre saúde mental e economia solidária insiste e confirma a parceria entre os dois campos.

## Referências bibliográficas

BARROS, D. D. **Jardins de Abel**: desconstrução do manicômio de Trieste. São Paulo: EdUSP; Lemos Editorial, 1994.

BORGES, G. R. Os princípios cooperativistas na lei e no estatuto. In GEDIEL, J. A. P. (Org). **Os caminhos do cooperativismo**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

BRASIL. Decreto nº 8.163, de 20 de dezembro de 2013. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social – Pronacoop Social, e dá

outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 2013. Seção 1 - Edição Extra, p. 1.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 dez. 1971. Seção 1 - Edição Extra, p. 1034.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.867, 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 11 nov. 1999, p. 1.

\_\_\_\_\_. Portaria Interministerial nº 383, de 7 de março de 2005. Institui o Grupo de Trabalho de Saúde Mental e Economia Solidária e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.fenix.org.br/PORTARIAINTERMINISTERIAL353-marco-2005.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Portaria Interministerial nº 1.169, de 7 de julho de 2005. Destina incentivo financeiro para municípios que desenvolvam projetos de Inclusão Social pelo Trabalho destinados a pessoas portadoras de transtornos mentais e/ou de transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 8 jul. 2005, Seção 1, p. 37.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei nº 865, de 31 de março de 2011. Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cria cargo de Ministro de Estado e cargos em comissão, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=496725>. Acesso em 17 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental**. Brasília: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2002.2002:16.

\_\_\_\_\_. **Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo Trabalho**. Brasília: MS, 2005.

GIRARD, C. Integração e capital social a partir de uma reflexão sobre políticas de trabalho no campo da economia solidária. In: FRANÇA, G. C.; et al (Orgs.). **Ação**

**pública e economia solidária: uma perspectiva internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

ITÁLIA. **Lei nº 180/1978** - Lei Basaglia – Lei de Reforma Psiquiátrica Italiana.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 381**, de 8 de novembro de 1990. Dispõe sobre as cooperativas sociais.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 68**, de 12 de março de 1999 – Lei de cotas - estabelece que empresas com mais de 15 empregados deve contratar pessoas com deficiência.

MARTINS, R.C. A. **Cooperativas sociais no Brasil: debates e práticas na tecitura de um campo em construção.** 2009. 193 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **Saúde mental, economia solidária e cooperativismo social: políticas públicas de reconhecimento e acesso ao trabalho (2004-2013).** 2014. 311 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

ROLANDO, C. Depoimento [18 de abril, 2013]. Trieste, Itália. Entrevista concedida a Rita de Cássia Andrade Martins et al. Material sonoro transcrito. Tabatinga-AM: Pesquisa de doutorado de Rita de Cássia Andrade Martins (PPG/SOLUnB), 2013.

ROTELLI, F; LEONARDIS, O. & MAURI, D. **La Empresa Social.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1994.

\_\_\_\_\_. **Empresas sociales en Italia: Balances y perspectivas.** In: CENTRO DE DOCUMENTACIÓN EN POLÍTICAS SOCIALES DOCUMENTO 3º. Foro Intermunicipal Buenos Aires Sin Fronteras. Organizado por la Secretaría de Promoción Social. Buenos Aires: 27-29 de abril de 1998.

SANCHEZ, F. J. B. A luta pelo direito ao trabalho associado: apontamentos sobre o marco jurídico da Economia Solidária. In: BENINI, E. et al (Orgs). **Gestão Pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

ZAMBRONI-DE-SOUZA, P. C. Trabalho, organização e pessoas com transtornos mentais graves. **Cadernos de Psicologia Social e Trabalho**, 2006, v. 9, n. 1, p-p. 91-105. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25885/27617> . Acesso em: 08 de maio 2008.

# Economia Solidária

## Perspectivas no resgate dos vínculos sociais

*Gisele Hidalgo<sup>1</sup>*

**Resumo** Este estudo trata-se de um ensaio teórico a respeito do papel desempenhado pelas economias solidárias na criação de vínculos sociais como fator de articulação entre o homem e a sociedade. Em um primeiro momento, a luz de autores como Mauss e Polanyi, a pesquisa discorre sobre a transformação imposta ao homem moderno: de ser social para econômico. Ao refletir sobre as conseqüências desta mudança, percebe-se o crescente individualismo preconizado pelo sistema capitalista que ocasionou a perda dos vínculos antes considerados fundamentais para o desenvolvimento social: dar, receber, retribuir, confiar, cooperar. Em seu decorrer, o estudo apresenta os movimentos de resistência que surgiram no transcorrer da história e que buscaram se opor a forma dominante de economia. Nesse contexto, despontam as economias solidárias que despontam como um caminho alternativo na busca por outras opções econômicas capazes de devolver ao homem a sua dignidade, desfazendo o individualismo e buscando a valorização das trocas permeadas por valores não-econômicos, mas sim de confiança e cooperação.

**Palavras-chave** Reciprocidade; Vínculos sociais; Economia solidária; Utilitarismo; Cooperação.

**Abstract** This research indicates a theoretical test about the role played by solidarity economies in creating social bonds as joint factor between man and society. First, the light of authors such as Mauss and Polanyi, the research shows the transformation imposed to modern man: to be social to economics. Reflecting the consequences of this change, it is possible to observe the growing individualism recommended by the capitalist system which caused the loss of the bonds previously considered fundamental for social development: giving, receiving, return, trust, cooperate. This also shows the resistance movements that have started in the course of history and sought to oppose the dominant economy. The solidarity economies emerge as an alternative path in the search for other economic options able to return to man his dignity, finishing individualism and looking for the enhancement of exchanges permeated by non-economic values, as trust and cooperation.

**Keywords** Reciprocity; Social linkages; Solidarity economy; Utilitarianism; Cooperation.

**Resumén** Este estudio se propone a presentar el papel que las economías solidarias desarrollan en la creación de vínculos sociales y su actuación como um factor de integración entre el hombre y la sociedade. La investigación realizada proporciona elementos teóricos

---

<sup>1</sup> Mestra em Administração de Empresas – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).  
Email: giselehidalgo29@gmail.com

que muestran el cambio de actitud al que el hombre fue sometido por el sistema económico moderno: de ser social para ser económico. También son presentados los movimientos de resistência que han surgido en el curso de la historia y que buscaban oponerse a la forma dominante de la economía. Al reflexionar sobre las consecuencias de esta transformación, podemos ver que el creciente individualismo defendido por el sistema capitalista provocó la pérdida de los lazos que antes se consideravam.

**Palabras claves** Reciprocidad; Vínculos sociales; Economía solidaria; Utilitarismo; Cooperación.

## Introdução

Seria possível imaginar o sistema de outra forma, senão a que vivemos hoje? Ao concebermos toda a riqueza, desenvolvimento das nações e avanços tecnológicos que se originaram da maneira como o mercado está organizado, a visão predominante é a de que existe somente um caminho a seguir. No entanto, ao aceitar essa forma como dominante, precisamos fechar os olhos para as contradições inerentes ao processo social e econômico em que vivemos.

O capitalismo dos nossos dias tem revelado as suas incoerências internas, retratando um contexto de desigualdades extremas, produzindo desemprego massivo e desarranjos econômicos em muitos países desenvolvidos e causando o agravamento da pobreza no mundo em desenvolvimento (MARTINS, 2007). Para Schneider (2013), a globalização trouxe benefícios, mas também consequências sociais negativas, como o aumento do desemprego, a precarização dos contratos de trabalho e crescentes agressões aos direitos de organização sindical e ao próprio equilíbrio ambiental.

Inserido nesse contexto, nos dois últimos séculos, o homem sofreu uma grande mudança em seu papel: de ser social para econômico. Em virtude dessa transformação, houve mudanças sociais graves, uma delas, talvez a de maior impacto, encontra-se no isolamento racional que tomou o lugar da cooperação. Em uma troca da concepção de desenvolvimento coletivo para individualismo metodológico, ser racional passou a significar uma busca constante pela unidade ao invés da coletividade.

No decorrer desse estudo pretende-se apresentar como a visão de ser humano individual e excludente ganhou forças a ponto de tornar-se dominante e quais seriam os caminhos possíveis para o retorno a um sistema social vinculante.

## 1 Individualismo – liberdade ou imposição?

Reflexões a respeito de temas como liberdade de escolha e individualismo remontam aos princípios utilitaristas que converteram nosso estado natural de pensar. Proveniente de uma doutrina dita libertadora, este modelo que nasceu junto com o Iluminismo, buscava a igualdade ao possibilitar a individualidade com base nas preferências de cada um. Segundo Ulrich (1997), o termo utilitarismo designa um conceito normativo de fundamentação racional, que julga a ação humana quanto às suas consequências úteis. Logo, a partir daí, tem-se um individualismo benfazejo: provê a tua felicidade, que isso assegurará o maior grau de felicidade para todos os outros, se fizerem o mesmo. Para Gaiger (2013), estando livres de interposições, os indivíduos se comportam espontaneamente, buscando maximizar seu bem-estar, seu interesse ou utilidade racionalmente.

Para os padrões utilitaristas, o indivíduo passa a agir conscientemente movido pela intenção de realizar seus objetivos, buscando o seu proveito. Caillé (2009) diz que é difícil se opor às ideias utilitárias quando estas se manifestam na busca da maior felicidade para o maior número de pessoas. Sob essa égide, o individualismo tornou-se algo instrumental: a estratégia de cada um para maximizar a sua própria felicidade. Uma racionalidade maior está associada à busca do autointeresse, que estabelece uma relação entre individualidade e egoísmo e, futuramente, na busca por um maior ganho. Na medida em que o utilitarismo passa a se relacionar com o mundo econômico, essa racionalidade se converte em otimização para obtenção de lucro. De acordo com Gaiger (2013), o indivíduo racional do utilitarismo agirá de forma empreendedora no campo econômico, visando à otimização e à eficiência, desde que não seja tolhida a sua liberdade.

Mas, ser livre é realmente possível? Escolhemos estar dentro de um sistema de mercado que rege nossa sociedade ou somos frutos de uma imposição histórica? Afinal, quem dita as nossas preferências? Para que exista a chamada opção pela livre escolha seria necessário que nos colocássemos à parte, entre parênteses, buscando a emancipação que permita a compreensão da sociedade e o agir dentro dela. Esse homem dito “parentético”, pelo teórico crítico Guerreiro Ramos (1984), suspende suas crenças no mundo ao analisar a situação em que está inserido. Ao libertar-se de concepções pré-estabelecidas, o indivíduo poderia então discernir sobre suas preferências. A evolução desse pensamento, no entanto,

só seria possível se a sociedade fosse igualitária, com recursos e oportunidades para todos.

São as incertezas do mundo em que vivemos que prejudicam a nossa racionalidade. Pela liberdade, o indivíduo se desvincula de seu meio em uma ideia de egoísmo racional, onde cada um deve cuidar de si. Caillé (1998), enfatiza o que o sociólogo Durkheim já havia percebido com clareza: não é possível fazer o altruísmo nascer do egoísmo. O autor aponta também que é impossível convencer os egoístas racionais, isolados e “mutuamente indiferentes” a levar adiante a teoria de que seria vantajoso para eles cooperar, ou seja, confiar uns nos outros e estabelecer uma relação de aliança.

Dentro dessa lógica, a liberdade é plena, desde que todos os valores, crenças e paixões sejam traduzidos em demandas de bens (ou serviços) de consumo (GOODBUT, 1998). Para Gaiger (2013), a aspiração moderna de “ter liberdade para se liberar” conduz toda e qualquer relação social a cingir-se à realização dos interesses de uma parte e de outra, evitando a continuidade do laço que momentaneamente se estabelece, senão nos termos previstos pelos contratos. Suprime, assim, o vínculo social e refuta a condição de interdependência, fazendo o homem moderno se desvincular dos laços de solidariedade e se tornar dependente do consumo. Cria-se, desse modo, uma racionalidade econômica direcionada para o ciclo infinito de necessidades superficiais.

## 2 O enfraquecimento dos vínculos

Profeticamente correto, Weber (1985) previa que sob o capitalismo a ordem racionalista havia se tornado uma gaiola de ferro na qual a humanidade estaria aprisionada “talvez até que a sua última tonelada de carvão fossilizado seja queimada”. Para Ulrich (1997), o mercado livre passou a ser a situação ideal, na qual os indivíduos fazem livremente as suas escolhas. Por ser uma estrutura neutra em relação às preferências, torna-se compreensível que se aceitem axiomas como a “concorrência perfeita”, apesar de sua condição indemonstrável.

De acordo com Gaiger (2013), a força exercida pelo capitalismo explica-se por sua indiscutível produtividade e sua velocidade de inovação. Ao buscarem sua legitimação junto ao sistema, os indivíduos adquirem percepções de maximização de ganhos individuais em detrimento

dos coletivos. O autor enfatiza que, nos últimos dois séculos, os efeitos contraditórios experimentados pela expansão global do mundo ocidental explicam-se em larga medida pela predominância gradativa da racionalidade singular do *homo economicus*, de natureza individual e utilitarista, congruente com a lógica de desenvolvimento do capitalismo. O fato conduziu ao refluxo, ao ocultamento e ao esquecimento de outras formas de vida econômica, que persistiram ou emergiram sob o escudo do capitalismo de maneiras acantonadas, refugiadas, subordinadas ou insurgentes. Assim, seguiu-se, ainda que de maneira geralmente discreta e quase imperceptível, salvo em seus momentos de expansão e reafirmação.

Essa lógica racional produtiva, no entanto, nem sempre existiu. Foram as nossas sociedades ocidentais que muito recentemente fizeram do homem um animal econômico. Para Razeto (1993), a supremacia do *homo economicus* acarretou a separação teórica entre economia e solidariedade. Hoje, depositamos nossa confiança em aparatos tecnológicos, antes, porém, eram necessários laços, vínculos e ajuda mútua para sobreviver.

Em sua obra seminal *Ensaio sobre a Dádiva*, Marcel Mauss (1974) apresenta sociedades antigas que constituíam um complexo sistema social e econômico baseado em trocas recíprocitárias. A dádiva constituiu o cultivo de alianças, o sentido associativo de uma economia. Existia um espírito de coletividade, generosidade, de cuidado com os membros da sociedade. Esse conceito retoma a importância das relações sociais, da interdependência para a sobrevivência da nossa espécie. Nas sociedades antigas, as pessoas ajudavam umas às outras, tinham confiança em seus semelhantes, davam e recebiam livremente. As atividades recíprocitárias eram o motor para a promoção de coesão social.

Para Godbout (1998), entende-se por dádiva tudo o que circula na sociedade e que não está ligado nem ao mercado e nem ao Estado. De um modo positivo é o que circula em prol do laço social. Por isso, é frequentemente acompanhada da impressão de participar de algo que ultrapassa a necessidade de ordem material. Aí está a obrigação, no ato de retribuir vem à tona a sensação de utilidade. O valor da dádiva consiste, na verdade, em fazer lembrar que os agrupamentos humanos acionam outras racionalidades, que não a instrumental, para prover a sua existência, desfazendo a impressão de que essa última disporia de primazia antropológica e histórica sobre as demais (GAIGER, 2013).

A dádiva mudou, mas não desapareceu. Atitudes de lealdade, cooperação e confiança, além do zelo no trabalho representam quase uma espécie



de colaboração clandestina para a eficiência da empresa. Comportamentos que manifestam o princípio da dádiva igualmente no mundo funcional das organizações, atrás das quais, como recorda Caillé (2009), sempre existem pessoas.

Segundo Gaiger (2013), a vida humana apenas pode ser concebida como um acontecimento de seres sociais que, para viverem, contraem vínculos recíprocos. Tais vínculos decorrem da condição humana de interdependência, de nossa falta de autossuficiência individual, ou mesmo grupal; do fato de que, desde nossas experiências primárias deparamo-nos com a escolha inevitável entre confiar e não confiar, entre arriscar-se em uma lógica de aliança e de certa gratuidade, ou não.

O individualismo e a falta de confiança nas pessoas com quem desenvolvemos nossas relações, praticamente inviabilizaram a prática da dádiva. A dita ganância do homem moderno que institucionaliza o ganho em todas as situações em prol de seu benefício e o não estabelecimento de relações que possam vir a ser duradouras e benéficas em longo prazo determinam o enfraquecimento dos vínculos. Os vínculos podem cumprir um papel apenas instrumental, sendo, assim, descartáveis uma vez atingidos seus objetivos, mas viveremos mal se apenas contarmos com vínculos sociais não vinculantes, pois não oferecem amparo quando nada temos para imediatamente dar em troca (GAIGER, 2008).

Contudo, se originalmente o homem precisava de vínculos duradouros e solidários para garantir a sua existência, o que o levou a este individualismo profundo? O que impede os membros da sociedade de dar? O que faz com que se retenham as coisas, em vez de fazê-las circular? (GODBOUT, 1998).

### 3 De protagonistas a espectadores – a inversão de papéis

O enfraquecimento de sistemas econômicos baseados em relações recíprocas teve início com a mudança dos princípios norteadores do mercado. A dádiva perdeu visibilidade nas sociedades modernas, pois nela ganhou preponderância um princípio de agir orientado ao intercâmbio, cuja natureza fragiliza ou suprime os vínculos sociais (GAIGER, 2013).

Em sua obra *A Grande Transformação*, Karl Polanyi (2000) corrobora as conclusões de Mauss (1974) e apresenta o argumento antropológico do homem como ser social, identificando um conceito semelhante à dá-

diva: a reciprocidade. O autor destaca que, anteriormente à nossa época, nenhuma economia era controlada por mercados, sendo seu papel apenas incidental na vida econômica. O sistema econômico era dirigido por motivações não econômicas, mas por vínculos sociais e os mercados representavam um acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social.

Em um retrospecto temporal, Polanyi (2000) apresenta o sistema de mercado autorregulável iniciado a partir da Revolução Industrial. Esse mercado cresceu à custa da desarticulação social, dando ao homem um papel que ele nunca teve: o da predileção por ocupações lucrativas. Até então, todos os sistemas econômicos conhecidos eram organizados pelos princípios básicos: reciprocidade, redistribuição e domesticidade. Para Lisboa (2008), cada uma dessas formas supõe, respectivamente, uma organização com base na simetria social (sociedades igualitárias) ou centralidade (sociedades com Estado de tipo despótico ou burocrático).

O conceito do *homo economicus* que tem a propensão de barganhar, permutar e maximizar seus resultados ganhou forças e tornou-se modelo. Polanyi (2000) destaca que organizar a economia por meio do mercado pressupõe uma transformação completa de tal forma que a natureza, o ser humano e o dinheiro foram transformados em mercadorias, passando a ser, no caso dos dois primeiros elementos, denominados pela teoria econômica de “terra” e “trabalho”. Trabalho é apenas outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para a venda. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem e o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido, mas adquire vida pelo mecanismo dos bancos e das finanças estatais.

Em um mercado autorregulável toda a produção é feita para a venda e todos os rendimentos derivam dessas vendas. Nessa forma de organização, o homem tornou-se uma mercadoria precificável. Houve, então, uma inversão de papéis, o mercado passou a controlar a sociedade humana, dirigindo-a como se fosse um acessório. Lisboa (2008) diz que a determinação de valores era dada pela escassez, e completa destacando que o capitalismo é um sistema de criação de desejos e produção de necessidades. Destaca, ainda, que uma civilização fundada no consumismo e no desperdício, sob processos de obsolescência planejada, gera uma destruição sistemática de riquezas intrínseca à racionalidade econômica moderna.

Nesse contexto, ocorreu a adulteração do que possui outras dimensões e que não poderia se desvincular de suas funções natas. A produção contínua tornou o trabalhador subjugado, alienado, sem valores. A sua liberdade foi abolida para que o mercado se desenvolvesse. Polanyi (2000) discorre sobre a indústria da pobreza gerada nessa nova forma de regulação do mercado. O autor explica que, para os trabalhadores, não havia outro padrão possível que não fosse a miséria. Ele cita a controvérsia de Adam Smith com relação ao sistema autorregulável: para ele, a abundância universal não podia deixar de fluir para o povo. Seria impossível que a sociedade se tornasse mais rica e o povo mais pobre. Porém, não foi o que aconteceu. De acordo com Gaiger (2013), no mundo atual, a economia tornou-se sinônimo de mercado e, esse, de mercado capitalista. Os agentes econômicos capitalistas, além de moverem-se pelo interesse, são privados, visam à acumulação do capital, concebem o intercâmbio como troca de mercadorias, tendem a reduzir ou eliminar a concorrência e estão inclinados a mercantilizar todos os campos da vida social. Por isso, nos mercados modernos observa-se a produção incessante de mercadorias, uma relação em que a oferta condiciona a demanda, em decorrência dos acordos prévios entre oligopólios e das injunções do capital financeiro.

Essa transformação do modelo de mercado passou por crises e reformulações no decorrer da história, manteve, porém, sua característica principal: a mercantilização do trabalho. Para Lisboa (2008), Polanyi elaborou uma compreensão do fenômeno econômico não prisioneira da lei do valor, permitindo considerar positivamente as economias não mercantis (bem como os mercados inseridos em seu interior), possibilitando um olhar lúcido na neblina da confusão que se estabeleceu no pensamento econômico entre riqueza, valor, preço e moeda. Junto a essa desarticulação, degradaram-se as condições de vida, houve um flagelo moral e crescimento acelerado da indústria da miséria.

#### 4 Contra-movimentos: a proteção aos vínculos sociais

Como resposta à insatisfação pelas condições de trabalho e de vida a que os trabalhadores são submetidos nesse período, nasceram na sociedade forças organizadas, contrárias aos padrões impostos pelo mercado. Movimentos que se formaram para buscar devolver a dignidade às classes exploradas pelo sistema dominante.

Martins (2007), ao analisar a obra de Polanyi, destaca que surgiu na sociedade um “duplo movimento”: de um lado o mercado e suas classes de interesses e, de outro, forças sociais que tentam resguardar as pessoas, seu meio, sua cultura. Esse contra movimento é chamado pelo autor de *Grande Transformação*, um momento em que a sociedade passou a se proteger contra as forças que minam a solidariedade social e que ameaçam distorcer a sua relação com o ambiente natural. Para Gaiger (2013), o mercado autorregulado reflete um desiderato de classe e se apoia em uma estrutura econômica que não aceita nem produz seu reencaixe social. Cabe à sociedade impedir o desencaixe total, nisso sendo beneficiada pelas incongruências e disfunções da regulação espontânea.

Os conflitos existentes entre o mercado autorregulável e a sociedade seriam permanentes, de acordo com Polanyi (2000), dentro do modelo capitalista. O autor sustentava que se o mercado livre não viesse a ser substituído por uma economia social e cooperativa, acabaria dependendo de regras autoritárias e até mesmo fascistas. Tenderia a se tornar impositivo, opressor e ditatorial.

Os movimentos de proteção social ganharam força com o passar do tempo, abrindo espaço para aqueles que não se enquadram dentro das formas institucionalizadas pelo sistema dominante. Segundo Gaiger (2004), o movimento contra a submissão ao capital jamais arrefeceu, mesmo tendo encontrado derrotas e períodos de perda de força. Essa resistência trouxe à tona a percepção de que não são somente as motivações econômicas que movem as pessoas. Existem valores maiores que os propostos pelo mercado, que restituem os valores humanos e sociais, por meio de caminhos econômicos alternativos.

A busca por outras opções econômicas que resgatam a importância dos vínculos sociais e que devolvam ao homem a sua dignidade é destacada por diversos autores. Ao estender o olhar para novas perspectivas, segundo Lisboa (2008), surgem caminhos de intermédio, que desfazem o individualismo e buscam a valorização das trocas permeadas por valores não-econômicos, mas sim de confiança e cooperação. Caminhos estes, também destacados por Martins (2007), já que em várias sociedades ocidentais, tendo algumas pessoas deixado de acreditar que os governos serão capazes de recuperar rapidamente a economia, procuram elas próprias novas formas de cooperação econômica, seja em nível comunitário, seja no setor industrial.

Em tempos atuais, novas teorias econômicas ganharam notoriedade ao estabelecerem a necessidade do equilíbrio entre a qualidade de vida e o desenvolvimento de um país. O ganhador do Prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen, recomenda uma reflexão da expansão do horizonte social e cultural da vida das pessoas como o do verdadeiro desenvolvimento humano. Ele define o desenvolvimento como o processo de ampliação da capacidade de os indivíduos terem opções, fazerem escolhas. O autor resume suas ideias sobre o desenvolvimento como a possibilidade de poder contar com a ajuda dos amigos, ou seja, a cooperação e a solidariedade entre os membros da sociedade, transformando o crescimento econômico destruidor das relações sociais em um processo de formação de capital social.

O estímulo a ações associativas, baseadas em relações de confiança e cooperação estabelece novamente o elo entre o mundo econômico e o social. Esses modelos buscam a retomada da esperança na lógica de um sistema voltado para a inclusão e crescimento tanto individual quanto comunitário. Para Lisboa (2008), a superação da pobreza reside no fortalecimento da autonomia cultural-econômica das comunidades ditas carentes e na melhora do uso comunal dos comuns recursos naturais, ao contrário da proposta do paradigma econômico vigente de atrelar a sobrevivência dos pobres ao crescimento da economia industrial.

Em todo o mundo, existe um conjunto de organizações socioeconômicas que buscam iniciativas distintas das empresas capitalistas e dos órgãos públicos. Cruz (2012) diz que essas organizações operam sob uma grande variedade de estruturas legais e representam novas respostas às mudanças provocadas pelas crises econômicas, às dificuldades do Estado e às necessidades e aspirações sociais e econômicas das comunidades nas quais elas estão inseridas.

Para Sabourin (2008), as atividades econômicas não são motivadas apenas pelo interesse material individual ou corporativista. Muitas delas incluem também a preocupação com a satisfação das necessidades dos outros, ou com a manutenção do laço social. Como exemplo, o autor destaca que, nas sociedades rurais, há a permanência de diversas formas de ajuda mútua agrícola e de associativismo ou das formas de manejo compartilhado de recursos naturais (águas, pastagens, terras, florestas, reservas extrativistas ou biodiversidade) e de bens em propriedade comum (infraestruturas ou equipamentos coletivos). As relações mobilizadas em tais estruturas de reciprocidade geram valores materiais ou instrumentais imateriais (conhecimentos, informações, saberes) e produzem também

valores afetivos (amizade, proximidade) e valores éticos, como a confiança, a equidade, a justiça ou a responsabilidade.

Essas propostas retomam os antigos princípios da *Dádiva* descrita por Mauss (1974), na qual os grupos eram organizados em torno de relações econômicas recíprocitárias baseadas em ajuda mútua, respeito e valores morais. Assim como dito por Caillé (2009), a *dádiva* é um recurso obrigatório para todos aqueles que desejam libertar-se das imposições da economia, tentando construir um lugar distinto, uma economia diferente.

## 5 Uma outra economia

A Economia Solidária vem sendo relacionada a iniciativas participativas e cooperativas, decorrentes da associação voluntária entre trabalhadores, consumidores e cidadãos engajados em questões de interesse comum. Para Gaiger (2008), instaura-se um ambiente permeado pela presença de condutas fundadas em relações de reciprocidade, orientadas para a preservação do vínculo social. Gaiger (2004), também destaca que a associação produtiva entre os trabalhadores, coloca em seu benefício a capacidade de trabalho que possuem e, assim, instaura bases para uma economia de realização das necessidades, de fruição e de bem estar.

Para Singer (2015), a economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Assim, define que a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem em uma única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

Diversos autores corroboram a ideia de que a Economia Solidária comporta valores e práticas emancipatórias para as pessoas que participam dos empreendimentos e para a sociedade como um todo. Para Silva (2007), ao democratizar as relações sociais de produção, supera-se a subalternidade do trabalho em relação ao capital, desenvolvem-se as capacidades do trabalhador, valorizando o trabalho familiar, das mulheres e de outros setores excluídos da sociedade. Implica na reversão da lógica capitalista,

ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, concebendo o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica. Considerando essas características, a Economia Solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável. Abramovay (2000) destaca que é a solidariedade que tem o condão de gerar recursos novos e ampliar a própria base do processo de criação de riquezas. É o que vem sendo chamado nas ciências sociais contemporâneas de *capital social*, um conjunto de características como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.

Para a superação do individualismo, é preciso também valorizar a solidariedade como condição de associação, de articulação de esforços e compromissos voltados para a superação de todas as formas de destruição da vida. A retomada dos valores humanos por meio da criação de vínculos sociais, na ideia de que o homem desenvolve-se coletivamente e não em sua unidade permeiam esse tipo de economia. A economia da integração, das possibilidades e da união.

## 5.1 Aspectos da economia solidária

No século XIX, a partir de movimentos organizados de resistência dos trabalhadores às condições exploratórias a que eram submetidos, a economia solidária surgiu como uma forma não-excludente aos que precisavam de um lugar no mercado de trabalho, para seu sustento e socialização. Assumiu formas e operações distintas, porém, seus objetivos convergem para beneficiar, principalmente, aqueles que estão à margem do sistema, empobrecidos ou excluídos em virtude de suas condições de vida. Gaiger e Laville (2009) explicam que o termo economia solidária é amplamente utilizado em vários continentes, com denominações variadas, que giram em torno de uma ideia principal: solidariedade em contraste com o individualismo utilitarista.

Para Singer (2002), a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. Para ele, o que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo de produção.

Como explica Gaiger (2004), as características da economia popular de solidariedade não estão dadas, mas se apresentam como tendências e potencialidades por vezes divergentes, desenvolvendo-se com maior ou menor intensidade, de acordo com as condições objetivas e subjetivas em que se produz cada uma dessas experiências. Buscar compreender essa realidade emergente significa captar as ambivalências, dificuldades e contradições que tais iniciativas carregam e, por conseguinte, problematizar o próprio conceito de economia solidária.

Já para Cruz (2012), a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O autor enfatiza que, essas organizações não exploram o mercado da mesma forma e com os mesmos objetivos das empresas tradicionais, mas consistem em iniciativas que vão além do puro assistencialismo, combinando finalidade social a atividades econômicas de mercado. Enquanto algumas organizações, como as grandes cooperativas, se servem quase que exclusivamente de atividades mercantis para satisfazer as necessidades e aspirações de seus membros e beneficiários, outras iniciativas combinam, de diversas formas, atividades mercantis e não mercantis para atingir suas finalidades.

Esses movimentos são formas de resistência às exclusões praticadas pelo mercado, contrapondo-se à lógica do sistema dominante. Ganham força ao buscarem o desenvolvimento coletivo em lugar do individual, devolvendo ao homem seu papel de ser social. Conforme Gaiger (2013), o caminho consistiria em reconhecer que a Economia Solidária espelha a presença de outros princípios de vida, historicamente encobertos pelo espírito individualista do interesse próprio, deixando evidente que condutas dirigidas ao reconhecimento e à amplificação da reciprocidade, apesar de sua orientação por valores, possam ser racionais.

## Conclusões e direcionamentos

Existem diversos caminhos pelos quais os empreendimentos sociais podem seguir: capacidades organizativas, recursos materiais, forças comunitárias, tradição, cultura e tantas outras. O destaque na forma de eco-



nomia solidária, no entanto, está no resgate dos laços sociais, pois se relaciona à cooperação, solidariedade e aos vínculos sociais que propiciam a criação de condições emancipatórias ao homem, devolvendo sentido a sua vida por intermédio de seu trabalho diário.

Assim, os interesses individuais tornam-se solidários, pois existe um altruísmo recíproco, na partilha tanto das responsabilidades quanto dos resultados obtidos. A socialização dos meios de produção em conjunto com o processo de trabalho torna os vínculos mais fortes e indivisíveis, criando, assim, um ciclo virtuoso econômico e social.

Essa convergência de valores é o que torna os movimentos econômicos solidários, independente das formas que assumam um caminho de perspectivas positivas e de esperança. Através de novas experiências, entre erros e acertos, surgem possibilidades para a melhoria de vida daqueles que hoje estão invisíveis aos olhos do mercado.

## Referências

ABRAMOVAY, R. **Inovações financeiras para a economia solidária**. Disponível em [www.ricardoabramovay.com](http://www.ricardoabramovay.com). Acesso em: 20 jul. 2017.

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, 1998.

\_\_\_\_\_. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

CRUZ, P. R. A. As formas de comercialização na economia social e solidária e os princípios do comportamento econômico de Polanyi. **Revista Outra Economia**, São Leopoldo, v.6, n.10, 2012.

GAIGER, L. I. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.11, n.1, p.11-19, 2008.

\_\_\_\_\_.; LAVILLE, J-L. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

\_\_\_\_\_. **Economia solidária e metautilitarismo:** apontamentos. Texto de Circulação Restrita – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Leopoldo: UNISINOS, 2013.

GODBOUT, J. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n.1, 1998.

LISBOA, A. de M. A atualidade de Karl Polanyi para a reconstrução do pensamento econômico. **Revista Outra Economia**, São Leopoldo, v. 2, n. 3, 2008.

MARTINS, A. E. P. C. **A grande transformação: alcance e atualidade da obra de Karl Polanyi**. 183 f. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2007.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974.

POLANYI, K. **A grande transformação:** As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAMOS, A. G. Modelos de homem e teoria administrativa. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, 1984.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ F. (Orgs). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

SABOURIN, E. Marcel Mauss: da dádiva a questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol.23, n.66, pp.131-138, 2008.

SCHNEIDER, J. O. **Globalização, desenvolvimento local sustentável e cooperativismo**. Texto de Circulação Restrita – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Leopoldo: UNISINOS, 2013.

SEIDL, E. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. **Revista Proposições**, Campinas, v. 20, n. 2 p. 21-39, 2009.

SEN, A. **Economia e desenvolvimento**. Disponível em [www.espacoacademico.com.br](http://www.espacoacademico.com.br). Acesso em 26 de julho de 2015.

SILVA, R. M. A. da. A economia solidária no Brasil está avançando na sua organização política. **Revista Instituto Humanitas**, São Leopoldo, v.3, n.229, 2007.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. Disponível em [www.incoop.ufscar.br](http://www.incoop.ufscar.br). Acesso em 18 de julho de 2015.

ULRICH, H. Utilitarismo. In: ENDERLE, G. et al. (Orgs.). **Dicionário de ética econômica**. São Leopoldo: UNISINOS, 1997.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1985.

# De rede à política pública

## Ações reticulares no processo sociopolítico de regulação da economia solidária no Brasil<sup>1</sup>

*Joannes Paulus Silva Forte<sup>2</sup>*

**Resumo** Analiso a institucionalização da Economia Solidária no Brasil, via regulação social e jurídica, no contexto da relação entre sociedade civil e Estado. A ação política do Movimento da Economia Solidária na relação entre sociedade civil e Estado, a composição reticular desse movimento e o crescente processo de institucionalização da Economia Solidária levaram-me à pergunta central deste artigo: como o Movimento da Economia Solidária se relaciona com o Estado no processo de regulação social e jurídica da Economia Solidária? Como resultado mais imediato, constatou-se que o Movimento da Economia Solidária é uma rede de redes constituída por organizações e sujeitos sociais ligados principalmente à Igreja Católica, às ONG's, aos movimentos sociais, às universidades e ao aparelho estatal, que interagem e transitam entre sociedade civil e Estado. Esse trânsito revela a existência de um espaço público, entendido como esfera de debate e de expressão das diferenças que possibilita a luta democrática, entre o movimento e outros atores coletivos, pela criação de um marco jurídico nacional a fim de garantir o direito ao trabalho associado e de consolidar a Economia Solidária como política pública. Os recursos metodológicos utilizados foram conversas informais com integrantes do Movimento da Economia Solidária, entrevistas semiestruturadas com lideranças nacionais do movimento e com integrantes dos poderes legislativo e executivo federais, análise de documentos institucionais e observações nos espaços de discussão e de deliberação da Economia Solidária no Brasil.

**Palavras-chave** Redes de movimentos sociais; Estado; Regulação; Economia Solidária; Políticas Públicas.

- 
- 1 Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio institucional e financeiro, conforme o processo nº. 2014/09925-0 (FAPESP). Agradeço ao amigo Clístenes Chaves de França pelo diálogo qualificado sobre o espaço público e o conceito normativo de entendimento habermasiano. Especialmente, registro os meus agradecimentos ao (à) parecerista deste artigo, pela leitura atenta e cuidadosa e pelas ricas e generosas contribuições aqui incorporadas.
  - 2 Professor Efetivo do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA-CE). Bacharel e licenciado em Ciências Sociais (UFC), Mestre em Sociologia (UFC) e doutorando em Ciências Sociais (UNICAMP). Pesquisador Associado do Projeto Temático FAPESP *Contradições do trabalho no Brasil atual: formalização, precariedade, terceirização e regulação*. Áreas de interesse: antropologia e sociologia do direito; processos de trabalho, Estado e transformações capitalistas; movimentos sociais e políticas públicas; educação; e ensino de ciências sociais. E-mail: joannespaulus@virtual.ufc.br

**Abstract** In this paper I examine the institutionalisation of Solidarity Economy in Brazil by the social and juridical regulation, in the context between civil society and State. The political action of Solidarity Economy movement in the relation between civil society and State, the networking composition of this movement and the growing process of institutionalisation of the Solidarity Economy took me to the main question of this paper: How does the Solidarity Economy movement interact with the State in the process of social and juridical regulation of Solidarity Economy? As an immediate answer, I have observed that the Solidarity Economy movement is a network of networks made by organizations and persons connected mainly to the Catholic Church, to the non-Governmental Organizations (NGOs), to the social movements, to the universities and to the State, that interact and transit from civil society to the State. This transit shows the existence of differences that enables the democratic fight, between the movement and others collective actors, by creation of a national legal landmark that aims guarantee the right to the associative work and also to consolidate the Solidarity Economy as a public policy. The methodological resources applied were informal dialogues with the members of the Solidarity Economy movement; semi structured interviews with national leaders of the movement and with members of the Federal Legislative and Executive Power; analysis of institutional documents and observations in the arena of debate and deliberations of Solidarity Economy in Brazil.

**Keywords** Social movements network; State; Regulation; Solidarity Economy; Public Policies.

**Resumen** La acción política del movimiento de economía solidaria en la relación entre la sociedad civil y el Estado, la composición reticular de este movimiento y el creciente proceso de institucionalización de la economía solidaria me llevaron a la pregunta central de este artículo: cómo el movimiento de economía solidaria se refiere a el estado en el proceso de regulación social y jurídica de la economía solidaria? Como resultado más inmediato, se encontró que el movimiento de economía solidaria es una red de redes compuesta de organizaciones y sujetos sociales, principalmente vinculados a la Iglesia Católica, a las ONG, movimientos sociales, universidades y el aparato estatal, que interactúan y se mueven entre la sociedad civil y el Estado. Este tránsito revela la existencia de un espacio público, entendido como un ámbito de debate y expresión de las diferencias que permite a la lucha democrática, entre el movimiento y otros actores colectivos, la creación de un marco jurídico nacional para garantizar el derecho al trabajo asociado y consolidar la economía solidaria como política pública. Los recursos metodológicos utilizados fueran conversaciones informales con miembros del Movimiento de Economía Solidaria, entrevistas semiestructuradas con líderes nacionales de lo movimiento y miembros de los poderes ejecutivo y legislativo federales, análisis de los documentos institucionales y observaciones en los espacios de debate y de deliberación de la Economía Solidaria no Brasil.

**Palabras clave** Red de movimientos sociales; Estado; Regulación; Economía solidaria; Políticas públicas.

## 1. O ponto de partida

Como parte de minha pesquisa de doutorado em ciências sociais, desenvolvida na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sobre o

processo sociopolítico de regulação da Economia Solidária no Brasil, este trabalho pretende contribuir para a análise da *institucionalização* da Economia Solidária, via regulação social e jurídica, que ocorre no âmbito da relação entre *sociedade civil e Estado*.

Refiro-me ao processo sociopolítico que tem levado a Economia Solidária a uma *juridicização*, a virar lei, reconhecendo-a como um direito e consolidando-a como uma política estatal no Brasil (FORTE, 2017, p. 160).

Na luta pelo direito ao trabalho associado e à economia solidária, a *juridicização* é fundamental para o reconhecimento e a construção de uma política pública nacional. A *juridicização* é o processo de atribuição de caráter jurídico, realizado por cada sociedade, sobre os seus símbolos e práticas de educação, religião, família, trabalho, economia etc.<sup>3</sup> Nessa direção, *juridicizar* a economia solidária significa atribuir caráter jurídico a ela e às suas especificidades, incorporando-as ao ordenamento jurídico nacional e, conseqüentemente, obrigando o Estado a reconhecê-las como fato jurídico, tendo ele de se responsabilizar pelas garantias e direitos resultantes da juridicização. Esse é um passo indispensável do processo de regulação da economia solidária para a sua *institucionalização*, que depende de articulações políticas dentro e fora do *espaço público* (FORTE, 2017, p. 160).

Para Habermas (1997), o *espaço público* é um lugar de debate onde todos os diferentes, orientados pelo bem comum, debatem e decidem como se fossem iguais. Porém, conforme Fraser (1995), no *espaço público* a democracia só seria sustentada com a necessária existência dos chamados *contrapúblicos subalternos*.

Na crítica ao conceito de *espaço público* de Habermas, Fraser (1995) destaca a existência de constrangimentos que demarcam relações de poder desiguais entre os diferentes que lhes impossibilitam de debater e de decidir como se fossem iguais.<sup>4</sup> Por essa razão, a autora fala dos *contra-*

---

3 Nas palavras de Rouland (1990, p. 7-8, tradução minha), “todas as sociedades não compartilham a mesma visão de mundo. Os valores que elas privilegiam geralmente diferem. Trata-se do mesmo conteúdo de seus direitos (a virgindade da esposa será uma das condições de validade do casamento em algumas culturas e não em outras). A antropologia do direito não pode, então, se satisfazer com o mero estudo dos conteúdos das prescrições jurídicas e da forma de suas sanções. Deve-se destacar os *processos de juridicização*. Em razão da importância que ela traz ao Direito na regulação social, cada sociedade escolhe, de fato, qualificar (ou desqualificar) como jurídicas regras e comportamentos já inclusos em outros sistemas de controle social (por exemplo, a moral e a religião)”.

4 É importante salientar que Habermas reconhece a existência de relações de poder no interior dos contextos concretos de comunicação. Contudo, de acordo com seu conceito normativo de entendimento, este só é possível se os argumentantes pressupuserem como efetiva uma comunicação que se desenrole no âmbito de uma situação ideal de fala, que funcionaria como uma antecipação contrafática inevitável, mesmo em contextos distorcidos de comunicação. Cf. McCarthy (1995, p. 315-413).

*públicos subalternos* para destacar os espaços alternativos em que os subalternos têm a oportunidade de refletir com seus iguais para conseguir elaborar a sua própria função e, assim, definir o seu lugar diante das formas de opressão e de construção de seus argumentos nos grandes *espaços públicos*, a fim de institucionalizar suas demandas, o que pode ocorrer por meio da criação de leis que instituem políticas públicas.

Para Telles (1994), o *espaço público* é o local onde os conflitos são reduzidos com o reconhecimento de direitos, os quais são tomados pela autora como forma de sociabilidade e regra de reciprocidade, que vão além das garantias escritas nas leis e instituições, referindo-se, principalmente, a uma forma específica de regulação das relações e dos conflitos sociais. Nessa reflexão, o *espaço público* é o espaço de debate e de expressão das diferenças que torna possível a luta democrática entre o Movimento da Economia Solidária e outros atores coletivos na disputa por direitos e pela direção das ações do Estado para a criação e implementação de políticas públicas.

Para Avritzer (2012), na passagem dos anos 1980, durante o regime militar brasileiro, houve o surgimento de um tipo peculiar de *sociedade civil* em busca de autonomia e emancipação, o que Dagnino chamou de “ressurgimento”, momento em que ressurgiu uma resistência ao Estado autoritário (DAGNINO, 2002, p. 9-15).

Nesse contexto, Avritzer (2012) ultrapassa a visão dicotômica da *sociedade civil* como espaço de resistência ao *Estado*. O autor entende a *sociedade civil brasileira* como uma pluralidade de associações religiosas, políticas e sociais de trabalhadores rurais e urbanos, mulheres, indígenas, negros, ambientalistas dentre outros sujeitos políticos que agem na construção de uma *esfera pública*, mas que funciona entre a autonomia e a interdependência política em relação ao Estado, buscando implementar políticas públicas para a efetivação de direitos.

Para desconstruir a versão generalizadora da sociedade civil “como um polo de virtudes democratizantes”, é indispensável lembrar as considerações de Dagnino (2004) sobre o fenômeno que chamou de *confluência perversa*. Para a autora, esse fenômeno marcou a década de 1990 já na vigência da chamada Constituição Cidadã (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), quando ocorreu uma confluência entre o projeto neoliberal e o projeto democrático no que se refere à atuação de atores sociais e ONGs que se apresentam como sociedade civil, tomando para si o papel estatal de prestação de atividades essenciais, enquanto o

Estado foi se retirando de sua responsabilidade com os direitos sociais. Dentre essas atividades, pode-se citar: a educação escolar, a qualificação para o trabalho, o planejamento urbano e a saúde pública; e as garantias fundamentais dos cidadãos brasileiros. Analisando esse cenário, Dagnino (2004) não deixou escapar as ONGs e as fundações privadas que se vinculam aos interesses neoliberais, e que também se classificaram como “sociedade civil”.

Nesse sentido, *a confluência perversa* é “um fenômeno cujas consequências contrariam sua aparência, cujos efeitos não são imediatamente evidentes e se revelam distintos do que se poderia esperar”. Conforme a autora, a perversidade se fundamenta “(...) no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva” (DAGNINO, 2004, p. 96-7).

Tendo em vista o conceito de *sociedade civil* de Avritzer (2012) e a *confluência perversa* identificada por Dagnino (2004), penso ser necessário inserir no rol das associações da *sociedade civil* aquelas que são constituídas e integradas por atores individuais e coletivos ligados à classe empresarial, haja vista que o mercado também integra a sociedade civil por meio de seus sujeitos e entidades que podem se articular com todas as demais associações destacadas pelo autor. Com isso, temos um conceito de sociedade civil ainda mais amplo para compreender a formulação de políticas públicas em diversas áreas que contam com a ação dos empresários, por exemplo, por meio da chamada Responsabilidade Social das Empresas (RSE).

Neste artigo, adoto o conceito de *ampla sociedade civil* para abranger as organizações e movimentos sociais constitutivos do Movimento da Economia Solidária que se relacionam com o Estado brasileiro a fim de consolidar a Economia Solidária como política pública nacional.

Considerando o conceito gramsciano de *Estado Ampliado (Estado Integral)*, o qual evidencia a unidade e a distinção entre *sociedade civil* e *sociedade política* (BIANCHI, 2008, p. 184), destaco que o Estado é mais que uma instituição político-burocrática que tem o monopólio da força física para fazer cumprir as normas jurídicas e manter a ordem social. Contudo, para atender o objetivo deste artigo, é necessário compreender a existência de uma *sociedade política* ou *Estado-coerção*, que diz respeito ao conjunto de instituições burocráticas e administrativas do Estado, às crenças e aos valores que permeiam a instituição estatal e ao seu pessoal, que participa ocupando cargos da administração pública e tomando decisões



políticas em nome do conjunto dos cidadãos. Com isso, o pessoal do Estado (auxiliares, técnicos, analistas, parlamentares, governantes dentre outros) também é responsável pelas consequências sociais da ação política e pelas relações entre a *sociedade política* e a *sociedade civil*, da qual o mercado também faz parte.

No caso da regulação da Economia Solidária, temos um processo dirigido por uma *articulação em rede* que busca a proteção da lei e do Estado para consolidar o direito ao trabalho associado e uma política pública nacional de Economia Solidária, o que em nenhuma medida se relaciona ao projeto neoliberal, que é de desresponsabilização da garantia dos direitos sociais, tais como saúde, educação, moradia e direitos do trabalho. No caso da Economia Solidária, temos o contrário. Há a busca pelo Estado para que ele crie leis, órgãos e programas, para que se torne cada vez mais responsável por garantir e estimular o trabalho associado e a Economia Solidária no Brasil<sup>5</sup>.

Para qualificar a análise sobre a economia solidária como uma articulação reticular, é importante esclarecer que, como afirma Mance (2003, p. 219-220), *rede* é um conceito peculiar à teoria da complexidade, demonstrando características da cibernética, da ecologia e de outras formulações sistêmicas em áreas diversas, tendo sido reapropriado para a reflexão sobre as práticas de agentes sociais que constroem a economia solidária como um complexo movimento de dimensões culturais, econômicas e políticas, no qual se encontram diversos pontos de articulação (retículos) que, de modo interdependente, constituem uma estrutura articulada e dinâmica, integrada por diferentes atores, individuais e coletivos, em função da promoção da economia solidária em suas multifacetadas manifestações.

A presença do Movimento da Economia Solidária na relação entre *sociedade civil* e *Estado*, a composição reticular desse movimento e o processo de institucionalização da Economia Solidária me levaram à seguinte pergunta: como o Movimento da Economia Solidária se relaciona com o Estado no processo de regulação social e jurídica do trabalho associado e da Economia Solidária?

Para responder a essa questão principal, foram utilizados os seguintes recursos metodológicos: leitura da literatura especializada, conversas informais com integrantes do *movimento*, entrevistas semiestruturadas com lideranças nacionais do movimento e com integrantes dos Poderes

---

5 A Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) já prevê, no art. 174 § 2º, que “a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo”.

Legislativo e Executivo Federais, análise de documentos institucionais e observações nos espaços de discussão e de deliberação da Economia Solidária no Brasil.

Com base nesses recursos, o trabalho tenta responder a sua questão principal, mostrando, em linhas gerais, como foi construído o Movimento da Economia Solidária no Brasil e como a Economia Solidária está presente na relação entre *sociedade civil* e *Estado* por meio de seu processo de regulação.

## 2. A Economia Solidária como novo movimento social e como rede de redes

Nesta reflexão, a Economia Solidária aparece de três formas: 1) como concepção e prática socioeconômica e política que se apresenta como alternativa ao capitalismo<sup>6</sup>; 2) como política pública de *inclusão produtiva* no contexto do combate à *pobreza* e à *exclusão social*<sup>7</sup>; e 3) como *novo movimento social*.

Segundo Sarria Icaza (2009), a perspectiva dos *novos movimentos sociais*, predominantemente europeia, enfatiza os processos de identidade e a sua presença premente em toda a ação coletiva. Para a autora, os *novos movimentos sociais* são:

---

6 Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), “(...) compreende-se por Economia Solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. (...) a Economia Solidária possui as seguintes características: a) Cooperação (...) a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. (...); b) Autogestão (...); c) Dimensão econômica (...); d) Solidariedade (...)” (BRASIL, 2015). Para mais informações, visitar: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>

7 A definição de Economia Solidária utilizada pela extinta SENAES expressa um projeto de desenvolvimento social para o Brasil. Constata-se que a definição oficial de Economia Solidária incorpora todos os princípios defendidos pelo Movimento da Economia Solidária, bem como demonstra a amplitude e a diversidade de manifestações nas dimensões do trabalho, da produção, da comercialização, do consumo e do crédito, que integram a proposta de contribuir para a construção de outra sociedade, contrária à lógica capitalista, acrescentando o papel da Economia Solidária no combate à *pobreza* e à *exclusão social*. Isso se justifica pelo lugar da Economia Solidária no governo federal, que tem destinado à política gerenciada pela SENAES-MTE recursos do Plano Brasil Sem Miséria, de onde vem atualmente a maior parte do financiamento do Programa Nacional de Economia Solidária no Brasil. Para mais informações, acessar: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/inclusao-produtiva-urbana-1/economia-solidaria>

(...) outro conceito para demarcar a emergência de novos atores coletivos que, diferente do ‘velho movimento social’, não são oriundos das relações produtivas e reivindicam autonomia, reconhecimento das diferenças e novos valores culturais, centrados na justiça e na solidariedade (SARRIA ICAZA, 2009, p. 260-1).

Conforme Sarria Icaza (2009, p. 262-3), os movimentos sociais foram concebidos na perspectiva de ação política, sobretudo visualizados em seu confronto com o Estado e na busca de viabilizar a mudança social. Porém, a partir do fim do século XX, as transformações sociopolíticas e econômicas mundiais, também relacionadas às mudanças das formas de ação coletiva, levaram à configuração de novas dinâmicas de ação política e a novas perspectivas analíticas, ocasionando a apropriação diferenciada do conceito de *sociedade civil* – para superar os limites e a dicotomia do “velho” e do “novo” movimento social – e a ênfase dada ao desafio democrático em sociedades com alta fragmentação e diferenciação, originárias da ampliação das desigualdades e do descrédito nas utopias totalizadoras (SARRIA ICAZA, 2009, p. 262-263).

Sarria Icaza (2009) entende que a Economia Solidária poderia ser classificada como um *novo movimento social* na medida em que:

(...) pressupõe formas de ação coletiva que expressam claramente as novas configurações e impulsos dos novos movimentos sociais ocorridos nas últimas décadas do século XX. Desde suas primeiras manifestações, ela congrega ideias mais amplas de contestação e transformação social. Ligada às lutas da classe operária na Europa do século XIX, integra, nos últimos anos do século XX, redes de movimentos sociais, nacionais e internacionais, mobilizando atores sociais e ideias. Na busca por reincorporar debates acerca da economia na sociedade, cria recursos de poder capazes de questionar os padrões culturais e os arranjos institucionais existentes (SARRIA ICAZA, 2009, p. 262-263).

Analisando a economia solidária na chave dos *novos movimentos sociais*, recorro à literatura especializada e aos documentos institucionais analisados, mas, principalmente, aos interlocutores entrevistados, sujeitos de minha pesquisa, na tentativa de reconstituir a economia solidária como articulação política no Brasil.

Certamente, as instituições agem por meio dos indivíduos que as constituem e que são constituídos por elas. Por isso, há grande importância em olhar para o processo sociopolítico de regulação da economia solidária no Brasil, considerando as vozes e as ações dos atores individuais, os quais, ao mesmo tempo, são integrantes de atores coletivos e institucionais.

Em entrevista realizada em 27 de fevereiro de 2015, Paul Singer, professor aposentado da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e Secretário Nacional de Economia Solidária, desde a fundação da Secretaria nacional de Economia Solidária (SENAES) até maio de 2016, relatou que, no Brasil, após a avassaladora crise econômica dos anos 1970, juntou-se, em 1992-1993, com o sociólogo e ativista Herbert José de Sousa (Betinho) – que iniciou uma campanha bem-sucedida contra a fome com apoio da Igreja Católica (CNBB) –, para lutar contra o desemprego. A partir daí, Paul Singer passou a incentivar à “autoiniciativa econômica” de trabalhadores associados.

O professor Singer disse que, por volta de 1993, o PT procurou o professor Antonio Cândido de Mello e Souza – o qual considera o intelectual mais importante do partido – para uma discussão interna sobre os rumos do socialismo. Na ocasião, Paul Singer foi convidado a contribuir com o debate, tendo trazido à tona os temas da autogestão e do desemprego. Segundo Singer, depois disso a Economia Solidária foi inserida no debate do socialismo, apresentando-se como uma *alternativa* ao capitalismo. O nome Economia Solidária teria vindo de uma conversa com Aloízio Mercadante (PT) que, conforme Singer, sugeriu o nome para a sua proposta, que consistia em um modo de produção e distribuição baseado na autogestão e na democracia.

De acordo com o professor, quem deu início às reflexões e à produção de textos sobre a Economia Solidária foi o chileno Luís Razeto Migliaro, professor de economia da Universidade Bolivariana de Chile. Entretanto, ele utilizava um nome diferente, porém semelhante: “Economia de Solidarietà”.

No Brasil, os estudos sobre a Economia Solidária têm início em meados dos anos 1990. Em 1995, o professor Singer convocou, via Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) – à época sob a Direção Executiva Nacional de Newton Lima Neto, professor universitário, ex-prefeito de São Carlos-SP e ex-deputado federal

pelo PT –, uma reunião na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo com professores universitários e membros de movimentos sociais, sindicatos e ONGs de várias partes do Brasil. Singer disse que “havia umas trinta pessoas. Fiquei surpreso”.

“O MST compareceu e nos contou a sua história”. Antes do nome Economia Solidária, nos idos de 1983, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) decidiu que organizaria cooperativas em seus assentamentos com os princípios da autogestão e da democracia, os quais passaram a ser também do Movimento da Economia Solidária. O MST tinha o apoio da Cáritas, que o ajudou com a assessoria agrícola em seus assentamentos.

Segundo Singer, o professor Gonçalo Guimarães, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia/Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também esteve presente. Inclusive, as primeiras cooperativas incubadas foram na cidade do Rio de Janeiro. A ITCP COOPPE-UFRJ foi fundada em 1995 e é a incubadora mais antiga do Brasil, permanecendo sob a direção do professor Gonçalo, que também organizava Economia Solidária nos anos 1990, quando esse nome ainda não existia.

A finalidade do encontro na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo era ouvir os atores sociais ligados a movimentos sociais, ONGs, sindicatos e universidades sobre as práticas econômicas de trabalho, produção e distribuição autogestionárias, associativistas e cooperativistas que desenvolviam, apoiavam e pesquisavam. Foi uma sondagem sobre os casos que poderiam ser considerados como Economia Solidária, sobretudo no que diz respeito a cooperativas, associações e fábricas recuperadas pelos trabalhadores. Singer disse que a Economia Solidária, no Brasil, “ressurgiu” para enfrentar o desemprego e a miséria, e que a entidade pioneira nessa tarefa foi a Igreja Católica, por meio da Cáritas Brasileira, que “(...) plantou a semente da Economia Solidária nos anos 1980 por uma ação extremamente adequada, e no momento certo. Só depois vieram os sindicatos e as universidades”.

Quando entrevistei Ademar Bertucci, em 01 de dezembro de 2014, o então assessor nacional da Cáritas Brasileira falou sobre as origens da Economia Solidária nas ações da organização.

No Brasil, a Cáritas foi fundada em 1956, mas somente em 1980 passou a dedicar-se aos chamados Projetos Alternativos Comunitários (PACs), baseados no trabalho associado. A partir de então, os PACs foram desenvolvidos como uma “alternativa de sobrevivência” diante da miséria, da fome e do desemprego.

De acordo com Bertucci, a partir dos anos 1980, a Cáritas deu início a um trabalho pedagógico junto às “pessoas marginalizadas”, visando a atividades econômicas cooperativistas, que eram os PACs, os quais também eram um recurso político de combate à ditadura militar no Brasil. Foi na década de 1990 que, após uma avaliação dos resultados dos PACs, os projetos passaram a ser concebidos como espaço de formação política para a democracia numa perspectiva “libertadora”.

Desse modo, os Projetos Alternativos deram lugar à “(...) Economia Popular Solidária (EPS), da qual, como dizem os agentes da Cáritas, os ‘pobres’, os ‘excluídos’, são os ‘protagonistas’ no desenvolvimento de uma ‘cultura da solidariedade’ (...)” (FORTE, 2008, p. 220-221).

Na entrevista com Singer, ele reconheceu o pioneirismo da Cáritas na organização da Economia Solidária no Brasil. Mas, mesmo antes da entrevista, ele já havia dado sinais desse reconhecimento em trabalhos anteriores (SINGER, 2002a; 2002b).

A confirmação do dado de que a Cáritas é pioneira no apoio e fomento do que, só nos anos de 1990, passou a ser chamado de Economia Solidária no Brasil, ajuda a saber como o Movimento da Economia Solidária foi construído. Sobretudo, o dado destacado contribui para elucidar a direção inicial dada ao movimento, já que a Cáritas foi e ainda é bastante influente nos rumos da Economia Solidária no país.

Nos últimos anos da década de 1990, enquanto a Cáritas conduzia a Economia Solidária organizada desde os PACs, os seus agentes foram se articulando com integrantes de ONGs, com professores universitários e com integrantes do movimento sindical. Consequentemente, o Movimento da Economia Solidária foi se constituindo como uma *rede de redes*, isto é, uma rede de movimentos e entidades composta por outras redes, tais como: Rede Cáritas, o Instituto Marista de Solidariedade (IMS), Conselho das Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), Aliança de Ação Conjunta das Igrejas (ACT Aliança - Action by Churches Together), Coordenadoria Ecumênica de Serviço/ACT Aliança (CESE), Fundação Luterana de Diaconia/ACT (FLD) Aliança, Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES), Rede de Comercialização Solidária Estrela de Iracema, a Rede de Economia So-

lidária e Feminista (RESF), Rede de Saúde Mental e Economia Solidária (RSMES), Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL), União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS), Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO), Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs), Cirandas (rede social e econômica da economia solidária na internet), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis (MNCR), Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores CUT (ADS-CUT), associações civis para fins não econômicos, a exemplo do Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário (FACES), ONGs diversas, redes de trabalho, produção e comercialização, como a Rede Justa Trama (que integra empreendimentos em vários estados do Brasil) e a rede Xique-Xique (no estado do Rio Grande do Norte), Rede Brasileira de Bancos Comunitários (sob a coordenação do Banco Palmas, que se localiza em Fortaleza-CE), Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, dentre outras.

Assim, nos anos 2000, tem-se um Movimento da Economia Solidária formado por uma diversidade de entidades que, articuladas em *rede*, enviam esforços para a prática da Economia Solidária e o seu apoio, fomento, reconhecimento e consolidação no Brasil.

Tendo em vista que o Movimento da Economia Solidária foi organizado sob forma reticular, o conceito de *rede de movimentos sociais* (SCHERER-WARREN, 2005) é apropriado para a abordagem de sua constituição.<sup>8</sup>

No diálogo com Scherer-Warren (2005), foi possível compreender como emergiu uma forma reticular de organização social que se relaciona a várias dimensões das ações políticas desenvolvidas por ONGs, entidades religiosas, associações profissionais e sindicatos. A partir desse contexto, surgiram as chamadas *redes de movimentos sociais dos setores populares* que, na visão de Scherer-Warren (2005, p. 22), podem ser consideradas como práticas políticas articulatórias das ações localizadas. Considerando a relação entre o local e o global, a autora observa que a dinâmica da modernização vai gerando problemas aos movimentos sociais que começam a se constituir na década de 1960. Para superar a fragmentação dos

---

8 O Movimento da Economia Solidária já foi abordado como uma *rede de movimentos sociais* (SCHERER-WARREN, 2005) em Forte (2008) e em Lima (2015).

movimentos ecopacifista, feminista, indígena, negro, homossexual, de trabalhadores sem terra, dos atingidos por barragens etc., impulsionada pela atomização dos indivíduos e das lutas sociais, os atores coletivos buscaram a organização reticular para alcançar os objetivos das lutas de seus movimentos que, a partir da década de 1990, passaram a se organizar local, nacional e internacionalmente. Como diz Scherer-Warren (2005, p. 22), trata-se também de termos de buscar “as interconexões de sentido entre o local (comunitário) e o global (supranacional, transnacional)”.

Com base no trabalho de Scherer-Warren (2005), percebe-se como os movimentos sociais compartilham as suas diversidades e até chegam a incorporar as peculiaridades uns dos outros. Nessa direção, Lima (2015) diz que não se pode afirmar que o Movimento da Economia Solidária é originado por demandas específicas de grupos sociais. Sua constituição parte da incorporação de demandas de vários movimentos, originando um movimento maior, o que, teoricamente, pode ser considerado como *rede de movimentos sociais* (SCHERER-WARREN, 2005) e como *novo movimento social* (SADER, 1998; MELUCCI, 2001, SARRIA ICAZA, 2009).

Assim, a *rede* à qual me refiro articula atores da *sociedade civil* e do *Estado*<sup>9</sup>, o que aparece claramente nas Plenárias de Economia Solidária, que são espaços de discussão e deliberação do próprio Movimento da Economia Solidária, nos quais elabora a sua própria função na luta política pelo direito ao trabalho associado e à economia solidária como *contrapúblico subalterno* (FRASER, 1995), e nas Conferências de Economia Solidária, que são espaços públicos de debate e de definição da política pública de Economia Solidária, em nível municipal, estadual e nacional, com a finalidade de construir os planos de Economia Solidária a serem seguidos pelos governos nos três níveis do Poder Executivo.

Em razão de sua organização reticular, o Movimento da Economia Solidária, no Brasil, não possui uma sede territorial específica. Ele é articulado por diferentes atores (estatais e não estatais) nos municípios, nos

---

9 Criada em 2003, antes da SENAES, a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária é uma articulação entre gestores(as) públicos(as) que atuam nos espaços governamentais (prefeituras, governos estaduais e governo federal). A Rede estimula o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas e tem atuado principalmente em atividades de formação de gestores para que se comprometam com a política de economia solidária em seus espaços de atuação. Sua presença no FBES ocorre mediante representantes por ela indicados. Por isso, é necessário esclarecer que a Rede de Gestores não é integrada pelo próprio Estado, mas sim por pessoas que, necessariamente, atuam nos órgãos de governo, abrindo canais de articulação da Rede com o Estado, seja direta e formalmente, seja indireta e informalmente, com a mediação entre os integrantes da referida rede e atores do legislativo e do executivo.



estados, nos governos, nos parlamentos e nos Fóruns Municipais, Estaduais e Brasileiro de Economia Solidária. Esses atores apoiam, fomentam e assessoram os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) em determinados territórios, onde interagem local, estadual e nacionalmente em prol da consolidação da Economia Solidária como política pública em todos os níveis.

Dito isso, as ações do Movimento da Economia Solidária estão ligadas a vários territórios (regiões, distritos, bairros, comunidades) onde agem os assessores-técnicos de ONGs e de sindicatos, movimentos sociais, igrejas cristãs (especialmente a Igreja Católica, por meio da Cáritas e do Instituto Marista de Solidariedade), núcleos universitários, Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), gestores públicos e onde funcionam os próprios empreendimentos de Economia Solidária.

Pode-se afirmar, ainda, que o Movimento da Economia Solidária se organiza sob a forma de uma *rede* que contempla o físico e o virtual, articulando-se nacional e internacionalmente, inclusive graças à *internet*<sup>10</sup>, na complexa construção de um *projeto político*<sup>11</sup> que, em disputa, visa ao trabalho associado e à economia solidária como um direito das cidadãs e cidadãos brasileiros e como uma política pública nacional e permanente para o Brasil (FORTE, 2017, p. 165).

Na perspectiva da Economia Solidária, o conceito de *rede* contribui para identificarmos a interação entre indivíduos e entidades distintas que se articulam em meio a negociações e conflitos, em busca de atingir os seus objetivos. A partir de uma obrigação social, de caráter moral e político, esses objetivos são definidos pelos interesses dos membros (indivíduos e entidades) no elo mantenedor do vínculo social em busca da superação da desigualdade socioeconômica, da exploração das vidas das pessoas e

---

10 No Brasil, há três espaços virtuais que expressam a organização política e econômica do Movimento da Economia Solidária: 1) *website* do Fórum Brasileiro de Economia Solidária: <http://www.fbes.org.br/>; 2) o Cirandas, rede social virtual e econômica da Economia Solidária criada por iniciativa do FBES: <http://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-cirandas>; e 3) a rede social virtual *Facebook*: <https://www.facebook.com/Fórum-Brasileiro-de-Economia-Solidária-FBES-1451425421746506/?fref=ts>

11 Adotei a mesma categoria de *projeto político* empregada por Dagnino (2002, p. 298) no sentido próximo da visão gramsciana: “(...) para designar o conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos”. Nesse sentido, o *projeto político* de economia solidária que, até então, realiza-se via regulação social e jurídica no Brasil, é resultado das disputas e sínteses dos *projetos políticos* das lideranças institucionais que, conforme a complexa construção histórica do Movimento da Economia Solidária, reconstituída analiticamente por meio de entrevistas semiestruturadas com seus quadros nacionais mais antigos, de pesquisa de campo em eventos nacionais e nas instituições ligadas ao movimento e da leitura da literatura especializada, considero como principais: a Igreja Católica, os movimentos sociais e ONGs e o Estado.

da degradação do meio ambiente ou apenas da “inserção social de grupos excluídos” (LIMA; ARAÚJO; RODRIGUES, 2011, p. 119-146).

Com base no conceito de *rede de movimentos sociais*, tomo o Movimento da Economia Solidária como uma articulação difusa de atores individuais e coletivos que se relacionam com o Estado no processo de institucionalização da Economia Solidária, via regulação social e jurídica, no Brasil.

### 3. O processo sociopolítico de regulação da Economia Solidária no Brasil

Na década de 1990, a possibilidade de uma atuação conjunta, de “encontros” entre o *Estado* e a *sociedade civil*, favoreceu a construção de novos *espaços públicos* (DAGNINO, 2002). Dito isso, o Movimento da Economia Solidária, como parte da *sociedade civil*, buscou, na relação com a esfera estatal, formas de viabilizar a construção da Economia Solidária como política pública. Uma das ações mais prementes foi a criação de leis, órgãos, programas e projetos claramente voltados ao trabalho associado e à Economia Solidária, o que resultou, até o momento, na cobertura de pelo menos 200 municípios e 16 estados brasileiros onde a Economia Solidária está prevista como ação do poder público.

Ao mesmo tempo em que o Movimento da Economia Solidária se localiza na *sociedade civil*, ele também está presente no *Estado*. Esse trânsito corresponde à própria composição e funcionamento do movimento, que conta com uma Rede de Gestores Públicos em todos os níveis do Poder Executivo, articulada antes da criação da SENAES por gestores públicos municipais e estaduais que já atuavam com economia solidária em espaços governamentais. Na verdade, a própria SENAES é resultado de uma articulação política, realizada entre o movimento e o primeiro Governo Lula, pensada e executada por quadros políticos do movimento, especialmente da Cáritas Brasileira, do campo acadêmico, do Partido dos Trabalhadores (PT) e de ONGs, alguns deles com múltiplas filiações institucionais. Esses atores sociais foram incorporados pela estrutura administrativa da nova secretaria, ocupando cargos referentes à formulação, à implementação e à avaliação da política pública de Economia Solidária no Brasil.

O processo de institucionalização da Economia Solidária pela regulação social e jurídica ocorre no campo das relações entre três grandes *lideranças institucionais* (Igreja Católica, Estado e movimentos sociais e

ONGs) às quais estão ligadas várias organizações (não governamentais e governamentais) e atores sociais que reivindicam uma “Política Pública Nacional de Economia Solidária”, via Projeto de Lei nº. 4.685/2012, que trata da construção de um marco jurídico nacional para a Economia Solidária.

O marco jurídico ou regulatório, também chamado de “marco legal” pelos atores sociais do Movimento da Economia Solidária, diz respeito à regulação do próprio Estado para o desenvolvimento de ações e políticas com o objetivo de garantir o direito ao trabalho associado e à Economia Solidária.

O Projeto de Lei (PL) 4.685/2012 prevê a criação de: 1) Política Pública Nacional de Economia Solidária, sendo o instrumento pelo qual o Poder Público, com a participação das instituições do Movimento da Economia Solidária, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas ao fomento da Economia Solidária, disponibilizando os instrumentos que efetivem o direito ao trabalho associado e cooperativo; e 2) Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES), que consiste em um conjunto de relações institucionais entre o Estado e as instituições do Movimento da Economia Solidária que deverá definir os entes (poderes públicos federais, estaduais e municipais e organizações da sociedade civil) que poderão integrá-lo, além de determinar como essas entidades se organizarão para desenvolver a política pública. O SINAES prevê que as Políticas Públicas de Economia Solidária contem com a participação das organizações da sociedade civil na elaboração, acompanhamento, execução e avaliação das políticas. Ademais, esse sistema deverá institucionalizar os espaços de participação das instituições da sociedade civil que atuam na promoção da Economia Solidária, possibilitando sua interferência nas ações do Estado. Prevê, ainda, as possibilidades de um Fundo Nacional de Economia Solidária (FNAES), que abarcaria os recursos financeiros reservados para garantir o financiamento da Política Pública de Economia Solidária com o acesso dos EES aos fundos públicos. A aprovação desse projeto depende de estratégias e táticas que o tornem aceitável para a classe dos proprietários, a qual possui influência sobre o poder legislativo, como é o caso da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Com o objetivo de conhecer o quadro empírico da Economia Solidária e orientar a produção de políticas públicas, por meio das quais a institucionalização também se realiza, a SENAES divulgou, em 2007, o primeiro

Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil (2005-2007). Segundo dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) da SENAES, entre 2005 e 2007 foram identificados 21.859 EES em 2.934 municípios brasileiros. Esses EES envolviam 1.687.035 trabalhadores e trabalhadoras. Desse total, 63% eram homens e 37% mulheres. A região na qual se identificou o maior número de EES foi a Nordeste (43%); seguida pela Sudeste (18%); pela Sul (16,5%); pela Norte (12%); e pela Centro-Oeste (10%). Já o segundo Mapeamento da Economia Solidária no Brasil (2010 a 2012) contabilizou 19.708 EES. Os empreendimentos contabilizados nesse segundo mapeamento envolviam 1.423.631 trabalhadores e trabalhadoras. Desse total, 56,4% eram homens e 43,6% eram mulheres. Novamente, a região na qual se identificou o maior número de EES foi a Nordeste (40,8%); seguida pela Sul (16,7%); pela Sudeste (16,4%); pela Norte (15,9%); e pela Centro-Oeste (10,3%). Como se pode constatar, do primeiro ao segundo mapeamento, registra-se 2.151 a menos do número total, com baixas no percentual das regiões Nordeste, que continua com o maior percentual de EES identificados do país, Sudeste e Sul, embora tenha havido crescimento no percentual de EES das regiões Norte e Centro-Oeste, o que se explica muito mais por causa de limitação teórico-metodológica e instrumental do mapeamento e de lacunas jurídicas do que por razões estritamente empíricas<sup>12</sup>.

Segundo Gaiger (2013), o segundo mapeamento (2010-2012), concluído em 2013, ficou aquém das metas iniciais, já que a expectativa era de que fossem mapeados 30 mil EES (GAIGER, 2013, p. 7). De todo modo, Gaiger (2013) reconhece o valor epistemológico e político do Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil, referindo-se a ele como um “(...) esforço incomum de pesquisa social realizado a várias mãos (...) que é de suma importância” (GAIGER, 2013, p. 7). No entanto, o autor apresenta quatro lacunas/dificuldades do mapeamento que devem ser superadas para que haja melhores condições para conhecer e interpretar o quadro empírico, diverso e complexo, da Economia Solidária no Brasil.

A primeira lacuna/dificuldade é a inexistência de informações estatísticas específicas sobre as organizações típicas da Economia Solidária (GAIGER, 2013, p. 7). Quanto à segunda lacuna/dificuldade, se existissem estatísticas sistemáticas e abrangentes sobre as formas mais comuns da Economia Solidária (grupos informais, associações e cooperativas), elas

---

12 Os dados quantitativos aqui utilizados estão disponíveis no Relatório de Pesquisa elaborado por Silva e Carneiro (2016).

seriam inapropriadas, porque a Economia Solidária apenas toma de empréstimo os formatos institucionais associativo e cooperativo pela falta de formas jurídicas que tornem possível o reconhecimento de sua diversidade, pois:

(...) não existe um movimento associativo ou cooperativo na Economia Solidária, mas sim uma reivindicação unânime para que o marco regulatório brasileiro comporte novas formas jurídicas, condizentes com os empreendimentos reais e com as idealizações que emulam desse campo de práticas” (GAIGER, 2013, p. 8)

O terceiro obstáculo corresponde à falta de uma visão consensual sobre as formas jurídicas mais adequadas à Economia Solidária, levando, ora à inclusão, ora à exclusão de organizações no mapeamento pelos atores sociais envolvidos em sua produção. Finalmente, a quarta dificuldade é a falta de maior interesse analítico quantitativo e de esforços para a construção de indicadores e estatísticas da Economia Solidária no Brasil, o que dificulta o processo de reconhecimento inclusivo apontado na penúltima dificuldade destacada (GAIGER, 2013, p. 8).

Certamente, o reconhecimento por parte de diversos atores políticos, como é o caso de instituições formais ou informais, relaciona-se à construção de uma concepção de Economia Solidária e à definição de valores e normas vistos como necessários à sua prática.

No Brasil, em meados de 1990, antes da esfera estatal federal, leis, órgãos e programas específicos para a Economia Solidária foram criados por estados e municípios (KRUPPA, GONÇALVES, MACDONALD, SANCHEZ et al., 2012, p. 171). Porém, não havia ainda nenhum projeto para a criação de um marco regulatório nacional.

Desde os anos 2000, com os governos do Partido dos Trabalhadores, a Economia Solidária passa por uma crescente institucionalização e incorporação como política pública de “inserção social de grupos excluídos” no próprio capitalismo (LIMA; ARAÚJO, RODRIGUES, 2011).

Apenas nos anos 2000, o processo de regulação nacional da Economia Solidária teve início, graças à constituição do Movimento da Economia Solidária. A partir de então, o movimento buscou formas de viabilizar a Economia Solidária como uma política pública. Esse interesse é comum entre Igreja Católica, alguns membros do poder legislativo estadual e fe-

deral, gestores públicos e movimentos sociais que abrangem ONGs e sindicatos.

Após o I Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, vê-se que a ação política do Movimento da Economia Solidária rumou para a criação de leis e decretos que possibilitam a incorporação da Economia Solidária como política pública nacional, abrindo espaço para a criação, via regulação, do “direito ao trabalho associado e a uma Economia Solidária”.

Além de Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária desde 2003, outros integrantes e apoiadores do Movimento da Economia Solidária, como Tânia Bacelar, professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Sônia Kruppa, professora da Faculdade de Educação da USP e ex-coordenadora da ITCP/USP e da Rede de ITCPs, Ademar Bertucci, ex-assessor nacional da Cáritas Brasileira, e o então deputado federal Eudes Xavier, ex-coordenador do Instituto Florestan Fernandes – ONG fortalezense envolvida com o apoio e fomento da Economia Solidária –, passaram a defender a Economia Solidária nos Poderes Legislativo e Executivo Federais. Desde a sua fundação, a própria SENAES conta com quadros provenientes da Cáritas Brasileira, movimentos políticos da Igreja Católica, ONGs, redes de Economia Solidária, PT e campo acadêmico.

Na construção da dimensão institucional, as Plenárias Nacionais e as Conferências Nacionais de Economia Solidária (CONAES), especialmente a II Conferência, realizada em 2010, foram espaços importantes para a proposição de um marco jurídico nacional para a Economia Solidária no Brasil, cuja expressão maior é o PL 4.685/2012, chamado PL da Economia Solidária (SILVA; SILVA, 2015). Nas Plenárias e Conferências, os temas do reconhecimento da economia solidária e do seu “ambiente institucional e marco legal” sempre foram preocupações prementes do movimento, o que consta dos documentos de todas as Plenárias Nacionais e das CONAES. Além das Plenárias e Conferências, o próprio Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) foi um espaço fundamental para o processo que culminou no PL 4.685/2012. A partir de 2010, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)<sup>13</sup> fez uma campanha nacional pela apresentação de um PL de Iniciativa Popular para o que se convencionou chamar de “Lei Geral da Economia Solidária”, apresentando essa demanda ao CNES. Aliás, a minuta que deu origem ao PL 4.685/2012, que tramita no Congresso Nacional, é de autoria do CNES, tendo os seus integrantes, sobretudo quadros ligados à SENAES e

---

13 Mais informações em: <http://cirandas.net/leidaecosol/por-que-uma-lei-da-economia-solidaria>

ao FBES, realizado a articulação com a Frente Parlamentar Mista da Economia Solidária para que o referido PL fosse apresentado à Câmara dos Deputados, o que ocorreu em 2012.

A partir de 2003, os atores ligados à Economia Solidária em atuação nos Poderes Legislativo e no Executivo Federais intermediaram o diálogo entre o Movimento da Economia Solidária e a esfera estatal, apresentando, principalmente, ações que mostram os anseios de integrantes do Movimento da Economia Solidária em criar uma legislação específica para a regulação social e jurídica das formas de trabalho, produção, comercialização, finanças, crédito e consumo, reconhecidas pelo movimento como “Economia Solidária”. Eis cinco conjuntos de ações destacadas que envolvem os Poderes Legislativo e Executivo Federais:

1) em 2003 – Criação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES);

2) em 2004 – apresentação do PL 4.622/2004 que, originalmente, “Altera a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, para a fixação do conceito da modalidade operacional das cooperativas de trabalho”, de autoria do deputado federal Pompeo de Mattos (PDT-RS). O PL 4.622/2004 agregou outros dois PLs que seguiam orientações políticas distintas em relação ao tema das cooperativas de trabalho, a saber: o PL 6.449/2005, de autoria do Deputado Walter Barelli (PSDB-SP) e o PL 7.009/2006, de autoria do Poder Executivo. Além disso, o PL 4.622/2004 incorporou textos substitutivos que foram aprovados na Câmara dos Deputados (2008) e no Senado Federal (2009) e, finalmente, na Câmara dos Deputados, em 28 de junho de 2012. Com essa complexidade de projetos apensados e substitutivos aprovados na Câmara e no Senado, a “Lei das Cooperativas de Trabalho” foi sancionada (lei 12.690, de 19 de julho de 2012)<sup>14</sup>;

3) em 2007 – Criação da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária no Brasil e apresentação do Projeto de Lei Complementar 93/2007, que “estabelece a criação do Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias e dá outras providências”, e cria, ainda, o Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias e os Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário<sup>15</sup>;

---

14 Segundo Singer (2009, p. 48), a proposição da lei foi uma das ações políticas da SENAES para garantir os direitos dos trabalhadores e o combate às “falsas cooperativas”. Ver também Sanchez (2012, p. 109-115).

15 Após 7 anos de tramitação, o relator do PLP 93/2007 na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), deputado federal Guilherme Campos (PSD-SP), rejeitou a criação do Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias (CONAFIS) – órgão regulador a ser composto por membros dos ministérios de

4) em 2010 – Campanha pela Lei de Iniciativa Popular para a criação do marco legal da Economia Solidária no Brasil. Essa campanha demonstrou a ação política exercida pelo Movimento da Economia Solidária, a partir de 2010, o que resultou no PL 4.685/2012, apresentado em 08/11/2012 pelos deputados federais Paulo Teixeira (PT-SP), Eudes Xavier (PT-CE), Padre João (PT-MG), Luiza Erundina (PSB-SP), Miriquinho Batista (PT-PA), Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), Elvino Bohn Gass (PT-RS) e Fátima Bezerra (PT-RN). O texto original do PL 4.685/2012 foi escrito por uma Comissão criada no âmbito do CNES. Membros da SENAES participavam dessa Comissão, redigindo e sistematizando as propostas. O referido PL cria a Política Nacional de Economia Solidária e o Sistema Nacional de Economia Solidária, mas não há viabilidade técnico-legislativa para a criação de um fundo, pois somente o Poder Executivo tem essa prerrogativa. No caso, o texto do PL 4.685/2012 foi adequado a essa exigência técnico-legislativa e, em seu texto, passou a prever que o Executivo poderá criar um Fundo Nacional de Economia Solidária (FNAES); e

5) em 2015 – Criação da Frente Parlamentar Mista da Economia Solidária e Economia Criativa, proposta pelo deputado federal Angelim Vasconcelos (PT-AC) e lançada em 16 de dezembro de 2015; PL 519/2015, da Câmara dos Deputados, originário do PLS 3/2007 aprovado pelo Senado Federal, apresentado pelo Senador Osmar Dias (PDT-PR), conjugado à proposta do Senador Eduardo Suplicy (PT), que apresentou o PLS nº 153/2007 com a mesma finalidade e que, em 1999, já havia apresentado o primeiro projeto de lei sobre o tema. Tramitando na câmara federal, o PL 519/2015 é conhecido como projeto da “Lei Geral das Cooperativas”. O projeto trata da natureza da sociedade, constituição, funcionamento, obrigações e representação das sociedades cooperativas. Aprovado no Senado, o PL 519/2015 deve tramitar na Câmara dos Deputados em 04 Comissões, porém, ainda não passou por nenhuma delas, encontrando-se paralisado desde 27 de março de 2015, na CTASP, sob a relatoria do deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES). Essa paralisação do projeto expressa o conflito entre o setor do cooperativismo social e o do cooperativismo do agronegócio, das classes proprietárias. Com a aprovação do PL 519/2015, a anacrônica Lei nº 5.764/1971, Lei Geral das Cooperativas, que favorece especialmen-

---

Estado e de entidades da sociedade civil –. Relatório do deputado Guilherme Campos, de 09 de dezembro de 2014, disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;-jsessionid=C1D318F608886DCC23DFA9D1285D1ADA.proposicoesWeb1?codteor=1291771&filename=Tramitacao-PRL+2+CFT+%3D%3E+PLP+93/2007](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;-jsessionid=C1D318F608886DCC23DFA9D1285D1ADA.proposicoesWeb1?codteor=1291771&filename=Tramitacao-PRL+2+CFT+%3D%3E+PLP+93/2007)



te à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), à Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil (CNA) e à Confederação Nacional da Indústria (CNI), seria revogada e as cooperativas estariam livres para escolher a organização de representação à qual serão filiadas: UNICOPAS (controlada pelo movimento sindical, integrante do Movimento da Economia Solidária) ou OCB (controlada pela classe dos proprietários).

Além desses projetos de lei e da criação de órgãos federais, decretos presidenciais foram criados para viabilizar a política nacional de Economia Solidária: em 2010, foram assinados pelo ex-presidente Lula, o decreto nº 7.357, de 17 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) e dá outras providências, e o decreto nº. 7.358, de 17 de novembro de 2010, que institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário (SCJS), cria sua Comissão Gestora Nacional, e dá outras providências; e, em 2013, a presidente Dilma Rousseff (PT) assinou o decreto 8.163, de 20 de dezembro de 2013, que Institui o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social (Pronacoop Social) e dá outras providências<sup>16</sup>.

Em 2011, na esfera do legislativo federal, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e os demais atores do Movimento da Economia Solidária no país foram surpreendidos pela mensagem da Presidência da República à Câmara dos Deputados, enviada em 31 de março, que deixou vários integrantes da Economia Solidária preocupados com o rumo do movimento e dos empreendimentos no país. A referida mensagem tratava do Projeto de Lei 865/2011. Este PL previa a alteração da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cria cargo de Ministro de Estado e cargos em comissão, e dá outras providências. Na sua redação inicial, esse Projeto de Lei transferiria o CNES e a SENAES para uma Secretaria da Micro e Pequena Empresa (criada em 2013 com peso de ministério, *status* superior ao da SENAES) (FORTE, 2017, p. 163).

O PL 865/2011, uma ação do Poder Executivo junto ao Legislativo prevista no artigo 61 da Constituição Federal de 1988, foi, na verdade, o resultado da articulação de um setor do Movimento da Economia Solidária ligado à CUT e à tendência Democracia Socialista (DS) do PT, que pre-

---

16 Para maiores informações sobre leis e projetos de lei federais, visitar: [http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=419&Itemid=216](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=419&Itemid=216)

tendia unir a estrutura gerencial da política de Economia Solidária à da micro e pequena empresa, visando estar à frente da nova secretaria com o controle de um maior número de cargos e da política pública dos dois setores. (FORTE, 2017, p. 163).

Em 2011 e 2012, os conflitos e as negociações envolvendo integrantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), da Igreja Católica-Cáritas Brasileira e Instituto Marista de Solidariedade, dos movimentos sociais, das ONGs, das universidades, gestores públicos e membros de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) com os membros do Estado (sobretudo, deputados federais e quadros da SENAES), em razão do PL 865/2011, agitou as instituições e os atores sociais do Movimento da Economia Solidária. Os deputados federais estavam divididos e passaram a mediar o conflito que se estabeleceu. A SENAES, por meio de seu Secretário Nacional, Paul Singer, era contra a incorporação da política de economia solidária à da micro e pequena empresa. Como consequência da mediação entre deputados federais, a SENAES e demais atores individuais e institucionais do Movimento da Economia Solidária, o governo federal modificou a proposta e manteve a Secretaria no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Em junho de 2014, uma ação de deputados representantes de latifundiários e empresários do agronegócio, organizados na CNA, obstaculizou a tramitação do PL 4.685/2012. O deputado federal Luís Carlos Heinze (Partido Progressista-PP/RS) apresentou um requerimento à Câmara dos Deputados solicitando a redistribuição do PL para uma análise de mérito também na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPA-DR), comissão dominada pela chamada Banca Ruralista e do Agronegócio, a qual representa os interesses das classes proprietárias.

O jogo que ocorre dentro e fora do Movimento da Economia Solidária evidencia os conflitos entre forças sociais distintas com lógicas econômicas, culturais e políticas antagônicas (JESSOP, 1985) que constroem o campo da Economia Solidária, no Brasil, e que movimentam estadual, macrorregional e nacionalmente, fóruns, plenárias, conferências, *websites*, grupos de *WhatsApp* e listas de e-mails na *internet*.

No dia 14 de maio de 2015, o Fórum Alagoano de Economia Solidária e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) em Alagoas realizaram uma reunião com o relator do PL da Economia Solidária, ocasião na qual foi pedido apoio para a aprovação do projeto. Segundo Lessa,

durante o mês de abril de 2015, ele ouviu os deputados da Câmara e representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Em 2015, mesmo com uma Câmara dos Deputados mais conservadora e com o enfraquecimento do governo da presidenta reeleita em 2014, Dilma Rousseff, em razão da crise política e econômica nacional, o Movimento da Economia Solidária insistiu em seu projeto de lei, contando com a mediação de parlamentares e quadros da SENAES para negociar com seus adversários políticos (OCB, CNI, CNA), a fim de que o PL 4.685/2012 seja finalmente aprovado. Realizadas as negociações e superados os impasses, em 26 de agosto de 2015, o projeto foi aprovado na CAPA-DR após duas emendas da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), tendo sido remetido à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

Devo destacar que, no governo Dilma, a partir de julho de 2015, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) realizou campanha com o lema “A SENAES é nossa!”, articulando-se com quadros políticos da SENAES para manter a sua estrutura organizacional e a equipe liderada por Paul Singer diante da possibilidade da entrega dos cargos da secretaria ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) que, naquele momento, queria o ministério de “porteira fechada”, motivo pelo qual negociava com o governo Dilma o domínio de todos os cargos do MTE em troca de permanecer em sua base política.

Ainda em agosto de 2015, Paul Singer já havia afirmado que foi avisado de sua exoneração, o que não ocorreu no governo Dilma (PT). Como resultado do ajuste fiscal diante do desequilíbrio econômico, a reforma ministerial realizada pelo governo federal, por meio da Medida Provisória nº 696, de 02 de outubro de 2015, trouxe para o Movimento da Economia Solidária o risco formal de desestruturação da SENAES<sup>17</sup>.

Desde então, a incerteza quanto à manutenção da SENAES cresceu entre os integrantes das entidades e movimentos articulados no Movimento da Economia Solidária, o que aumentou após o *impeachment* de Rousseff,

---

17 No ano de 2015, o contingenciamento do orçamento da SENAES, que já era diminuto, foi de 60% e o orçamento relativo ao PBSM só vigorou no período de 2012 a 2015. De acordo com o portal Transparência Brasil, em 2013, o orçamento direto da SENAES foi de R\$ 194.091,83; em 2014, foi de R\$ 227.047,29; em 2015, foi de R\$ 151.567,40, até 31 de agosto. Nos últimos anos, as ações da SENAES foram quase que totalmente mantidas pelo PBSM. Que durou de junho de 2011 a dezembro de 2014. Para se ter uma ideia, o orçamento da SENAES com o PBSM contou com milhões em recursos. Vejamos uma evolução do orçamento da SENAES de 2011 a 2015, acompanhado de uma queda considerável em 2016: 2011 - R\$ 45.556.380,00; 2012 - R\$ 81.535.936,00; 2013 - R\$ 126.725.000,00; 2014 - R\$ 130.000.000,00; 2015 - R\$ 127.000.000,00; 2016 - R\$ 49.600.000,00. Dados obtidos junto à SENAES-MTE.

em 2016, o qual se caracterizou como um “golpe de Estado” (JINKINGS, 2016, p. 11-14); um golpe midiático-político-jurídico financiado pela “elite do dinheiro” contra a democracia brasileira em razão de seus interesses econômicos (SOUZA, 2016). Com a posse do Presidente Interino Michel Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB), ex-vice de Rousseff e um dos principais articuladores de sua saída da Presidência da República, Paul Singer e sua equipe foram exonerados, enquanto foi nomeado Natalício Oldoski, escrivão da Polícia Civil do Paraná aposentado, sem vínculo de qualquer espécie com a economia solidária e ligado ao deputado federal Jovair Arantes (Partido Trabalhista Brasileiro-PTB)<sup>18</sup>, como Secretário da SENAES, órgão que permaneceu no então MTPS<sup>19</sup> até 03 de novembro de 2016.

Após a conclusão do processo de *impeachment* contra Rousseff, em 31 de agosto de 2016, o governo Temer realizou uma reforma ministerial, causando mudanças à estrutura do MTE, conforme o Decreto Presidencial nº 8.894, de 03 de novembro de 2016, redistribuindo cargos, remanejando e extinguindo órgãos. Por meio desse decreto, o governo federal excluiu a SENAES da estrutura do novo Ministério do Trabalho. No entanto, o decreto de Temer prevê a continuidade da política de economia solidária, a ser competência da Subsecretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, marcando o rebaixamento oficial da economia solidária no governo federal.

No ano de 2016, com a saída do PT do governo federal em um cenário de grande instabilidade política e econômica, a maior parte dos atores do Movimento da Economia Solidária manifesta temor ainda mais o desmantelamento da política de economia solidária e os obstáculos à sua regulação social e jurídica, dado que as forças que se uniram para derrubar Dilma Rousseff e retirar o PT do governo federal possuem interesses escancaradamente neoliberais e privatistas que superam, consideravelmente, o espaço dado ao grande capital pelos próprios governos petistas.

---

18 O PTB foi a força política à qual o governo Temer entregou os cargos do Ministério do Trabalho em troca da permanência do partido na composição de sua base aliada. Assim, órgãos e cargos vão sendo “loteados” e negociados como “moeda de troca”, prática corrente no universo político-institucional brasileiro.

19 Com o governo Temer, o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), criado pelo governo Dilma em face do ajuste fiscal, via Medida Provisória nº 696, de 02 outubro de 2015, foi desmembrado, originando um novo Ministério do Trabalho e transferindo a Previdência Social para o Ministério da Fazenda, conforme o Decreto Presidencial nº 9.003, de 13 de março de 2017.

Em 2017, em um contexto de cortes de investimentos em educação, saúde, ciência e tecnologia, de investidas de privatização e de fortes ataques aos direitos trabalhistas e previdenciários, ao meio ambiente e aos cidadãos mais pobres e desprotegidos do país, diversos atores individuais e coletivos da economia solidária tiveram uma notícia positiva da CCJ da Câmara dos Deputados. Em 31 de agosto de 2017, com as mediações realizadas entre integrantes da extinta SENAES e deputados federais, e especialmente com o apoio da relatora do PL 4.685/2012 na CCJ, a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), o relatório do projeto foi unanimemente aprovado após dois anos de tramitação naquela comissão, não precisando ir à votação no Plenário da Câmara dos Deputados. Com esse resultado, o PL da Economia Solidária segue direto para o Senado Federal, o que, em um turbilhão de contradições pelo qual passa o país, é comemorado por diversos integrantes do Movimento da Economia Solidária como uma conquista da luta pelo direito ao trabalho associado e à economia solidária no Brasil

## Considerações finais

A ação reticular entre diversos atores sociais, principalmente os ligados à Igreja Católica, aos movimentos sociais e ONGs e à esfera estatal, dirigiu-se ao processo de institucionalização da Economia Solidária, no Brasil, via regulação social e jurídica, revelando qual concepção de Economia Solidária, quais valores e normas foram definidos para a construção da política pública de economia solidária presente no âmbito do governo federal durante os governos do PT, especialmente no governo de Dilma Rousseff, como proposta de “política intersetorial” desenvolvida por mais de 30 órgãos do governo federal dentro dos marcos do Plano Brasil Sem Miséria (2011-2015).

Nesse sentido, a proposta de “Lei Geral da Economia Solidária” pretende ser a síntese das reivindicações que diferentes sujeitos sociais esperam do Estado, na qualidade de espaço da cidadania, apresentando as diretrizes para que ele incorpore à sua ossatura a Economia Solidária como política pública, reconhecendo trabalhadoras e trabalhadores dos EES como “sujeitos de direito” do trabalho associado (SANCHEZ, 2012, p. 116; KRUPPA *et. al.*, 2012, p. 171; FORTE, 2017, p. 165).

A lei, apesar de ser um importante instrumento político e jurídico de acesso a direitos, por si só não é garantia de sua consecução e de sua permanência. Porém, para que haja *movimento* e transformação social, a luta pelos direitos humanos e pela cidadania é um processo fundamental, contínuo e necessário. É exatamente por isso que a articulação para a criação de uma “Lei Geral da Economia Solidária” é, ao mesmo tempo, motor e combustível da luta por direitos.

Resta saber como, na complexa dinâmica de interação entre atores individuais e instituições (os quais compõem os *retículos* ou *nós* da *rede de redes* da economia solidária, no Brasil), o movimento dará sequência à sua “incidência política” (para usar um conceito dos próprios interlocutores de minha pesquisa)<sup>20</sup>, no bojo do processo de regulação e da política pública de economia solidária - em meio aos retrocessos sofridos, a exemplo da extinção da SENAES - em um conturbado cenário de saída do PT do governo federal e de tentativa de estabelecimento de um governo de Michel Temer, após o processo de *impeachment* de Rousseff.

O presente nos instiga para a análise das perspectivas e das ações políticas em torno da economia solidária, a partir da heterogeneidade e complexidade de seu movimento, o qual se dinamiza na relação entre *sociedade civil* e *Estado* em um cenário de contundente crise política, econômica, social e ambiental, no qual estão em cena as aflições derivadas da contradição em processo que marca as estratégias de reprodução do capital e a onda política conservadora obstinada em nos fazer voltar no tempo, quando o tema é a perda de direitos, no Brasil, na América Latina e no mundo.

## Referências

AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, Campinas-SP, v.18, n. 2, pp. 383-398, nov., 2012.

BIANCHI, A. **O laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

---

20 No contexto pesquisado, “incidência política” – ou apenas “incidência” – significa uma ação formal ou informal desenvolvida por um indivíduo ou um coletivo que visa influenciar a ação de outro indivíduo ou coletivo, no âmbito estatal e não estatal, na luta por direitos e na construção de políticas públicas.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Plano Brasil sem miséria** (PBSM). Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/inclusao-produtiva-urbana-1/economia-solidaria>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

CUNHA, G. C. **Outras políticas para outras economias**: contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à Economia Solidária (2003-2010), 2012. 496 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2012.

DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra/Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (Coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. pp. 95-110.

FACEBOOK. FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <<https://goo.gl/4hQDgs>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

FORTE, J. P. S. A luta pelo direito ao trabalho associado e à economia solidária no Brasil. In: SOUZA, A. R.; ZANIN, M (Orgs.). **A economia solidária e os desafios globais do trabalho**. São Paulo: EdUFSCar, 2017. pp. 159-167.

\_\_\_\_\_. **A Igreja dos homens**: o trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da Economia Popular Solidária no Ceará, 2008. 296 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, 2008. Disponível em: <[www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1464/1/2008\\_Dis\\_JPSF.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1464/1/2008_Dis_JPSF.pdf)>. Acesso em: 04 jun. 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=419&Itemid=216](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=419&Itemid=216)>. Acesso em: 10 de mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. CIRANDAS. Disponível em: <<http://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-cirandas>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: RONBINS, B. (Org.). **The Phantom Public Sphere**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1995.

GAIGER, L. I. O Mapeamento Nacional e o conhecimento da Economia Solidária, **Revista da ABET**, n. 12, pp.7-24, 2013. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/abetgaiger.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2016.

HABERMAS, J. O papel da sociedade civil e da esfera pública política. In: HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, 2.v, v.2, pp. 57-121.

\_\_\_\_\_. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Trad. Flávio R. Kothe. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

JESSOP, B. **Nicos Poulantzas: marxist theory and political strategy**. London: Macmillan. 1985.

JINKINGS, I. Apresentação: o golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; MURILO, C. (Orgs). **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 11-14.

KRUPPA, S. M. P.; GONÇALVES, A. F. MACDONALD, J. B; SANCHEZ, F.J.B. et al. **Regime jurídico das cooperativas populares e empreendimentos em Economia Solidária**. Série Pensando o Direito, v. 46. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

LIMA, J. C.; ARAÚJO, A. M. C.; RODRIGUES, C. C. P. Empreendimentos urbanos de Economia Solidária: alternativa de emprego ou política de inserção social? **Sociologia & Antropologia**, v. 01, pp.119-146, 2011.

\_\_\_\_\_. Economia Solidária: de movimento social à política pública. LEITE, M. P.; ARAÚJO, A. M. C.; LIMA, J. **O trabalho na Economia Solidária: entre a precariedade e a emancipação**. São Paulo: Annablume, 2015.

MCCARTHY, T. Fundamentos: una teoria de la comunicacion. In: **La teoria crítica de Jürgen Habermas**. 3.ed. Madrid: Editorial Tecnos, 1995. pp. 315-413.

MANCE, E. (Org). **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: FASE; DP&A; Instituto de Filosofia da Informação, 2003.



MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, Vozes, 2001.

ROULAND, N. **L'anthropologie juridique**. Paris: Les Presses universitaires de France, 1990, 127 pp. (Collection "QUE SAIS-JE?", n° 2528)

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANCHEZ, F. J. B. **Além da informalidade, aquém dos direitos: reflexões sobre o trabalho desprotegido**, 2012. 200 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

SARRIA ICAZA, A. M. Movimento social. In: CATTANI, A. D.; GAIGER, L. I.; LAVILLE, J.; HESPANHA, P. (Coords.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra-PT: Almedina, 2009. (Série Políticas Sociais).

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos (Relatório de Pesquisa): MTE; IPEA, 2016. p. 48. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)**. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP\\_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil\\_2016.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf)>. Acesso em: 08 nov. 2016.

SILVA, R. F.; SILVA, S. P. Em busca de um marco legal para a economia solidária no Brasil: análise da trajetória do PL n° 4.685/2012. **Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: MTE; IPEA, n.58, pp.91-100, abr., 2015.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a.

\_\_\_\_\_. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. pp.81-129.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. **Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: MTE; IPEA, n.39, pp.43-8, maio, 2009.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

TELLES, V. S. A sociedade civil e a construção de um espaço público. In: DAGNINO, E. (Org.). **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

# A experiência da Cooperativa de Trabalhadores Cegos (COOPERTRAC)

Pessoas com deficiência visual no Estado da Bahia organizam-se para gerar trabalho e renda

*Robenilson Nascimento dos Santos<sup>1</sup>*

**Resumo** O movimento que culminou na organização e fundação da COOPERTRAC teve início em janeiro de 1999, a partir de uma reunião entre cinco pessoas deficientes visuais. A COOPERTRAC é um empreendimento popular e solidário, cujo princípio fundamental é a gestão democrática, isto é, a ampla participação no processo decisório. O objetivo deste trabalho é apresentar um relato de experiência, descrevendo a trajetória desta entidade, desde a mobilização, fundação, conquistas alcançadas e o processo de dispersão do grupo. Antecedendo ao relato propriamente dito, com base em nossa experiência e apoiado em alguns teóricos, é realizada uma breve análise em uma perspectiva crítico-reflexiva acerca da inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, estabelecendo relações com o contexto social contemporâneo, bem como com a realidade vivida por essas pessoas no Estado da Bahia, especificamente aquelas que possuem deficiência visual (cegueira ou baixa visão). Nas considerações finais, expressamos uma postura otimista, esperançosa, porém consciente e com a convicção de que ainda é possível conceber a COOPERTRAC enquanto alternativa de geração de trabalho e renda para as pessoas cegas no Estado da Bahia, pois é claramente percebido nos discursos de todos aqueles que também vivenciaram a experiência que a COOPERTRAC é um sonho ainda “vivo”.

**Palavras-chave** Deficiência visual; Mercado de trabalho; COOPERTRAC.

**Abstract** The movement culminated in the Organization and COOPERTRAC Foundation began in January 1999 from a meeting of five visually deficiency people. The COOPERTRAC is a popular and solidary development, whose fundamental principle is democratic, that is, the broad participation in decision-making. The aim of this paper is to present an experience report describing the history of this institution, from the mobilization, foundation, conquests and the group dispersion process. Prior to the report itself, based on our experience and supported by some theorists, a brief analysis is performed on a reflective perspective on the integration of people with disabilities in the labor market, establishing relations with the contemporary social context and reality experienced by these people in the state of Bahia, specifically those with visual impairment (blindness or low vision). The final considerations are written in a positive attitude, hopeful, but conscious and with the

---

1 Doutorando no Programa de Pós-graduação em Difusão do Conhecimento na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Endereço eletrônico [robenilson@gmail.com](mailto:robenilson@gmail.com).

conviction that it is still possible to conceive of COOPERTRAC as an alternative to generate employment and income for blind people in the state of Bahia, as is clearly seen in the speeches of all those who also have experienced that COOPERTRAC is a dream still “alive”.

**Keywords** Visually deficiency; Job market; COOPERTRAC.

**Resumén** El movimiento que culminó en la organización y fundación de la COOPERTRAC comenzó en enero de 1999, a partir de una reunión entre cinco personas con discapacidad visual. COOPERTRAC es un emprendimiento popular y solidario, cuyo principio fundamental es la gestión democrática, es decir, la amplia participación en el proceso decisorio. El objetivo de este trabajo es presentar un relato de experiencia, describiendo la trayectoria de esta entidad, desde la movilización, fundación, logros alcanzados y el proceso de dispersión del grupo. Antecediendo al relato propiamente dicho, con base en nuestra experiencia y apoyado en algunos teóricos, se realiza un breve análisis en una perspectiva crítico-reflexiva acerca de la inserción de personas con discapacidad en el mercado de trabajo, estableciendo relaciones con el contexto social contemporáneo, así como Con la realidad vivida por esas personas en el Estado de Bahía, específicamente aquellas que poseen deficiencia visual (ceguera o baja visión). En las consideraciones finales, expresamos una postura optimista, esperanzada, pero consciente y con la convicción de que aún es posible concebir la COOPERTRAC como alternativa de generación de trabajo y renta para las personas ciegas en el Estado de Bahía, pues es claramente percibido en los discursos de todos Los que también experimentaron la experiencia que la COOPERTRAC es un sueño todavía “vivo”.

**Palabras clave** Deficiencia visual; Mercado de trabajo; COOPERTRAC

## Introdução

Dentre os diversos segmentos sociais, a inserção no mercado de trabalho, até então, vem se configurando como o principal desafio para que as pessoas com deficiência tenham suas potencialidades respeitadas e reconhecidas, enquanto sujeitos de direito. Embora o ordenamento jurídico brasileiro contemple amplamente a questão, ainda é forte a resistência para a contratação dessa mão de obra por parte dos empregadores, sobretudo das grandes empresas.

A reestruturação, em âmbito mundial, do sistema capitalista com o fenômeno da Globalização, cujos fundamentos estão calcados no ideário neoliberal, caracterizado pela ampliação e liberdade de mercado e diminuição da ação do estado na área social, teve como consequência no setor produtivo a redução de postos de trabalho, a precarização dos salários, a perda de direitos historicamente conquistados, o desemprego, enfim, o acirramento das desigualdades sociais.

[...] O fato é que a globalização tem provocado um quadro dramático de desemprego e de exclusão social que tende a se intensificar, sobretudo nos países pobres, caso não ocorram ações que ponham a economia a serviço da sociedade, com a finalidade de gerar maior justiça social (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2007, p. 54).

Portanto, não se pode refletir sobre as questões que envolvem as pessoas com deficiência, isto é, sua inclusão social, por exemplo, no mercado de trabalho, sem considerar o contexto social geral norteado pelo modo de produção capitalista, conforme explica Lancillotti:

Em decorrência das transformações, observa-se a expansão do desemprego estrutural como movimento de exclusão que obriga trabalhadores a buscar e aceitar alternativas de trabalho muito adversas, se comparadas àquelas existentes até a década de 1970, em que havia a regulamentação de salários, direitos e condições de trabalho. Esta é uma problemática que tem marcado os países ricos e pobres, ainda que, para os últimos, as consequências sejam mais graves, dadas as limitações do Estado para fazer frente às demandas sociais. A perspectiva de totalidade é a que favorece uma compreensão mais ampla do problema, e é condição para seu enfrentamento. Daí que não se pode pensar a questão de forma circunscrita ou dicotomizada; ela diz respeito a todos os países e abarca todos os homens. Assim, é necessário entender que, no mundo contemporâneo, a dificuldade de inserção no trabalho não é um problema exclusivo das minorias tradicionalmente reconhecidas em condições de exclusão – dentre elas a das pessoas com deficiência –, é um problema de todo trabalhador (LANCILLOTTI, 2003, p. 96).

Se, por um lado, as barreiras impostas pelo sistema capitalista são fortes empecilhos à inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, por outro, esses indivíduos, reconhecendo-se como sujeitos da história, e não como objetos dela, conjugam esforços em seus movimentos, empreendendo iniciativas no sentido de oferecer resistência a essa lógica excludente. Um exemplo dessa atitude de superação foi a fundação, em Salvador/Bahia, em 4 de julho de 2003, da Cooperativa de Trabalhadores Cegos (COOPERTRAC), um empreendimento de cunho popular e solidário, cujo objetivo é promover trabalho e renda para pessoas com

deficiência visual, além de fomentar reflexões sobre essa problemática, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de uma outra compreensão da sociedade sobre esses sujeitos.

Enquanto participante assíduo desse processo, acompanhando a COOPERTRAC desde a mobilização das pessoas até a fundação da entidade e, posteriormente, a dispersão do grupo, proponho relatar essa experiência de maneira a expor fidedignamente como se sucederam os fatos. O objetivo é possibilitar uma reflexão crítica sobre os diversos contextos vivenciados nessa trajetória tanto nos atores que protagonizaram o movimento quanto nas pessoas interessadas em repensar, ou, até mesmo, retomar o projeto.

A linearidade assumida neste trabalho, por meio de uma exposição cronológica, não representa filiação à historiografia tradicional. Isso decorre devido não só ao envolvimento enquanto pessoa cega, mas também pela proximidade com os acontecimentos, na condição de vice-presidente da COOPERTRAC. Precedendo o relato da experiência, ponto central deste texto, apresento uma reflexão sobre a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, tendo em vista as contradições evidenciadas no atual estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista, sinalizando também o descompasso entre o avançado ordenamento legislativo em vigor no Brasil e a realidade concreta caracterizada pela pouca intervenção, seja do Estado, seja da iniciativa privada, no que tange à criação de condições objetivas, através de medidas para mudanças qualitativas desse processo.

## Deficiência visual x mercado de trabalho

A deficiência visual pode ser entendida como ausência total ou parcial da visão. A ausência total da visão constitui a cegueira e a parcial é denominada como baixa visão, sendo quando o indivíduo possui a acuidade visual suficiente para ajudá-lo na locomoção e em outras atividades. O Decreto 5.296/2004, em seu Capítulo II, Artigo 5º § 1º Inciso I, Letra C, define cegueira e baixa visão da seguinte forma:

Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção

óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. (BRASIL, 2004).

Baumel e Castro apresentam a seguinte definição para deficiência visual:

(...) a deficiência visual é explicada em duas categorias a serem consideradas no processo educativo: Cegueira – situação de impossibilidade de ver; Baixa visão (ou visão subnormal) – situação de dificuldades para ver; nas áreas clínica e pedagógica, é considerada a existência de um resíduo visual (BAUMEL; CASTRO, 2003, p.96).

Dentre os tipos de deficiência, a visual é uma das que mais permeia o imaginário social, através de concepções discriminatórias. Isso decorre da falta de informação e do significado construído historicamente sobre a cegueira, em que predominam sentimentos de piedade, medo, desprezo etc. Tanto as pessoas cegas congênicas quanto aquelas que adquiriram a deficiência na idade adulta podem ser habilitadas ou reabilitadas, vivendo com dignidade (estudando, trabalhando, praticando esportes, etc.). Sujeitos cegos ou com baixa visão são capazes de realizar qualquer atividade desde que ela não requeira uma necessidade acentuada do sentido da visão. O que se faz necessário para se desenvolverem no convívio social são as devidas adaptações às suas especificidades. Sobre essa questão, Caiado argumenta:

Não se nega que, biologicamente, a cegueira é muito limitadora, porque ela impede a pessoa de se locomover, explorar novos espaços e receber informações visuais. Porém, socialmente, ela não é limitadora, porque a pessoa cega, pela palavra, pela comunicação com o outro, apropria-se do real ao internalizar os significados culturais. Numa ilustração singela, pode-se afirmar que, mesmo sem a percepção visual das cores dos objetos, a pessoa cega apreende os significados sociais atribuídos às cores, como por exemplo: o preto é luto, o vermelho é uma cor quente, o branco representa a paz (CAIADO, 2003, p. 40).

Ainda é bastante comum em diversos setores da sociedade a evidência de preconceitos em relação às pessoas cegas, principalmente no mercado de trabalho, no qual residem as maiores restrições, seja por falta de infor-

mação dos empregadores, seja pela justificativa da ausência de qualificação profissional. Assim, segundo Pastore,

É claro que o trabalho é importante para o sustento e para o desenvolvimento individual e social. Mas não há razão para ver tanto impedimento, pois a grande parte dos portadores de deficiência consegue trabalhar, mediante a remoção de barreiras. Há muitas atividades que eles podem realizar, transcendendo as suas limitações. A ideia de inutilidade é exagerada e erroneamente generalizada nas construções das imagens dos portadores de deficiência. Isso tem a ver muito mais com a formação das concepções, do que com a realidade das limitações. É um problema mais social do que individual (PASTORE, 2000. p. 20).

Esse autor salienta ainda que os empregadores procuram se eximir da responsabilidade social de contratação de pessoas com deficiência, tendo como justificativa que os clientes de salões de beleza, hotéis, restaurantes, não se sentem à vontade, pois “não gostam de interagir com ‘pessoas diferentes’” (PASTORE, 2000, p. 25-26). O que fica evidenciado são atitudes preconceituosas, pois existem entidades representativas de pessoas com deficiência que, além de desenvolverem cursos de capacitação profissional dos seus sócios, realizam interlocuções com empresas, tendo em vista a colocação desses indivíduos no mercado de trabalho. No Estado da Bahia, há um número considerável de deficientes visuais que teve acesso a programas de capacitação profissional nas áreas de massoterapia, câmara escura, panificação, telemarketing, informática entre outras, atingindo elevado nível de qualificação, e que reclama a falta de oportunidade para ingressar no mercado de trabalho. Por essa razão, discordamos dos argumentos, defendendo que o fato da não absorção da mão de obra de pessoas com deficiência não decorre do grau de escolarização necessária e da falta de habilidades profissionais. Lancillotti, refletindo sobre a questão, escreve:

Observamos que a absorção desses trabalhadores é muito restrita e, em grande parte, é justificada pelo seu baixo grau de escolaridade. Seriam todos empregados se fossem mais escolarizados? Bem sabemos que o critério da escolaridade, na maioria dos casos, nada mais é que uma escusa para dispensar, ou não explorar a força de trabalho daqueles que são desnecessários. É uma jus-



tificativa que escamoteia o fato de que o capital necessita de menos trabalhadores para manter a esfera produtiva (LANCILLOTTI, 2003 p. 101).

Nas últimas três décadas do século XX, notadamente nos anos 90, observou-se, em escala mundial, uma maior atenção sobre as questões relacionadas à melhoria de vida das pessoas com deficiência, o que esteve associado diretamente aos movimentos organizados de cegos, cadeirantes, surdos, deficientes intelectuais e familiares. Esses movimentos pressionaram o poder público, bem como a sociedade civil, para a percepção dos problemas que os afligiam, resultando, portanto, na publicação de importantes documentos internacionais, dentre os quais figuram, no que tange ao mercado de trabalho, a Convenção Nº 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada pelo Decreto nº 62.150, de 19 de janeiro de 1968 e a Convenção Nº 159 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada pelo Decreto nº 129, de 22 de maio de 1991.

No Brasil, no tocante à legislação, o mercado de trabalho para a pessoa com deficiência é mencionado já na Carta Constitucional de 1988, no Capítulo II, Art. 7º, Item Xxxi, que dispõe: “Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência”. Além disso, o ordenamento legislativo brasileiro contempla essa questão em outros dispositivos, como na Lei 8.112/90 e na Lei 8.213/91, que apontam perspectivas concretas de desenvolvimento de políticas públicas.

A Lei 8.112/90, em seu Título II, Capítulo I, Seção I, Art. 5º, § 2º determina:

Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso. (BRASIL, 1990).

A Lei 8.213/91 em seu Artigo 93, dispõe:

A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos, com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas na seguinte proporção:

- |                              |    |
|------------------------------|----|
| I – até 200 Empregados       | 2% |
| II – de 201 a 500 empregados | 3% |

III – de 501 a 1.000 empregados	4%
IV – de 1.001 em diante	5%. (BRASIL, 1991).

Diante do exposto, depreende-se que há uma contradição entre o discurso oficial e a realidade vivenciada pelas pessoas cegas e com baixa visão no que concerne à acessibilidade ao mercado de trabalho. É notória a omissão do poder público no Estado da Bahia na elaboração de políticas na área, pois a medida de maior expressividade tomada, na última década, foi a criação em 19 de março de 2002, no âmbito da Secretaria do Trabalho, do Centro de Capacitação Profissional de A a Z (CAPAZ), cuja finalidade era intermediar a relação entre as pessoas com deficiência e as empresas, com vistas à contratação. Entretanto, no caso específico dos trabalhadores cegos e com baixa visão, o resultado foi pouco satisfatório na época, sobretudo no que se referia aos candidatos à vaga de emprego que possuíam cegueira total.

De acordo com dados fornecidos pela coordenação do CAPAZ, até março de 2010 havia 636 pessoas com deficiência visual cadastradas. No entanto, não foi informado quantas efetivamente ocupavam postos de trabalho. Não se pode negar a inserção de algumas pessoas com deficiência no mercado de trabalho no estado da Bahia, todavia ainda é um número pouco expressivo. Muitos deficientes visuais, com elevado nível de capacitação e formação acadêmica – graduação e especialização -, não encontram oportunidades de emprego, tendo que sobreviver com os rendimentos oriundos do Benefício de Prestação Continuada, equivalente a um salário mínimo mensal.

Ainda que o quadro geral indique que houve significativo aumento na absorção desta força de trabalho, no contexto geral, ela é muito pouco significativa, o que fica evidente a partir do percentual de ocupação das pessoas com deficiência no mercado formal do Estado (0,621%). Vê-se que a incorporação destes trabalhadores está muito distante de atender à demanda por trabalho das pessoas com deficiência. Mesmo que fosse exigido o cumprimento da legislação que lhes assegura possibilidades de emprego regulamentar, seja pelo serviço público ou pelo privado, o contingente dos que permaneceriam fora do mercado de trabalho continuaria sendo imenso, por uma simples razão: não há emprego para todos (LANCILLOTTI, 2003, p. 100-101).

## COOPERTRAC: uma esperança ainda viva

Em janeiro de 1999, em um diálogo informal sobre mercado de trabalho para pessoas cegas entre alguns sócios da Associação Baiana de Cegos (ABC), foi sugerida a criação de uma cooperativa com o objetivo de geração de trabalho e renda. Ainda no mês de janeiro do referido ano, houve a primeira reunião na sede da ABC, da qual participaram cinco pessoas, para aprofundar as ideias acerca da criação de uma cooperativa. Nesse encontro, refletiu-se sobre a problemática do mercado de trabalho para pessoas cegas e a necessidade de se buscar uma alternativa para essa questão. Assim, chegou-se à conclusão de que a formação de uma cooperativa seria uma possibilidade viável. Daí, discutiram-se formas de aglutinar no mínimo vinte pessoas para sua organização, conforme exigia a legislação.

Ao longo do ano de 1999, foram realizadas inúmeras reuniões que aconteciam semanalmente na sede da ABC. O número de participantes foi aumentando gradativamente, fruto de um trabalho de articulação e divulgação “corpo a corpo”. Nesse mesmo ano, houve um contato com o Centro de Estudos Socioambientais, que prestava assessoria a empreendimentos de economia solidária, com o objetivo de esclarecer alguns pontos fundamentais a respeito do cooperativismo. Ao término de 1999, não havendo consolidado a parceria com essa instituição, as reuniões, no ano seguinte, tinham como assunto central a busca de uma assessoria.

Em março de 2000, deu-se o primeiro contato com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Estado da Bahia (ITCP/UNEB) que, após alguns encontros, comprometeu-se em estabelecer uma relação de assessoria. Após uma série de reuniões coordenadas pela ITCP, foram apresentados ao grupo os princípios cooperativistas e os pontos essenciais da legislação relativos ao tema. No mês de julho, a ITCP propôs a realização de um seminário sobre cooperativismo, com o objetivo de ampliar o número de participantes. O evento foi realizado no auditório da ABC, em 28 de outubro daquele ano, reunindo cinquenta e cinco pessoas. Na oportunidade, houve uma mesa redonda na qual se debateu a forma de estruturação de cooperativas populares. Com a realização desse Seminário, a meta de conseguir adesões para o grupo foi atingida.

No período de 29/01 a 20/02/2001, a ITCP/UNEB ministrou um curso de Cooperativismo, com carga horária de 40 horas. Dos 38 inscritos, 34 concluíram. Após essa atividade, uma parcela significativa de participan-

tes desistiu do projeto de montagem da cooperativa, reduzindo o grupo a treze membros. Constatou-se que a desistência das pessoas se deu em virtude do processo de construção, que exigia uma série de reuniões para discutir as demandas do grupo.

Ainda no ano de 2001, foi sugerida, por alguns membros do grupo, a criação da Associação Alternativa de Trabalhadores Cegos (AATC), proposta aceita e posta em prática nesse mesmo ano. A criação da AATC teve como objetivo solucionar a questão da insuficiência numérica estabelecida pela Legislação das Cooperativas, que exigia o número mínimo de vinte pessoas para a formação desses empreendimentos. Essa associação adotou o sistema de gestão colegiada, não chegando a ter existência formal, pois se constatou que o seu registro traria implicações jurídicas devido às atividades que, por ela, seriam realizadas.

Com a promulgação do novo Código Civil, que permitiu a criação de cooperativas com um número equivalente à sua diretoria, retomou-se a ideia original de formação de uma cooperativa, fundando, então, no dia 04 de julho de 2003, em assembleia realizada no auditório da ABC, a Cooperativa de Trabalhadores Cegos (COOPERTRAC), composta por treze membros, sendo eleitos os Conselhos Administrativo e Fiscal para o quadriênio 2003-2007. Como primeiro ato administrativo, procedeu-se o registro do estatuto da cooperativa, bem como a aquisição do CNPJ.

Com a eleição do presidente Lula, foi criada em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Em outubro do mesmo ano, foi realizada a terceira Plenária Nacional de Economia Solidária em Brasília, que contou com a participação de dois membros da COOPERTRAC. Também a COOPERTRAC participou dos debates e criação do Fórum Baiano de Cooperativas Populares, indicando o seu vice-presidente para a diretoria de comunicação, além de exercer uma ativa militância no Fórum Baiano de Economia Solidária, participando assiduamente das reuniões e das plenárias realizadas em âmbito estadual.

Decidiu-se que o ramo de atividade de atuação da COOPERTRAC seria uma cooperativa de produção. Com base nisso, discutiu-se o que seria produzido, chegando à conclusão de que a cooperativa trabalharia com a produção de brinquedos/jogos educativos, utilizando como matéria prima o EVA<sup>2</sup>. Com isso, foram feitas pesquisas de mercado, com aplicação de

---

2 EVA, que significa Etil Vinil Acetato é uma borracha atóxica que pode ser utilizada em diversas atividades, inclusive artesanais. Por sua versatilidade em cores, espessuras e densidades é apropriada para confecção de brinquedos infantis.

questionários em algumas escolas, análise de viabilidade econômica para verificar a relação custo/benefício do produto. Também houve encontros com o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), objetivando projetar o maquinário e constatar se seria possível a realização com segurança das tarefas pelos trabalhadores cegos.

Percebendo que a relação custo/benefício era incompatível, os cooperativados decidiram pela mudança da atividade produtiva, o que provocou o descontentamento por parte da ITCP. Assim, houve uma série de debates entre os membros da Cooperativa e a ITCP, na tentativa de encontrar outro produto que viesse a ser confeccionado pela COOPERTRAC. Depois de algumas sugestões, ficou acordado que a COOPERTRAC trabalharia com a produção de fraldas descartáveis.

Tomada a decisão acerca do que a COOPERTRAC iria produzir, deu-se início à construção do projeto: *Unidade produtiva de fraldas descartáveis*. Uma vez o projeto pronto, foi feito um levantamento de possíveis financiadores, dentre os quais, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). No início de 2004, o projeto *Unidade produtiva de fraldas descartáveis* foi enviado para a SENAES e teve 50% de aprovação, correspondente a R\$15.000,00. Ao longo do primeiro semestre, a Cooperativa emvidou esforços no sentido de viabilizar a documentação exigida pela Fundação Banco do Brasil, instituição responsável pela liberação do recurso. Com o passar dos meses, e não obtendo alguns documentos por conta da burocracia presente em alguns órgãos do Estado da Bahia, o financiamento do projeto não foi concretizado. Em decorrência desse fato, percebeu-se um processo de desmobilização do grupo, resultado do desânimo que envolveu os integrantes, acentuado com o enfraquecimento da relação com a ITCP.

Em 2005, durante os primeiros seis meses, houve uma série de tentativas de reuniões sem êxito, por causa do baixo *quorum*, o que inviabilizava a tomada de decisões. A ruptura definitiva com a ITCP e a falta de apoio da Associação Baiana de Cegos (ABC) que, além de dificultar a realização das reuniões em sua sede, negou-se a ceder um espaço ocioso em que funcionava uma panificadora, desativada em 2003, para a montagem da unidade produtiva. Todos esses fatores concorreram para a desarticulação do Grupo.

## Considerações finais

Julgamos pertinente destacar dois aspectos já mencionados que foram decisivos para a desarticulação do grupo: a ruptura com a ITCP e a falta de apoio da Associação Baiana de Cegos (ABC). No que se refere ao primeiro, vale ressaltar que a relação COOPERTRAC/ITCP começou a se fragilizar no momento em que os cooperativados decidiram pela mudança da atividade produtiva a ser realizada pela cooperativa, ou seja, desistiram da produção de brinquedos/jogos educativos, por constatarem a sua inviabilidade econômica e optaram por trabalhar com fraldas descartáveis. Quanto ao segundo, cabe salientar que, embora o estatuto da ABC tenha como uma das finalidades estimular e/ou criar cooperativas, conforme o Capítulo 1, Artigo 5º, letra U<sup>3</sup>, observou-se, no entanto, que, quando alguns associados se organizaram com essa intenção, não obtiveram da instituição receptividade no sentido de acolher a ideia da montagem da unidade produtiva da COOPERTRAC em sua sede. Assim, interrompeu-se em 2005 um projeto de intervenção social que teve início seis anos antes, que certamente seria uma promissora alternativa para geração de trabalho e renda para pessoas cegas no Estado da Bahia.

O projeto COOPERTRAC ainda permanece vivo, seja juridicamente, seja como um sonho daqueles que participaram da sua construção. Juridicamente, devido ao fato de seus registros legais ainda vigorarem. No que concerne ao sonho das pessoas, temos a satisfação de mencionar, que a COOPERTRAC continua sendo uma esperança para todo aquele que vê nesse empreendimento solidário a possibilidade concreta de geração de trabalho e renda para pessoas cegas no estado da Bahia.

## Referências

BAUMEL, R. C. R. de C.; CASTRO, A. M. de. **Educação especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Editora Avercamp, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.

---

3 “estimular e/ou criar cooperativas e empresas que visem a auto sustentação financeira, investimentos e manutenção da entidade, bem como oportunizar trabalho às pessoas com deficiência visual (...)”. (ABC, 2004).

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: 2004.

\_\_\_\_\_. Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: 1990.

\_\_\_\_\_. Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: 1991.

CAIADO, K. R. M. **Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos.** Campinas: Autores Associados; PUC, 2003.

Associação Baiana de Cegos (ABC). **Estatuto.** 24 de fevereiro de 2004. Disponível em: <http://www.abcegos.org.br/estatuto>. Acesso em: 19 jun. 2016.

LANCILLOTTI, S. S. P. **Deficiência e trabalho: polêmicas do nosso tempo.** Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Coleção Polêmicas do Nosso).

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Docência em Formação).

PASTORE, J. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência.** São Paulo: LTR, 2001.

# Incubadoras tecnossociais de empreendimentos de economia solidária

Apontamentos sobre a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão universitária

*Mariângela Brum Frota<sup>1</sup>, Gilson Braz do Amaral<sup>2</sup>, Enise Barth-Teixeira<sup>3</sup>, Louise de Lira Roedel Botelho<sup>4</sup>, Carla Inês Dillenburg<sup>5</sup>, Jorge Adalberto Schommer<sup>6</sup>*

**Resumo** A relação ensino/pesquisa/extensão pode gerar novos conhecimentos que resultam da conexão dos saberes científicos com aqueles produzidos culturalmente pela sociedade. Nesse contexto, surgem iniciativas que buscam formar acadêmicos e cidadãos capazes e mobilizados a enfrentar as condições impostas pela sociedade, onde o individualismo e a competição prevalecem. O artigo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCP's como oportunidade para promover a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, apresentando a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo. Utilizando-se da metodologia de pesquisa bibliográfica e documental, buscou-se apontar a experiência da Incubadora Tecnossocial de Empreendimentos de Economia Solidária – ITCEES, por meio das diversas atividades desenvolvidas desde sua criação até o processo de incubação de dois empreendimentos. A partir do trabalho foi possível constatar que a Incubadora do Campus Cerro Largo proporciona a integração de diferentes áreas do conhecimento, caracterizando-se como um empreendimento que favorece a troca de conhecimentos entre a comunidade acadêmica, além de atender às demandas da comunidade regional.

**Palavras-chave** Incubadoras tecnológicas; Economia solidária; Extensão universitária.

**Abstract** The relationship teaching/research/extension can generate new knowledge resulting from the connection of scientific knowledge with those produced culturally by society. In this context, there are initiatives that seek to train academics and citizens able and mobilized to tackle the conditions imposed by society, where individualism and competition prevail. The article aims to make a reflection on technological incubators of Cooperatives Popular - 1.0's as an opportunity to promote the articulation of teaching, research

- 
- 1 mariangela@uffs.edu.br – UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
  - 2 gilsonbrazamaral@hotmail.com - UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
  - 3 enise.teixeira@uffs.edu.br – UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
  - 4 louisebotelho@uffs.edu.br – UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
  - 5 carladillenburg@hotmail.com - UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
  - 6 jorge@agaltur.com.br. – UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul



and extension courses, presenting the experience of Federal University of Fronteira Sul Campus Cerro Largo. Using the methodology of bibliographic and documental research, we sought to point out the experience of Incubator Tecnossocial of enterprises of the Solidary Economy - ITCEES, by means of the various activities carried out since its creation until the incubation process of two joint ventures. From the study it was established that the incubator of the Campus Cerro Largo provides the integration of different areas of knowledge, if characterizing as a venture which promotes the exchange of knowledge between the academic community, in addition to meet the demands of the regional community.

**Keywords** Technology incubators; The solidary economy; University extension.

**Resumén** La relación enseñanza / investigación / extensión puede generar nuevos conocimientos que resultan de la conexión de los saberes científicos con aquellos producidos culturalmente por la sociedad. En ese contexto, surgen iniciativas que buscan formar académicos y ciudadanos capaces y movilizados a enfrentar las condiciones impuestas por la sociedad, donde prevalecen el individualismo y la competencia. El artículo tiene como objetivo hacer una reflexión sobre Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - IT-CP's como oportunidad para promover la articulación de la enseñanza, de la investigación y de la extensión universitaria, presentando la experiencia de la Universidad Federal de la Frontera Sur - Campus Cerro Largo. Se utilizó la metodología de investigación bibliográfica y documental, buscando apuntar la experiencia de la Incubadora Tecnossocial de Empreendimientos de Economía Solidaria - ITCEES, a través de las diversas actividades desarrolladas desde su creación hasta el proceso de incubación de dos emprendimientos. A partir del trabajo fue posible constatar que la Incubadora del Campus Cerro Largo proporciona la integración de diferentes áreas del conocimiento, caracterizándose como un emprendimiento que favorece el intercambio de conocimientos entre la comunidad académica, además de atender a las demandas de la comunidad regional.

**Palabras clave** Incubadoras tecnológicas; Economía solidaria; Extensión universitaria.

## Introdução

No cenário mundial, as incubadoras sociais surgem com o propósito de auxiliar empreendimentos que apresentam dificuldades em sua gestão, propiciando-lhes condições, por meio de assessoramento, para que avancem e conquistem seu espaço no mercado. Essas dificuldades estão em grande parte relacionadas à economia do modo de produção capitalista, que tem provocado exclusão social, além de significativas mudanças na dinâmica do mundo do trabalho, resultando na precariedade das condições e na intensificação do desemprego. Eid (2007) ressalta que a economia solidária compreende valores diferentes dos prevalecentes na economia capitalista, dentre os quais se destacam a autonomia, democracia, fraternidade, igualdade e solidariedade.

Barbosa (2007) justifica a iniciativa da economia solidária como alternativa ao cenário econômico, nesses termos:

A desocupação, a baixa qualidade dos empregos e a desproteção social como consequências do ajuste que o capital vem realizando nos últimos anos para atender a sua crise de acumulação provocam graves danos aos trabalhadores do centro e periferia capitalistas. Deles decorre a iniciativa de construir práticas amenizadoras do não-assalariamento para subsistência de trabalhadores desempregados, iniciativa que, na parte latina das Américas recebeu o nome de Economia Solidária. (BARBOSA, 2007, p. 21)

As organizações sociais e econômicas mantidas por trabalhadores desprovidos de propriedades são conduzidas muito mais pela solidariedade do que pela competição, surgindo voluntariamente com o intuito de beneficiar seus associados, como uma reação à carência que o sistema dominante não resolve (SINGER, 2001).

Assim, as incubadoras representam a possibilidade de geração de emprego e conhecimento, aumento de renda e inclusão social, além do incremento à economia local e consequente contribuição ao desenvolvimento. Nesse contexto, destacam-se as incubadoras de empreendimentos solidários de universidades, que se caracterizam por levarem à academia a discussão das questões de melhoria de condições da comunidade por meio da economia solidária, entendida como alternativa de geração de renda, inserção no mercado formal e promoção da cidadania.

Culti (2007) destaca as incubadoras universitárias como empreendimentos que constroem tecnologias sociais, que são cada vez mais empregados no campo de geração de trabalho e renda: “são espaços que agregam professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos de diversas áreas do conhecimento. [...] com o objetivo de atender trabalhadores que tencionam organizar seus próprios empreendimentos [...]”. (CULTI, 2007, p. 5).

Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão sobre Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) como oportunidade para promover a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, apresentando a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo, por meio da experiência da Incubadora Tecnossocial de Empreendimentos de Economia Solidária.

ria (ITCEES). A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental.

A primeira parte do trabalho traz algumas considerações sobre a Extensão Universitária no Brasil, apresentando de maneira sucinta o seu histórico e indicando a relação com o Ensino e a Pesquisa. A segunda parte aborda questões referentes às incubadoras sociais, sua origem e importância como empreendimento alternativo. Por fim, a terceira parte mostra a experiência da ITCEES da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo.

## 1 Ensino, Pesquisa e Extensão: articulando saberes

É necessário revisitar o histórico do surgimento da Extensão Universitária no Brasil, a fim de compreender que a prática educativa dessa função não se vincula de forma simétrica ao ensino e à pesquisa, pois desde o início não possui o mesmo valor que essas duas outras funções, seja pelos recursos insuficientes, seja pelo espaço limitado designado à extensão nos eventos universitários. Naves (2015) reflete sobre essa questão:

Essa assimetria não é aleatória às concepções dos nossos tempos, pois a ciência não se constrói alijada das condições de formação de uma dada época. E o que a ciência contemporânea convida a pensar sobre as possibilidades de construção de um conhecimento e de sua relação com as práticas? A escritura da realidade tem sido efetivamente contemplada no fazer cotidiano da Universidade? Que caminhos têm tomado a difícil articulação entre teoria e prática? Que laços têm sido tecidos na articulação entre saber e fazer? Receamos que essa articulação possa estar, a cada momento, perdendo fôlego [...]. (NAVES, 2015, p. 10).

Oficialmente, o primeiro registro sobre Extensão Universitária no Brasil consta no Estatuto da Universidade Brasileira, no Decreto-Lei nº 19.851, de 1931. Até 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024), permanece o entendimento sobre a extensão como uma modalidade de curso, conferência ou assistência rural, destinada aos possuidores de diploma universitário.

No início de 1960, surgem ações de extensão destinadas às comunidades carentes, organizadas pelo Movimento Estudantil, que debatia a educação no contexto nacional. As ações eram predominantemente assistencialistas e descaracterizavam o projeto acadêmico. Com o Golpe Militar de 64, as iniciativas foram interrompidas, sendo retomadas somente em 1966 com a criação do Projeto Rondon, com o intuito de dispor os acadêmicos a serviço do Estado, caracterizando um voluntariado universitário.

Em 1968, em meio às reivindicações das reformas de base, a sanção da Lei 5.540/68, que tratou da Reforma Universitária, logo surtiu efeito sobre a Extensão Universitária: ainda constava sob a forma de cursos e serviços especiais oferecidos à comunidade, mantendo o caráter assistencialista e desligado do Ensino e da Pesquisa. O princípio da Indissociabilidade<sup>7</sup> é mencionado relacionando apenas o ensino com a pesquisa. Somente na década de 80, com a consolidação da sociedade civil, um novo modelo de universidade, sociedade e cidadania começa a se configurar. Um de seus desdobramentos é a percepção, por parte da comunidade acadêmica, de que a população não é mais mero receptáculo de conhecimentos gerados na academia.

Com a criação de um fórum em 1987, surgiu um novo paradigma de Extensão Universitária:

Com a criação do FORPROEX, em 1987, a concepção de Extensão é revista. Rediscute-se a função social da Universidade, aprofunda-se a discussão sobre sua institucionalização e seu financiamento, intensificando-se e fortalecendo-se o diálogo político com o MEC, a partir do qual se vislumbra a implementação de uma Política de Extensão Universitária, por parte do Estado” (INDISSOCIABILIDADE..., 2006, p. 20).

Daí em diante, o FORPROEX vem elaborando, junto às universidades públicas, as políticas de extensão, debatendo no âmbito institucional a essência da sala de aula, que passa a ser não somente um *lócus* de geração teórica para também se constituir como um amplo espaço dentro e fora da universidade, compartilhado por diversos atores sociais.

---

7 O princípio da Indissociabilidade foi firmado no artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão”. (FÓRUM..., 2006, p. 15)

No entendimento de Rodrigues (2003, p. 135) “O Fórum considera esta atividade como parte do fazer acadêmico que deve ser entendido como um processo orgânico e contínuo”. Sob esse prisma, a autora evidencia o entendimento da extensão como um processo educativo, técnico e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, oportunizando a conexão entre a universidade e a comunidade. Na mesma linha de pensamento, Moita e Andrade (2009) afirmam que tratar de indissociabilidade na universidade é levar em consideração dois pontos: a relação da universidade com o ensino, a pesquisa e a extensão; e a relação entre o saber científico e o conhecimento produzido popularmente pela coletividade.

No que concerne ao vínculo com o Ensino, a extensão pode ser reconhecida como um instrumento pedagógico. No entendimento de Coelho (2014), na medida em que essa interação cresceu, a efetividade e a importância da extensão como qualificadora do ensino de graduação e como atividade pedagógica e formativa enquanto objeto de investigação, pode constituir subsídio para aprimorar a teoria e a prática, orientando as políticas públicas que a promovem.

Para Corrêa (2003), com relação ao ensino, a extensão pode ainda trazer o *know-how* de um novo conceito de sala de aula: a transferência do clássico eixo professor-aluno, para aluno-comunidade, com a atuação do professor como coparticipante, orientador e tutor que atua em uma rede de educadores. Em outro direcionamento, enfatizando a extensão como uma função social,

[...] é preciso reconhecer também que uma das grandes contribuições da relação Universidade e comunidade seja a influência da atividade extensionista na formação de discentes, já que são os produtos acadêmicos advindos da produção de conhecimentos e operacionalizados na universidade que serão devolvidos ao contexto social. Assim, toda atividade de extensão deveria fazer jus a sua função de garantir a valorização do entrelaçamento entre o fazer e o saber (NAVES, 2015, p. 18).

Naves (2015) chama a atenção ainda para o fato de que nem sempre a atividade de Ensino é capaz de associar a teoria com a prática, tendo a Extensão as melhores condições para garantir a produção do conhecimento, dentre os três pilares que sustentam o trabalho universitário.

Botelho, Gauthier e Macedo (2015) afirmam que é preciso estimular as discussões acerca da necessidade de inserção das questões sociais no tripé universitário, possibilitando a integração da teoria e da prática, formando acadêmicos e cidadãos competentes e mobilizados para o desenvolvimento local e o bem-estar da coletividade. Nesse contexto, inserem-se as incubadoras sociais, que estão entre as mais significativas ações extensionistas desenvolvidas pelas universidades, pois sua inserção nas instituições de ensino superior tem contribuído para uma nova cultura do trabalho consciente e transformador. A partir dos anos 2000, houve o crescimento das incubadoras sociais nas universidades brasileiras, em virtude de programas de fomento à Economia Solidária (IADH, 2011).

## 2 Incubadoras Sociais

As incubadoras de empreendimentos solidários surgiram a partir do resultado profícuo da criação de uma cooperativa popular constituída por moradores da região da Maré, no Rio de Janeiro, inspirada no movimento coordenado pelo sociólogo Herbert de Souza. A “Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida (ACCMV)” foi um movimento social nacional, que sensibilizou partidos políticos, organizações não governamentais (ONG’s), instituições públicas e organizações internacionais, com o intuito de combater a fome no país, por meio de várias estratégias, entre elas, a propositura de um programa de geração de renda (GAIVIZZO, 2006).

Foi estabelecida uma parceria da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que possui um curso de Cooperativismo, com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais (IBASE), e com a Fundação Nacional de Saúde Pública do Rio de Janeiro, que receberam o apoio do Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP), para a operacionalização das atividades. O produto dessa parceria foi a organização da Cooperativa de Manguinhos, pelos moradores da favela de mesmo nome, junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O êxito dessa experiência resultou na mobilização de um grupo de professores e acadêmicos da UFRJ, participantes de um programa de pós-graduação, que trouxeram à discussão a viabilidade da criação de um círculo de assessoramento e apoio aos projetos com viés solidário, compostos por parcelas populares de baixa renda. O propósito era reunir os saberes técnico-científicos acumulados nas universidades e socializá-los

com os empreendimentos formados por trabalhadores socialmente excluídos, enfatizando a autogestão e a solidariedade, princípios norteadores da economia solidária. A primeira incubadora tecnológica de cooperativas populares, sob a sigla ITCP, foi gestada em 1995, como um projeto de extensão universitária, que objetivou a geração de renda, postos de trabalho e promoção da cidadania.

Em 1998, foi criado o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC) pelo Governo Federal, com vistas ao incentivo e aprimoramento da sistematização das ITCP's. Foram seis universidades, primeiramente contempladas com financiamento ao longo de dois anos. No entanto, no ano de 2000, por falta de recursos, o Programa reduziu o financiamento a apenas duas universidades.

Apesar disso, a expansão para outras instituições por meio de projetos de extensão, prosseguiu: as 14 incubadoras efetivas naquele ano de 1998 constituíram uma Rede com o intuito de consubstanciar a troca de experiências de iniciativas coletivas, desenvolvendo ações direcionadas ao fortalecimento e ao fomento de empreendimentos econômicos organizados segundo os princípios da economia solidária. Por conseguinte, a Rede de Incubadoras integra-se à Rede Interuniversitária de Pesquisas e Estudos sobre o Mundo do Trabalho (UNITRABALHO), constituindo-se um programa nacional permanente, expandindo-se rápida e expressivamente para outras universidades.

Em 2002, a Rede de Incubadoras opta por separar-se oficialmente da UNITRABALHO, convertendo-se em duas redes: a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e a já existente Rede Interuniversitária. Esse processo de rompimento provocou hiatos no desenvolvimento e na evolução da proposta da rede.

A mudança na situação política do Brasil em 2003 fez com que a dinâmica das incubadoras universitárias de cooperativas populares atingisse um novo estágio. A prática da economia solidária foi uma constante naquele contexto político, sendo considerada uma importante tática de enfrentamento ao desemprego, à pobreza e à exclusão, adquirindo o *status* de agenda pública nacional. Por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a Fundação Banco do Brasil (FBB) e o COEP articularam a reativação do PRONINC.

### 3 O Caso da ITCEES da UFFS – Campus Cerro Largo

A Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS foi concebida em 2009 a partir de um processo histórico de mobilização de diversos segmentos sociais, com a característica singular de promover a cultura da participação e construção coletiva no seu processo de consolidação. A instituição busca atender, portanto, uma região historicamente excluída do processo de desenvolvimento econômico e social, tendo como missão interiorizar o ensino universitário público, oportunizando o desenvolvimento regional integrado das cidades e estados que compõem a grande fronteira do MERCOSUL e seu entorno (TREVISOL; CORDEIRO; HAAS, 2011). A UFFS possui seis *campi* instalados na fronteira oeste dos estados do Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC) e Paraná (PR): Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo (RS), Laranjeiras do Sul e Realeza (PR) e a sede em Chapecó (SC). A área de abrangência da UFFS – *Campus* Cerro Largo compreende as regiões Missões, Celeiro, Noroeste Colonial e Fronteira Noroeste.

No ano de 2013, a Incubadora Tecnossocial de Empreendimentos de Economia Solidária da UFFS – ITCEES – Campus Cerro Largo, se constituiu inicialmente via projeto de extensão, por meio de aprovação em edital do Programa de Extensão Universitária - PROEXT 2014/MEC/SESU, que possibilitou os recursos necessários para a sua formação e institucionalização. Posteriormente, por intermédio de editais internos da própria UFFS, e aprovação em Chamada do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), nas chamadas MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013 e UNIVERSAL – MCTI/CNPq N° 14/2014, a ITCEES foi oficializada e sua institucionalização se efetivou com a aprovação do Regimento Interno pelo Conselho do Campus Cerro Largo, o que possibilitou a sua transformação de projeto de extensão em Laboratório do Campus Cerro Largo, garantindo, assim, o seu funcionamento em longo prazo.

Em 2014, foi iniciada a sua implantação, com a aprovação do projeto de formação, organização e estruturação, além do projeto de capacitação de agentes multiplicadores. Desse modo, a ITCEES se consolidou como um projeto de extensão envolvendo uma equipe multidisciplinar. Ainda nesse ano, como produtos da Incubadora, obteve-se a elaboração da Metodologia de Incubação, uma expressiva produção acadêmica e a publicação do edital de seleção dos primeiros incubados, Edital N° 01/ITCEES/UFFS/2014, que previa a participação de empreendimentos sem fins lu-



crativos nos segmentos de atividades de agricultura familiar, rede de cooperativas, associações, catadores de resíduos, entre outros. Foram aprovados dois empreendimentos para participarem da ITCEES: uma rede de cooperativas e uma cooperativa, ambas localizadas na cidade de Cerro Largo/RS.

A Rede de Cooperativas, Associações e Agroindústrias da Agricultura Familiar do Território Missões (REMAF) é constituída por dez cooperativas associadas, contemplando mais de mil sócios (1063 beneficiados diretos) e tem como objetivo disponibilizar aos associados maiores vantagens competitivas, maior lucratividade, e eficiência no mercado, contemplando os municípios presentes da região (Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, Roque Gonzales e Cerro Largo).

A Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de Cerro Largo Ltda (COOPACEL) contempla cerca de 60 sócios e tem como objetivo oferecer oportunidade e segurança socioeconômica de seus membros, congregando agricultores, pecuaristas e técnicos ligados ao setor agropecuário, de sua área de ação. Sua área de atuação é estabelecida com base no cooperativismo, visando à economia solidária no ramo da agricultura familiar.

Em 2015, por meio da elaboração do Plano de Negócios, foram realizados os diagnósticos dos empreendimentos incubados. Através do plano, foi possível identificar as carências dos incubados, como a falta de organização e iniciativa dos sócios em relação aos empreendimentos de que fazem parte, seu desinteresse pela burocracia e rotina dos empreendimentos, entre outras. Constatou-se, também, que seus produtos são únicos na região, sua produção é rica e o mercado é promissor para o tipo de produto que eles ofertam. A partir desse panorama, a ITCEES está buscando alternativas para solucionar e/ou minimizar os problemas enfrentados pelas incubadas, destacando a importância do trabalho conjunto, em que todos os envolvidos, de fato, sintam-se parte da organização e queiram crescer coletivamente. Em função disso, objetiva-se construir coletivamente as ações de extensão, com o envolvimento dos professores, alunos bolsistas, técnicos-administrativos, representantes dos empreendimentos incubados e parceiros externos da sociedade civil. Esses grupos objetivam a execução de atividades como visitas técnicas, elaboração de guia para incubadas, encontro de redes de ITCP's, assessorias técnicas *in loco*, entre outras.

Em 2016, para dar andamento ao trabalho da ITCEES, a equipe de trabalho da incubadora criou um grupo de debates, discutindo temas como a autogestão, economia solidária e economia solidária feminista. Os encontros se dão nas quintas-feiras à noite, a cada três semanas, anunciados no informativo da universidade e abertos a todos os públicos (professores, alunos de graduação e de mestrado e comunidade externa).

Também foi feita uma aproximação com os catadores de resíduos sólidos do município de Cerro Largo/RS, desenvolvendo um trabalho de assessoramento, em que a ITCEES os tem ajudado em diversas atividades como: montar uma agenda de trabalho, adquirir equipamentos, conseguir um espaço para desempenhar suas atividades, entre outras. Por intermédio da aprovação do projeto de extensão: “O trabalho que vem do ‘lixo’: retratos da vida cotidiana de catadores de materiais recicláveis no município de Cerro Largo/RS”, Edital N° 210/UFFS/2016 – Bolsa Cultura, a ITCEES pretende retratar o dia a dia desses trabalhadores, mostrando todas as faces dessa atividade marginalizada pela sociedade atual.

Com base na ideia do projeto “Disseminação de Conhecimentos Sobre Economia Solidária e Cooperativismo na Área de Atuação da UFFS no Campus de Cerro Largo/RS”, Edital PROEXT/2015, em que a equipe da ITCEES trabalha com jovens alunos da Escola Estadual de Educação Básica Eugênio Frantz, a Sicredi de Cerro Largo firmou uma parceria com a incubadora, a fim de trabalhar, com os alunos do ensino fundamental do colégio La Salle Medianeira, os princípios do cooperativismo e da economia solidária.

No Regimento Interno da ITCEES constam os referenciais norteadores, que são: a) Missão: ser um local onde se desenvolvam ações de incubação e cooperação em Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários, atuando como um espaço de estudos, pesquisa-ação e desenvolvimento de tecnologias voltadas à organização do trabalho coletivo com foco na sustentabilidade e autogestão dos empreendimentos. b) Visão: atuar por meio de um processo político-pedagógico mediado pelo uso de tecnologias sociais, como uma forma de apoio e incentivo à formação e consolidação de empreendimentos econômicos autogestionários, potencializando práticas sociais emancipatórias e promovendo o desenvolvimento regional. c) Valores: ética, cooperação, união, força, responsabilidade, solidariedade, incentivo e liderança.

Nesse ínterim, a atuação da ITCEES é motivada pela premência das demandas da comunidade ao Campus Cerro Largo, no sentido de possibilitar

a inclusão social e a melhoria das condições de vida da população, tendo em vista que a região onde está instalado o Campus da UFFS apresenta um cenário econômico e social caracterizado pela redução do número de habitantes e baixa renda no meio rural, além de limitação da população jovem com acesso ao ensino superior. Além disso, sinalizavam-se também problemas de planejamento de ordem logística e ambiental, escassez de mão de obra capacitada e vulnerabilidade nos processos de gestão.

As contribuições da Incubadora Tecnossocial são de natureza acadêmica e de relação com a sociedade. (ITCEES, 2014, p. 72). Em relação à natureza acadêmica, a estratégia didático-pedagógica da ITCEES é conduzida pela proposta curricular do curso de graduação em Administração da UFFS – Campus Cerro Largo, cujo objetivo é o aperfeiçoamento das habilidades necessárias aos acadêmicos, na construção do seu conhecimento e sua autonomia, proporcionando, assim, uma formação técnica e cidadã, dentro e fora da Universidade.

Quanto à relação ensino/pesquisa/extensão, a geração de novos conhecimentos se dá por intermédio desses imprescindíveis pilares, como demonstram Moita e Andrade (2009):

Tratar de indissociabilidade na universidade é considerar necessariamente dois vetores de um debate: de um lado, as relações entre universidade, ensino, pesquisa e extensão; e de outro, confluindo para a formulação de uma tridimensionalidade ideal da educação superior, as relações entre o conhecimento científico e aquele produzido culturalmente pelos diferentes grupos que compõem a sociedade em geral. (MOITA; ANDRADE, 2009, p. 270).

Nas ações de pesquisa, a Incubadora prevê a criação de projetos que oportunizem à UFFS a redefinição de metas e objetivos referentes à elaboração de propostas e linhas de pesquisa. Na extensão, o objetivo é instigar nos participantes a oportunidade de mudança, possibilitando uma forma alternativa de gestão de empreendimentos. O compartilhamento de conhecimentos entre professores e acadêmicos, assim como a união dos saberes populares e do arcabouço teórico, constitui-se como uma rica experiência. Santos e Cruz (2008, p. 8) afirmam que esses conhecimentos são complementares:

De um lado, de um saber popular construído pela vida: em periferias de cidades e em zonas rurais diferentes; de formações econômicas e sociais distintas [...]. E de outro lado, por um saber científico institucionalmente produzido e reproduzido: marcado por regras, procedimentos e hierarquias em seu processo de acumulação e de reprodução [...]. (SANTOS; CRUZ, 2008, p. 8).

A interdisciplinaridade é uma característica singular da ITCEES, que tem a finalidade de combinar diferentes especializações para poder atender a diferentes projetos, incentivando a integração, o espírito de equipe e a solidariedade, que são princípios básicos dos empreendimentos de economia solidária. Assim, articula-se a participação dos cursos de Administração, Engenharia Ambiental e Agronomia, que trazem contribuições de caráter social, econômico e ambiental, na medida em que agregam conhecimentos relacionados ao suporte técnico-administrativo para as cooperativas, por exemplo. Os acadêmicos dos cursos de Engenharia Ambiental e Agronomia orientam as questões relacionadas ao meio ambiente e à agricultura, no caso dos catadores e dos empreendimentos de agricultura familiar. Sujeitos que trabalhavam na informalidade têm a oportunidade de serem orientados na organização de suas cooperativas e associações, gerando a possibilidade de sua emancipação e protagonismo.

Na relação com a sociedade, a ITCEES intenciona desencadear impacto social, haja vista que seu projeto é dirigido ao segmento da sociedade composta por trabalhadores que atuam na informalidade e cooperados que, na autogestão, buscam uma alternativa à superação das dificuldades impostas pelo mercado capitalista atual. Similarmente, favorece a inclusão de grupos sociais, e possibilita o seu acesso (por meio dos empreendimentos incubados) ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de meios e processos de produção, além de inovação e transferência de conhecimento e tecnologia, resultando na formação e qualificação profissional de participantes e incubados. A implantação da Incubadora almeja ainda instigar e conduzir discussões sobre a elaboração de Políticas Públicas para o setor cooperativista e da economia solidária, por meio da constatação *in loco* das dificuldades encontradas pelos empreendimentos.

Para o atendimento à sociedade, a Incubadora dispõe de espaço físico e assessoramento de uma equipe multidisciplinar, composta por profis-

sionais e acadêmicos, que realizam o processo de Incubagem<sup>8</sup> além do acompanhamento e monitoramento presencial e à distância.

A metodologia das atividades da ITCEES foi agrupada em seis linhas de atuação: Incubação/Assessoria a Empreendimento de Economia Solidária (EES); Divulgação e promoção da Economia Solidária e Cooperativismo; Formação e Qualificação Técnica; Comercialização; Mapeamento de EES, Participação em redes de cooperação; Desenvolvimento de gestores, Gênero e Economia Solidária; e Panorama das cooperativas e empreendimentos solidários na região Noroeste do Rio Grande do Sul.

Atualmente, a ITCEES está com dois empreendimentos em fase de incubação, cujos diagnósticos foram finalizados, e a etapa seguinte é a preparação de atividades de capacitação, conforme o apontamento das demandas oriundas desses diagnósticos, além da capacitação dos agentes multiplicadores.

## Considerações finais

No âmbito da reflexão inicialmente proposta neste artigo – as incubadoras como oportunidade para promover a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão universitária – os apontamentos feitos aqui possibilitam observar que atuação da ITCEES na UFFS – Campus Cerro Largo, apesar de recente, já sinaliza essa articulação. Como exemplo disso, a própria implantação da incubadora e a metodologia do processo de incubação, que compreendem fases distintas que incorporam projetos de pesquisa, oportunizam a troca de conhecimentos entre professores e acadêmicos, e atendem às demandas da comunidade, por meio dos empreendimentos incubados.

Para a universidade, a ITCEES tem como proposta o apoio e o assessoramento a projetos de cooperativismo e economia solidária, fornecendo suporte técnico e formação, visando o fortalecimento de um processo produtivo, por meio da reflexão e produção de conhecimentos e de novas práticas, que resultem na conquista da autonomia e da viabilidade econômica dos empreendimentos incubados.

---

8 Compreende as etapas: Pré-Incubação, Incubação e Desincubação.

Por fim, destaca-se que este é um trabalho preliminar, sugerindo-se a análise dos empreendimentos incubados de forma individual, que poderá mostrar as mudanças e resultados alcançados após o período de incubação.

## Referências

BARBOSA, R. N. C. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2007. 317 p.

BOTELHO, L. L. R.; GAUTHIER; F. A. O.; MACEDO, M (Org.). **Transferência de conhecimento entre incubadoras, universidade e sociedade.** Florianópolis: Pistis, 2015. 244 p.

COELHO, G. C. O papel pedagógico da extensão universitária. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 13, n. 2, p.11-24, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/26682>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

CULTI, M. N. Economia Solidária: incubadoras universitárias e processo educativo. **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 111, p.16-22, jan. 2007. Disponível em: <[http://www.unitrabalho.uem.br/administracao/bd\\_artigos/arquivos/010614153016.pdf](http://www.unitrabalho.uem.br/administracao/bd_artigos/arquivos/010614153016.pdf)>. Acesso em: 11 maio 2016.

EID, F. **Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária.** 2004. Disponível em: <[http://www.unitrabalho.org.br/IMG/pdf/processos-de-formacao-de-incubadora\\_universitarias.pdf](http://www.unitrabalho.org.br/IMG/pdf/processos-de-formacao-de-incubadora_universitarias.pdf)>. Acesso em: 11 maio 2016.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão de extensão.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GAIVIZZO, S. B. **Limites e possibilidades da economia solidária no contexto das transformações do mundo do trabalho: a experiência da incubadora de cooperativas populares da Universidade Católica de Pelotas.** 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5183/1/000346811-Texto+Completo-0.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2016.

INCUBADORA TECNOSSOCIAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS. **Working Paper**. Cerro Largo: UFFS, 2014. 127 p.

INSTITUTO DE ASSESSORIA PARA DESENVOLVIMENTO HUMANO. Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – PRONINC. Recife: Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2011. 337 p.

MOITA, F. M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p.269-393, maio 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a06.pdf>. Acesso em: 11 maio 2016.

NAVES, E. T. Fazer-saber: reflexões sobre a função acadêmica da extensão universitária. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 14, n. 1, p.9-29, jan. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/28113>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

RODRIGUES, M. M. Revisitando a história – 1980-1995: a extensão universitária na perspectiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Revista Portuguesa de Educação**, Vol.16, Nº 002, p.135-175, 2003. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/374/37416207.pdf>. Acesso em: 5 maio 2015.

SANTOS, A. M.; CRUZ, A. C. M. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. **E-cadernos Ces**, [s.l.], v. 2, n. 02, p.1-13, 1 dez. 2008.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.

16, n. 1-2, p.100-112, jun. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922001000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100005)>. Acesso em: 15 jun. 2016.

TREVISOL, J. V.; CORDEIRO, M. H.; HAAS, M. **Construindo agendas e definindo rumos**: I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS. Chapecó

# O Cenário da Reabilitação Psicossocial

## Gestão, articulação, e a construção da Política de Saúde Mental e Economia Solidária no Brasil e em Alagoas

*Claudete do Amaral Lins<sup>1</sup>*

“O acesso ao trabalho e ao saber não é privilégio de poucos, e sim possibilidade de todos”.

I.P. – usuário da Oficina de capacitação e produção – HSVP- DF

**Resumo** A construção do direito ao trabalho para as pessoas com sofrimento mental e com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas ocorre no Brasil através da articulação da Saúde Mental e a Economia Solidária. A Economia Solidária se mostra como uma resposta para a construção de uma lógica de produção em que a solidariedade e o valor humano são o mais importante. Um caminho significativo já foi percorrido e legitimado pela prática diária desses empreendimentos e pela construção da política pública de Saúde Mental e Economia Solidária no Brasil. Este artigo percorre essa construção para apresentar um pouco do que se tem conseguido construir em Alagoas através do investimento da área técnica de Reabilitação Psicossocial da Supervisão de Atenção Psicossocial / Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas - SESAU.

**Palavras-chave** Saúde Mental; Economia Solidária; Reabilitação Psicossocial; Trabalho; Gestão.

**Abstract** The construction of the right to work for people with mental distress and problems arising from the use of alcohol and other drugs is being built in Brazil through joint Mental Health and Solidarity Economy. The Solidarity Economy is shown as a response to the construction of a production logic in which solidarity and human value is the most important. A significant path has been traveled and legitimized by the daily practice of these projects and the construction of public policy for Mental Health and Solidary Economy in

---

1 Terapeuta Ocupacional do Centro de Atenção Psicossocial Casa Verde /Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL. Responsável pela Área Técnica de Reabilitação Psicossocial da Supervisão de Atenção Psicossocial / Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas – SESAU-AL. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação- PPGE da Universidade Federal de Alagoas.  
Email para contato: claudete\_lins@yahoo.com.br



Brazil. This article runs through this building to show a little of what we have managed to build in Alagoas through investment of Psychosocial Rehabilitation technical area of Attention Psychosocial Supervision / State Department of Health of Alagoas - SESAU.

**Keywords** Mental Health; Solidarity Economy; Work; Social Cooperativism; Management.

**Resumen** La construcción del derecho al trabajo para las personas con problemas mentales y los problemas derivados del uso de alcohol y otras drogas se está construyendo en Brasil a través de la articulación de la Salud Mental y la economía solidaria. La economía solidaria se muestra como una respuesta a la construcción de una lógica de producción en el que la solidaridad y el valor humano es el más importante. Un camino significativo ha sido recorrida y legitimados por la práctica diaria de estos proyectos y la construcción de la política pública para la Salud Mental y Economía Solidaria en Brasil. En este artículo se pretende mostrar un poco de lo que hemos logrado construir en Alagoas a través de la inversión de área técnica de Rehabilitación Psicossocial de Atención Psicossocial Supervisión del Departamento de Estado / de Salud de Alagoas – SESAU-AL.

**Palabras clave** Salud mental; La economía solidaria; Rehabilitación psicossocial; Trabajo; Administración.

## Introdução

Ao longo da história, o trabalho se constitui como uma categoria central para entender a articulação do homem em sociedade. É por meio dele que o homem transforma a natureza e é transformado por ela. Segundo Netto e Braz (2008, p. 34), “O trabalho implica mais que a relação sociedade/natureza: implica uma interação no marco da própria sociedade, afetando os seus sujeitos e a sua organização”. Além disso,

O trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o ser social. Estamos afirmando que foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal. (NETTO E BRAZ, 2008, p. 34).

A modernidade impõe à sociedade uma inversão de valores e práticas sociais que coloca as pessoas em situações de precarização do trabalho, de rupturas de redes sociais de apoio, assim como de fragilização dos laços afetivos. (ANTUNES, 2005; NETTO e BRAZ, 2008).

De acordo com Antunes (2005),

Trabalho e desemprego, trabalho e precarização, trabalho e gênero, trabalho e etnia, trabalho e corte geracional, trabalho e imaterialidade, trabalho e (des) qualificação, muitos são os exemplos da transversalidade e da vigência da forma de trabalho (ANTUNES, 2005, p. 159).

A partir do século XIX, o modo de produção capitalista sofreu uma série de transformações e, cada vez mais, tem proporcionado a exclusão social de parcelas significativas da população brasileira.

Segundo Netto e Braz (2008) a lógica capitalista trabalha na perspectiva da acumulação, divisão social do trabalho, propriedade privada dos meios de produção e da mais-valia, podendo-se ainda afirmar que tem seu fundamento na exploração do trabalho.

Ao longo da história, o modo de produção capitalista sofreu transformações e crises e hoje já se apresenta modificado pelo fenômeno da globalização. No século XXI, há uma priorização e uma valorização do capital financeiro. O direito ao trabalho e ao emprego está ameaçado, tendo em vista que várias mudanças ocorreram, tais como: a flexibilização, terceirização, desregulamentação, os subcontratados e a eliminação de inúmeras profissões. Todos esses aspectos afetam, além da materialidade da classe trabalhadora, a sua forma de ser, sua subjetividade. (ANTUNES, 2005; NETTO e BRAZ, 2008).

Temos ainda que estar atentos às tendências de várias empresas capitalistas que trabalham com o mote de “empresa cidadã” e “empresa com responsabilidade social”. Segundo Netto e Braz (2008),

Como o lucro é a força motriz do MPC<sup>2</sup>, como o MPC só pode existir e reproduzir-se na escala em que a busca do lucro é interminável, a função social do capitalista não pode ser compreendida através de (ou a reduzida) a traços psicológicos, biográficos ou morais: nas suas características individuais, os capitalistas, assim como os proletários, apresentam-se numa infinita graduação - das personalidades generosas às figuras mais canalhas. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 97).

Consequentemente, o desemprego, a fome, a violência, a vulnerabilidade e o desfilamento dos laços sociais, o uso abusivo de álcool e de ou-

---

2 MPC- mercado produtor capitalista

tras drogas e a medicalização da vida têm submetido os seres humanos, ao longo da história, a sérios riscos sociais e de saúde, proporcionando o aumento da exclusão social.

O processo de adoecimento, seja pelo transtorno mental ou pelo uso abusivo de substâncias químicas, promove uma ruptura na vida social da pessoa. Vivemos imersos no modo de produção capitalista que é excludente e objetivante. A pessoa em sofrimento ou com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas, pela sua condição bio-psico-social, não tem condições de atuar frente às exigências do modo de produção capitalista. Desse modo, o processo de adoecimento pode ser desencadeado em função das condições sociorrelacionais e econômicas impostas nos espaços sociais e de trabalho quando os usuários da saúde mental estão submetidos a uma lógica capitalista.

A criação de espaços solidários de produção que possibilitem a inclusão social pelo trabalho do usuário de saúde mental é uma das principais vias para o resgate de sua cidadania, participação e autonomia.

Nesse sentido, a Economia Solidária se mostra como um caminho em potencial para a articulação em sociedade e construção de empreendimentos que se articulem com o mercado, obedecendo a outra lógica, com valores que colocam o homem e sua relação com a natureza como elementos centrais

A economia solidária poderá vir a se constituir protagonista de uma proposta efetiva de desenvolvimento sustentável, pois ela traz mudanças de comportamento de solidariedade e sustentabilidade, considerando a natureza como fonte de vida e não como objeto ou fonte de lucros, em contraposição aos elevados custos ambientais, sociais e culturais provocados pela grande produção capitalista. Mas para isso, é necessário avançar no reconhecimento do direito as formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na cooperação, na autogestão e na propriedade coletiva dos meios de produção. (BRASIL, 2014, p.14)

Para a efetiva inclusão social pelo trabalho do usuário de saúde mental, são necessárias várias ações e uma ampla articulação entre a rede assistencial de Saúde Mental, gestores locais, Secretarias Municipais e Estaduais de Economia Solidária, Fóruns Municipais e Estaduais de Economia Solidária, Secretarias de Educação, Cultura, Assistência Social, Incuba-

doras Tecnológicas e órgãos formadores, entre outros parceiros, além de familiares e da comunidade. Faz-se necessário criar uma rede de Saúde Mental que reúna as experiências em articulação com os diversos setores e a Economia Solidária, além de rever o marco legal do Cooperativismo Social, a fim de garantir as condições de crescimento e inserção dessas pessoas. Enfim, deve-se articular a política de geração de renda a nível local, territorial, estadual, nacional e até internacionalmente. É somente por meio dessa articulação que conseguiremos alcançar o objetivo de inclusão pelo trabalho para a pessoa com sofrimento mental e problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas no resgate à sua cidadania.

## A construção do Direito ao Trabalho e de Produção de vida no Brasil

Ao longo da história da psiquiatria, a experiência da loucura tem proporcionado às pessoas a exclusão do convívio social e o estigma da incapacidade, da periculosidade e da impossibilidade de gerir sua própria vida e a de outrem. O processo de reforma psiquiátrica, impulsionado no Brasil desde a década de 80, busca reverter o paradigma de exclusão por intermédio da construção de práticas e políticas que promovam o resgate da cidadania, o direito ao trabalho, à moradia digna e ao convívio social. Segundo Saraceno (1999), estes são os três principais eixos da reabilitação: morar, trocar as identidades e produzir e trocar mercadorias e valores.

A partir do processo de desinstitucionalização e da sanção da Lei 10.216 em 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com sofrimento mental e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, e da formulação de propostas para a saúde mental nas Conferências Nacionais de Saúde Mental e nas Conferências Nacionais de Economia Solidária, o cenário do cuidado em saúde mental mudou de um modelo hospitalocêntrico para um modelo de base comunitária.

A inclusão social pelo trabalho tem avançado muito no Brasil, principalmente após a implementação da Política Nacional de Saúde Mental e Economia solidária, instituída pelos Ministérios da Saúde e Trabalho e Emprego em 2005. Essa política foi implementada por meio do Grupo de Trabalho de Saúde Mental e Economia Solidária, constituído pela Portaria Interministerial nº 353 de 07/03/2005. A oficina que reuniu em 2004, 78 iniciativas de geração de renda em todo o Brasil debatendo com os Minis-

térios da Saúde e do Trabalho e Emprego gerou subsídios para que o GT interministerial construísse as principais propostas e eixos que embasam a política.

O direito ao trabalho vem sendo construído por associações, trabalhadores e usuários de saúde mental. Esse processo se deu ao longo de vários anos de luta para desconstruir o mito do trabalho terapêutico, a prática do trabalho protegido e o tratamento moral, que eram as formas como se utilizava o trabalho nas instituições. Conforme Amarante (2007),

O trabalho deixa de ser uma atividade terapêutica (prescrita, orientada, protegida) ou deixa de ser uma forma de simples ocupação do tempo ocioso, ou ainda, uma forma de submissão e controle institucional para se tornar uma estratégia de cidadania, de autonomia, de emancipação social. (AMARANTE, 2007, p. 92).

Nesse percurso, existem experiências produtivas que atuam na perspectiva da geração de renda e economia solidária em curso no país há pelo menos duas décadas. No entanto, dentre essas experiências, muitas ainda apresentam fragilidades e dificuldades para seguir adiante frente aos obstáculos de organização e formalização, de comercialização, de articulação, previdenciários, legais, de fomento técnico e de financiamento. Para responder a essas fragilidades, o GT constituiu as propostas apresentadas na síntese a seguir:

- Criação e consolidação da Rede Nacional de Experiências de Geração de Renda e Trabalho em Saúde Mental;
- Criação de um mecanismo de articulação entre a Área Técnica de Saúde Mental e a Secretaria Nacional de Economia Solidária e suas respectivas políticas;
- Criação e manutenção de incubadoras que apoiem, capacitem e fomentem iniciativas de Geração de Renda e Trabalho em Saúde Mental. (BRASIL, 2005, p.13)

A publicação Saúde Mental e Economia Solidária BRASIL - MS/DAPE/SAS (2005) reúne o relato de todos os trabalhos e discussões abordados na oficina, além do mapeamento preliminar das experiências e das entidades de assessoria e fomento à Economia Solidária. Em julho de 2005, o Ministério da Saúde publicou a Portaria GM 1169, que destina incentivo financeiro para os municípios que desenvolvem propostas de Inclu-

são Social pelo Trabalho para pessoas com transtornos mentais e ou com transtornos decorrentes do uso do álcool e outras drogas. Hoje, após a revogação dessa portaria, está em vigor a Portaria MS 132, que tem lançado chamadas de Fortalecimento do Protagonismo de usuários e familiares e chamadas de projetos de Reabilitação Psicossocial.

Em março de 2006, foi publicado o relatório final do Grupo de Trabalho Saúde Mental e Economia Solidária BRASIL. MS/MTE (2006) – constituído pela Portaria Interministerial nº 353 de 07/03/2005 MS/ MTE, reunindo as propostas para a implementação da política de geração de renda pela parceria firmada pelo Ministério da Saúde e o Ministério do Trabalho e Emprego MS/MTE.

Durante todo o ano de 2009 foram realizados cursos de capacitação em Incubação de Empreendimentos Solidários, pelo Ministério da Saúde e pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária/SENAES e o Ministério do Trabalho e Emprego. Em setembro de 2009 foi realizada a “Marcha dos Usuários” em Brasília, na qual os usuários de saúde mental apresentaram um conjunto de propostas ao Prof. Paul Singer, as quais visavam fortalecer os empreendimentos de trabalho. Reivindicaram, ainda, uma nova lei de cooperativismo social, uma vez que a Lei 9.867 de 10/11/1999 não oferece nenhum benefício às pessoas em situação de desvantagem. Foi firmado também um compromisso com o presidente Lula para a realização da IV Conferência Nacional de Saúde Mental<sup>3</sup> (Rede de Saúde Mental e Economia Solidária, 2009).

Com isso, é possível enfatizar a importância da criação de redes de apoio, de capacitação, de educação fundamental, de espaços de convivência para as pessoas com transtornos mentais e ou com transtornos decorrentes do uso do álcool e outras drogas, assim como de perspectivas de inclusão social após a alta ou durante o tratamento, possibilitando a reabilitação psicossocial e o resgate da cidadania dessas pessoas.

Por meio dessa oficina foi firmada a parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária / SENAES – MTE, avançando na política hoje constituída como um eixo da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS (Portaria 3.088 de 23/12/2011) para a construção de projetos de geração de renda e cooperativas sociais na saúde mental (BRASIL, 2011). A Reabilitação Psi-

---

3 Para saber mais, consultar: <<https://saudeecosol.wordpress.com/2009/10/02/4-conferencia-nacional-de-saude-mental-uma-vitoria-da-marcha-dos-usuarios/>>.

cossocial é um importante componente da Rede de Atenção Psicossocial, pois visa promover a inclusão social pelo trabalho, ampliando a autonomia, o protagonismo e o resgate do poder contratual dos usuários.

As propostas debatidas nas quatro Conferências Nacionais de Saúde Mental, sendo que a última intersetorial foi em 2010, e na I Conferência Temática de Cooperativismo Social, defendem a orientação do cuidado no território, a articulação e o matriciamento com a atenção básica, a desinstitucionalização de pessoas segregadas em hospitais psiquiátricos, a parceria com a Economia Solidária na consolidação de uma política específica de Saúde Mental e Economia Solidária, a articulação com outras políticas públicas (educação, cultura, assistência social, entre outras), o que consolida a produção de vida e o direito ao trabalho já exercido pelos inúmeros grupos existentes no Brasil.

Para Paulo Amarante (2007, p.63), a saúde mental e a atenção psicossocial precisam ser pensadas como um “processo...um processo social que é complexo”, não se tratando de uma mera reestruturação dos serviços, então, a dimensão sociocultural vem sendo apontada como a saída para o enfrentamento do preconceito e do ideário de incapacidade e periculosidade existente em nossa sociedade. (AMARANTE, 2007, p. 63).

No entanto, há muito ainda a enfrentar, uma vez que novos desafios, novas ameaças e retrocessos sociais e políticos batem à nossa porta. É necessário reafirmar a necessidade de continuidade de experiências como a articulação intersetorial realizada pelo Ministério da Cultura durante a gestão do Ministro Gilberto Gil e a Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas Culturais para Pessoas em Sofrimento Mental e em Situações de Risco Social, mais conhecida como “Projeto Loucos pela Diversidade: da diversidade da loucura à identidade da cultura”, realizado em agosto de 2007. Esse projeto teve como resultado o lançamento em 2009 do Edital - Prêmio Loucos pela Diversidade - Edição Austregésilo Carrano que premiou 55 iniciativas culturais da saúde mental no Brasil. Não obstante, essa política gerou mais estímulo e visibilidade a vários grupos no Brasil, dentre os quais podemos destacar o Grupo Cidadãos Cantantes - RJ, o Harmonia Enlouquece, a Escola de Samba Liberdade Ainda Que Tan Tan, Grupo Ala Loucos Pela X (que produz alegorias carnavalescas), Bloco Tá Pirando, Pirado Pirou- RJ; Grupo de Teatro do Oprimido Pirei na Cena – RJ. No que concerne aos Empreendimentos de Economia Solidária, temos a GerAção POA – Porto Alegre, o Suricato- BH, o Bar Bibitantã – SP, a Associação Cornelia Villeg – Campinas, a Cooperativa da Praia Verme-

lha – RJ e toda a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo que já consegue circular com cursos, feiras, reuniões e fóruns de debate permanentes.

Em 20 de dezembro de 2013, a Presidenta Dilma sancionou o decreto de lei nº 8.163 que cria o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo Cooperativismo Social – Pronacoop Social, objetivando avançar na concretização do cooperativismo social no Brasil. O Comitê Gestor do Pronacoop Social foi constituído<sup>4</sup> por representantes titulares e suplentes de seis Ministérios (Saúde, Trabalho e Emprego - MTE, Justiça, Desenvolvimento Social- MDS, Secretaria de Direitos Humanos- SDH e gabinete da Presidência da República) e seis entidades e organizações nacionais da sociedade civil (Rede Nacional Internúcleos de Luta Antimanicomial - RENILA, Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, Sociedade Pestalozzi do Brasil, UNISOL Brasil, Associação Brasileira de Saúde Mental – ABRASME e Pastoral do Povo da Rua, representada pelo suplente da Pastoral Carcerária).

Avançar na formalização dos Empreendimentos de Economia Solidária da Saúde Mental é uma necessidade para os grupos que realizam oficinas no Brasil, em função do enfrentamento aos obstáculos para o crescimento e possibilidade real de cumprir seu objetivo de gerar renda para as pessoas. Sem a possibilidade de formalização, esses grupos não conseguem acessar o mercado e crescer financeiramente.

Na III Conferência Nacional de Economia Solidária em novembro de 2014, que teve como tema a construção do 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019): para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável, os usuários da saúde mental, trabalhadores e movimentos sociais que defendem o direito ao trabalho propuseram um plano específico de Economia Solidária para as pessoas em desvantagem social.

São várias as propostas que traduzem as necessidades dos projetos e empreendimentos da saúde mental em todo o Brasil. Essas propostas foram debatidas na Conferência Temática de Cooperativismo Social que precedeu a Conferência Nacional de Economia Solidária, no 4º Congresso Brasileiro de Saúde Mental da ABRASME, nas Conferências Regionais e Estaduais de Economia Solidária. A seguir, apresentamos as propostas de-

---

4 Disponível em: <<http://saudeecosol.org/2014/07/25/aprovado-o-comite-gestor-do-programa-nacional-de-cooperativismo-social-pronacoop-social/>>.



fendidas na Assembleia Final do IV Congresso Brasileiro de Saúde Mental da ABRASME.

- 1) Que seja garantido o registro legal das Cooperativas Sociais no Brasil;
- 2) Que os usuários da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) não tenham seus benefícios sociais e previdenciários cortados quando participarem de cooperativas sociais;
- 3) Que se construa efetivamente uma Política Pública Intersetorial de Apoio e Fomento as Cooperativas Sociais;
- 4) Que no eixo de Reabilitação Psicossocial da RAPS se garanta um financiamento permanente para incubação e desenvolvimento das oficinas e projetos de inclusão social pelo trabalho; e
- 5) Que os equipamentos exclusivos de inclusão social pela arte, cultura e trabalho sejam reconhecidos, com registro adequado, na RAPS.

A UNISOL Brasil também enviou para a III Conferência de Economia Solidária suas propostas:

- Marco legal, garantia do registro legal;
- Garantia de uma política pública integrada e intersetorial do Cooperativismo Social (ações e orçamento) para instituir o Pronacoop Social já;
- Que as cooperativas sociais possam receber recursos de investimento por parte do poder público;
- Garantia de renda mínima de cidadania para os cooperados das cooperativas sociais;
- Garantia de prioridade nas compras públicas; e
- Pronatec social, voltada a formação e capacitação técnica, com metodologias específicas e acessíveis, para os diversos públicos do Cooperativismo Social.<sup>5</sup>

As propostas da ABRASME e da UNISOL Brasil, apesar de parecidas, complementam-se e explicitam os enfrentamentos e necessidades dos

---

5 Para saber mais sobre as propostas da UNISOL e da ABRASME, consultar <http://saudeecosol.org/2014/09/20/primeira-reuniao-do-comite-gestor-do-programa-nacional-de-cooperativismo-social-pronacoop-social/>.

1008 Empreendimentos de Economia Solidários - EES mapeados pelo Ministério da Saúde por meio do Cadastro de Iniciativas de Inclusão Social Pelo Trabalho – CIST em 2013 (BRASIL, 2015, p.31).

Podemos, ainda, exemplificar outras propostas importantes para o avanço dessas experiências. A Rede Nacional Internúcleos de Luta Antimanicomial (RENILA) defende o investimento/ financiamento dos Centros de Convivência e equipamentos existentes em vários municípios, mas que não fazem parte da rede oficial de Atenção Psicossocial e não são financiados pelo Ministério da Saúde. Sabemos que os Empreendimentos de Economia Solidária e/ou projetos de geração de renda são disparados, isto é, nascem nos Centros de Atenção Psicossocial, no entanto estes poderiam ou deveriam se construir em outros espaços diferentes dos espaços de tratamento. Esse tema, juntamente com outros, já foi debatido inúmeras vezes, mas ainda necessita de um enfrentamento. No mês de junho de 2016, o Centro de Convivência São Paulo, que realiza seu trabalho há 23 anos no Bairro de mesmo nome em Belo Horizonte, e a Suricato foram convidados a desocupar o prédio, para abrigar não se sabe qual outro projeto, como diz a petição pública em favor da continuidade das duas experiências. O movimento #Fica Suricato# pela delicadeza com a saúde mental teve vitória e continuará no mesmo local. Já a experiência do Hotel da Loucura, que transformou o espaço asilar do Instituto Nise da Silveira – RJ em um espaço de manifestação artístico-cultural e de convivência, foi recentemente interrompida. Essas experiências artístico-culturais são o motor criativo e de produção de vida que impulsiona e realimenta a saúde mental.

Essa síntese não pretendeu apontar caminhos ou analisar o processo de constituição da política pública de saúde mental e economia solidária. Mas sim apontar que a literatura, a prática e os diversos espaços de debate nos revelam paradoxos e formas variadas de nomear e direcionar as experiências, deixando claro que há um caminho a ser percorrido a fim de que sejam alcançados o protagonismo e o empoderamento de pessoas que estiveram durante décadas totalmente à margem da sociedade. No entanto, algumas vezes foram apontados paradoxos, lacunas e formas variadas de nomear e direcionar essas experiências, que mostram que há muito ainda a investir.

## A construção da Política de Saúde Mental e Economia Solidária em Alagoas

Vários estados estão avançando na inclusão social pelo trabalho no Brasil e se articulam em Rede de Saúde Mental e Economia Solidária. Alagoas, no entanto, necessita avançar mais e consolidar o que foi construído. Sua rede ainda é constituída pelos serviços tradicionais: hospitais, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), e ambulatórios especializados e, mais recentemente, pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família, que em função da cobertura pequena da Estratégia de Saúde da Família em Maceió ainda se articula pouco com a saúde mental.

A Economia Solidária tem se mostrado como uma importante resposta à exclusão social, sendo que a cooperação e a centralidade do ser humano nas suas ações a aproxima ainda mais da saúde mental, constituindo-se enquanto uma estratégia potente nos processos de desinstitucionalização da saúde mental.

Desde 2012, a Supervisão de Atenção Psicossocial (SUAP), órgão da Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas responsável pelo apoio técnico e financeiro à implementação da Rede De Atenção Psicossocial do Estado de Alagoas, vem realizando a capacitação e o debate sobre inclusão social pelo trabalho por meio de oficinas e fóruns regionais com o objetivo de potencializar as oficinas de geração de renda desenvolvidas nos CAPS. Dando continuidade a esse trabalho foi instituída a Área Técnica de Reabilitação Psicossocial, que auxilia os grupos existentes e estimula a criação de novos projetos. Em 2013, foram realizados cinco fóruns regionais, cinco intercâmbios de experiências de oficinas, dois módulos de capacitação e reuniões para a criação de um Colegiado de Reabilitação Psicossocial formado por representantes (usuários e profissionais) de cada região de saúde (que não seguiu adiante).

Desde então, as experiências e/ou oficinas de geração de renda estão se organizando e crescendo. Atualmente, aproximadamente 38 Centros de Atenção Psicossocial do Estado de Alagoas, dos 57 existentes, possuem alguma ação ou grupo em andamento. Outro ponto importante foi a participação de gestores, profissionais e usuários nas conferências regionais e na etapa estadual nas Conferências de Economia Solidária preparatórias para a etapa nacional com a participação dos municípios de Viçosa, Murici, Atalaia e Maceió. Ainda que os municípios não participem regularmente

das reuniões do Fórum Alagoano de Economia Solidária, é crescente a participação nesses espaços. No mês de março de 2016, houve a participação da responsável pela área técnica de Reabilitação Psicossocial da SUAP e de uma profissional do município de Penedo no I Encontro Estadual de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, ainda que todas as articulações estejam apenas começando, divulgar o trabalho realizado pelos usuários dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) se constitui no primeiro passo para uma maior articulação com outros setores em Alagoas.

Desde a instituição da área técnica, as oficinas de geração de renda estão se organizando e crescendo. O número de projetos aprovados na IV Chamada de Projetos de Reabilitação Psicossocial do Ministério da Saúde também cresceu e três EES da saúde mental foram contemplados pelo Edital Produzir Juntos da Secretaria Estadual de Trabalho e Emprego de Alagoas. Esse edital estava previsto para realizar a incubação técnica de 72 Empreendimentos de Economia Solidária - EES nos municípios de Alagoas durante três anos, no entanto esse tempo foi reduzido. Foram selecionados os três Centros de Atenção Psicossocial que concorreram ao Edital: O Projeto Recicla Vida do CAPS Casa Verde- UNCISAL, o Art'Caps do Município de Piranhas e o CAPS de Ibateguara. Esse projeto marca o início (mesmo que de forma pontual) de uma efetiva articulação da saúde mental com os agentes de economia solidária na construção e no debate dos enfrentamentos diários, na potencialidade e na fragilidade vivenciada no interior do CAPS. Ademais, os projetos financiados pelo Ministério da Saúde vêm sendo acompanhados por Incubadoras Tecnológicas e de Economia Solidária. Em julho de 2016, seis municípios selecionados pela chamada de projetos do Ministério da Saúde estão recebendo recursos para implantação e aprimoramento de projetos. O Projeto Mãos Que Restauram Vidas de São Miguel dos Campos e os TemperaMENTAIS de Junqueiro, que são os mais avançados no estado, têm como objetivo aprimorar seus produtos, suas capacidades produtivas e de comercialização. Já os municípios de Inhapi, Água Branca, Rio Largo e Olho D'Água das Flores estarão implantando novos projetos com o recurso recebido.

O Cadastro de Iniciativas de Inclusão Social Pelo Trabalho – CIST, realizado em 2013 pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2015, p.31), informa que Alagoas possui 39 experiências de geração de renda.

Neste ano, estamos dando seguimento a uma experiência muito singular, mas também muito potente, que nasceu em uma reunião com os municípios. Nessa ocasião, identificavam-se as potencialidades e as carên-

cias de cada dispositivo e como elas poderiam ser revertidas. Uma técnica, então, disse: “Eu tenho a máquina de costura lá no meu CAPS”, e a outra acrescentou “Eu sei costurar”. Assim nasceu o Intercâmbio de Experiências como uma ação muito valorizada por técnicos e usuários.

O Intercâmbio de Experiências é um processo formativo que vem sendo realizado pelos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS e organizado pela Supervisão de Atenção Psicossocial que contata os CAPS que possuem uma produção sistemática para receber os outros CAPS e ensinar sua técnica. Em 2016, foi montada uma agenda semestral e, nesse sentido, até meados de julho de 2016 realizamos sete Intercâmbios de Experiências: 1) CAPS AD Everaldo Moreira- Maceió, 2) CAPS Emilia Barbosa- Junqueiro, 3) CAPS Djalma Breda – Coruripe, 4) CAPS Dr Carlos Alberto Canuto – Pilar, 5) CAPS Dr<sup>a</sup> Cristina Ribeiro – Murici, 6) CAPS Dr<sup>a</sup> Roseane Rodrigues – Piranhas, e 7) CAPS Casa Verde - Maceió. Esse tem sido um dispositivo que em sua metodologia consegue promover: o aprendizado de uma nova técnica, motivar os participantes, congrega profissionais e usuários em uma mesma ação e, dessa forma, promover horizontalidade entre usuários e profissionais, protagonismo e empoderamento dos usuários. Em 2015, o município de Girau do Ponciano participou do Intercâmbio de Experiências no CAPS de Arapiraca, o que resultou na confecção de quadros vazados, sendo que, atualmente, Arapiraca não está mais produzindo e Girau do Ponciano pode continuar a partir do aprendizado oferecido. Outra multiplicação se deu por meio do Intercâmbio de Experiências em Junqueiro com o aprendizado da confecção de estojo pelo CAPS Casa Verde - Maceió. No CAPS AD Everaldo Moreira, foram dois usuários que ensinaram as técnicas de confecção de um vaso trançado em papel e a técnica de confecção de flores e arranjos a partir de folhas, palhas e galhos. Os usuários ensinaram o passo a passo de cada técnica desde o preparo do material, a técnica de confecção e o acabamento, o que reforça o potencial do usuário e seu protagonismo. Nos intercâmbios, pode-se aprender sobre a forma como o serviço, profissionais e usuários se articulam para produzir e comercializar seus produtos, a divisão de tarefas, qualidade, variedade e divulgação de seus produtos.

## Considerações finais

A área técnica de Reabilitação Psicossocial da Supervisão de Atenção Psicossocial/SESAU-AL vem investindo na capacitação técnica e na orien-

tação para a construção da política estadual e municipal de Saúde Mental e Economia Solidária. Nos últimos três anos, houve um avanço significativo dos projetos de geração de renda nos municípios desde a organização dos empreendimentos até ao investimento técnico por parte de coordenadores, profissionais e usuários. Já está planejada a realização de capacitações técnicas nas duas macrorregiões, a confecção de um catálogo/publicação que divulgue e publicite o potencial artístico, artesanal e cultural dos usuários. Este ano, as ações da área estão ganhando importância, uma vez que o governo reconhece que esse é um caminho a se investir. No entanto, no cenário nacional assistimos à tentativa de fragilização de um percurso que caminha para a consolidação da Economia Solidária como uma política pública. Como nos diz o poeta Oswaldo Montenegro no seu poema Metade.

Que a arte nos aponte uma resposta, mesmo que ela não saiba. E que ninguém a tente complicar, porque é preciso simplicidade para fazê-la florescer, porque metade de mim é plateia e a outra metade é canção. E que a minha loucura seja perdoada, porque metade de mim é amor e a outra metade também.<sup>6</sup>

## Referências

AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. 10 ed. São Paulo: Cortez ; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

BRASIL. MS/DAPE/SAS. **Saúde Mental e Economia Solidária: inclusão social pelo trabalho**. Brasília: Ed MS, 2005.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria/MS 3.088**. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html)>.

Acesso em: 17 jul. 2016.

---

6 Disponível em < <https://www.lettras.mus.br/oswaldo-montenegro/72954/>>.

\_\_\_\_\_. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 8.163 de 20 de dezembro de 2013. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/decreto/D8163.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/decreto/D8163.htm) > . Acesso em: 17 jul. 2016

\_\_\_\_\_. **Caderno temático da conferência temática de cooperativismo social** – II Conferência Nacional de Economia Solidária e IV Conferência Nacional de saúde mental Intersectorial. Brasília: Ed MS, 2010.

\_\_\_\_\_. **Saúde mental em dados – 12**, ano 10, nº 12. Informativo eletrônico. Brasília: out. de 2015. Disponível em:

[http://www.mhinnovation.net/sites/default/files/downloads/innovation/reports/Report\\_12-edicao-do-Saude-Mental-em-Dados.pdf](http://www.mhinnovation.net/sites/default/files/downloads/innovation/reports/Report_12-edicao-do-Saude-Mental-em-Dados.pdf) . Acesso em 17 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Relatório final do grupo de trabalho, saúde mental e economia solidária**- Brasília, DF, mar. de 2006.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Economia Solidária. **1º Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019**: para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável - Brasília, DF, mar. de 2016.

FERREIRA, C. V. P. – **Geração/POA**- O Espaço de Trabalho na Rede de Reabilitação Psicossocial 2005. Trabalho de conclusão do Curso de Aperfeiçoamento em Saúde Mental - Prefeitura Municipal de Porto Alegre e Universidade Pública de Tarragona- Espanha, Porto Alegre, RS, 2005.

LINS, C. A., LUNELLI, E. O., QUEIROZ, F. **Construindo o Projeto Recicla Vida**: uma experiência solidária de participação e parceria, comunicação apresentada no VI Congresso Norte e Nordeste de Terapia Ocupacional, Maceió, 2006.

NETTO, J. P. **Economia Política**: uma introdução crítica/ ( Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1) José Paulo Netto e Marcelo Braz. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

MONTENEGRO, O. Metade. Disponível em < <https://www.lettras.mus.br/oswaldo-montenegro/72954/> > Acesso em 15/09/2015

REDE DE SAÚDE MENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA. **4ª Conferência Nacional de Saúde Mental**: uma vitória da marcha dos usuários. Disponível em: <<http://saudeecosol.wordpress.com/2009/10/02/4-conferencia-nacional-de-saude-mental-uma-vitoria-da-marcha-dos-usuarios/>>. Acesso em: 13 nov. 2009.

SARACENO, B. **Libertando Identidades:** da reabilitação psicossocial à cidadania possível. Belo Horizonte: Te Corá Editora; Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia: 1999,176 p.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA/SENAES/MTE. **Mapeamento da Economia Solidária em Alagoas** – Sociedade Banco de Projetos/ Unitrabalho [ sine loco] [ 20 ].



# “Ações integradas de economia solidária no município de Itajaí/SC”

## Relato de experiência

*Fabiana da Silva Oliani<sup>1</sup>, Leila Andrésia Severo Martins<sup>2</sup>,  
Luiz Filipe Goldfeder Reinecke<sup>3</sup>, Cristiane Maria Riffel<sup>4</sup>*

**Resumo** O Projeto “Ações integradas de economia solidária no município de Itajaí” está sendo desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Itajaí, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda, em parceria com o Conselho Municipal de Economia Solidária e executado pela UNIVALI. Tem como objetivo apoiar à implantação e complementação de ações integradas de economia solidária, como a estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável, visando à superação da extrema pobreza por meio da geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias, em articulação com as dinâmicas municipais já constituídas. A metodologia no desenvolvimento do projeto pauta-se nas Tecnologias Sociais, destacando-se os princípios de autonomia, participação e cooperação permeando permanentemente os sujeitos envolvidos na execução do projeto, possibilitando os processos de autogestão. Dessa forma, espera-se como resultado a organização de três territórios do município, e também o fortalecimento do Centro Público de Economia Solidária, apoiando os Empreendimentos Econômicos Solidários - EES na comercialização de produtos e serviços, bem como no fortalecimento das bases de serviço; acompanhamento sob a forma da assistência técnica, incubação e formação dos EES, proporcionando formação e assessoria técnica, e ampliação do acesso a crédito para consolidar os processos continuados de articulação dos sujeitos envolvidos.

**Palavras-chave** Economia Solidária; Desenvolvimento Territorial Sustentável; Ações Integradas de Economia Solidária; Projeto E-Sol; Itajaí.

**Abstract** The relationship teaching/research/extension can generate new knowledge resulting from the connection of scientific knowledge with those produced culturally by society. In this context, there are initiatives that seek to train academics and citizens able and mobilized to tackle the conditions imposed by society, where individualism and competi-

- 1 Mestranda em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Pós-graduanda em Direito Público Constitucional e Administrativo. Bacharela em Direito. [fabiana.oliani@univali.br](mailto:fabiana.oliani@univali.br). Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.
- 2 Mestre em Educação e Cultura. Psicóloga. Professora do Curso de Direito, Administração e CST Gestão de Recursos Humanos. [leilasevero@univali.br](mailto:leilasevero@univali.br). Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.
- 3 Mestre em Administração pela ESAG/UDESC. Administrador Público. Professor do curso de Administração Pública na UDESC. [lipereinecke@gmail.com](mailto:lipereinecke@gmail.com). Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.
- 4 Mestre em Extensão Rural. Jornalista e Relações Públicas. Professora do Curso de Comunicação Social Univali. [crisriffel@uniavli.br](mailto:crisriffel@uniavli.br). Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.

tion prevail. The article aims to make a reflection on technological incubators of Cooperatives Popular - 1.0's as an opportunity to promote the articulation of teaching, research and extension courses, presenting the experience of Federal University of Fronteira Sul Campus Cerro Largo. Using the methodology of bibliographic and documental research, we sought to point out the experience of Incubator Tecnossocial of enterprises of the Solidary Economy - ITCEES, by means of the various activities carried out since its creation until the incubation process of two joint ventures. From the study it was established that the incubator of the Campus Cerro Largo provides the integration of different areas of knowledge, if characterizing as a venture which promotes the exchange of knowledge between the academic community, in addition to meet the demands of the regional community.

**Keywords** Technology incubators; The solidary economy; University extension.

**Resumén** La relación enseñanza / investigación / extensión puede generar nuevos conocimientos que resultan de la conexión de los saberes científicos con aquellos producidos culturalmente por la sociedad. En ese contexto, surgen iniciativas que buscan formar académicos y ciudadanos capaces y movilizados a enfrentar las condiciones impuestas por la sociedad, donde prevalecen el individualismo y la competencia. El artículo tiene como objetivo hacer una reflexión sobre Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - IT-CP's como oportunidad para promover la articulación de la enseñanza, de la investigación y de la extensión universitaria, presentando la experiencia de la Universidad Federal de la Frontera Sur - Campus Cerro Largo. Se utilizó la metodología de investigación bibliográfica y documental, buscando apuntar la experiencia de la Incubadora Tecnossocial de Emprendimientos de Economía Solidaria - ITCEES, a través de las diversas actividades desarrolladas desde su creación hasta el proceso de incubación de dos emprendimientos. A partir del trabajo fue posible constatar que la Incubadora del Campus Cerro Largo proporciona la integración de diferentes áreas del conocimiento, caracterizándose como un emprendimiento que favorece el intercambio de conocimientos entre la comunidad académica, además de atender a las demandas de la comunidad regional.

**Palabras clave** Incubadoras tecnológicas; Economía solidaria; Extensión universitaria.

## Introdução

Este artigo pretende relatar a experiência na execução do projeto “Ações integradas de Economia Solidária no município de Itajaí/SC”, desenvolvido por meio de um convênio realizado entre a Prefeitura Municipal de Itajaí (PMI) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para a promoção de ações municipais integradas de Economia Solidária voltadas ao desenvolvimento local e à superação da extrema pobreza.

Intenta-se demonstrar como estão sendo realizadas as ações do projeto e de que forma a Economia Solidária pode ser entendida como uma estratégia para o processo de desenvolvimento social, econômico e espacial

em Itajaí, envolvendo capital social, cultural e político e considerando as iniciativas criadas e já existentes de geração e manutenção de postos de trabalho, de melhoria de renda e das condições de vida de comunidades com população em situação de extrema pobreza. Será apresentado também o alcance quantitativo do número de famílias beneficiadas pelo projeto por meio da geração de trabalho e renda em iniciativas Econômicas Solidárias.

## 1. Contextualização do projeto na Secretaria Nacional de Economia Solidária

O projeto “Ações integradas de Economia Solidária no município Itajaí/SC” foi selecionado no edital de chamada pública SENAES/MTE n.º 003/2011, inserido no Programa 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária e integrante do Plano Plurianual 2012-2015. Esse edital teve como objetivo o apoio à implantação de ações municipais integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável, visando à superação da extrema pobreza por meio da geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias. Ademais, seus objetivos específicos foram: fomentar o desenvolvimento local e territorial sustentável e solidário por intermédio da implantação e consolidação de ações integradas de economia solidária em territórios caracterizados pela concentração de extrema pobreza; apoiar iniciativas de geração e manutenção de postos de trabalho, de melhoria de renda e das condições de vida de comunidades com população em situação de extrema pobreza; implantar espaços físicos multifuncionais com a finalidade de disponibilizar serviços aos empreendimentos econômicos solidários na comercialização de produtos e serviços, formação, assistência técnica, incubação de empreendimentos econômicos solidários e apoio a iniciativas de finanças solidárias; capacitar agentes de economia solidária para a atuação nas ações de sensibilização, mobilização, organização de demandas e assessoramento sistemático às comunidades e empreendimentos econômicos solidários; implantar iniciativas de comercialização solidária com bases de serviço de apoio, redes de cooperação e pontos fixos de apoio à comercialização; desenvolver atividades sistemáticas de assessoria técnica e incubação necessárias ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários; e fomen-

tar iniciativas de finanças solidárias por meio da constituição e fortalecimento de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos Solidários, Cooperativas de Crédito Solidário, Poupança Comunitária e outras formas de microcrédito produtivo orientado.

Para o Município de Itajaí, foram trabalhadas sete grandes metas: organização sociocomunitária, mobilização e identificação de lideranças e capacitação de agentes; fortalecimento e manutenção do espaço físico multifuncional “Centro Público de Economia Solidária de Itajaí”<sup>5</sup> (CEPESI), congregando trinta empreendimentos, além de fortalecer e integrar as feiras orgânicas; formação, capacitação e assessoria técnica aos agentes de economia solidária; apoio, fomento e organização de ações da comercialização solidária ao CEPESI e aos novos empreendimentos que foram constituídos; comunicação e divulgação das experiências do CEPESI; articulação de parcerias para a implantação e divulgação de ações de finanças solidárias na região; e integração dos gestores públicos regionais para apoio e fomento da economia solidária.

O projeto justifica-se pela dinâmica da SENAES (BRASIL, 2011) em implementar um modelo de política pública caracterizada pela integração das ações de apoio aos empreendimentos solidários, pelo enfoque territorializado, pela ampliação dos canais de participação e controle social e pela transversalidade e plurissetorialidade da ação governamental. Por meio do fortalecimento do pacto federativo, da interação entre Estado e sociedade e da busca da efetividade da atuação pública será possível a promoção da inclusão produtiva, a superação da pobreza extrema e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## 2. O contexto do projeto no Município de Itajaí

O município de Itajaí, localizado no litoral norte de Santa Catarina, é a sede da Associação de Municípios da Foz do Rio Itajaí-Açu (AMFRI), possuindo a maior área territorial dentre os municípios da região: 289,25 km<sup>2</sup> sendo pouco mais de 200 km<sup>2</sup> de área rural e o restante de área urbana. Mesmo possuindo grande extensão rural, apenas 9.923 habitantes vivem nessa área, enquanto há 173.465 habitantes no meio urbano, segundo o Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2011). O município tem forte perfil de

---

5 Para mais informações, consultar: [www.cepesi.org.br](http://www.cepesi.org.br).

serviços, possuindo excelente Produto Interno Bruto (PIB), com aproximadamente 6,754 bilhões de reais, segundo o Painel das Cidades do IBGE (IBGE,2010).

No Estado de Santa Catarina, Itajaí é referência por ter várias iniciativas voltadas à geração de trabalho e renda, coordenadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda (SEDEER). Entre os programas desenvolvidos destacam-se: Balcão de Empregos, Jovem Trabalhador, Capacitação Profissional, Empresa Amiga da Educação Profissional, Assessoria as Pequenas Empresas, Economia Solidária, Cooperativismo, Telecentro de Informação e Negócios, Balcão do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Balcão de Informações Socioeconômicas e o Caminhão do Peixe, com atendimento aos bairros.

Nesse sentido, buscando a ampliação de trabalho e renda, ressaltam-se as ações em economia solidária. O município já possui a Lei Municipal de Economia Solidária, Decreto nº 5245 de 12 de 03 de 2009 e o Conselho Municipal de Economia Solidária. Conta também com o CEPESI, que agrega atualmente 30 empreendimentos econômicos solidários e se constitui enquanto uma referência nacional e regional em virtude de sua importante participação na articulação do Fórum Regional Litorâneo de Economia Solidária<sup>6</sup> e no desenvolvimento de ações desse tipo na região. Todas essas ações configuraram-se como bases fortes para escolha de Itajaí na chamada pública SENAES/MTE n.º 003/2011.

Cabe destacar que nesse município, a sociedade civil organizada vem constituindo várias experiências de trabalhos de Economia Solidária, de articulação e divulgação do tema e dos trabalhos e das políticas existentes, bem como a construção de canais e novos circuitos de comercialização da produção da agricultura familiar e da produção agroecológica. No entanto, essas experiências também apresentavam dificuldade de se articularem mutuamente e interagirem com os sujeitos sociais do espaço urbano, da economia solidária e artesanato.

O projeto “Ações integradas de Economia Solidária no município Itajaí/SC” veio para colaborar nesse sentido e, tal como proposto pela SENAES, tem como objetivo apoiar a implantação e complementação de ações integradas de economia solidária, como estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável, visando à superação da extrema pobreza por meio da geração de trabalho e renda em iniciati-

---

6 O Fórum Regional Litorâneo de Economia Solidária envolve além dos 11 municípios da AMFRI, o município de Brusque.

vas econômicas solidárias, em articulação com as dinâmicas municipais já constituídas. Desse modo, pretende fortalecer e ampliar, de maneira integrada, as políticas públicas para garantir o acesso a investimentos, à formação, à assessoria técnica, à comercialização e ao crédito a todas as pessoas participantes das iniciativas econômicas solidárias.

A Prefeitura Municipal de Itajaí (PMI) firmou convênio com o Ministério de Trabalho e Emprego (Convênio MTE/SENAES nº 771773/2012, SICONV nº 0034/2012, assinado em 05 de julho de 2012) e está desenvolvendo o projeto por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda (SEDEER), em parceria com o Conselho Municipal de Economia Solidária (CMES). Ademais, a Universidade do Vale do Itajaí foi contratada para executá-lo haja vista seu notório saber e experiência, tendo em vista que já desenvolveu diversas ações de Economia Solidária em Itajaí e na região por meio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNIVALI). Com tais articulações, pretendeu-se fomentar e fortalecer a Economia Solidária através da criação, manutenção e assessoria a Empreendimentos Econômicos Solidários em suas principais atividades produtivas ou econômicas com geração de renda, além de implantar políticas públicas para a erradicação da extrema pobreza nos bairros de Imaruí I e II, Nilo Bittencourt, Loteamento Jardim Progresso e Jardim Esperança, Promorar I, II e Cidade Nova.

O Município de Itajaí/SC é precursor na execução do projeto em nível nacional e, dos 41 municípios contemplados na chamada pública, foi o primeiro a iniciar as atividades. Como em outros municípios, houve dificuldades de resolver a melhor forma de contratação dos recursos humanos para a execução do projeto, mas definiu-se que a UNIVALI seria a responsável por realizar as contratações e formações. Isso fez com que houvesse uma baixa nos valores de contratação, a qual foi assumida pelo Conselho Municipal de Economia Solidária.

## 2.1 O Centro Público de Economia Solidária de Itajaí (CEPESI)

O CEPESI foi inaugurado no dia 15 de dezembro de 2006 e tem como missão fomentar a Economia Solidária no município de Itajaí e região, abrigando em suas dependências a integração de várias iniciativas e projetos governamentais e não governamentais voltados à geração de trabalho e renda. Foi fundado para disponibilizar espaço físico e infraestrutura

para o desenvolvimento de atividades de formação e organização de trabalhadores em empreendimentos de economia solidária, bem como para a comercialização e divulgação do que eles produzem.

Dentre os princípios do CEPESI, temos a promoção dos direitos humanos respaldados na solidariedade, na ética e na democracia; o desenvolvimento sustentável, com foco nas relações sociais e produtivas, fundamentado nos preceitos de comércio justo e com a participação dos produtores em todas as fases do processo da cadeia produtiva; o controle de ações que estimulem e garantam a prática efetiva da autogestão e da cooperação em uma proposta social, econômica e solidária; e a valorização e estímulo da cultura popular.

Atualmente, o Centro configura-se como uma associação de direito privado, sem fins econômicos, sendo composto por um conselho de administração com 28 empreendimentos de economia solidária e cinco entidades de apoio: Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Ação Social Paroquial São João, Centro de Direitos Humanos de Itajaí, Banco do Brasil S/A – Programa DRS e Associação dos Amigos da Arte e Cultura (AMARK). Todos esses empreendimentos representam mais de 200 pessoas associadas. Em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), o CEPESI faz a articulação da Rede de Comercialização Litoral Norte e promove as Feiras de Economia Solidária dentro do campus da UNIVALI/Itajaí.

Uma das metas do projeto é o fortalecimento e a manutenção do espaço físico multifuncional do CEPESI, visando congregar 30 empreendimentos de economia solidária. Quando o projeto “Ações integradas de Economia Solidária no município Itajaí/SC” foi aprovado, havia 20 empreendimentos associados, mas com o desenvolvimento das suas ações, associaram-se 8 novos grupos, além de outros que estão sendo assessorados pelos articuladores territoriais para, em breve, associarem-se ao CEPESI.

## 2.2 A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Vale do Itajaí – ITCP/UNIVALI

Como já visto, a Universidade do Vale do Itajaí foi contratada para executar algumas ações do projeto “Ações integradas de Economia Solidária no município Itajaí/SC” e, por meio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares Univali (ITCP/UNIVALI), vem realizando cursos,

oficinas e seminários, conforme as etapas de trabalho do projeto, juntamente com serviços de transporte, hospedagem e alimentação para a organização sociocomunitária, mobilização e identificação de lideranças e capacitação de agentes. Além disso, promove a contratação de serviços de divulgação para o fortalecimento e integração das feiras orgânicas e a supervisão das atividades dos articuladores territoriais, do gerente geral e das atendentes comerciais que compõem a equipe de trabalho de fortalecimento do CEPESI.

A ITCP/UNIVALI é um programa permanente de extensão vinculado à Gerência de Extensão da Univali em parceria com o CECIESA. Compõe um dos grandes eixos do Núcleo de Inovação Tecnológica Univali (UNII-NOVA), que é o Empreendedorismo, e tem como missão favorecer o desenvolvimento do empreendedorismo autogestionário, oportunizando a inserção em cadeias produtivas locais e regionais e, conseqüentemente, contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável desses empreendimentos nos aspectos econômico, social e ambiental. Ademais, esse programa tem consolidado seu trabalho prioritariamente na linha da Economia Solidária e, nesse sentido, prioriza o atendimento das famílias em situação de risco social, agricultores urbanos e periurbanos, desempregados, mulheres em condições de vulnerabilidade, jovens, idosos, grupos organizados em cooperativas e associações e outros.

O trabalho desenvolvido pela ITCP está pautado em três grandes diretrizes, que são: a promoção da formação dos envolvidos nos processos de incubação: docentes, discentes, técnicos, multiplicadores e integrantes dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES); o incremento para a geração de trabalho e renda por meio da incubação dos EES, em consonância com os princípios da autonomia e da autossustentabilidade e, por fim, o fomento na articulação de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento local e regional, com ênfase na Economia Solidária e no Empreendedorismo.

### 3. O Projeto E-SOL - Programa de Economia Solidária de Itajaí

Com a contratação da UNIVALI, o projeto “Ações integradas de Economia Solidária no município Itajaí/SC” recebeu nova identidade visual, desenvolvida e aprovada pelo Conselho Gestor do projeto, passando a ser denominado de “Projeto E-SOL – Programa de Economia Solidária de Itajaí” (Apêndice 1).



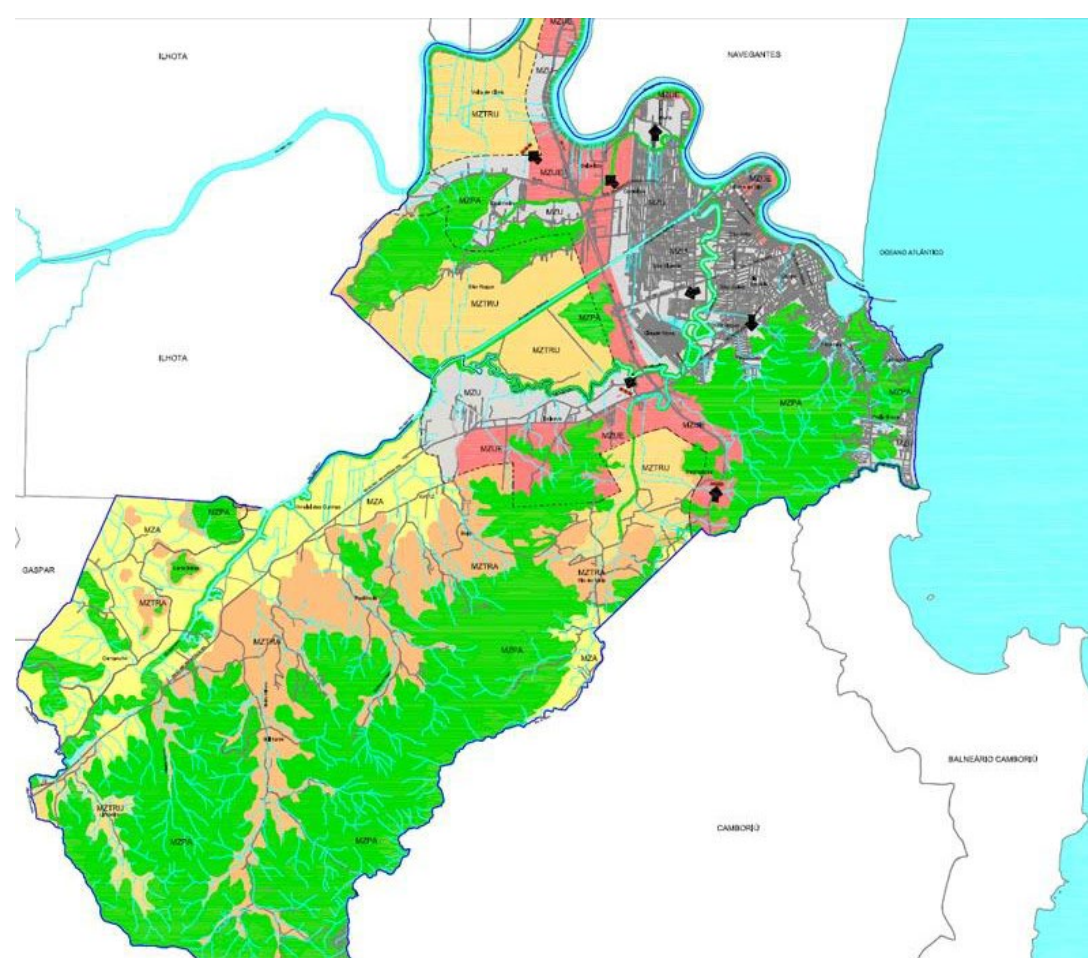
A estratégia de execução do projeto E-SOL se deu em três direções: primeiramente, em organizar colegiados para as ações de Economia Solidária com ações direcionadas à sensibilização e mobilização de agentes e dos EES existentes nos territórios para a importância e a potencialidade da integração das ações, bem como inserir o tema da Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento. Em um segundo momento, a ampliação e adequação de infraestrutura do CEPESI como estratégia para apoio à comercialização da produção dos espaços rurais e urbanos, a assessoria técnica às redes e empreendimentos de economia solidária e também por ser vitrine do movimento e projeto e, por fim, a geração de trabalho e renda com a constituição de novos EES e o acompanhamento e assessoria aos EES e grupos sociais mais vulneráveis do município, em especial do espaço urbano.

O E-Sol está sendo executado em territórios onde se concentram os grupos sociais de maior vulnerabilidade, com o objetivo de implantar ações de economia solidária de maneira integrada e articuladas territorialmente, apoiadas em uma visão de desenvolvimento sustentável, com a participação das comunidades, atores sociais, agentes locais, públicos e a sociedade civil organizada, mobilizados em torno de uma visão de futuro. A abordagem territorial implica também uma metodologia de trabalho que possa criar as condições necessárias para o desenvolvimento da proposta, com foco na estratégia de fortalecimento da Economia Solidária por meio da integração dos colegiados territoriais.

**Quadro 1.** Famílias em Extrema Miséria nos espaços de articulação territorial.

Região	População em Extrema Miséria
Espaço de articulação territorial do Território Norte Imarui I e II e Nilo Bittentourt	756 famílias
Espaço de articulação territorial do Território Oeste Cordeiros (Jardins Progresso, Cordeiros e Esperança)	695 famílias
Espaço de articulação territorial do Território Centro Oeste (promorar I e II e Dona Mariquinha)	315 famílias

Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Itajaí, 2011



**Figura 1.** Territórios de abrangência do projeto no município de Itajaí. Fonte: Prefeitura Municipal de Itajaí, 2011.

A articulação dos territórios é realizada em conjunto com o Conselho Municipal de Economia Solidária (CMES) e o CEPESI, a partir das bases territoriais organizadas no projeto em três regionalizações (Território Norte, Território Centro Oeste e Território Oeste)

Há de se considerar que a interação entre os saberes não é uma prática pedagógica fácil, já que requer muita paciência, humildade e criatividade, tanto do orientador como do trabalhador (educando). O processo dialógico será o eixo norteador desse processo, baseando-se na pedagogia da autonomia. De acordo com Freire (2007), a emergência e a conquista da cidadania ativa só são possíveis quando o indivíduo se posiciona crítica e ativamente diante de sua realidade, uma vez que é dele, do indivíduo, na qualidade de educando (e em nosso caso, do trabalhador em processo de empreendimentos solidários), a posse exclusiva de seu conhecimento. As contribuições teóricas de Freire sobre a educação popular e comunitária são muito vastas, não sendo nosso objetivo descrevê-las neste trabalho, mas sim chamar a atenção para aspectos importantes na constituição da autonomia como forma de ser e estar no mundo, especialmente naquilo que diz respeito à “mobilização de conhecimentos.” Ou seja, ensinar é criar condições do sujeito ser ativo no processo de construção do saber. Assim, resgata-se na educação problematizadora, proposta por Freire, que o sujeito, a partir de seu contexto e do reconhecimento do seu conhecimento e do saber fazer, seja provocado em sua criatividade e em uma consciência crítica, a fim de participar ativamente da história.

### 3.1 Construindo a Equipe de Trabalho

Após um processo de sensibilização dos interessados, tornou-se importante aproveitar a mobilização para inseri-los no desenvolvimento do projeto de forma direta. A construção da equipe de trabalho parte do pressuposto de que os projetos na área do fomento econômico, social, cultural e educacional precisam possibilitar que outras ações estratégicas dos interessados também façam parte da agenda do projeto, tendo, assim, maior alcance. A equipe de trabalho (de multiplicadores) do Projeto E-SOL foi formada por candidatos com comprovada experiência em economia solidária, ou formação em área afim. Foram contratados três articuladores sociais para atuarem nos territórios abrangidos pelo projeto, e um gerente comercial e dois atendentes para o CEPESI. Aos articuladores territoriais foram atribuídas funções de planejamento, monitoração e coordenação da mobilização de lideranças locais com o objetivo de identificar e mobilizar moradores interessados em constituir Grupos Coletivos de Trabalho, visando sua inclusão social com geração de renda. Além disso, esses articuladores efetuavam visitas e assessoravam os Grupos/Empreendimentos constituídos no Território de atuação de acordo com o Plano de Trabalho desenvolvido no Projeto, fomentando a relação dos Grupos de Trabalhos constituídos com o CEPESI em atividades de interesse comum. Os atendentes e o gerente comercial foram contratados para atuarem na Loja Talento de Mãos, localizada dentro do espaço físico do CEPESI.

### 3.2 Impactos sociais do Projeto E-Sol até o momento

O projeto E-SOL foi elaborado em 2011 e o início de suas atividades aconteceu em meados de dezembro de 2013 com a contratação da UNIVALI para a realização de cursos, oficinas e seminários e da equipe executora (três articuladores sociais para trabalhar nos três territórios abrangidos pelo projeto, um gerente comercial e dois atendentes para trabalharem no CEPESI). No que concerne ao alcance mensal de beneficiários, estimou-se que 157 mulheres e 104 homens seriam atingidos pelas ações de mobilização e sensibilização, oficinas de mapeamento das ações em eco-

nomia solidária, seminários de integração de agentes e ações de Economia Solidária nos territórios e demais ações do projeto.

Nas atividades executadas até janeiro de 2016, foram atendidas de forma direta 3052 pessoas, destas 1701 são mulheres e 1351 homens, e de forma indireta 5265 pessoas, sendo 3927 mulheres e 1338 homens. As etapas do projeto, em sua grande maioria, já foram todas alcançadas, porém há algumas que não puderam ser executadas em virtude de um atraso no cronograma financeiro. As reuniões e oficinas não ocorrem conforme o estipulado no projeto, tendo em vista que foram executadas com carga horária e número de participantes inferiores àqueles estabelecidos inicialmente. Isso ocorreu por causa da adaptação da dinâmica do projeto à realidade das comunidades atendidas, pois não conseguem dispor de muitas horas para participar das reuniões, oficinas e das formações oferecidas. Porém, quanto ao acúmulo de carga horária e número de pessoas previstas, a quantidade de ações realizadas ultrapassa o que estava estipulado no projeto inicial. Com as atividades de articulação territorial, até o momento onze novos<sup>7</sup> empreendimentos econômicos solidários já foram formados, dos quais seis já estão comercializando seus produtos e prestando serviços no Centro Público de Economia Solidária de Itajaí (CEPESI).

O trabalho desenvolvido concentra as atividades no atendimento aos empreendedores e empreendimentos econômicos da Economia Solidária e, com isso, prevê alguns impactos no cenário local, tais como a criação de uma cultura empreendedora entre os EES, adequada aos princípios da Economia Solidária; a geração de trabalho e renda, a partir da consolidação dos grupos e redes de Economia Solidária; a introdução de novos produtos, processos e serviços no mercado (CEPESI) sob uma perspectiva solidária e ambientalmente sustentável; a promoção de agregação de conhecimento e a incorporação de princípios de solidariedade e autossustentabilidade econômico-social-ambiental; a consolidação de EES que apresentam potencial de crescimento; a formação e promoção aos articuladores territoriais em Economia Solidária; a capacitação de multiplicadores visando o assessoramento dos EES, por meio de cursos de extensão, especialização, seminários, oficinas e outros; e a organização de

---

7 Entrelaçadas (artesanato MDF); Brechó B. Luxo; Alquimia do Sabor (alimentação); Madame Cis (salão de beleza); Olha nega (artesanato em bijoias); Fuxiqueiras (artesanato); Grupo PAS (costura – cadeia Justa Trama); Brigada do Reino (artesanato, escola de informática e idiomas); Divas das Art's (confeções lingerie); Arteiras Faceiras (artesanato – bonecas de pano); Instituto Poly (horta comunitária).

uma Rede de Empreendimentos Econômicos Solidários e sua articulação com outras instâncias municipais e regionais.

## Considerações finais

Os resultados positivos do Projeto E-Sol apresentados até o momento mostram o quão importante é o trabalho em rede, pois as políticas públicas de Economia Solidária são desenvolvidas dessa forma, tendo a participação ativa do movimento da Economia Solidária em Itajaí, por meio do Centro Público de Economia Solidária (CEPESI), do poder público, via a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda e o Conselho Municipal de Economia Solidária (CMES), e da UNIVALI que desde o início desse movimento tem atuado na assessoria e formação com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), além de diversos agentes locais que se apropriaram dos princípios da Economia Solidária.

A construção de outras vias e saídas para a superação da exclusão, miséria e desigualdade social passa pelo empoderamento das pessoas da comunidade e, para tal, torna-se necessário o conhecimento da realidade a ser trabalhada, a mobilização do público alvo e o acompanhamento do desenvolvimento de todo o projeto junto à comunidade e ao empreendimento. O projeto E-sol vem se adaptando à realidade e dinâmica dos territórios onde suas ações são executadas. A cada momento, verifica-se a importância da participação dos agentes locais no processo de integração das ações de economia solidária às demais políticas públicas realizadas nos territórios para que o projeto possa perdurar no cotidiano de cada um que tenha participado de suas ações.

## Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP : Cortez. 1995.

ARNS, C. E. (org.). **Organizações populares e desenvolvimento no sul do Brasil.** Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2004.

ARTOLA, P. **Pobre e projetos estratégicos.** Petrópolis: Vozes; Rio De Janeiro: Armazém das Letras, 2000.

BARROS, A. B. M. de. (org.). **Fios e tramas da Economia Solidária**. Porto Alegre: IPPOA – Instituto Popular Porto Alegre, 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Edital de Chamada Pública SENAES/MTE n.º 003/2011**. Disponível em <http://goo.gl/y5Be8M.%20>. Acesso em: 03 jul 2015.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CATTANI, A. D. (org). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

DAGNINO, R. Em direção a uma Estratégia para a redução da pobreza: a Economia Solidária e a Adequação Sócio-técnica. In: **Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a ciência e a cultura, Sala de Lectura CTS+I de la OEI**. Disponível em <http://www.campus-oei.org/salactsi/index.html>. Acesso em 07 jul. 2015.

DEMO, P. **Solidariedade como efeito de poder**. v.6. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Rumo à IV plenária nacional de economia solidária: caderno de aprofundamento aos debates**. FBES/ACDI. 2007.

FRANÇA, C. L. de. (org). **Comércio ético e solidário**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ILDES, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35. ed. São Pulo: Paz e Terra, 2007.

GAIGER, L. I. **Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/> . Acesso em 07 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. Portal Cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 07 de julho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ. **População em Extrema Pobreza no município**. Disponível em <http://www.itajai.sc.gov.br/> Acesso em: 30/08/2011.

\_\_\_\_\_. **Convênio 771773/2012.** Disponível em: [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br) . Acesso em: 08 jul. 2015.

KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE; UCSAL, 2000.

POCHMANN, M. (Org). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social.** São Paulo: Cortez Editora, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

## Apêndice 1 – Identidade visual



## Apêndice 2 – Metas e Etapas do Projeto (conforme consta no Siconv).

Metas	Etapas
1. Organização sociocomunitária, mobilização e identificação de lideranças e capacitação de agentes.	1.1 - Realizar 06 reuniões de mobilização e sensibilização em economia solidária, para identificação de lideranças, articulação e capacitação dos integrantes dos territórios identificados no projeto. (8hs/aula x 20 participantes).
	1.2 – Realizar 06 Oficinas de mapeamento das ações de Economia Solidária nos territórios, visto que não constam do SIES 2008/2010 (8hs/aula x 20 participantes).
	1.3 Realizar 03 Seminários de Integração das Ações de Economia Solidária aos Planos Territoriais (8hs/aula x 25 participantes).
	1.4 Realizar 06 Oficinas de Capacitação de Articuladores Territoriais para apoio às ações de implementação dos planos territoriais (8hs/aula x 20 participantes).
	1.5 Contratar 03 Articuladores territoriais em ECOSOL.
2. Fortalecimento e manutenção do espaço físico multifuncional Centro Público de Economia Solidária de Itajaí ( <a href="http://www.cepesi.org.br">www.cepesi.org.br</a> ), congregando 30 Empreendimentos de Economia Solidária, e fortalecimento e integração das feiras orgânicas.	2.1 Realizar 03 Oficinas sobre Economia Solidária e apoio e /ou fortalecimento de 30 EES. (8hs/aula x 30 participantes).
	2.2 Realizar 03 Oficinas de mobilização e sensibilização de integração dos 30 EES constituídos no município. (8hs/aula x 30 participantes).
	2.3 Realizar 06 oficinas de integração de cadeias produtivas para fortalecer a manutenção de postos de trabalho. (8hs/aula x 20 participantes).
	2.4 Fortalecimento do Centro Público de Economia Solidária de Itajaí.
	2.5 Contratação de um Gerente para O Centro Público de ES com qualificação em gestão e comercialização.
	2.6 Realizar visitas de assessoria técnica aos 30 EES (3 visitas de 8h cada por ano).
	2.7 Despesas com Veículo do CEPESI (combustível e manutenção – 1.000km/mês).
3. Formação, capacitação e assessoria técnica.	3.1 Realizar 04 oficinas (16h – 2 por ano) de capacitação de agentes de Economia Solidária.
	3.2 Realizar 24 Reuniões do Conselho Gestor Municipal do Projeto.



## Apêndice 2 – Continuação...

Metas	Etapas
4. Apoio, fomento e organização de ações da comercialização solidária ao Centro Público de Economia Solidária de Itajaí e aos novos empreendimentos a serem constituídos.	4.1 Apoio à realização de 4 Feiras Territoriais, 4 Feiras na Universidade UNIVALI e participação em mais 5 eventos e/ou feiras do calendário da cidade (total de 13 feiras).
	4.2 Apoio à participação de 02 Feiras Estaduais de ECOSOL.
5-Comunicação e divulgação das experiências do Centro Público de Economia Solidária de Itajaí.	5.1 Publicar 01 cartilha com experiências do Centro Público de ES.
6-Articular parcerias para a implantação e divulgação de ações de finanças solidárias na região.	6.1 Articular parceria entre CEPESI e BANCRI Banco de Crédito Popular ( <a href="http://www.bancri.org.br">www.bancri.org.br</a> ), visando sua inserção na economia solidária e, posteriormente, incentivá-lo a planejar a implementação de ações de finanças solidárias, disponibilizando linhas de crédito aos empreendimentos.
7. Integração dos gestores públicos regionais para apoio e fomento da economia solidária.	7.1-Realizar 2 Cursos de capacitação de gestores públicos, para Itajaí e demais municípios da AMFRI (com 8h/aula – um a cada ano).

